

Revista de

Cate quese

Catequese, vocação
e discernimento

V. 1, n. 1, jan./jun., 2023.

Revista de Catequese

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

São Paulo, *Campus* Pio XI: Curso de Teologia

Disponível em: <https://revista.unisal.br/catequese/index.php/rcu/index>

V. 1, n. 1, jan./jun., 2023.

Periodicidade: SEMESTRAL

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO - UNISAL

Chanceler

Pe. Justo Ernesto Piccinini

Reitor

Pe. Sérgio Augusto Baldin Júnior

Pró-Reitora de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Eliana Rodrigues

Pró-Reitor Administrativo

Ir. Marcelo Oliveira dos Santos, SDB

Pró-Reitor de Extensão, Ação Comunitária e Pastoral

Pe. Roque Luiz Sibioni, SDB

Gerente Financeira

Silvia Helena de Oliveira Silva

Secretária Geral

Valquíria Vieira de Souza

Coordenadora Pedagógica e Procuradora Institucional

Regina Maria Matos

Assessora de Reitoria

Josilene Victor

Coordenador de Comunicação e Marketing

Luiz Santiago

EQUIPE EDITORIAL

Editor

Prof. Dr. Antonio Wardison C. Silva – UNISAL

Editor Adjunto

Prof. Dr. Luiz Alves de Lima – UNISAL

Comissão Editorial

Bruno Richard Inácio – PUC-SP

Prof. Dr. João dos Santos Barbosa Neto – Faculdade Santa Teresa

Leandro Francisco da Silva – UNISAL

Prof. Dr. Luiz Alves de Lima – UNISAL

Conselho Editorial

Prof. Dr. Anderson de Alencar Menezes UFAL

Prof. Me. Ariél Philippi Machado – Faculdade Vicentina

Prof. Dr. Claudenir Módolo Alves - FSB

Prof. Me. Eduardo Augusto Capucho Gonçalves – UPS (Roma)

Prof. Dr. Francisco Evangelista - UNIVAS

Prof. Dr. Genésio Zeferino Silva Filho - UNILESTE

Prof. Dr. Gillianno J. Mazzetto de Castro - UniCatólica

Prof. Me. Guilherme Pereira Anselmo Júnior – UNISAL/Faculdade Paulo VI

Prof. Dr. José Aguiar Nobre - PUC-SP

Prof. Me. José Rodolfo Galvão – UPS (Roma)

Prof. Dr. José Ronaípe das Neves Machado - UFAM

Prof. Dr. Lino Rampazzo – FCN

Prof. Me. Lucia Eliza P. Silva Albuquerque – PUC-SP

Prof. Me. Maria Angélica Franco Moreira – UNISAL/Faculdade Dehoniana

Prof. Dr. Mário Marcelo Coelho – Faculdade Dehoniana

Prof. Me. Mário Sérgio Rocha – UNISAL/Institutum Patristicum Augustinianum (Roma)

Prof. Me. Maurício Tadeu Miranda – UNISAL

Prof. Dr. Ney Souza – PUC-SP

Prof. Me. Paulo Manoel S. Profilo – UNISAL

Prof. Dr. Paulo Sérgio Carrara - ITESP

Prof. Dr. Renato Tarcísio de Moraes Rocha – UPS (Roma)

Prof. Dr. Rodrigo José Arnosso Santos – UNISAL/ITESP

Prof. Dr. Ronaldo Zacharias – UNISAL

Prof. Me. Roque Luiz Sibioni – UNISAL/UCSH (Chile)

Prof. Me. Rosa Maria Ramalho - UNISAL

Prof. Dr. Thiago Barros Nunes - UPS (Roma)

Prof. Dr. Vânia Cristina de Oliveira - UNISAGRADO

Projeto Gráfico

Gabriel Ferreira da Silva - UNISAL

Revisão Ortográfica

Fabíola Medeiros - Claretiano Centro Universitário

UNIDADE SÃO PAULO, *CAMPUS* PIO XI

Rua Pio XI, 1100

Alto da Lapa

São Paulo – SP

05060-001

(11) 3649-0200

Revista de Catequese

catequese.editor@pio.unisal.br

Ficha catalográfica da Revista de Catequese

Revista de Catequese / Publicação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Unidade São Paulo - Pio XI. v.1, nº 1, (2023) - São Paulo: UNISAL, 2023 -

Semestral [publicação continuada]

Modo de acesso: <https://revista.unisal.br/catequese/index.php/rcu/issue/view/2>

ISSN eletrônico

I. Catequese II. Educação Religiosa III. Ensino religioso. IV. Pastoral.

CDU 268

CDD 268

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Miriam Ambrosio Silva, CRB 5750/8 - Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL) – Unidade São Paulo, *Campus* Pio XI.

ÍNDICE

EDITORIAL	I
Leandro Francisco da Silva	
O DISCERNIMENTO COMUNITÁRIO, CORAÇÃO DA PRÁTICA SINODAL	1
<i>COMMUNITY DISCERNMENT, HEART OF SYNODAL PRACTICE</i>	
João dos Santos Barbosa Neto Salvatore Currò	
O DISCERNIMENTO EM AMORIS LAETITIA: ACOMPANHAMENTO DO NAMORO AO CASAMENTO	11
<i>DISCERNMENT IN AMORIS LAETITIA: FOLLOWING FROM DATING TO MARRIAGE</i>	
Evandro Stefanello	
A IGREJA QUE NASCE DO ESPÍRITO SANTO - SINODALIDADE E PODER, TESTEMUNHO DO PAPA FRANCISCO À LUZ DO VATICANO II	29
<i>THE CHURCH BORN OF THE HOLY SPIRIT: SYNODALITY AND POWER, TESTIMONY OF POPE FRANCIS IN THE LIGHT OF VATICAN II</i>	
Romildo Henriques Pinas	
A GRAÇA DO DISCERNIMENTO E AS VIRTUDES DO PROCESSO	52
<i>THE GRACE OF DISCERNMENT AND THE VIRTUES OF THE PROCESS</i>	
Donizete José Xavier	
A LITURGIA E A DIMENSÃO CELEBRATIVA DA CATEQUESE: UM CAMINHO PARA UMA VIVA EXPERIÊNCIA DE FÉ NA COMUNIDADE ECLESIAL	67
<i>THE LITURGY AND THE CELEBRATIVE ASPECT OF CATECHESIS: A PATH TO A LIVING EXPERIENCE OF FAITH IN THE ECCLESIAL COMMUNITY</i>	
Thiago Faccini Paro	
DISCERNIMENTO NA ESCOLHA DE CANDIDATOS PARA O MINISTÉRIO ECLESIAL DE CATEQUISTA	78
<i>DISCERNMENT IN CHOOSING CANDIDATES FOR THE ECCLESIAL MINISTRY OF CATECHIST</i>	
Ubaldo Montisci	
ESTAR NA ESCUTA DOS JOVENS PARA UM ACOMPANHAMENTO FECUNDO NA PASTORAL UNIVERSITÁRIA	92
<i>ACTIVE LISTENING TO YOUTH FOR A FRUITFUL ACCOMPANIMENT IN THE UNIVERSITY PASTORAL CARE</i>	
Luca Peyron	
EL DISCERNIMIENTO EN EL CAMINO ESPIRITUAL DEL CATEQUISTA	107
<i>DISCERNMENT IN THE SPIRITUAL JOURNEY OF THE CATECHIST</i>	
Jesús Manuel García Gutiérrez	

ACOMPAÑAR Y DISCERNIR EN LA PASTORAL JUVENIL
ACCOMPANYING AND DISCERNING IN YOUTH MINISTRY

126

José Miguel Núñez

ACOMPANHAR OS JOVENS PARA VIVER UMA LITURGIA VIVA SEGUNDO
CHRISTUS VIVIT
ACCOMPANYING YOUTH TO LIVE A LIVING LITURGY ACCORDING TO CHRISTUS
VIVIT

144

Elena Massimi

Revista de Catequese

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

São Paulo, *Campus* Pio XI: Curso de Teologia

Disponível em: <https://revista.unisal.br/catequese/index.php/rcu/issue/view>

V. 1, n. 1, jan./jun., 2023, p. 1-10.

O DISCERNIMENTO COMUNITÁRIO, CORAÇÃO DA PRÁTICA SINODAL

COMMUNITY DISCERNMENT, HEART OF SYNODAL PRACTICE

*João dos Santos Barbosa Neto**

*Salvatore Currò***

RESUMO: O presente artigo aborda a preciosa temática do discernimento comunitário como uma realidade necessária a ser aplicada em todos os âmbitos da vida eclesial e pastoral como exercício concreto da prática sinodal que está em ato hoje na Igreja. Esta contribuição quer assumir a dimensão comunitária do discernimento e quer ajudar a compreender a sua profundidade, o sentido da conversão e as atitudes que devem ser assumidas. O itinerário divide-se num triplo e progressivo convite, a saber: aprender a ver juntos; entregar-se ao con-sentir; apoiar-se nas Escrituras.

Palavras-chave: Sinodalidade; catequese; discernimento; pastoral; Escrituras.

ABSTRACT: *This article addresses the invaluable theme of community discernment as a necessary reality to be applied across all areas of ecclesial and pastoral life as a concrete exercise of the synodal practice embraced within the Church today. This contribution aims to assume the community dimension of discernment and to help to understand its depth, the meaning of conversion and the attitudes that must be adopted. The itinerary is divided into a triple and progressive invitation, namely: learning to see together; yielding to consent; lean on the Scriptures.*

Keywords: *Synodality; catechesis; discernment; pastoral; Scriptures.*

INTRODUÇÃO

A renovação da prática eclesial em sentido sinodal passa necessariamente pelo discernimento comunitário que é o seu coração, isto é, a sua condição e ao mesmo tempo a sua expressão. Esta é a ideia guia da reflexão que se segue. Esta reflexão não se detém no contexto

* Sacerdote Salesiano. Licenciado em Filosofia (UCDB/MS); Bacharel em Teologia (UPS/ITÁLIA); Pós-graduado *latu senso* em Counseling (IATES/PR); Pós-graduado *latu senso* em Psicopedagogia (UCDB); Mestre em Teologia Pastoral (UPS/ITÁLIA); Doutor em Teologia (UPS/ITÁLIA). *E-mail:* joaoneto@missaosalesiana.org.br.

** Josefino Sacerdote. Doutor em Teologia com especialização em Pastoral Juvenil e Catequética (UPS/ITÁLIA); Doutor em Filosofia (PUL/ITÁLIA); Pós-doutorado Filosófico-Teológico (ICP/FRANÇA). *E-mail:* curro@unisal.it.

da pastoral juvenil, mas contempla toda a pastoral e a missão eclesial como tal. E, no entanto, a pastoral juvenil, que apenas ocasionalmente será diretamente questionada, estará no pano de fundo. Na base, de fato, está a convicção de que são os jovens que desafiam particularmente as comunidades cristãs para uma mentalidade sinodal e que a pastoral juvenil, portanto, pode ser um lugar privilegiado para aprender a sinodalidade e exercitar o discernimento comunitário.

Em confirmação disso, pode-se usar o exemplo do Sínodo sobre *Os jovens, a fé e o discernimento sinodal* (2018). Desde o início do processo sinodal, a Igreja sentiu que realmente lidar com os jovens significava passar da mentalidade de *para os jovens* para a mentalidade de *com os jovens*, ou seja, para uma mentalidade sinodal. Durante o processo compreendeu-se que os jovens provocam e ajudam ao mesmo tempo uma autêntica conversão eclesial, sobretudo, quando a comunidade cristã se coloca numa perspectiva missionária e quer abrir-se, pelo menos intencionalmente, a todos os jovens.¹ Na Assembleia sinodal, momento culminante e ao mesmo tempo de relançamento do processo sinodal, emergiu de modo particularmente forte que a renovação eclesial devia assumir a forma da sinodalidade² e que o discernimento, sentido em profunda ligação com a sinodalidade, deveria ser pensado mais fortemente em suas implicações comunitárias;³ observou-se também que o melhor fruto do Sínodo pode ser o prolongamento dos processos de discernimento comunitário vividos na Assembleia.⁴

Esta contribuição quer assumir a dimensão comunitária do discernimento e quer ajudar a compreender a sua profundidade, o sentido da conversão e as atitudes que devem ser assumidas. A reflexão é articulada e é um convite a atravessar, num aprofundamento progressivo, três níveis, interligados entre si e que se assemelham um ao outro: 1) o nível mais projetual e dialógico, conectado prevalentemente com a dimensão do ver e do compreender juntos; 2) o nível mais antropológico e relacional, ligado à dimensão sensível e corporal da existência e das relações; 3) o nível mais eclesial e espiritual, ligado aos vestígios da presença de Deus (chamaremos de *escrituras*), que passam pela existência pessoal e comum. Em síntese, o itinerário divide-se num triplo e progressivo convite a: 1) *aprender a ver juntos*; 2) *entregar-se ao con-sentir*; 3) *apoiar-se nas Escrituras*.

¹ CURRÒ Salvatore. *Giovani, Chiesa e comune umanità*. Percorsi di teologia pratica sulla conversione pastorale. Elledici: Torino, 2021, p. 49-73.

² ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. *Os Jovens, a fé e o Discernimento Vocacional. Documento Final*. Brasília: CNBB, 2018, n. 121-122.

³ *Ibid.*, n. 105, 120 e 124.

⁴ *Ibid.*, n. 120.

1. APRENDER A VER JUNTOS

Iniciamos com a pastoral juvenil. Impulsionada pelo Sínodo sobre os jovens, ela percebe o desafio de se realizar na lógica da sinodalidade missionária, ou seja, como uma pastoral sinodal. Novos caminhos e atenções vão se abrindo, ainda que com altos e baixos, procura-se estabelecer relações com os jovens que não sejam unilaterais, mas marcadas pela reciprocidade; construindo a corresponsabilidade na comunidade educativa, na comunidade cristã e no território; de modo mais geral, busca-se qualificar a pastoral juvenil para que esta esteja à altura das sensibilidades atuais e da missão evangelizadora da Igreja. Tudo isso implica um esforço humilde e compartilhado para compreender melhor os jovens, para colher os desafios da cultura, para verificar o que pode ser mantido e o que deve ser renovado em nossas práticas eclesiais, para vislumbrar novos caminhos.

Compreender, colher, verificar, entrever são verbos que implicam o *ver* (e o *ver juntos*), que têm a necessidade de alargar e alongar o olhar. Há, de fato, na comunidade cristã a necessidade de aprender a ver melhor, cada vez mais em profundidade. Às vezes não vemos, além da aparente manta da indiferença e do tédio, mas há muitas questões importantes nos jovens: ser amado e reconhecido, ter relações de confiança, ser acompanhado para construir o futuro. Às vezes os fenômenos culturais parecem hostis à Igreja ou sem valores, mas talvez não consigamos ver neles os sinais do novo e da esperança. Às vezes, nas dificuldades pastorais, dificilmente vemos um pedido de renovação e nos refugiamos no *sempre foi assim*. Não raramente ou muitas vezes, não sabemos ver a presença e o chamado de Deus nas pessoas, nos fenômenos culturais, nas próprias falhas pastorais, no novo que está surgindo. É fácil cair no pessimismo.⁵

As nossas comunidades são desafiadas a ver o que até agora não se viu, se é verdade que estamos em um tempo de mudança radical, de renovação, até mesmo de uma virada de época. Trata-se de ver coisas novas nas pessoas, nos fenômenos culturais, no território em que se trabalha, também em si mesmo. Além disso, é preciso ver com um olhar de benevolência, com um olhar educativo e verdadeiramente pastoral; treinando o olhar da fé e de colher o *kairós*.⁶ Isso deve necessariamente ser feito em conjunto. É essencial o ponto de vista de todos. O jovem vê algo melhor do que o educador, e vice-versa; algo é mais bem visto do centro, algo da periferia; algo é visto melhor do ponto de vista leigo do que do ponto de vista religioso ou

⁵ FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013, n. 84-86.

⁶ CURRÒ, Giovanni. *Chiesa e comune umanità*, p. 21-47.

clerical, e vice-versa. Em suma, existem inúmeros pontos de vista. Uma paciente integração de olhares é necessária para colher melhor as situações que muitas vezes são complexas. Isso se refere ao diálogo, à paciência da interação, à necessidade de se manter aberto e em caminho, à necessidade de resistir a quem quer criar impasses para que nada mude e a quem quer correr na frente, mas sozinho ou criando fraturas.

Essas atenções relativas ao *ver juntos*, nunca subestimadas, mas sempre mantidas vivas, não dizem respeito apenas a alguns momentos, como por exemplo, quando se planejar a pastoral ou quando é preciso tomar decisões importantes, mas percorrem toda a ação e todas as relações pastorais. Portanto, é importante pensá-las não como *funcionais*, mas no próprio *coração* da pastoral e no próprio *coração* de sua renovação no sentido sinodal. É fácil constatar, em todas as experiências pastorais, como as maiores dificuldades dizem respeito à qualidade das relações, dos processos, dos estilos, e como o maior desafio é justamente o de construir a mentalidade do *com*, do *caminhar-com*.

O *caminhar juntos* implica o *ver juntos*: se vemos juntos, pode-se compreender juntos e decidir juntos. Mas é realmente assim? O contrário também não é verdade? O que é certo é que o *ver junto*, e o simples *ver*, não é um dado adquirido; supõe uma conversão. Pode acontecer o paradoxo que a Escritura evoca, de ver sem ver, de acreditar que se vê, mas sem ver o que deveria ser visto (cf. Mt 13,13-15). É como se tivéssemos que voltar ao nível das condições do ver.

2. ENTREGAR-SE AO CON-SENTIR

O ver, com efeito, não é o primeiro e não se ordena apenas à compreensão das coisas. O ver está ligado à escuta, ao tato e aos demais sentidos. O Sínodo sobre os jovens, na fase de *leitura*, que está ligado ao ver e ao interpretar, do mundo juvenil e das problemáticas atuais da pastoral juvenil, colocou o acento na escuta e, em definitivo, sobre caminhar com os jovens. É como se dissesse assim: para ler, ou seja, ver e compreender o que acontece no mundo juvenil, devemos escutar os próprios jovens; e, para escutá-los, devemos caminhar com eles. Há um convite para uma subida do ver ao caminhar-com, que ajuda a ver melhor e também a ver de forma mais positiva.

A subida é para todos os sentidos e é, em última instância, a subida para a corporalidade e para a ação. Os sentidos são a expressão de um corpo que se move e age. Vê-se melhor quando se ouve, se toca, se cheira, se saboreia; quando se des-posiciona e se re-posiciona; quando se

mantém vivo o *sentir*. Caminhar com o outro significa *sentir o outro* e *sentir com o outro*. Isso acontece, por *empatia*, ou seja, por uma prática que beira ao paradoxo. Podemos e devemos entrar no mundo do outro, mas sem poder (e dever) realmente entrar, e, portanto, reconhecendo-o e respeitando, sem nunca substituir-nos no lugar do outro.

Um tal *sentir* está no coração da experiência humana e deve ser educado e treinado; e, como a experiência humana, tem uma estrutura profundamente relacional: é um *con-sentir*.⁷ Mais que supor um conhecimento, uma compreensão em conjunto ou um ver em vistas da compreensão, ele informa de si o conhecimento; como se isso fosse *entregar-se* ao sentir. A consciência tem uma estratificação sensível, que a mantém viva, mas que também corre o risco de ser calada. Não deve ser subestimado de forma alguma o chamado de Francisco para manter viva a sensibilidade, para não deixar que a consciência seja anestesiada, para enfrentar a globalização da indiferença.⁸

Dar espaço aos sentidos e a força de atração que está inscrita neles, ou seja, permanecer sensíveis, constitui um grande desafio do nosso tempo, que se reflete também na pastoral e na comunidade eclesial. A sensível estratificação da existência (que inclui a afetividade, as emoções, as paixões), que certamente deve ser educada, tem um constitutivo sentido ético e religioso. Nele estão escritos lembretes, dons, convites, apelos. Talvez ali esteja escrito o chamado à fraternidade, e estejam ali os sinais da criaturalidade, do ser à imagem e semelhança de Deus, da passagem de Deus, da ação do Espírito, do chamado à comunhão. Talvez devêssemos redescobrir o *sensus fidei* e destacar todo o seu significado sensível.⁹ Na realidade, *pode-se ser crente porque se é sensível*.

A *reconciliação* da comunidade cristã com a estratificação sensível, emocional, afetiva e corporal da existência, pensando bem, não deveria ser difícil, dado o sentido da encarnação que perpassa a experiência da fé e dada a estrutura ou o horizonte sacramental da Igreja e da sua pastoral. A Igreja é o corpo de Cristo (cf. 1 Cor 12, 1ss.), vive dos sentimentos de Jesus Cristo, vive do encontro com Cristo e trabalha para o encontro com Cristo. E o encontro tem um significado sensível, corporal, sacramental; não é certo, no fundo, o encontro com uma ideia

⁷ VANTINI Lucia. *Il sé esposto. Teologia e neuroscienze in chiave fenomenologica*. Assisi: Cittadella, 2017, p. 89-97.

⁸ FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, n. 53-54.

⁹ *Ibid.*, n. 119, sobre o *sensus fidei*: “Como parte do seu mistério de amor pela humanidade, Deus dota a totalidade dos fiéis com um *instinto da fé* – o *sensus fidei* – que os ajuda a discernir o que vem realmente de Deus. A presença do Espírito confere aos cristãos uma certa conaturalidade com as realidades divinas e uma sabedoria que lhes permite captá-las intuitivamente, embora não possuam os meios adequados para expressá-las com precisão”.

ou com uma visão doutrinal ou moral, mas é encontro com um acontecimento, ou melhor, com uma Pessoa.¹⁰

O desafio para a prática do discernimento comunitário é evidente. Ela tem um substrato relacional-sensível, que *é a prática do con-sentir*. O diálogo, o esforço de entender-se e de projetar juntos, certamente se atua em um plano cognitivo. Há confronto de ideias e pontos de vista sobre os diversos problemas, mas o plano cognitivo vive do plano sensível. Trata-se de entrar em sintonia, de tentar e tentar novamente até afinar, como se afinam os instrumentos musicais. Esta prática, convém sublinhar, é um sinal profético no seio da nossa cultura. Em muitos contextos (familiares, sociais, políticos, culturais) persistimos em buscar ou contestar relações em um nível que permanece no fundo sempre ideológico: é importante o que o outro pensa e diz, não o que ele sente.

O discernimento comunitário, enquanto con-sentir, refere-se, na realidade, mais que um esforço construtivo, é uma *entrega*. É como se tivéssemos de nos render ao que já está escrito no plano sensível e corpóreo da nossa existência, da nossa co-pertença à comunidade humana e, no interior dela, à comunidade cristã. Os convites do Papa Francisco, especialmente em *Laudato Sì* e *Fratelli Tutti*, para cuidar da nossa casa comum, para construir a fraternidade humana, para sermos operários de paz, e que devem entrar cada vez mais em nossa pastoral, baseiam-se, antes que sobre o conhecimento de nossas consciências crentes ou não crentes, sobre as *escrituras pré-conscientes* que nos marcam radicalmente e que nos convidam a uma entrega sensível, ao cuidado, à fraternidade, à paz.¹¹ A mesma comunhão a construir como comunidade cristã, enquanto *co-crentes*, enraiza-se na graça que nos precede, a nossa atividade de consciência e a nossa escolha, sobre os dons recebidos, a começar pelo dom do Espírito no batismo, sobre os recursos eclesiais que nos permitem viver como cristãos, a Palavra de Deus e a Eucaristia.

Esses recursos marcam radicalmente o discernimento comunitário. Esta não é a prática de consciências autofundadas, mas de consciências responsáveis que respondem e se correspondem, que se deixam iluminar pela presença de Cristo e pela sua Palavra. Para que seja assim, é necessário redescobrir os recursos eclesiais como mediações práticas, como *pontos de*

¹⁰ FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, n. 7.

¹¹ É com base nisso que o Papa Francisco, com a *Laudato Sì* e a *Fratelli Tutti*, pôde dirigir-se a todos (não só aos cristãos, mas também aos não crentes e aos pertencentes a diferentes experiências religiosas). E é com base nisso que ele pôde convidar a todos para um *pacto educativo global*.

apoio. Entre esses pontos devemos nos deter particularmente sobre a Sagrada Escritura, pois ela tem um papel imprescindível no discernimento comunitário.

3. APOIAR-SE NAS ESCRITURAS

A prática do discernimento comunitário, no âmbito eclesial, faz-se à luz da Palavra de Deus, isto implica *apoiar-se* na Escritura. Tal apoio deve ser entendido de forma concreta, quase que físico. A Escritura permite à comunidade que realiza o discernimento de libertar-se do risco da autofundação, do neopelagianismo, como gosta de recordar Francisco¹² ou de permanecer enredado a nível ideológico; ela abre o horizonte do acontecimento, da graça, da iniciativa de Deus. Já pelo fato de ser escritura, ela oferece aos sujeitos do discernimento uma perspectiva de descentralização ou de alteridade, que, em última análise, deve se tornar descentralização sobre a palavra de Deus.

Apoiando-se na Escritura, a prática do ver juntos permanece descentralizada no desafio, na questão a ser abordada, no fenômeno a ser compreendido, na escolha pastoral a ser amadurecida e se abre ao *ver segundo a Palavra de Deus*. O discernimento torna-se circularidade hermenêutica; leem-se os desafios à luz da Palavra e se compreende a Palavra de modo atual. As nossas comunidades, nesse sentido, devem ser caracterizadas como *comunidades hermenêuticas*. Mas é preciso ter atenção para não permanecer no nível da visão e da compreensão, e nem mesmo no nível da Palavra *já dita* e, no fundo, apenas para ser compreendida e aplicada.

Por outro lado, temos a sensação de que as situações pastorais, eclesiais, sociais, culturais nos interpelam radicalmente, como se contivessem um apelo de Deus, e que a Escritura é verdadeiramente um tesouro do qual deve haurir, ao mesmo tempo, “coisas novas e coisas antigas” (Mt 13,52). Para salvaguardar a antiguidade e a novidade da Escritura, ou seja, no fundo a sua fuga ao *já dito* ou ao *facilmente previsível*, é preciso manter vivo o sentido da Escritura enquanto tal. À Escritura se aproxima, antes de compreendê-la (como se tivesse significados estáticos e válidos para sempre), para *habitá-la*, encontrando a si mesmo nela, para dar forma à comunidade do discernimento. E isso acontece, na realidade, a nível sensível e corpóreo.

É como se as *escrituras da existência*, da estratificação sensível e corpórea da existência e da coexistência fossem já em aliança com as Sagradas Escrituras. As escrituras da existência,

¹² FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, n. 94.

que já são evocadas, o apelo à fraternidade inscrito nos rostos, o cuidado da terra inscrito no nosso ser terreno, a corresponsabilidade inscrita nos vínculos intercorpóreos que nos constituem, são, de fato, como as telas daquele *molde*, daquela escritura que é o nosso ser à imagem e semelhança de Deus, isto também deve ser pensado de forma sensível e concreta. É esta aliança secreta das escrituras da existência com as Sagradas Escrituras que une aqueles que decidem apoiar-se na Palavra de Deus e que nos coloca em comunhão. É desta secreta sintonia, que é como um dom que precede a reflexão, que adquire força a prática comunitária do discernimento; e é por isso que podemos nos colocar no cumprimento da onda da Palavra de Deus, pois este nos falou e ainda fala de uma maneira sempre nova.

Pode-se escutar Deus se o deixar falar, sem colocar as condições para que ele possa falar. Muitas vezes, no âmbito eclesial, a Palavra de Deus já não evoca o acontecimento sempre antigo e sempre novo de uma comunidade que, apoiando-se numa página da Escritura, é regenerada por Deus, mas se reduz, como que por um achatamento, a uma atribuição simples de confirmação ao significado de uma página da Escritura. Certamente, não se trata de legitimar leituras subjetivas das Escrituras ou de desvalorizar as mediações objetivas; pelo contrário, é necessário valorizar a exegese, implementar uma sã hermenêutica, interpretar a Escritura na tradição eclesial, interpretar cada texto em relação ao contexto e à mensagem unitária da própria Escritura e, em última análise, em relação a Jesus Cristo, cumprimento das Escrituras.¹³ Com uma serena adesão a todas as mediações eclesiais, é preciso, porém, que se produza o *evento* da Palavra.

A Escritura em si é frágil, é letra morta ou quase morta, porque é como o último elo de uma corrente, o último resquício de um evento e de um processo originário da iniciativa de Deus (Revelação); mas, precisamente por isso, é capaz de reproduzir o evento do Deus que fala, no contexto de uma comunidade orante, em escuta, desejosa de colocar-se no cumprimento da onda da Palavra. Produz-se, assim, um evento de caráter sacramental porque a Palavra, não a Escritura sozinha, tem caráter sacramental.¹⁴ Enquanto a Escritura permanece Escritura, isto é, sem aplanar sobre o significado, mas permanecendo aberta ao acontecimento, e enquanto a comunidade se sintoniza com o Cristo, o Verbo que se fez carne, Deus fala. A sintonia da comunidade se realiza através de uma prática sensível, corpórea, ritual; com gestos e palavras que se assemelham aqueles de Jesus ou que os prolongam.

¹³ BENTO XVI. *Exortação Apostólica pós-sinodal Verbum Domini*. São Paulo: Paulinas, 2010, n. 29ss.

¹⁴ BOZZOLO Andrea; PAVAN Marco. *La sacramentalità della Parola*. Brescia: Queriniana, 2020, p. 322.

Compreende-se porque o evento da Palavra se realiza em particular na celebração litúrgica, onde se lê e se escuta a Escritura e na conexão com o Sacramento. Na realidade, o discernimento comunitário, na comunidade cristã, encontra o seu sentido mais pleno na celebração litúrgica sacramental, especialmente na Eucaristia. Este é o contexto próprio, a fonte e o cume, de todo discernimento comunitário, como também de todo processo sinodal e de toda conversão eclesial. Neste sentido, o apoio do discernimento comunitário está na Escritura e ao mesmo tempo na liturgia, ou, em última análise, sobre a Escritura no contexto litúrgico.¹⁵

CONCLUSÃO

Os três níveis do discernimento comunitário, destacados neste artigo, estão implicados um no outro; eles expressam um percurso de aprofundamento progressivo ou de tornar verdadeira a prática do discernimento. Encontramo-nos, num primeiro nível, com o desejo de ver juntos, ou seja, ler e interpretar juntos as situações para reorientá-las; mas também nos encontramos de forma profunda, abrindo-nos às instâncias sensíveis e corpóreas das verdadeiras relações e nos entregando às escrituras das nossas existências ou da intercorporeidade; enfim, da corresponsabilidade de permitir que Deus chegue até nós, de falar conosco e falar através de nós.

O percurso não é nada óbvio. Implica caminho, treinamento, tentar e tentar de novo, sem jamais desanimar. É caminho de conversão em todos os âmbitos: pastoral, eclesial, espiritual; da mente, do coração, das ações. É caminho em vista da missão, mas na realidade já é uma missão em ato. Já é o exercício de uma profecia no coração do mundo atual, já é a construção de uma *cultura do encontro*.

Quem deve animar tal caminho? Coloca-se a ênfase na comunidade como tal, mas é evidente que esses processos devem ser acompanhados. Neste sentido, os pastores, os formadores, os educadores, cada um no próprio nível, têm uma grande responsabilidade de animação. Afinal, é a função própria de cada um. A mesma responsabilidade de governo não pode não se realizar hoje em um estilo sinodal, passando pelo discernimento comunitário. Um equívoco precisa ser esclarecido. A escolha da sinodalidade e do discernimento comunitário não diminuem a responsabilidade de quem governa, pelo contrário, exige-a e ao mesmo tempo qualifica-a. Hoje, paradoxalmente, quem governa contornando as dinâmicas sinodais e o

¹⁵ CURRÒ, Giovanni. *Chiesa e comune umanità*, p. 321-358.

discernimento comunitário, não governa; pelo menos, não exerce aquele governo, hoje é necessário, que se promova bons processos, sintonizados com o Reino de Deus.¹⁶

Quem é chamado a animar os processos de discernimento comunitário pode fazê-lo se antes de tudo os tiver respirado e vivido; nesta condição ele será capaz de animá-los. É como um círculo. O certo é que o desafio é grande: somente quando se entra em uma mentalidade de discernimento e sinodalidade os contextos eclesiais e pastorais, e neles todos os que têm a responsabilidade de liderança, podem reencontrar credibilidade. Entre estes contextos, os da educação e da pastoral juvenil podem constituir-se como campo privilegiado de formação e de vanguarda no caminho.

BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. *Os Jovens, a fé e o Discernimento Vocacional. Documento Final*. Brasília: CNBB, 2018.

BENTO XVI. *Exortação Apostólica pós-sinodal Verbum Domini*. São Paulo: Paulinas, 2010.

BOZZOLO Andrea; PAVAN Marco. *La sacramentalità della Parola*. Brescia: Queriniana, 2020.

CURRÒ Salvatore. *Giovani, Chiesa e comune umanità. Percorsi di teologia pratica sulla conversione pastorale*. Elledici: Torino, 2021.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.

VANTINI Lucia. *Il sé esposto. Teologia e neuroscienze in chiave fenomenologica*. Assisi: Cittadella, 2017.

¹⁶ FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, n. 222-225.

Revista de Catequese

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

São Paulo, *Campus Pio XI*: Curso de Teologia

Disponível em: <https://revista.unisal.br/catequese/index.php/rcu/issue/view>

V. 1, n. 1, jan./jun., 2023, p. 11-28.

O DISCERNIMENTO EM *AMORIS LAETITIA*: ACOMPANHAMENTO DO NAMORO AO CASAMENTO

DISCERNMENT IN AMORIS LAETITIA: FOLLOWING FROM DATING TO MARRIAGE

*Evandro Stefanello**

RESUMO: Não se pretende, nesse artigo, realizar uma análise teológica e pastoral seja da preparação para o matrimônio, seja do caminho do discernimento da fé, mas abordar os aspectos jurídicos contidos no Código de Direito Canônico e os elementos principais abordados pela Exortação Apostólica pós Sinodal *Amoris laetitia*.¹ Utilizar-se-á, também, de alguns documentos pontifícios fundamentais para a análise do tema: a Exortação Apostólica *Familiaris consortio*,² do Papa São João Paulo II e a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*,³ além de outras bibliografias. Tratar-se-á da importância do *ius connubii* (1), do discernimento como exigência para o matrimônio (2), da preparação próxima e imediata durante o namoro e o noivado (3) e uma conclusão (4).

Palavras-chave: Discernimento; acompanhamento; preparação; direito; pastoral.

ABSTRACT: *This article does not intend to conduct a theological and pastoral analysis either of the preparation for marriage or of the path of discernment of faith, but to address the legal aspects contained in the Code of Canon Law and the key elements addressed by the Post-Synodal Apostolic Exhortation Amoris laetitia. Additionally, it will use some fundamental pontifical documents for the analysis of the theme: the Apostolic Exhortation Familiaris consortio, of Pope Saint John Paul II and the Apostolic Exhortation Evangelii Gaudium, in addition to other bibliographies. It will deal with the*

* Vigário Judicial do Tribunal Eclesiástico Interdiocesano de Cuiabá e vigário da Paróquia Santa Cruz em Barra do Bugres-MT, Diocese de São Luiz de Cáceres. É doutor em Direito Canônico pela Universidade Pontifícia Salesiana de Roma.

¹ FRANCISCUS. Adhortatio apostolica post-synodalis *Amoris laetitia*, Episcopis Presbyteris Diaconis Personis Consecratis Christianis Coniugibus omnibus Christifidelibus: de Amore in Familia, 19 martii 2016. AAS 108, 2016, p. 311-446. (AL).

² IOANNES PAULUS II. Adhortatio apostolica *Familiaris consortio*, Ad Episcopos, sacerdotes et Christifideles totius Ecclesiae Catholicae: de Familiae Christianae muneribus in mundo huius temporis, 22 novembris 1981. AAS 74, 1982, p. 81-191. (FC).

³ FRANCISCUS. Adhortatio apostolica *Evangelii Gaudium*, Episcopis Presbyteris ac diaconis viris et mulieribus consecratis omnibusque christifidelibus laicis de Evangelio Nuntiando nostra aetate, 24 novembris 2013. AAS 105, 2013, p. 1020-1137. (EG 20-33).

importance of the ius connubii (1), discernment as a requirement for marriage (2), close and immediate preparation during courtship and engagement (3) and a conclusion (4).

Keywords: *Discernment; following; preparation; law; pastoral.*

INTRODUÇÃO

Com a Exortação Apostólica pós-sinodal *Amoris laetitia*, o Papa pede a toda Igreja uma renovação pastoral (EG 20-33),⁴ principalmente em relação à pastoral familiar e matrimonial.⁵ O matrimônio e a família não são realidades isoladas do resto da vida, mas estão intimamente ligadas. A Igreja deve ajudar aos namorados e noivos para que suas vidas se realizem a partir do Evangelho da família e, para tal, se deve intensificar a preparação dos contraentes ao matrimônio (fiel, indissolúvel, feliz e frutuoso).⁶ *Amoris laetitia*⁷ não trata de forma detalhada o discernimento no período do namoro e do noivado, porém, paralelamente, podemos aplicar o magistério do Papa Francisco sobre o discernimento nos casos especiais, também aos que estão namorando e já se preparam para o matrimônio próximo. Do ponto de vista pastoral, a preparação para o matrimônio é um tema importantíssimo, tanto que o Código de Direito Canônico traz um título específico sobre o cuidado pastoral que deve anteceder à celebração do matrimônio (cân. 1063-1072).⁸ Os fiéis que pretendem exercer o seu direito ao *ius connubii* devem refletir profundamente sobre a vocação matrimonial que pretendem abraçar e que tenham condições de aceitar todos os requisitos essenciais para a sua validade.⁹

⁴ O Papa deseja uma Igreja em saída, com as portas abertas e capaz de chegar às periferias humanas. Não quer uma saída sem direção, sem organização ou sem metodologia, mas que os olhos estejam naqueles que ficaram à margem da estrada (cf. EG 46).

⁵ Partindo da lei suprema da Igreja, que é a salvação das almas – da pessoa toda (cf. cân. 1752 CIC 1983), a Igreja, através das suas estruturas pastorais, deve levar a todos a salvação através de uma metodologia sempre mais adaptada às condições de cada pessoa, de cada povo e de cada cultura, resguardando e defendendo sempre o verdadeiro sentido do matrimônio e da família.

⁶ Cf. MARTÍNEZ SISTACH, Cardinale Lluís. *Come applicare l'Amoris Laetitia*. Città del Vaticano: Librerie Editrice Vaticana, 2016, p. 66.

⁷ “*Amoris Laetitia* encontra as suas raízes em uma ampla reflexão do episcopado e, neste sentido, pode ser considerada o resultado de um longo processo de reflexão sinodal e eclesial sobre a família. [...] Afronta todos os temas do matrimônio e da família” (tradução nossa). MARTÍNEZ SISTACH Cardinale Lluís. *Come applicare l'Amoris Laetitia*. Città del Vaticano: Librerie Editrice Vaticana, 2016, p. 10 e 22.

⁸ Documentos importantes: *Familiaris Consortio*, 66-67, 1981; Preparação para o sacramento do matrimônio, do Pontifício Conselho para a Família, 1996; Catecismo da Igreja Católica 1621-1624, 1632; Documento da CNBB 12; Diretório Nacional da Pastoral Familiar, n. 260-295; *Gaudium et spes* 52; *Codex Iuris Canonici = CIC*, can.1063; *Codex Canonum Ecclesiarum Orientalium = CCEO*, can. 783; a Exortação Apostólica *Amoris Laetitia* (n. 204-216).

⁹ BIANCHI, Paolo. La preparazione al matrimonio, oggi, in Italia. *Quaderni di Diritto Ecclesiale*, 2, 1988, p. 79.

O Papa Francisco pede incessantemente a toda Igreja que não deixe de anunciar o Evangelho da Família¹⁰ como forma de oferecer a toda humanidade a sua luz para que se possa construir solidamente os pilares dos sacramentos, sobre os quais a Igreja se apoia. Para viabilizar essa construção, o Papa chama a atenção para a fidelidade ao Evangelho da família e à clareza para se compreender a natureza da vida humana, colocando o amor no centro de tudo. Esse caminho de discernimento não se trata de romper com a unidade da doutrina e da disciplina da Igreja, que permanece preservada, mas em fazer sugerir percursos de caráter pastoral que possam responder às necessidades pastorais do tempo presente. O discernimento e amadurecimento da fé se referem à boa sementeira de Deus no coração de cada homem e mulher e consiste na decisão de viver um verdadeiro amor, a partir do Evangelho da Família.¹¹ O amor verdadeiro é a chave do discernimento (Cf. AL 63, 71, 90, 157) e o vínculo¹² matrimonial é a consequência desse amor que leva os namorados e noivos a não considerar “o matrimônio como o fim do caminho, mas que o assumam como uma vocação que os lança para diante, com a decisão firme e realista de atravessarem juntos todas as provações e momentos difíceis” (AL 211).

1. O DIREITO AO MATRIMÔNIO (*IUS CONNUBII*)

O direito ao matrimônio é um direito nativo, permanente, que nasce e morre com a pessoa e que não pode ser negado a quem o procura, mas, ao mesmo tempo, está submetido a uma regulamentação que tem como base a própria natureza, pois o *ius connubii* não é um direito que hora possui e hora não possui (se está dormindo, se está bêbado, se ainda não completou 14 ou 16 anos). O *Ius Connubii* é um direito natural que nasce com a pessoa e, conseqüentemente, é um direito do fiel que, sacramentalmente, nasce com a recepção do

¹⁰ “Dentro deste quadro, o presente capítulo recolhe uma síntese da doutrina da Igreja sobre o matrimônio e a família. Também aqui citarei várias contribuições prestadas pelos Padres sinodais nas suas considerações acerca da luz que a fé nos oferece. Eles partiram do olhar de Jesus, dizendo que Ele «olhou para as mulheres e os homens que encontrou com amor e ternura, acompanhando os seus passos com verdade, paciência e misericórdia, ao anunciar as exigências do Reino de Deus». De igual modo nos acompanha, hoje, o Senhor no nosso compromisso de viver e transmitir o Evangelho da família” (AL 60).

¹¹ O Evangelho da família é alegria que “enche o coração e a vida inteira”, porque, em Cristo, somos “libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento” (AL 200; Cf. EG 1).

¹² “Tanto a pastoral pré-matrimonial como a matrimonial devem ser, inicialmente, uma pastoral do vínculo, na qual se ofereçam elementos que ajudem quer a amadurecer o amor quer a superar os momentos duros” (AL 211). “A pastoral do vínculo confere unidade à pastoral matrimonial: prepara os jovens para que possam pronunciar o seu sim para sempre; ajuda a crescer nos primeiros anos de vida familiar; acompanha os esposos que atravessam dificuldades” (tradução nossa). GRANADOS José; KAMPOWSKI Stephan; PÉREZ-SOBA Juan José. *Amoris laetitia, accompagnare, discernere, integrare. Vademecum per una nuova pastorale familiare*. Siena: Cantagalli, 2016, p. 93.

batismo.¹³ Naturalmente, o fundamento do direito se encontra na própria condição de pessoa e o seu objeto e conteúdo são assinalados pela mesma natureza. Desta forma podemos dizer que o *ius connubii* é o elemento básico que fundamenta toda a normativa sobre o matrimônio e a família, e, em consequência, não pode ser restringido ou diminuído pela sociedade, nem mesmo em vista do bem comum, mas de um direito fundamental que possui os seus próprios confins e que, por sua vez, requer que seja regulamentado para uma aplicação mais eficaz e, aqui, entra a necessidade da preparação para o matrimônio (Cf. cân. 1075-1077). É uma situação jurídica inerente à pessoa, que surge, não do direito positivo, mas do direito natural. Por se tratar de um direito fundamental, não pode ser restringido nem mesmo pela Igreja, que somente pode colocar condições para o seu exercício.

Os impedimentos e a exigência de preparação para a sua recepção existem, não para impedir o exercício do direito, mas para determinar quando a pessoa poderá exercitar o seu direito ao matrimônio.¹⁴ Por isso, todos os fiéis, batizados na Igreja católica, adquirem, pelo batismo, capacidade jurídica para contrair matrimônio, mas nem sempre está dotado de capacidade para exercitar este direito fundamental, é preciso estar maduro humanamente e psicologicamente e devidamente preparado, segundo as etapas da preparação remota, próxima e imediata elencadas na *Familiaris consortio*¹⁵ e retomadas na *Amoris laetitia* (nn. 205-216). Evidentemente que, a partir de *Amoris Laetitia*, mesmo no tempo de namoro e noivado, é preciso seguir um caminho de discernimento para a responsabilidade que vai assumir. Os namorados e os noivos devem ser preparados para a vivência do Evangelho da Família, “acompanhando os seus passos com verdade, paciência e misericórdia ao anunciar as exigências do Reino” (AL 60). Esse é o caminho que a pastoral familiar e os movimentos familiares devem percorrer para ajudar os jovens e adultos no processo de discernimento em vistas do matrimônio próximo.¹⁶

¹³ “La Chiesa non può vietare l’accesso al sacramento del matrimonio per il solo fatto che il fedele non sia spiritualmente ben disposto per riceverlo fruttuosamente e in grazia. Nel fedele prevale il diritto al matrimonio. Quindi, una pastorale troppo exigente nella preparazione richiesta per il matrimonio potrebbe anche essere oggettivamente ingiusta”. NAVARRETE, Urbano. *Diritto fondamentale al matrimonio e al sacramento. Quaderni di Diritto Ecclesiale*, 1, 1988, p. 76.

Cf. BAÑARES, Juan Ignacio. *Comentario del can. 1058*, in *Comentario exegético al código de derecho canónico*. Vol. III/2. Pamplona: Universidad de Navarra, 2002, p. 1071.

¹⁵ Cf. BAÑARES, *Comentario*, p. 1071.

¹⁶ Cf. GRANADOS José; KAMPOWSKI Stephan; PÉREZ-SOBA Juan José. *Amoris laetitia, accompagnare, discernere, integrare*, p. 5-12.

2. O DISCERNIMENTO COMO EXIGÊNCIA PARA O MATRIMÔNIO

Atualmente, faz-se necessária a preparação dos jovens para o matrimônio e para a vida familiar. Evidentemente que as famílias deveriam ser as primeiras a transmitir aos jovens uma adequada e progressiva educação e iniciação à vida matrimonial. Com as mais variadas mudanças dos tempos atuais, não só a família é responsável por esta educação, mas toda a sociedade e toda a Igreja devem se comprometer na preparação dos jovens para as responsabilidades que deverão assumir, não somente em relação ao matrimônio, mas à santidade que o seu novo estado de vida exige.

A necessidade de preparação vale mais para o matrimônio cristão, pois influencia diretamente na santidade de tantas pessoas e da própria sociedade. Para estes, a Igreja deve promover melhores programas de preparação ao matrimônio eliminando, o máximo possível, as dificuldades em que se encontram tantos matrimônios e favorecendo o nascimento e amadurecimento de matrimônios realizados (FC 66), pois o futuro da família passa por uma adequada preparação.¹⁷ Essa formação deve favorecer nos contraentes o desenvolvimento daquele desejo e reta intenção de celebrar um vínculo fiel, indissolúvel e sacramental, que não excluam o bem dos cônjuges, a geração e educação da prole, a unidade e a fidelidade e que queiram o matrimônio tal e qual a Igreja ensina. O vínculo exige dos contraentes muito mais do que uma decisão *in fieri* (no momento do consentimento), mas a vontade de retomá-lo, de renová-lo cotidianamente para que cresça como um ato que acontece a cada momento, a cada dia, impulsionados e iluminados pelo Espírito Santo e abertos à graça (*in facto esse*).¹⁸ Esse é

¹⁷ O Papa João Paulo II, discursando para a Assembleia do Pontifício Conselho para a Família, aos 26 de maio de 1984 declarou que “L’esorazione apostolica *Familiaris Consortio* affronta esplicitamente e con ampiezza il tema della preparazione al matrimonio nelle sue diverse tappe - remota, prossima, immediata - sottolineando l’importanza che ha la famiglia nella preparazione dei figli al sacramento del matrimonio. È in essa che si pongono i primi e più profondi fondamenti di quegli atteggiamenti psicologici e morali, che renderanno possibile la vita matrimoniale, disponendo i futuri partner ad assumersi le responsabilità che il sacramento del matrimonio comporta. [...] la miglior preparazione remota al matrimonio futuro dei figli è una esemplare vita di famiglia cristiana, nella quale è essenziale la testimonianza vissuta degli sposi. L’ambiente familiare, illuminato dall’opportuno insegnamento dei genitori, costituisce la miglior preparazione dei figli alla vita, e quindi anche al matrimonio.” IOANNIS PAULI II. Allocutio Con particolare gioia, Ad eos qui plenario coetui Pontificii Consilii pro Familia interfuerunt coram admissos, 26 maii 1984. AAS 76, 1984, p. 794-798.

¹⁸ “O vínculo encontra novas modalidades e exige a decisão de reatá-lo repetidamente; e não só para o conservar, mas para o fazer crescer. É o caminho de se construir dia após dia. Entretanto nada disto é possível, se não se invoca o Espírito Santo, se não se clama todos os dias pedindo a sua graça, se não se procura a sua força sobrenatural, se não Lhe fazemos presente o desejo de que derrame o seu fogo sobre o nosso amor para o fortalecer, orientar e transformar em cada nova situação” (AL 164).

o caminho do discernimento¹⁹ que os contraentes precisam seguir.²⁰ Sem esse discernimento o matrimônio não passa de um teatro e de uma simulação. Essas são as intenções próprias dos contraentes que demonstram que, de fato, depois de um caminho de discernimento (da consciência), estão preparados para contrair matrimônio. Se os contraentes não se dispõem à essa vontade ou a recusam com ato explícito e formal, não podem ser admitidos à celebração, pois encontram-se em oposição ao que a Igreja faz e ensina.²¹

Para que a preparação aconteça de forma frutuosa é preciso que a Igreja acompanhe as diversas situações e realidades em que se encontram os namorados e noivos, principalmente em relação à estrutura familiar de cada um.²² O acompanhamento é a proximidade da Igreja, através da sua estrutura pastoral²³ e das suas estruturas jurídicas.²⁴ Para um verdadeiro acompanhamento se requer, por parte da pastoral da Igreja, estabelecer um relacionamento próximo, personalizado, estável e progressivo, derrubando a ideia de um encontro de preparação para o matrimônio, pois não se trata, simplesmente, de se resolver um problema ou de se apresentar uma doutrina, mas de um tempo suficiente para que os namorados e noivos possam amadurecer o amor e a verdade (Cf. AL 207).²⁵ A pastoral pré-matrimonial, não somente sob a responsabilidade da Pastoral Familiar, mas de toda a Igreja, deve observar a

¹⁹ “... devemos incentivar o amadurecimento de uma consciência esclarecida, formada e acompanhada pelo discernimento responsável e sério do pastor, e propor uma confiança cada vez maior na graça” (AL 303).

²⁰ “Na exortação do Papa Francisco se repete muito uma palavra: discernimento. Os pastores devem ajudar aos interessados a discernir qual é a sua situação [...]. Sendo o discernimento muito necessário, devemos sublinhar que uma finalidade importante da Exortação consiste na integração dos cristãos. [...] A integração, ou melhor, uma maior integração, e uma finalidade, enquanto o discernimento é um meio necessário para avançar o quanto possível naquela integração” (tradução nossa). MARTÍNEZ SISTACH, *Come applicare*, 43.

²¹ VANZETTO Tiziano. La preparazione al matrimonio, compito di tutta la comunità cristiana ed esigenza attuale. *Quaderni di Diritto Ecclesiale*, 15, 2002, p. 347.

²² A realidade em que as famílias se encontram hoje constitui-se em um grande desafio para a pastoral familiar, principalmente porque é nesse ambiente e nesta realidade que os cristãos devem manifestar a sua fé através da vida prática. É importante, portanto, que a pastoral familiar auxilie aos jovens casais no caminho do discernimento em relação aos verdadeiros valores e que lhes conduzam à uma verdadeira vivência do matrimônio e na resistência ao secularismo e ao relativismo da moral (cf. *Diretório da Pastoral Familiar*, 36-39).

²³ “E convido os pastores a escutar, com carinho e serenidade, com o desejo sincero de entrar no coração do drama das pessoas e compreender o seu ponto de vista, para ajudá-las a viver melhor e reconhecer o seu lugar na Igreja” (AL 312).

²⁴ Com o termo “proximidade” podemos resumir o que o Papa Francisco deseja para a Pastoral Familiar. Essa proximidade significa uma maior abertura das estruturas pastorais e jurídicas da Igreja, que possa ir ao encontro dos que se preparam para o matrimônio e acompanhá-los, ajudá-los a discernir sobre as suas responsabilidades e maturidade, integrá-los na comunidade eclesial e na vivência da vida cristã, principalmente através de um trabalho de gradualidade da consciência.

²⁵ Veja: PARREIRA, André; PARREIRA Karina. *Matrimônio, encontros de preparação*, Pastoral Familiar; PARREIRA, André. *Encontros de preparação para a vida matrimonial na dinâmica paroquial, um guia para entender, estruturar, implantar e aprofundar os encontros*. Pius Edições, 2022, 104; COMISSÃO NACIONAL DA PASTORAL FAMILIAR; GUIMARÃES, Crispim. *Itinerário vivencial de acompanhamento personalizado para o sacramento do matrimônio*. Brasília, 2021 e outros.

realidade e as situações pessoais através de um verdadeiro acompanhamento.²⁶ Evidentemente que não se deve permanecer apenas no acompanhamento, mas integrar os namorados e noivos na vida da comunidade, nas pastorais, nos movimentos, nos serviços.²⁷ A finalidade do acompanhamento deve ser, necessariamente, a integração na caminhada da comunidade cristã.²⁸ É a integração que ilumina todo o discernimento.²⁹ O processo de discernimento,³⁰ que deve ser acompanhado por um sacerdote, parte sempre do ensinamento da Igreja universal e das orientações do Bispo diocesano, levando os namorados e noivos a um verdadeiro exame de consciência sobre a sua vida e realidade,³¹ não bastando uma simples confissão (AL 300).³² É preciso a “vontade de fazer” para se determinar a capacidade de “saber fazer” esse acompanhamento que, metodologicamente, se apresenta como um enorme desafio para a Igreja e para a pastoral, desafio que exige paciência, tempo e dedicação. É a vontade de transformar a pastoral em um verdadeiro lugar de encontro, de amadurecimento e discernimento.³³ A pastoral

²⁶ Cf. GRANADOS José; KAMPOWSKI Stephan; PÉREZ-SOBA Juan José. *Amoris laetitia, accompagnare, discernere, integrare*, p. 15.

²⁷ “Deve ser as comunidades locais a elaborarem propostas mais práticas e eficazes, levando em consideração os ensinamentos da Igreja, as necessidades e os desafios locais. [...] As famílias são sujeitas e não somente objeto de evangelização” (Tradução nossa). MARTÍNEZ SISTACH, *Come applicare*, 28.

²⁸ Não pode existir verdadeira integração que não passe pela acolhida fraterna e misericordiosa. A acolhida possui um caráter verdadeiramente evangélico e deve ser realizada no seio da comunidade cristã, convidando os jovens namorados e noivos a conhecerem a vida da comunidade e a participar dela, para que construam uma verdadeira pertença afetiva à Igreja. Esse reconhecimento de pertença é o primeiro passo para a integração, para o discernimento e para o crescimento espiritual. Acolher significa iniciar um caminho o que não significa, desde já, um direito de receber, da Igreja, o sacramento do Matrimônio. Cf. GRANADOS José; KAMPOWSKI Stephan; PÉREZ-SOBA Juan José. *Amoris laetitia, accompagnare, discernere, integrare*, p. 80-81.

²⁹ Cf. GRANADOS José; KAMPOWSKI Stephan; PÉREZ-SOBA Juan José. *Amoris laetitia, accompagnare, discernere, integrare*, p. 16.

³⁰ “O discernimento moral ensina a norma que se deve seguir e o discernimento pastoral ajuda a conhecer a situação na qual se encontra e a distância ou a proximidade com a norma. O discernimento espiritual tem a pretensão de ajudar a sustentar a continuação do percurso que leva à norma, como uma luz que ilumina e ajuda o caminho ao longo da estrada. Isso ajuda a nos interrogarmos sobre que coisa possamos fazer para responder ao amor e à misericórdia de Deus” (Tradução nossa). MARTÍNEZ SISTACH. *Come applicare*, 48. Vejamos que “um pequeno passo, no meio de grandes limitações humanas, pode ser mais agradável a Deus do que a vida externamente correta de quem transcorre os seus dias sem enfrentar sérias dificuldades. A todos deve chegar a consolação e o estímulo do amor salvífico de Deus, que opera misteriosamente em cada pessoa, para além dos seus defeitos e das suas quedas” (EG 44).

³¹ “O discernimento faz referência direta à consciência pessoal. *Amoris laetitia* atribui grande importância à consciência das pessoas. O exercício da consciência no contexto de um autêntico discernimento, iluminado pelos ensinamentos da Igreja e pela orientação do Bispo diocesano é necessário. [...] É necessário encorajar a maturidade de uma consciência iluminada, formada e acompanhada através do discernimento responsável e sério. [...] O discernimento vai ajudá-los a conhecer, em plena consciência, qual é a sua situação diante de Deus e se nos seus casos existem alguns condicionamentos, circunstâncias atenuantes ou exigentes” (tradução nossa). MARTÍNEZ SISTACH, *Come applicare*, p. 54-55.

³² “É um caminho no qual o sacerdote acompanha as pessoas nas possíveis etapas que vão construindo dia após dias. [...] A cura pastoral é um exercício da ‘via caritatis’, é um convite a seguir o ‘caminho de Jesus’ e aquele da misericórdia e da integração” (tradução nossa). MARTÍNEZ SISTACH, *Come applicare*, 47.

³³ Cf. GRANADOS José; KAMPOWSKI Stephan; PÉREZ-SOBA Juan José. *Amoris laetitia, accompagnare, discernere, integrare*, p. 19.

precisa estar muito bem-preparada para conseguir ir ao encontro das pessoas. Não se trata de dar uma solução imediata, como acontecem nos encontros de preparação para o matrimônio, onde apenas se apresenta a disciplina do matrimônio ou algumas orientações de cunho sexual, mas de um verdadeiro caminhar juntos, para que se encontre a melhor via para superarem as dificuldades que encontrarão pelo caminho (EG 24); de uma metodologia que o próprio Cristo adotou para se encontrar com as pessoas. É preciso aprender com Cristo os passos do acompanhamento e da preparação para a vida matrimonial.

O acompanhamento não acontece de qualquer forma, mas a partir da verdade que nasce do amor e, também, da misericórdia, pois não existe justiça e nem caridade que não sejam pautadas pela verdade.³⁴ A pastoral da igreja deve acompanhar os que pretendem contrair matrimônio para que tenham capacidade de iniciar a vida matrimonial a partir da verdade do Evangelho que não pode ser diminuída, nem mesmo diante do direito ao matrimônio (*ius connubii*). É a partir da verdade do Evangelho que, dia após dia, se constrói o caminho do discernimento (cf. AL 308). O caminho que se oferece para o discernimento em vistas de um matrimônio frutuoso não pode diminuir a Doutrina de Cristo (FC 33) em nome de uma falsa pastoral do discernimento e do acolhimento.³⁵ Por fim, acompanhar e integrar é um verdadeiro modo de se anunciar o evangelho educando os desejos dos namorados e noivos a uma verdadeira e sólida decisão a partir da luz do amor (cf. AL 294).

O acompanhamento, que não pode estar centrado nos problemas, mas na pessoa,³⁶ que leva à integração e ao discernimento, que permite uma verdadeira conversão ao amor de Cristo, se trata de uma verdadeira educação dos próprios desejos e da capacidade de desenvolverem a consciência para uma verdadeira maturidade humana, psicológica, afetiva e cristã (cân. 1095, 1, 2, 3).³⁷ A maior fragilidade daqueles que se preparam para o matrimônio é ter a ideia de um amor romântico e muito superficial, típico de uma mentalidade de adolescentes que portam graves carências sentimentais e incapacidades de assumirem uma vida a dois. Estas carências

³⁴ “Todo o trabalho pastoral deve iniciar a partir da cordialidade e caridade do pastor que recebe a pessoa ferida e da sinceridade da pessoa que procura, pois, este trabalho pastoral deve ser realizado a partir da verdade, como princípio de equilíbrio entre a pastoral e o direito.” STEFANELLO Evandro. *Aspectos do aligeiramento do processo de nulidade matrimonial. Análise histórico-crítica e pastoral da Mitis Iudex Dominus Iesus*. Tese de Doutorado em Direito Canônico. Roma: Università Pontificia Salesiana, 2019, p. 260.

³⁵ Cf. GRANADOS José; KAMPOWSKI Stephan; PÉREZ-SOBA Juan José. *Amoris laetitia, accompagnare, discernere, integrare*, p. 49.

³⁶ Cf. *Ibid.*, 50.

³⁷ “Todavia convém não confundir planos diferentes: não se deve atirar para cima de duas pessoas limitadas o peso tremendo de ter que reproduzir perfeitamente a união que existe entre Cristo e a sua Igreja, porque o matrimônio como sinal implica um processo dinâmico, que avança gradualmente com a progressiva integração dos dons de Deus” (AL 122; FC 9).

se manifestam nos primeiros anos de matrimônio e o que leva ao grande número de matrimônios fracassados nos três primeiros anos,³⁸ sem contar na cultura atual que impele os jovens a não formar uma família (cf. AL 40). É essa maturidade que faz com que os namorados e noivos tenham a capacidade para escolherem livremente o estado de vida, pois uma obrigação nessa escolha resultaria em um medo ou em um temor reverencial, o que diminuiria a liberdade interna, tornando o consentimento viciado e, portanto, nulo.³⁹

O processo de discernimento oferecido pela comunidade paroquial, no período de noivado, principalmente, deve trazer à luz as incompatibilidades e riscos entre os noivos, fazendo-os avaliar, na prática, se conseguirão viver a uma só carne, tendo a consciência de que não se trata de apostar em uma relação que, pelos sinais, já não dá certo. Muitos erram ao achar que depois do matrimônio tudo muda, pelo contrário, os problemas irão se acentuar e trarão para as suas vidas consequências muito dolorosas. “Os noivos deveriam ser incentivados e ajudados a poderem expressar o que cada um espera de um eventual matrimônio, a sua maneira de entender o que é o amor e o compromisso, aquilo que se deseja do outro, o tipo de vida em comum que se quer projetar. [...] Nunca se deve encorajar uma decisão de contrair matrimônio se não se aprofundaram outras motivações que confirmam a este pacto reais possibilidades de estabilidade” (AL 209).⁴⁰

A pastoral que prepara os jovens para o matrimônio deve animá-los a “descobrir o valor e a riqueza do matrimônio” (AL 205), os seus fins e as suas propriedades essenciais, o que exige um maior empenho de toda a comunidade cristã, ressaltando o testemunho de famílias que construíram relações sólidas e verdadeiras. O caminho de preparação e do discernimento deve acompanhar, sobremaneira, o processo da iniciação cristã, ligando o sacramento do matrimônio ao sacramento do Batismo, da Eucaristia e outros (Cf. AL 206).

³⁸ Cf. GRANADOS José; KAMPOWSKI Stephan; PÉREZ-SOBA Juan José. *Amoris laetitia, accompagnare, discernere, integrare*, p. 50.

³⁹ “O amor matrimonial leva a procurar que toda a vida emotiva se torne um bem para a família e esteja ao serviço da vida em comum. A maturidade chega a uma família, quando a vida emotiva dos seus membros se transforma numa sensibilidade que não domina nem obscurece as grandes opções e valores, mas segue a sua liberdade, brota dela, enriquece-a, embeleza-a e torna-a mais harmoniosa para o bem de todos” (AL 146).

⁴⁰ O acompanhamento, aqui, se trata de ajudar a pessoa a ver no amor uma verdadeira sabedoria que a ajuda a enfrentar as dificuldades da vida e os riscos que trazem a realidade. Quando descobrem as incompatibilidades e a diferença de personalidade devem ser orientados a um ajudar o outro e isso implica, necessariamente, a maturidade para poderem enfrentar renúncias que deverão fazer um pelo outro, reconhecendo as fragilidades e os perigos que a relação poderá trazer aos dois. O que *Amoris laetitia* está pedindo é que os dois se conheçam o suficiente para que saibam, juntos, superar os limites de cada um e considerar que o matrimônio não é um fim, mas “uma vocação que os lança para diante, com a decisão firme e realista de atravessarem juntos todas as provações e momentos difíceis” (AL 211).

O Papa Francisco, no processo de preparação ao matrimônio, chama a atenção para a missionariedade da família, para a responsabilidade da própria família na preparação dos jovens para o matrimônio. São importantes os momentos de palestras sobre vários temas, porém, não se pode esquecer o acompanhamento personalizado,⁴¹ “dado que o objetivo principal é ajudar cada um a aprender a amar esta pessoa concreta com quem pretende partilhar a vida inteira. Aprender a amar alguém não é algo que se improvisa, nem pode ser o objetivo de um breve curso antes da celebração do matrimônio” (AL 208).⁴²

3. A PREPARAÇÃO PRÓXIMA E IMEDIATA DURANTE O NAMORO E O NOIVADO

Do ponto de vista jurídico, é necessário trazer à luz os objetivos de uma preparação ao matrimônio cristão, seja a preparação geral como aquela que precede imediatamente à celebração do matrimônio. Tal preparação não vem reduzida àqueles simples aspectos em relação à validade ou liceidade do pacto conjugal (não que devam ser deixados de lado), mas deve se abrir à uma perspectiva mais ampla, partindo da vocação cristã dos batizados, como um caminho de santidade e que, os cônjuges, tenham a consciência que devem se abrir à graça específica do sacramento do matrimônio, que é sinal do amor de Deus para com a humanidade e que se concretiza no amor de Cristo pela sua Igreja. A formação deve considerar que os cônjuges devem assumir uma vida de testemunho dentro do Povo de Deus (cf. FC 49). O Papa São João Paulo II, na FC 68, apresenta-nos algumas razões que levam a Igreja a não admitir certos matrimônios. Nestas razões já encontramos as raízes para um verdadeiro caminho de amadurecimento por parte dos namorados e noivos. Evidencia-se a importância da fé de cada um que pode existir em grau diverso, que precisa ser amadurecida e nutrida e que devem contrair matrimônio de acordo com o projeto de Deus, empenhando-se em um consentimento que é irrevogável, que se doam em um amor indissolúvel, na fidelidade incondicional e na obediência à vontade de Deus.

⁴¹ “Trata-se de um itinerário de acompanhamento e discernimento que orienta estes fiéis na tomada de consciência da sua situação diante de Deus. O diálogo com o sacerdote, no foro interno, concorre para a formação de um juízo correto sobre aquilo que dificulta a possibilidade de uma participação mais plena na vida da Igreja e sobre os passos que a podem favorecer e fazer crescer. Uma vez que na própria lei não há gradualidade (cf. FC 34), este discernimento não poderá jamais prescindir das exigências evangélicas de verdade e caridade propostas pela Igreja” (AL 300).

⁴² É o acompanhamento personalizado que acontece um discernimento frutuoso e que ajuda aos namorados e noivos a encontrarem o caminho para Deus e do crescimento através da superação dos limites, abertos, assim, à graça e ao crescimento, como um verdadeiro caminho de santificação (AL 305) que lhes possibilite reconhecerem a sua real situação diante de Deus.

O discernimento (ou até mesmo a gradualidade da consciência)⁴³ deve favorecer aos contraentes o entendimento que, pelo matrimônio, entram em um caminho de salvação e que, portanto, devem passar por uma preparação próxima e imediata ao matrimônio, principalmente no período de namoro e noivado, e que os leve a uma reta intenção de se colocarem em um caminho de salvação pessoal e comunitário, pois o matrimônio não diz respeito somente aos que o contraem, pois, por sua própria natureza, é um fato social que os compromete perante a sociedade, principalmente no que diz respeito à missão que devem exercer na sociedade como cônjuges e depois como pais cristãos (cf. *FC* 49).

Algumas dessas razões estão ligadas diretamente à validade do matrimônio e que, muitas vezes, não aparecem como necessárias à fé dos contraentes, pois não requerem a fé para a sua validade. O Papa São João Paulo II teve uma preocupação mais teológico-canônica do que pastoral como é o caso da *Amoris Laetitia*. A irrelevância da fé em relação à validade do matrimônio se funda na peculiaridade deste sacramento; uma peculiaridade que reside no fato que vem de uma realidade que existe desde o início da criação, pois o pacto conjugal foi constituído pelo Criador desde o princípio. Tanto a unidade como a indissolubilidade não são exclusividades apenas do matrimônio sacramental, mas, também, do matrimônio natural.

Há de se compreender que a sacramentalidade do matrimônio não depende da vivência mais ou menos explícita dos compromissos assumidos no batismo. É óbvio que, na mente do legislador, essa não é a única e mais importante perspectiva que devem ser formados os contraentes, pois uma coisa são os problemas da validade do matrimônio e outra coisa são os aspectos pastorais que se convertem em um verdadeiro itinerário de fé, como fala o Papa Francisco no capítulo VIII da *Amoris Laetitia* (cf. nn. 218 e 300). Esse itinerário de fé, deve levar os noivos a descobrirem e aprofundarem a fé que receberam no batismo através da educação cristã sólida. Para se prover essa educação, o Papa São João Paulo II, na *Familiaris consortio* fala de uma evangelização e catequese pré-matrimonial e pós-matrimonial que deve ser realizada por toda a comunidade (também retomadas na *Amoris Laetitia* AL 205-216), para que todo o homem e mulher, que contraem matrimônio validamente, o contraiam frutuosamente, como um verdadeiro caminho de santidade e de graça, favorecendo uma

⁴³ O Papa Francisco pede para se “redescobrir a importância da consciência pessoal na vida cristã e na vida da Igreja. [...] Não se pode esquecer que a consciência desempenha um papel importante na avaliação moral da nossa conduta humana e cristã” (tradução nossa). MARTÍNEZ SISTACH. *Come applicare*, p. 71.

verdadeira gradualidade da consciência.⁴⁴ Na medida em que vão discernindo sobre as responsabilidades que irão assumir, terão maturidade suficiente para resolverem as dificuldades e os problemas do dia a dia do matrimônio.

Por conta da exigência da fé, se deve dar grande ênfase à formação para o matrimônio cristão, que não se trata de um evento social e sim de uma “celebre-ação” sagrada, com todas as suas implicações teóricas, canônicas e práticas.⁴⁵ A fé é um fator importantíssimo para a recepção frutuosa do sacramento do matrimônio, porém, não é um fator de validade, não se trata de um impedimento dirimente ou de um vício do consentimento.⁴⁶ Sempre que existir a

⁴⁴ “No fundo da própria consciência, o homem descobre uma lei que não se impôs a si mesmo, mas à qual deve obedecer; essa voz, que sempre o está a chamar ao amor do bem e fuga do mal, soa no momento oportuno, na intimidade do seu coração: faz isto, evita aquilo. O homem tem no coração uma lei escrita pelo próprio Deus; a sua dignidade está em obedecer-lhe, e por ela é que será julgado. A consciência é o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser. Graças à consciência, revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo. Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais homens, no dever de buscar a verdade e de nela resolver tantos os problemas morais que surgem na vida individual e social. Quanto mais, portanto, prevalecer a reta consciência, tanto mais as pessoas e os grupos estarão longe da arbitrariedade cega e procurarão conformar-se com as normas objetivas da moralidade. Não raro, porém, acontece que a consciência erra, por ignorância invencível, sem por isso perder a própria dignidade. Outro tanto não se pode dizer quando o homem se descuida de procurar a verdade e o bem e quando a consciência se vai progressivamente cegando, com o hábito do pecado”. SACROSANCTUM CONCILIUM ECUMENICUM VATICANUM II. *Constitutio pastoralis Gaudium et spes*, De Ecclesia in mundo huius temporis, 7 decembris 1965, n. 16. AAS 58, 1966, p. 1037 (GS 16).

⁴⁵ “A preparação próxima do matrimônio tende a concentrar-se nos convites, na roupa, na festa com os seus inumeráveis detalhes que consomem tanto os recursos econômicos como as energias e a alegria. Os noivos chegam desfalecidos e exaustos ao casamento, em vez de dedicarem o melhor das suas forças a preparar-se como casal para o grande passo que, juntos, vão dar. Esta mesma mentalidade subjaz também à decisão de algumas uniões de fato que nunca mais chegam ao matrimônio, porque pensam nas elevadas despesas da festa, em vez de darem prioridade ao amor mútuo e à sua formalização diante dos outros. Queridos noivos, tende a coragem de ser diferentes, não vos deixeis devorar pela sociedade do consumo e da aparência. O que importa é o amor que vos une, fortalecido e santificado pela graça. Vós sois capazes de optar por uma festa austera e simples, para colocar o amor acima de tudo. Os agentes pastorais e toda a comunidade podem ajudar para que esta prioridade se torne a norma e não a exceção” (AL 212).

⁴⁶ “A falta de fé apresentada no *Motu Proprio Mitis Iudex Dominus Iesus* (Cf. FRANCISCUS. *Litterae apostolicae motu proprio datae Mitis Iudex Dominus Iesus*, Quibus canones Codicis Iuris Canonici de Causis ad Matrimonii nullitatem declarandam reformantur, 15 augusti 2015. AAS 107, 2015, 958-970) não se trata simplesmente da falta de fé como tal, mas daquela que é capaz de gerar uma simulação do consentimento, onde a parte que está contraindo matrimônio, o faz apenas por fazer, mas que por um ato positivo da sua vontade não estaria disposta pois não acredita no que está celebrando. A falta de fé também pode determinar a vontade da pessoa que, por não acreditar no que irá celebrar, excluirá o próprio matrimônio ou um seu elemento ou propriedade essencial. Infelizmente, a crescente descristianização tem provocado uma grave falta de compreensão do que é o matrimônio a ponto de determinar a vontade do contraente, tanto que ele poderá contrair matrimônio com a intenção de se divorciar diante da primeira dificuldade, ou que procura uma satisfação individualista ou uma mera gratificação afetiva desconsiderando o consórcio de toda a vida (cf. cân. 1055 CIC 1983) e que os leve a uma simulação do consentimento. É necessário averiguar caso por caso e investigar a influência da cultura contemporânea sobre uma ou outra parte, de tal forma que essa influência seja contrária a fé e como influencia na vontade de uma ou de outra parte e, desta forma, não inclui na sua vida e na sua vontade os valores da indissolubilidade, da unidade, da fidelidade, do bem dos cônjuges e do bem da prole. Assim o seu consentimento estaria viciado em sua intenção por uma grave falta de compreensão do próprio matrimônio. Para se provar essa falta de fé, o juiz deverá avaliar a formação humana e cultural das partes, principalmente se a família vem do materialismo e do ateísmo, os valores

negação da fé, se negará, diretamente a sacramentalidade do matrimônio, através de uma simulação.⁴⁷ Quanto maior for a fé dos contraentes, melhor será a disposição para se receber a plenitude da graça através do matrimônio e uma maior capacidade para responder fielmente a sua vocação e a missão que se recebe.

A pastoral, depois de apresentar o conteúdo teológico e canônico, deve apontar para um verdadeiro itinerário aos noivos como uma valorosa ocasião de redescoberta e de aprofundamento da sua fé através de um percurso formativo (cf. *FC* 66; *AL* 205-211), para que acolham e vivam livremente a sua vocação matrimonial no serviço de Cristo e do Reino de Deus.⁴⁸ “A preparação para o matrimônio cristão é já qualificada como um itinerário de fé: põe-se, de fato, como ocasião privilegiada para que os noivos descubram e aprofundem a fé recebida no batismo e alimentada com a educação cristã. Desta forma reconhecem e acolhem livremente a vocação de seguir o caminho de Cristo e de se pôr ao serviço do Reino de Deus no estado matrimonial” (*FC* 51).

No itinerário de amadurecimento e discernimento da fé, a preparação dos namorados e noivos, como lugar privilegiado de formação para o matrimônio cristão, deve evidenciar quatro ideias principais (cf. *FC* 56), a saber: 1) O matrimônio, que pressupõe a graça do batismo, é fonte e meio original de santificação para os cônjuges e para toda a família cristã; 2) O dom de Jesus Cristo, no mistério da sua morte e ressurreição, em virtude do qual o amor conjugal é purificado e santificado, “não se esgota na celebração do matrimônio, mas acompanha os cônjuges ao longo de toda a existência” (*FC* 56). A sacramentalidade do matrimônio não se esgota no matrimônio *in fieri*, mas se projeta permanentemente pelo matrimônio *in facto esse*. Não é somente sacramento no momento da celebração, mas é sacramento permanente, um ato, uma decisão para toda a vida; 3) A vocação universal à santidade está dirigida, também, aos cônjuges e pais cristãos. Essa vocação se especifica pelo sacramento celebrado e se traduz

de fé que traz ou a completa ausência da fé, o fechamento em si mesmo e em sua própria razão e a percepção de que o matrimônio seja apenas uma forma de gratificação pessoal, afetiva e passageira capaz de fazer com que os contraentes simulem o consentimento. A falta de fé em si mesma não é causa da nulidade do matrimônio e não é um motivo suficiente para se enviar para o processo mais breve. Só pode ser utilizada quando a falta de fé se caracteriza como uma simulação do sacramento do matrimônio ou como um erro que determina a vontade dos contraentes (Cf. cân. 1099 *CIC* 1983) e que a causa do matrimônio seja completamente estranha à natureza do sacramento do matrimônio. É notório, por exemplo, que muitas pessoas que não têm uma vivência da fé adequada e se utilizando de uma liberdade exagerada, reservam para si o direito de se divorciar quando achar por bem e a contrair novo matrimônio. Em si estamos vivendo uma época em que a boa parte dos fiéis estão reservando para si esse direito em detrimento da indissolubilidade do matrimônio”. STEFANELLO. *Aspectos do aligeiramento* p. 217.

⁴⁷ Importante ressaltar que o artigo não trata da situação dos matrimônios daqueles que abandonaram a fé católica, dos matrimônios mistos e dos matrimônios com disparidade de culto.

⁴⁸ Cf. todo o capítulo III da Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*.

concretamente na vivência conjugal e familiar. Desta vocação nasce “a graça e a exigência de uma autêntica e profunda *espiritualidade conjugal e familiar*, que se inspire nos motivos da criação, da aliança, da cruz, da ressurreição e do sinal, sobre cujos temas se deteve várias vezes o Sínodo” (FC 56); 4) Da vocação universal à santidade nasce para os cônjuges o dever de viver cotidianamente a santificação recebida, pois “do mesmo sacramento dimanam a graça e o empenho moral de transformar toda a sua vida num contínuo sacrifício espiritual” (FC 56).

O cân. 1063, evidencia esse processo gradual e contínuo na assistência pastoral, em relação ao matrimônio, como uma missão de toda a comunidade cristã. O cânon fala de uma formação geral sobre o significado e sobre as exigências do matrimônio, enquanto realidade natural e sobrenatural (sacramental) para todos os cristãos. A formação específica para o matrimônio deve considerar a santidade do sacramento e os deveres do novo estado de vida dos contraentes (cf. cân. 207 §1, 210).⁴⁹

Não se trata meramente de um curso preparatório, mas de um itinerário de preparação e discernimento dos jovens ao matrimônio e à vida familiar. O curso é somente um meio que a Igreja dispõe para essa preparação, porém, o mais importante é a preparação, a sensibilização que traz à tona os valores da vida familiar e conjugal, o sentido real do sacramento do matrimônio e a missão da família cristã no mundo e na Igreja, e isto acontece no acompanhamento personalizado. A preparação ao matrimônio deve trazer à luz também as crises que vivenciam as famílias e a praga do divórcio (cf. AL 31-57), porém, com mais ênfase, evidenciar a grandeza do amor e da dignidade do sacramento do matrimônio, como nos apresenta o Papa Francisco na *Amoris laetitia*, capítulo III, e quando fala das características do amor verdadeiro no capítulo IV.⁵⁰

Não se trata de perder tempo contestando os que atacam o sacramento do matrimônio e o valor da família, mas de focar todas as forças na demonstração da grandiosidade e na maravilha que é o sacramento do matrimônio e a família (cf. AL 66, 86, 88, 166, 172, 288, 296). O ponto de partida para um itinerário de formação e discernimento é ter a consciência que Cristo elevou o pacto conjugal à dignidade de Sacramento da Nova Aliança e que o matrimônio e a família não são um bem privado, mas um bem de toda a Igreja e da sociedade, pois a salvação da pessoa e da sociedade humana está conexas estritamente com a realidade conjugal e familiar (GS 47).

⁴⁹ Cf. BIANCHI Paolo. La preparazione al matrimonio, oggi, in Italia. *Quaderni di Diritto Ecclesiale*, 2, 1988, p. 82.

⁵⁰ Cf. VANZETTO. *La preparazione al matrimonio*, p. 343.

Na preparação próxima se evidencia a preparação pessoal dos namorados e noivos para que tenham condições de se autodeterminarem e assumirem a santidade e obrigações do seu novo estado de vida (o de casados ou de cônjuges). Essa preparação se desenvolve no período de namoro e noivado e se ressalta o conhecimento mais específico em relação aos sacramentos, especialmente em relação ao sacramento do matrimônio, para que seja celebrado e vivido com as devidas disposições teológicas, morais e civis.⁵¹ Destaca-se, neste período a formação religiosa dos jovens que deve ser integrada com uma preparação para uma vida como casal, como cônjuges, pois o matrimônio é uma relação interpessoal do homem e da mulher, com suas qualidades e seus defeitos. É importante que continuem aprofundando os problemas da sexualidade conjugal e da paternidade responsável através dos conhecimentos médicos e biológicos que estão em conexão. Encaminhar, através de métodos adequados, a educação dos filhos, favorecendo a aquisição de elementos base para uma ordenada condução da família (FC 66). A preparação próxima deve ser organizada de tal forma que seja como um caminho catecumenal de aprofundamento da fé (iniciação cristã), da vivência do amor e da caridade cristã um para com o outro e do significado teológico, humano e social do sacramento do matrimônio.⁵²

Deve-se pensar, na preparação próxima (nos últimos meses e semanas que antecedem à celebração do matrimônio),⁵³ em um caminho catecumenal aos jovens, onde se evidencia os valores e a grandeza do sacramento do matrimônio e as obrigações que os implicará por toda a vida. Deve-se trazer à luz, todas as implicações do matrimônio, para que os jovens tenham conhecimento e condições para se autodeterminarem na escolha que farão por toda a vida. Esse caminho catecumenal deve oferecer aos jovens as linhas principais, os valores e o conteúdo do sacramento do matrimônio, principalmente através do diálogo com o pároco que deve orientar os jovens casais na devida preparação ao matrimônio, através do curso de noivos e de um acompanhamento mais personalizado.⁵⁴

Além da preparação próxima para o matrimônio, na fase de noivado deve se evidenciar a preparação imediata. Nessa fase (preparação ao matrimônio concreto que irá contrair e que garante a validade e liceidade da celebração sacramental) destaca-se que “entre os elementos a

⁵¹ A Igreja pede o matrimônio civil para que o vínculo conjugal seja conhecido e defendido também no campo civil.

⁵² Cf. BIANCHI. *La preparazione*, p. 82.

⁵³ A falta de preparação próxima não pode resultar em um impedimento para o matrimônio, pois basta que se evidenciem os requisitos mínimos requerido pelo direito para a válida e frutuosa celebração do matrimônio.

⁵⁴ Cf. BIANCHI. *La preparazione*, 83.

comunicar neste caminho de fé, análogo ao do catecumenato, deve incluir-se uma profunda consciência do mistério de Cristo e da Igreja, dos significados de graça e de responsabilidade do matrimônio cristão, assim como a preparação para tomar parte ativa e consciente nos ritos da liturgia nupcial” (FC 66). Este aspecto da celebração litúrgica encontramos, também, no cân. 1063, 3º e se trata de ajudar aos noivos a entenderem, através de uma celebração bem-preparada e frutuosa, os mistérios do matrimônio cristão e a sua participação, como esposos, neste mistério (cf. AL 123).

O cân. 1066 determina que se nada se opõe à válida e lícita celebração, se deve proceder à celebração do matrimônio. Essa certificação prévia se verifica através dos documentos recolhidos e das investigações prévias (batistério, exame dos contraentes, publicações e outros documentos canônicos – ex.: atestado de óbito para quem é viúvo ou viúva, declaração de nulidade matrimonial do matrimônio anterior, dissolução do matrimônio rato e não consumado, dispensa das obrigações sacerdotais ou religiosas).⁵⁵

Por fim, através das etapas de preparação, pode-se evidenciar alguns conteúdos que são próprios deste itinerário catecumenal de formação para o matrimônio: o significado do matrimônio cristão e da missão dos cônjuges e genitores cristãos (cân. 1063 n.1); vivência da santidade e dos deveres próprios do estado matrimonial (cân. 1063, n. 2); vida familiar vivida na santidade; (cân. 1063, n. 4); da vivência frutuosa da celebração se ressalta o que significa o sacramento do matrimônio como mistério de união e de amor fecundo entre Cristo e a sua Igreja (cân. 1063, n. 3); o matrimônio sacramental é o mesmo pacto conjugal instituído por Deus na criação; promover o valor do amor conjugal e do pacto matrimonial; anunciar o evangelho da família, principalmente sobre a elevação do matrimônio natural à dignidade de sacramento. Estes conteúdos devem ser organizados de tal forma que se considere a relação entre esposo e esposa; a evangelização e os princípios éticos do amor e da sexualidade; e os aspectos canônicos e jurídicos do consentimento matrimonial e não somente o momento celebrativo.⁵⁶

CONCLUSÃO

O discernimento não é fazer uma exceção à regra geral canônica e nem mesmo uma abertura irresponsável à recepção dos sacramentos, mas se trata de encontrar novos métodos para se acompanhar os namorados e noivos ao longo do caminho. Não se trata da chegada, mas

⁵⁵ Cf. *Ibid.*, p. 88-89.

⁵⁶ Cf. VANZETTO. *La preparazione al matrimonio*, p. 352.

da caminhada até se chegar ao matrimônio e, logo em seguida, da continuidade da decisão que comporta maturidade, discernimento e inúmeras responsabilidades que durarão por toda a vida em um ato de doação e aceitação recíproca.

O discernimento é necessariamente um caminho em direção a uma meta, iluminado pela verdade do vínculo matrimonial, pelo Evangelho da Família e pela verdade do próprio desejo e vontade dos namorados e noivos. É no discernimento que os namorados e noivos encontram o caminho para responder ao chamado de Deus através do crescimento e da superação dos próprios limites (cf. AL 305).⁵⁷ Em *Amoris laetitia* o discernimento é uma palavra-chave e não se trata apenas de uma análise sociológica, psicológica ou antropológica da realidade, mas refere-se à capacidade para discernir sobre a vontade de Deus e cumpri-la aqui e agora. Mais do que um ato, o discernimento é um processo aberto e que deve favorecer a evangelização e o crescimento humano e espiritual.⁵⁸

BIBLIOGRAFIA

BAÑARES Juan Ignacio. *Comentario del can. 1058*, in *Comentario exegético al código de derecho canónico*. Vol. III/2. Pamplona: Universidad de Navarra, 2002.

BIANCHI Paolo. La preparazione al matrimonio, oggi, in Italia. *Quaderni di Diritto Ecclesiale*, 2, 1988.

COMISSÃO NACIONAL DA PASTORAL FAMILIAR; GUIMARÃES, Crispim, *Itinerário vivencial de acompanhamento personalizado para o sacramento do matrimônio*. Brasília 2021.

FRANCISCUS. Adhortatio apostolica *Evangelii Gaudium*, Episcopis Presbyteris ac diaconis viris et mulieribus consecratis omnibusque christifidelibus laicis de Evangelio Nuntiando nostra aetate, 2013.

_____. Litterae apostolicae motu proprio datae *Mitis Iudex Dominus Iesus*, Quibus canones Codicis Iuris Canonici de Causis ad Matrimonii nullitatem declarandam reformantur, 2015.

_____. Adhortatio apostolica post-synodalis *Amoris laetitia*, Episcopis Presbyteris Diaconis Personis Consecratis Christianis Coniugibus omnibus Christifidelibus: de Amore in Familia, 2016.

GRANADOS José, KAMPOWSKI Stephan, PÉREZ-SOBA Juan José. *Amoris laetitia, accompagnare, discernere, integrare. Vademecum per una nuova pastorale familiare*. Siena: Cantagalli, 2016.

IOANNES PAULUS II. Adhortatio apostolica *Familiaris consortio*, Ad Episcopos, sacerdotes et Christifideles totius Ecclesiae Catholicae: de Familiae Christianae muneribus in mundo huius temporis, 1981.

⁵⁷ Cf. GRANADOS José; KAMPOWSKI Stephan; PÉREZ-SOBA Juan José. *Amoris laetitia, accompagnare, discernere, integrare*, p. 170-171.

⁵⁸ Cf. MARTÍNEZ SISTACH. *Come applicare*, p. 73.

IOANNIS PAULI II. Allocutio *Con particolare gioia*, Ad eos qui plenario coetui Pontificii Consilii pro Familia interfuerunt coram admissos, 1984.

MARTÍNEZ SISTACH, Cardinale Lluís. *Come applicare l'Amoris Laetitia*. Città del Vaticano: Librerie Editrice Vaticana, 2016.

NAVARRETE, Urbano. Diritto fondamentale al matrimonio e al sacramento. *Quaderni di Diritto Ecclesiale* 1, 1988.

SACROSANCTUM CONCILIUM ECUMENICUM VATICANUM II. Constitutio pastoralis *Gaudium et spes*, De Ecclesia in mundo huius temporis, 1965.

STEFANELLO, Evandro. *Aspectos do aligeiramento do processo de nulidade matrimonial. Análise histórico-crítica e pastoral da Mitis Iudex Dominus Iesus*. Tese de Doutorado em Direito Canônico. Roma: Università Pontificia Salesiana, 2019.

VANZETTO, Tiziano. La preparazione al matrimonio, compito di tutta la comunità cristiana ed esigenza attuale. *Quaderni di Diritto Ecclesiale*, 15, 2002.

A IGREJA QUE NASCE DO ESPÍRITO SANTO - SINODALIDADE E PODER, TESTEMUNHO DO PAPA FRANCISCO À LUZ DO VATICANO II

THE CHURCH BORN OF THE HOLY SPIRIT: SYNODALITY AND POWER, TESTIMONY OF POPE FRANCIS IN THE LIGHT OF VATICAN II

*Romildo Henriques Pinas**

RESUMO: Este artigo procurou refletir de forma breve o dilema vivido pela Igreja no decorrer dos séculos, de um lado, a sua missão de vivência da sinodalidade e da participação dinamizadas pela força do Espírito Santo desde Pentecostes. Em tal experiência reina o sentido de fraternidade, de solidariedade e de comunhão com Jesus Cristo e com os irmãos. Por outro lado, ao mesmo tempo, a Igreja constituída de pecadores sofre os vícios do mundo, é enlameada pela influência do poder temporal e da dominação. No decorrer dos anos, não poucas vezes, ela se viu afastando do projeto do reino e se misturando com os projetos mundanos. Diante de tal dilema, hoje, mais uma vez, a Igreja é chamada a dar testemunho do reino de Deus e assumir uma postura de fraternidade e de comunhão sinodal, tal propósito se faz muito vivo no magistério do Papa Francisco.

Palavras-chave: Igreja; sinodalidade; poder; Espírito Santo; Papa Francisco.

ABSTRACT: *This article offers a brief reflection on the age-old dilemma faced by the Church, on the one hand, its mission to experience synodality and active participation fueled by the power of the Holy Spirit since Pentecost. This experience fosters a sense of fraternity, solidarity, and communion with Jesus Christ and fellow believers. On the other hand, being comprised of sinners, the Church is sometimes marred by the vices of the world and by temporal power and domination. Throughout history, it has many times strayed from the divine project, entangling itself in secular pursuits. In the face of this ongoing dilemma, the Church is once again summoned to bear witness to the kingdom of God and embrace a posture of fraternity and synodal communion, such purpose finds is very much alive in the magisterium of Pope Francis.*

Keywords: *Church; synodality; power; Holy Spirit; Pope Francis.*

* Doutor e Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Graduado em Teologia e em Filosofia.

INTRODUÇÃO

A pergunta preeminente ao abordar o tema deste estudo é: por que falar de sinodalidade ou formação para uma vivência eclesial fraterna e de comunhão? Seria esse projeto uma pura utopia assim como outros ideais cristãos, como por exemplo, o projeto do Reino de Deus? Quem garante à Igreja o sentido sinodal? Ou ainda, é possível de fato vivenciar uma Igreja sinodal, numa época de privatização e de individualização da fé cristã? Essas questões podem demarcar um pouco o que pretendemos abordar de forma muito simples e sintética no presente artigo.

Num primeiro momento, buscamos resgatar o sentido eclesial da fé cristã, seu viés comunitário que brota do Espírito Santo no dia de Pentecostes. Jesus viveu uma fraternidade envolvente e sedimentada no sentido de fazer um caminho ‘odos’ junto com seus seguidores. Tal caminho torna-se evidente para os discípulos no evento da ressurreição e Pentecostes. O exercício da fraternidade tornou-se uma nota indelével no convívio de Jesus com os discípulos, bem como no testemunho das comunidades cristãs pós-pascais.

Num segundo momento, passaremos brevemente pelo processo de transição entre uma Igreja primordialmente fundada e formada nos ensinamentos do Mestre de Nazaré, nela constitui-se a fé de maneira comunitária e como serviço, conservando assim o *kerigma* fundante. Pelo seguimento, pelo testemunho fraterno e na vivência do projeto do reino como lugar de comunhão com Deus e com os irmãos, os primeiros cristãos garantiram a ‘essência da fé’ sem cair em desvios e divisões. A Igreja nasce da doação máxima de Jesus na cruz e do testemunho de *diakonia* e de *koinonia* das comunidades fiéis ao Espírito do Ressuscitado. Neste tópico ainda cabe confrontar o modelo de Igreja conforme o projeto de Jesus Cristo e o distanciamento desse modelo no decorrer da história.

O terceiro tópico vai refletir a retomada dos valores eclesiais da comunidade cristã primitiva no mundo hodierno, bem como o resgate dos ensinamentos de Jesus Cristo como paradigma permanente da vivência da fé. Esse resgate, sobretudo no contexto do Vaticano II, abre caminho para voltar-se ao modelo de participação ativa na fé e na vivência comunitária. Retoma à luz das Escrituras e da Tradição, os valores inalienáveis do evangelho, sobretudo o sentido de justiça e libertação, o valor da participação, onde todos caminham juntos em direção ao reino de Deus. Neste terceiro tópico não há como não sinalizar para as atitudes sinodais presentes no magistério do Papa Francisco.

1. A IGREJA DE PENTECOSTES: INSTRUÍDA NA UNIDADE E NO AMOR

O acontecimento pneumatológico ilustrado alegoricamente nos Atos dos Apóstolos, demarca, conforme a tradição, o brotar da Igreja.¹ É o Espírito quem irradia mechas de luz sobre as cabeças e os corações de todos aqueles que se faziam presentes na sala do medo (Cenáculo). Ele propicia o irradiar universal do sol sem ocaso do Ressuscitado, do Vivente. Os Atos dos Apóstolos fazem ver as consequências de tal ocorrido: a comunidade caminha unida, esforça-se para viver a fraternidade e se constitui no culto como verdadeira *ekklesia*. O ato parenético de Pedro no brotar da Igreja, exprime a sintonia da comunidade com o Cristo, que agora se faz presente de um modo definitivo e novo no meio dos *kerigmáticos*. É o Espírito quem garante a *exousia* da comunidade e sua decisão profética em favor do *kerigma* do Cristo ressuscitado. Ele dá o conhecimento da verdade, instruindo as comunidades, levando-as ao conhecimento (Jo 14 e 16), cria comunhão e participação de todos (2Cor 13,13), ele é princípio constituinte da Igreja.² A Igreja que brota do mistério de Cristo, mistério plenamente manifesto pelo Espírito no evento de Pentecostes, é filha da Trindade. Sem essa nota preliminar incorre-se no risco de andar por caminhos alheios à verdadeira identidade cristã.

O símbolo dos apóstolos ao professar a fé cristã, logo após a afirmação: “creio no Espírito Santo”, em seguida declara a fé “na Santa Igreja Católica”. A Igreja dos apóstolos é a Igreja do Espírito, sendo que toda tradição cristã ressalta essa nota no decorrer dos primeiros séculos. *Ekklesia* não contém o sentido político de influência helenista, nem também a etimologia específica da tradição judaica. Sem negar que esse conceito seja derivado da tradição veterotestamentária, contudo, ele tem um sentido diferenciado no contexto cristão. A palavra *ekklesia* é indicada no Novo Testamento como Igreja de Deus ou Igreja de Deus em Jesus Cristo (1Cor 1,1; 15,9; 2Cor 1,1; Gl 1,1.13; 1Ts 1,1; 2,12; 2Ts 1,1; Gl 1,22)³. Os fundamentos da comunidade cristã são forjados pela ação do Espírito na unidade de seus membros com o Cristo ressuscitado (Gl 3,28; Cl 3,11).

¹ K. Barth, ao contrapor a afirmação de Brunner da “Igreja como mal-entendido”, pois segundo ele, a comunidade de Jesus fundada no Espírito Santo nada tem em si do caráter de instituição e não pode ser identificada com essa; então aquele diz que a Igreja é um acontecimento, pois negar isso incorre num docetismo eclesial. Mesmo o modo de Barth pensar será questionado dentro da tradição protestante, pois ela não seria somente acontecimento, mas possuidora de uma forma legal e institucional. Instituição e acontecimento formam o conteúdo da Igreja. Cf. KASPER, Walter. *A Igreja Católica: Essência, Realidade, Missão*. São Leopoldo: Unisinos, 2011, p. 135.

² MIRANDA, Mario de França. *Teologia do Papa Francisco - Igreja sinodal*. São Paulo: Paulinas, 2018, p. 27ss.

³ KASPER, Walter. *A Igreja Católica: Essência, Realidade, Missão*, p. 132ss.

Ab initio cabe perguntar: por que afirmar uma base pneumatológica da Igreja se a comunidade pré-pascal girou em torno da pessoa de Jesus e seus discípulos? Então, de maneira irrefutável, para mostrar a unidade de Cristo com o Espírito, o Novo Testamento expõe como este esteve sempre atuante na vida de Jesus, desde seu nascimento, batismo e durante toda sua vida.⁴ Conforme já havia elucidado Orígenes, o Espírito já atuava desde a criação e, no evento da redenção, ensina a reconhecer Jesus de Nazaré como o eterno Filho do Pai, movendo os corações para a fé, a esperança e a caridade.⁵

Pentecostes é o dia, por excelência, da Igreja. Em Atos dos Apóstolos o evento é narrado com alguns traços significativos: o grupo dos que seguiam Jesus estava reunido; ocorreu um forte estrondo; caíram labaredas de fogo sobre as cabeças dos presentes. Com todo esse simbolismo, então, Lucas escreve que “todos ficaram cheios do Espírito”. Logo em seguida acontece o discurso efusivo de Pedro e os efeitos sucessivos de testemunhos por aqueles que vivenciaram aquela experiência pneumatológica (At 1,8).⁶ O Espírito enche os corações, habita neles. Interessante, como já notara Schilleiermacher, Pentecostes ocorre como evento comunitário, que por sua vez, liga cada cristão à Igreja.⁷ Se “comunhão” não é uma palavra recorrente no contexto do Novo Testamento para caracterizar a Igreja,⁸ todavia, o Espírito desperta esse sentimento, ou ainda, instrui a comunidade nascente para participar da vida do Ressuscitado e fazer comunhão com ele pela prática do amor aos irmãos. Nessa perspectiva, o relato de Atos confirma aquilo que seria a conclusão do evangelho de Lucas: Jesus e o Pai realizam a promessa do envio daquele que constituiria o poder dos doze.⁹ É uma *exousia* que estabelece a *diakonia* como dedicação ao *kerigma*.¹⁰

O Espírito forma a Igreja e educa seus membros para participarem da vida de Jesus. Como relatado em Lucas, ele desempenha o papel de conexão entre a profecia de Israel e a atividade profética acontecida no mistério da vida de Jesus Cristo. O mesmo sentido está implicado naquilo que se refere ao nascimento da Igreja. Como lembra Brown, o Livro dos Atos deveria se chamar não Atos dos Apóstolos, mas Atos do Espírito, pois é ele quem

⁴ MIRANDA, Mario de França. *A Igreja em Transformação: Razões atuais e perspectivas futuras*. São Paulo: Paulinas, 2019, p. 42.

⁵ PANNENBERG, Wolfhart. *Systematische Theologie*, Band III. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht 1993, p. 13.

⁶ DUPONT, Jaques. *Estudos sobre os Atos dos Apóstolos*. São Paulo, Paulinas, 1974, p. 489.

⁷ PANNENBERG, Wolfhart. *Systematische Theologie*, p. 14.

⁸ MIRANDA, Mario de França. *A Igreja numa Sociedade fragmentada*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 69.

⁹ FABRIS, R. *Atos dos Apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 75.

¹⁰ BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e poder: Ensaio de Ecclesiologia Militante*. São Paulo: Ática, 1994, p. 111.

capacita os discípulos a tomarem o lugar de Jesus na terra. A força do Espírito constitui Jerusalém como novo Sinai, e todas as características de Pentecostes são correlatas à ideia de uma nova criação.¹¹

De acordo com Atos, o Espírito constitui comunidades, capacita-as para a fraternidade, revela a verdadeira identidade do Ressuscitado e impulsiona a Igreja nascente para o anúncio do Vivente. O Espírito convoca, possibilita a conversão e destina pessoas à missão. É ele quem ilumina as comunidades primitivas na superação dos conflitos, fortificando a comunhão entre as igrejas nascentes. A dádiva do Espírito insere a Igreja no mistério de Cristo e habilita cada fiel a participar da filiação divina. No Espírito do Ressuscitado, concomitantemente, o Paráclito é aquele que forma a comunhão dos fiéis.¹² Então estabelece-se a unidade com todos os crentes, instaura-se na Igreja nascente um ideal de comunidade que tem por fundamento o mistério trinitário, o ‘juntos’ deve superar o individual, pois a Igreja está, pelo Espírito, em plena sintonia com a Trindade.¹³

No contexto atual, a Igreja do Vaticano II, seguindo séculos de tradição, também vai realçar que o Espírito congrega na unidade da fé, da esperança e da caridade o Povo da nova Aliança (*Unitatis Redintegratio (UR)*, 755).¹⁴ Ele santifica-a perenemente, rejuvenesce-a e renova-a, concede dons hierárquicos e carismáticos, conduzindo-a à verdade (*Ad Gentes 9; Lumen Gentium*, 4). No batismo, pelo Espírito, a Igreja constitui um só corpo, isto é, o único princípio associado ao sentido eucarístico do pão e do vinho. Digno de nota é uma afirmação da *Speculum Ecclesiae*, neste documento relaciona-se a unidade do mistério do corpo de Cristo transubstanciado do pão e do vinho com a Igreja, pois ela se torna esse mesmo corpo no mistério eucarístico.¹⁵ O Espírito garante a sinergia da Igreja com o mistério de Cristo, sustenta a missão e a comunhão de dons.

A vida segundo o Espírito possibilita a *kenosis* como processo de libertação do autocentrismo e daquilo que obstaculiza a emergência do reino. É no render-se ao Espírito

¹¹ BROWN, E. Raymond. *As Igrejas dos Apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 81ss.

¹² PANNENBERG, Wolfhart. *Systematische Theologie*, p. 25ss.

¹³ CZERNY, Michael. Uma Igreja que ‘caminha junto’. Sinodalidade na era do Papa Francisco. In: *Perspectiva Teológica*, v. 54, n. 1, Jan./Abr., 2022, p. 67ss. Sobre tudo quando o autor fala da graça das diferenças fica patente que a riqueza da Igreja se faz por uma unidade na diversidade de dons e carismas. É partindo dessa poliédrica imagem de dons que o Papa Francisco compreende o tema da sinodalidade.

¹⁴ *Unitatis Redintegratio*, 755. In: COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições decretos declarações*. Petrópolis: Vozes, 2000. Para todos os documentos do Vaticano II, usaremos a versão do compêndio das Vozes aqui citado.

¹⁵ DE LUBAC, Henri. *Corpus Mysticum: l’eucharistie et L’Église au Moyne Age – Étude historique*. Paris: Aubier, MCMXLIX, p. 116.

que o crente vê sua ação se efetivar na comunidade eclesial. Pois o Espírito silencia toda vontade de poder, toda atitude egoísta e capacita os fiéis para o encontro fraterno com o Cristo vivo. Ele forma a comunidade verdadeiramente fraterna. Por isso que uma das perguntas que norteia o projeto sinodal proposto pelo Papa Francisco é: “que passos o Espírito nos convida a dar para crescer como igreja sinodal?”¹⁶ Essa pergunta defronta com o longo dilema do exercício do serviço carismático da Igreja com o drama do poder que como joio não é fácil de ser arrancado do meio da seara humana.

2. O KERIGMA CRISTÃO COMO PRÁTICA DO AMOR E DO SERVIÇO E A ESTRUTURA DE PODER ECLESIAL COM SEUS DESAFIOS NO DECORRER DA HISTÓRIA

Seria pretensão num pequeno texto querer reconstituir o longo caminho querigmático da tradição cristã, bem como descer aos detalhes do processo histórico que demarcam mais de dois milênios da vida da Igreja, contudo, vale a pena sinalizar ao menos para alguns elementos fundamentais e perenes que foram garantidos pelo evangelho e pela Tradição. Elementos esses sejam como dados históricos ou valores constitutivos da trajetória de fé do povo cristão que não podem ser exatamente demarcados com toda objetividade, mas fazem parte do *depositum fidei* tanto no sentido positivo quanto negativo da história da Igreja como tal. Aqui vamos sinalizar para os primórdios do *kerigma* cristão, tendo como fundamento referencial a vida de Jesus com os discípulos,¹⁷ para a partir de tal referencial indicar alguns pontos relevantes no acontecer da vivência cristã ao longo dos séculos, pontos que de alguma maneira, ajudam a entender o percurso da Igreja com seus desafios e superações.

Contrapondo a qualquer desejo de poder que não deixa de ser um dado ontológico da *hbris* humana, por sua vez, como se nota na Escritura, a relação de Jesus com seus discípulos ou com todas as pessoas que encontrava, estava fundada exclusivamente na autêntica fraternidade e no amor. Esse modo de Jesus agir é uma nota primordial no seu modo de viver e anunciar o reino de Deus. Os mandamentos do amor a Deus e ao próximo são os pilares por excelência da participação no reino de Deus, e mais, a Primeira Carta de João é incisiva quando

¹⁶ SÍNODO DOS BISPOS. *Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão*, n. 2. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Sinodo-2023-Docmento-Preparatorio.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

¹⁷ Naturalmente que para fazer bem esse caminho, haveríamos de descer na cristologia e na eclesiologia dos primeiros séculos, opção impossível de ser efetivada neste texto.

insiste que quem disser que ama a Deus que não vê e deixa de amar seu irmão que vê, não passa de um mentiroso (1Jo 4,20).

A mensagem de Jesus é contundente, ela se concentra exclusivamente no projeto do reinado de Deus: “buscai primeiro o reino de Deus” (Mt 6,33). A verdade querigmática anunciada depois da ressurreição de Jesus foi garantida nas afirmações consolidadas no evoluir da Igreja nascente, pois todas as comunidades procuram alinhar-se ao fundamento central da fé cristã, objetivado na mensagem do Mestre durante sua vida na terra; e agora, depois da Páscoa, pela pregação dos apóstolos e de seus sucessores. Os fundamentos da fé cristã estão em Jesus e no anúncio querigmático feitos pelos discípulos, pois eles são testemunhas do acontecido antes e depois da Páscoa do Senhor.

Não é de se admirar que uma Igreja institucionalmente invisível não iria muito longe, então, logo nas primeiras décadas, algures na teologia paulina, bem como nos evangelhos sinóticos, vão emergir elementos constitutivos da organização institucional. O sínodo de Jerusalém talvez seja a primeira expressão patente de nuances formais de governo (hierarquia?). O sentido de comunidade de irmãos, amigos unidos por um ideal em torno de Jesus e do reino, vai sendo remodelado numa estrutura que se organiza distinguindo pessoas, constituindo já em seus rudimentos (diáconos, presbíteros e episcopos). Ideias de privilégio hierárquico, como se vê, já permeiam os evangelhos, onde há aqueles que almejam lugares de destaque e que, por sua vez, são repreendidos por Jesus. Mesmo entre os Doze identifica-se tentativas no sentido de conseguir o primeiro lugar no reino (Mc 9,33-37; 10,35-40). Contudo, a pregação de Jesus nunca desviou de sua centralidade no que se refere ao reino de Deus: “tornar-se como criança” (Mt 18,4) se quiser entrar no reino de Deus. Soma-se a isso todo caminho que Jesus fez junto dos discípulos. Ele os tratava não como inferiores, mas como irmãos, amigos. Esse sentido de fraternidade e de amor é que garante que a Igreja vai permitir o espírito da sinodalidade como valor formativo, acontecimento teologal muito bem expresso no caminho de Emaús (Lc 24,13-35).

A fraternidade torna-se regra de vida para os seguidores de Jesus quando eles recebem dele o novo mandamento: “amai-vos como eu vos amei” (Jo 13, 34). Esse *mandatum* determina a concretude do contexto no qual ele é dado: Jesus fez um gesto máximo de humildade e de serviço durante a última ceia. Com a atitude de lavar os pés de seus discípulos, ele testemunha a *koinonia* do reino. Lavar os pés era tarefa de pessoas mais simples e excluídas da sociedade (servos). Desse modo, a comunidade eclesial, inserida no discurso de despedida, vai ser

identificada com o dom de servir aos irmãos na prática do amor. O gesto de Jesus exprime de modo conclusivo o amor total de Deus pelo ser humano, revelando também a sua missão como serviço e obediência ao Pai. A nova aliança que surge no último encontro de Jesus com seus amigos, não foi forjada sobre o rigor da Lei, mas na intimidade relacional de Jesus com o Pai e com os discípulos, uma aliança constituída pelo amor, no serviço e na unidade.¹⁸

Em conformidade com o quarto Evangelho, também a Primeira Carta de João obedece ao mesmo diapasão na insistência da prática do amor fraterno na comunidade. O texto leva a sério o tema do amor, ousando dizer que: “quem não ama não descobriu a Deus, porque Deus é amor” (1Jo 4,8). Esse versículo materializa o valor da fraternidade para com todos,¹⁹ expondo assim o esforço de superação da tensão permanente que a comunidade vivia: enfrentar o ódio e as disputas e, ao mesmo tempo, se exercitar na unidade e na comunhão, todos caminhando juntos. O conteúdo do *kerigma* deixado como normativo por Jesus, torna-se visível na fraternidade e no amor prático das igrejas, ele deve ser assumido de forma radical pelos membros da comunidade. Os valores do amor e da fraternidade não aceitam a dominação de uns sobre outros.

Há de convir que essa chave de leitura joanina garante ainda hoje a viabilidade para temas como o sentido da Igreja como povo de Deus, constituída de irmãos, bem como para o tema da sinodalidade e da comunhão. Então devemos de nos perguntar: por que a Igreja se distanciou desse ideal tão belo não somente da comunidade joanina, como também de outras comunidades como aquela retratada em Atos dos Apóstolos? Obviamente que se quiséssemos responder a essa pergunta com profundidade teríamos de fazer o longo e árduo caminho da tradição cristã, sobretudo depois da união da Igreja com o Império romano, todavia, isso se faz impossível no presente texto, contudo, sinalizaremos para alguns marcos que vão expor determinadas rupturas ou desvios do *kerigma* original e do sentido de sinodalidade fraterna tão forte nos primeiros séculos da vida cristã.

Como já mencionamos, ao olhar para a relação de Jesus com os discípulos identifica-se aqueles que buscavam seus privilégios e vantagens diante do projeto do reino de Deus, inclusive os que esperavam um reino de poder e dominação política. Naturalmente que não foram esses que se destacaram nos primeiros séculos da vida cristã, mas sim, os que depois da ressurreição

¹⁸ VARGHESE, Johns. *The Imagery of Love in the Gospel of John*. Roma: GBP, 2009, p. 333.

¹⁹ RATZINGER, Joseph. *Il Nuovo Pueblo de Dios*. Barcelona: Herder, 1972, p. 444.

anunciavam a chama fumegante da boa nova reluzente do Cristo que se tornou glorioso pelo caminho do sofrimento, da entrega e da cruz. Como atesta os textos paulinos: o apóstolo prega o Cristo crucificado e ressuscitado. Não obstante ao conteúdo central do *kerigma* constituído pela doação e pelo amor, muito em breve, os textos da Escritura vão mostrando o surgimento de disputas e divergências, como também o emergir de estruturas de poder. Surgem modos diversos de organização eclesial, fortalecendo a estrutura institucional diante de ameaças das heresias.²⁰ O crescimento das comunidades favorece a formação do colégio de presbíteros ou anciãos (At 14, 23) ou o serviço do epíscopo que vai coordenar e supervisionar os carismas (1 Tm 3, 1-7). Sem desconsiderar alguns princípios institucionais dos primeiros séculos, contudo, a Igreja pós-apostólica ainda se manteve plenamente fiel aos ensinamentos do Mestre e conseguia com todo zelo salvaguardar o conteúdo querigmático dos evangelhos. O primeiro grande impacto no modo de ser da Igreja ocorrerá com o *Edictum mediolanense*, esse acordo garantiu a liberdade dos cristãos de praticarem sua religião, cessaram-se as perseguições.

2.1 DILEMA DA IGREJA DEPOIS DA UNIÃO COM O IMPÉRIO ROMANO: TENSÃO ENTRE *POTESTAS* E *DIAKONIA*

Com o apogeu da institucionalização da Igreja nos primeiros séculos ocorreu a oficialização do cristianismo como religião oficial do Império Romano.²¹ Até o IV século as comunidades cristãs se organizavam no enfrentamento da *gnose* e das heresias que iam surgindo de forma bem descentralizada. O fulgor da mensagem cristã deixada pelos apóstolos e continuada por seus seguidores no contexto pós-apostólico, ainda garantia uma unidade carismática e querigmática das comunidades. Não vamos descer aos detalhes do processo de mudança desse modo de ser, mas o primeiro confronto em nível de uma Igreja universal, colegial ecumênica, no seu sentido estrito, aparece pela primeira vez com o Concílio de Niceia em 325,²² já organizado sob a tutela do Imperador Constantino.²³ Quando o cristianismo se

²⁰ MIRANDA, Mario de França. *A Igreja em transformação*. Razões atuais e perspectivas futuras. São Paulo: Paulinas, 2019, p. 50.

²¹ MIRANDA, Mario de França. *Teologia do Papa Francisco. Igreja sinodal*. São Paulo: Paulinas, 2018, p. 22. É interessante, que aprendemos em história esta ideia do Cristianismo como religião oficial com Constantino, contudo, Juan Luis Segundo faz notar que isso não ocorreu com Constantino, pois ele nunca declarou a fé cristã como religião oficial, contudo a Igreja vai ocupando todos os espaços de liberdade. Foi com Teodósio, em 391, quando proíbe-se todo culto pagão, pode-se dizer, em sentido amplo que, então sim, o cristianismo se converteu de fato em religião oficial. Cf. SEGUNDO, Juan Luis. *O Dogma que Liberta*. Fé, Revelação e Magistério dogmático. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 245ss.

²² Não vou elencar, mas são inúmeras obras, tanto de história da Igreja quanto de cristologia que tratam o grande ciclo da Igreja conciliar do primeiro milênio.

²³ POLANQUE, Jean-Rémy. *De Constantin à Charlemagne, à travers le chões barbare – Je sais – Je crois*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1959, p. 16s.

torna religião do Império Romano, então a Igreja acabou assumindo uma estrutura institucional, formando uma casta de pessoas privilegiadas diante do sagrado, elaborando uma estrutura ritual e jurídica que a confundia com os ritos imperiais, havendo uma bricolagem entre o poder religioso baseado no carisma, e no evangelho com o poder civil e político, emergindo o domínio do coletivo sobre o pessoal e da lei sobre a liberdade da fé.²⁴ Quando nas origens das funções do presbítero e do epíscopo, sobretudo no contexto pós-apostólico, não se verifica uma função de subordinação da primeira à segunda, trata-se de ministérios complementares inseridos na colegialidade sinodal, contudo no contexto patrístico isso vai sendo alterado, e o presbítero torna-se um subordinado de seu bispo, sendo que isso ainda persiste até nossos dias (*Lumen Gentium*, 28).²⁵

Este novo modelo constituído no cesaropapismo fez a Igreja de perseguida a perseguidora, vai reinar na Igreja verdadeiro terror, perseguição, exílio e dominação. O primeiro bispo que se levantou contra tal estrutura foi Ambrósio de Milão, pois as coisas divinas não são para serem assumidas pelo controle imperial, pois os palácios dizem respeito aos imperadores, mas as igrejas aos bispos.²⁶ Na verdade Constantino transfere para a Igreja a ideologia imperial, e, com isso, assume a condição de vigário de Deus Pai na terra, do mesmo modo que Cristo é no paraíso.²⁷ A crítica de Ambrósio vai ao encontro do que diz Ratzinger sobre a origem da Igreja e sua diferença das coisas ligadas ao poder temporal:

Esta não nasce de uma decisão autônoma, nem é produto de uma vontade humana, mas é criação do Espírito Santo. Este Espírito é a superação do espírito babilônico do mundo. A vontade humana de poder como se expressa na Babilônia, onde há uma uniformidade, pois se trata de dominar e de submeter, e por isso precisamente suscita ódio e divisão.²⁸

Não era de se surpreender, a hierarquia buscará se estabelecer junto do poder civil, resultando em conviências ambíguas e a mundanização de prelados,²⁹ resultando também, em certo uniformismo da cristandade ocidental. Nesse contexto, quanto mais se enfraquecia o Império mais poder assumia o papa, daí entender na evolução da história até o contexto medieval, quando ocorre a grande centralização com Gregório VII no século XI.³⁰ Nos

²⁴ MIRANDA, Mario de França. *A Igreja em Transformação*, p. 51.

²⁵ SEGUNDO, Juan Luis. *O Dogma que Liberta*, p. 238ss.

²⁶ POLANQUE, Jean-Rémy. *De Constantin à Charlemagne, à travers le chaos barbare*, p. 17.

²⁷ BESEN. José Artulino. *História da Igreja. Da Idade apostólica aos nossos dias*. São Paulo: Mundo e Missão, 2012, p. 45.

²⁸ RATZINGER, Joseph. *La Iglesia, una comunidad siempre en camino*. Madrid: San Pablo, 2005, p. 21.

²⁹ MIRANDA, Mario de França. *A Igreja em Transformação*, p. 52.

³⁰ Conforme vemos, a reforma gregoriana para combater a simonia e todos os desmandos cometidos no contexto da passagem do primeiro para o segundo milênio também trouxe suas sequelas até nossos dias. Houve rígida

primeiros séculos, até o fim do primeiro milênio, a Igreja, mesmo dentro de uma estrutura imperial, graças ao contínuo esforço das Igrejas locais: Alexandria, Antioquia, Jerusalém e outras, nelas presentes grandes Padres como Atanásio, Irineu, Cirilo, Orígenes, Ambrósio, Agostinho, esses homens conseguiram preservar o sentido carismático original, sobretudo a noção de comunidade, *ekklesia*, seu aspecto colegial e sinodal torna-se amplamente visível nos variados e longos concílios ecumênicos dos primeiros séculos. Contudo, desavenças, luta por poderes temporais, perseguições a hereges etc., cada vez mais, vão se tornando mais visíveis dentro da Igreja.

No contexto medieval, o cristianismo assumiu poder absolutista, infelizmente, aqui não há como tratar esse período com a devida profundidade histórica, mas vários autores mostram os desmandos, os abusos de poder, o terrorismo do medo disseminado e a exploração exacerbada praticada por papas, bispos e padres. O melhor e triste exemplo é de Alexandre VI, seu pontificado é uma das mais ignominiosas páginas da história da Igreja,³¹ sua vida tanto antes quanto durante o papado foi recheada de abusos e escândalos, sendo que chegou a papa por meio de suborno e falcatruas. Caso fôssemos percorrer toda história que antecede ao papado de Alexandre VI, bem como o contexto eclesial que virá depois, há um rastro de abusos no uso do poder e de problemas político-morais que demarcaram o contexto precedente à Reforma protestante. Aqui vale recordar a cena descrita por Dostoievski no romance “Os Irmãos Karamazov”, na passagem em que Jesus é preso e levado ao tribunal inquisidor e acaba sendo condenado. A cena revela o absolutismo da hierarquia autoritária que se coloca acima do próprio Cristo.³² Quando Juan Luis Segundo comenta a lenda do Grande Inquisidor, ele recorda que a Igreja ao se casar com o poder faz aliança com o diabo.³³ Na verdade, com o evoluir da cristandade, emergiu no pensamento cristão a ideia da Igreja como sociedade perfeita, constituindo máxima centralização na figura do Papa e na sede romana, com isso, sobrepondo

centralização no primado pontifício, as nomeações episcopais foram reservadas ao papa; o controle doutrinal; os sacramentos assumem uma natureza medicinal, numa sociedade marcada pelo pessimismo; a constituição de uma hierarquia forte, mesmo que os bispos percam força diante do povo, pois são da nobreza ou atrelados a ela. Essa configuração gregoriana passa por toda Idade Média e chega até nossos dias. Para tal problemática conferir: MIRANDA, Mario de França. *A Igreja em Transformação. Razões atuais e perspectivas futuras*. São Paulo: Paulinas, 2019; BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e poder: Ensaio de Eclesiologia Militante*. São Paulo: Ática, 1994.

³¹ DREHER, Martin, N. *A crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma*. V. 3. São Leopoldo: Sinodal, 1996, p. 16ss.

³² BARROS, Marcelo. A Igreja do poder e a comunidade da fraqueza (Como viver uma espiritualidade ecumênica em uma Igreja autoritária). In: *Revista Dominicana de Teologia*, ano II, n. 3, jul./dez., 2006, p. 49ss.

³³ SEGUNDO, Juan Luis. *Essa Comunidade Chamada Igreja (Teología abierta para el laico adulto, 1)*. Buenos Aires: Carlos Lohlé, 1968, p. 133ss.

às outras igrejas locais. Os demais bispos tornam-se vigários do papa,³⁴ com isso, esvaziando o sentido de sinodalidade e colegialidade eclesial. Como já mencionamos acima, o apogeu disso ocorreu no final da Idade Média com todos os desvios e absurdos praticados pelo clero, desembocando na Reforma protestante.

O cenário das indulgências e uma eclesiologia papalista que evolui sobretudo a partir do século XIII, não negando que já tinha suas raízes fincadas anteriormente no século XI, quando Gregório VII publicou o *Dictatus Papae* (1075). Com esse documento, ele reivindicou para si o *status* de poder absoluto. O suporte para tal decisão não é a figura de Jesus Cristo pobre, humilde e fraco, mas Deus, Senhor onipotente do cosmos e fonte única do poder.³⁵ É relevante citar Álvaro Pelágio (+1353) que confundia a figura de Pedro com a Igreja, e atestava que “onde estiver o papa ali está a Igreja Romana e a Sé Apostólica, assim como a Cabeça da Igreja”.³⁶ Juan Luis Segundo, ao tratar os fundamentos da dogmática que subjaz ao primado de Pedro bem como sua sucessão concedida dentro da Tradição ao Bispo de Roma, recorrendo a Ratzinger na sua obra “O novo povo de Deus”, lembra que o primado não tinha nenhum caráter administrativo, mas somente um sentido simbólico-dogmático. O modelo governamental centrado em conceitos imperiais acabou dando à sede romana um *status* de Igreja universal no sentido de governo e domínio sobre as outras igrejas locais.³⁷

O longo processo de institucionalização da Igreja e sua configuração ao modelo de governo da sociedade civil, confundindo o poder dos bispos com o dos príncipes, foi acontecimento que resultou no fechamento da hierarquia em si mesma, deixando em segundo plano o valor conciliar, essa teologia fora derrotada no Concílio de Basileia (1431ss).³⁸ Quando olhamos retrospectivamente para o início do segundo milênio, sobretudo depois da criação das universidades, nota-se que paralelo ao modelo centralizador de cristandade, aquele baseado nos privilégios de uma hierarquia controladora do poder de Deus, defensora do combate a todo tipo de heresia pelas grandes cruzadas, vendedora de toda espécie de indulgências; junto à magia dominante do teocentrismo autoritário emerge paralelamente um humanismo desafiador, confrontativo e que vai dismantelandando com a estrutura de poder que vigorou até então. Alguns autores modernos chamaram esse movimento de “desencantamento”.³⁹

³⁴ MIRANDA, Mario de França. *A Igreja em Transformação*, p. 54.

³⁵ BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e poder*, p. 97.

³⁶ DREHER, Martin, N. *A crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma*, p. 19ss.

³⁷ SEGUNDO, Juan Luis. *O Dogma que Liberta*, p. 250ss.

³⁸ DREHER, Martin, N. *A crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma*, p.20ss.

³⁹ TAYLOR, Charles. *Uma era Secular*. São Leopoldo: Unisinos, 2008, p. 42-44ss.

A Reforma protestante foi o evento mais significativo em nível eclesiológico no alvorecer da modernidade, trata-se da primeira e decisiva grande ruptura ocorrida no Ocidente em nível de cristandade. Não que antes não tenha havido cismas ou heresias, todavia nunca ocorrera tamanha ruptura como no contexto reformador.⁴⁰ Se por um lado a Reforma protestante foi muito concentrada na pessoa de Martinho Lutero, contudo, trata-se de um vasto movimento de reação aos abusos de poder praticados pelos chefes da Igreja durante séculos; soma-se a isso, o emergir de uma sociedade que não aceita mais privilégios de uma casta que se considera perfeita e dominadora do sagrado. As 95 teses elaboradas por Lutero apresentam uma análise das indulgências e questionam o abuso teológico na exploração que a Igreja fazia delas. Os abusos contrapõem ao evangelho e ao sentido da verdadeira fé em Jesus Cristo. Na verdade, as teses não tinham nada de herético, mas foram a gota d'água para estourar o movimento de repressão e combate aos reformadores.⁴¹

O humanismo de Erasmo, as teorias de Joaquim di Fiore, os exemplos de grandes místicos como Francisco de Assis e Inácio de Loyola, todos esses acontecimentos clamam por uma Igreja mais voltada para os fundamentos, mais participativa e de maior fidelidade a Jesus Cristo e ao seu evangelho. Os reformadores, ao resgatar Agostinho e ao fixarem a máxima da *sola fidei*, conseguem inserir todo cristão na subjetividade da fé, apelando assim, para a vida interior, esse princípio tinha sido recorrente na teologia dos santos Padres e, de algum modo, sido esquecido nas altas abstrações medievais. Certamente, outro aspecto precioso a ser considerado perante todos os desmandos e abusos da hierarquia eclesial na época aqui tratada, sempre foi a vivência das devoções que vai se desenvolvendo nos meios populares. Diante de uma liturgia distante e rebuscada, onde a maioria não entedia sequer a língua latina, o povo ia salvaguardando sua fé pela devoção aos santos e à Virgem Maria, pela récita do rosário e outras práticas de piedade.

Na Idade Moderna, nota-se o desejo de participação, as pessoas começam a perceber que não precisam de mediações, podem ter um acesso direto à experiência de Deus.⁴² O cenário que emerge no contexto pós-reforma não aceita mais a ideia da Igreja como uma sociedade perfeita, predominantemente absolutista, hierárquica e monárquica. A Igreja triunfalista é desafiada pelos apelos dos reformadores que clamam por verdadeira atitude de conversão, de

⁴⁰ PELIKAN, Jeroslav. *The Christian Tradition A History of the Development of Doctrine*. V. 4. *Reformation of Church and Dogma (1300-1700)*, p. 246ss.

⁴¹ DREHER, Martin, N. *A crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma*, p. 26ss.

⁴² TAYLOR, Charles. *Uma era Secular*, p. 253ss.

mudança e de testemunho. Trata-se de um momento em que a subjetividade da fé permite maior grau de participação na vida cristã, neste contexto emerge a crítica à instituição que assume posturas inadequadas ao evangelho de Jesus Cristo. O acesso à Escritura junto às igrejas reformadas abre caminho para começar a associar novamente os fiéis leigos no processo eclesial, trata-se de uma descentralização do poder clerical. O Concílio de Trento foi a primeira resposta da Igreja aos desafios eclesiais surgidos no contexto reformista, naturalmente que o caminho de conversão e de correção dialógica ou confrontativo, vai durar nada menos que quatro séculos, para que de fato, somente no Vaticano II, aconteça uma síntese mais completa do longo trajeto de assimilação da modernidade e dos desafios de uma Igreja dividida e não mais soberana como nos tempos altos da cristandade.

Até aqui sinalizamos brevemente para o percurso eclesial feito até os tempos da contemporaneidade. Para entendermos mesmo que *en passant*, o contexto do último concílio, naturalmente vale remeter a tudo aquilo que antecede tal acontecimento. O certo seria resgatar todo o cenário histórico desenvolvido desde o apogeu da razão moderna, como isso não é possível, então mencionamos o ponto mais alto dessa trajetória que foi a Revolução Francesa, o Iluminismo. A *Aufklärung* mostrou ser o evento de maior envergadura no enfrentamento das instituições estabelecidas até então. Ela formulou a crítica mais contundente à sociedade política e religiosa do Ocidente. Com os ideais da razão moderna fundados no empirismo e no humanismo que já reinavam a séculos nas universidades europeias, agora o movimento iluminista procura colocar em prática com toda radicalidade os princípios da igualdade, da liberdade e de fraternidade, fazendo assim um abalo sísmico nas instituições que prevaleceram até então. As críticas contra a Igreja foram impiedosas, basta ver a cintilante língua de navalha do genial Voltaire brandindo afiada contra a estrutura eclesial. Frente ao racionalismo iluminista desabrocha como resistência um pietismo exacerbado e pouco conciliador, com isso, criando um contexto intensamente dialético. Nem mesmo o Vaticano I conseguiu dar uma resposta satisfatória ao clima de tensão entre fé e razão, ou fideísmo e racionalismo, isso seria tarefa realizada a contento somente no Vaticano II.

2.2 O VATICANO II COMO ACONTECIMENTO DE VOLTA ÀS FONTES CRISTÃS: A RETOMADA DO SENTIDO SINODAL

No contexto pós-iluminista, quando a Igreja ainda sofria as consequências dos erros do passado diante da crítica histórico-filosófica do humanismo ateu, bem como perante os desafios

do racionalismo moderno, a partir do século XIX e na primeira parte do século XX a fé cristã se vê na obrigação de restaurar seu caminho simbólico e querigmático. Ao olharmos tanto para a teologia protestante quanto para a católica, nesse período histórico, ambas procuram resgatar os fundamentos bíblicos e patrísticos para assim ressignificar o caminho da Igreja e da vida de fé. Os estudos bíblicos, a sistematização dos tratados teológicos, a evolução antropológica, a prática missionária e pastoral, bem como a vida litúrgica, todo esse conjunto, vai formar um imaginário que permitirá o acontecimento máximo da Igreja contemporânea: o Concílio Ecumênico Vaticano II. Ele será o evento de resgate dos valores da participação colegial, de *aggiornamento* e de inserção no mundo pela missão evangelizadora.⁴³ Há de convir, o Vaticano II resgata o autêntico sentido de participação e sinodalidade, fazendo reflorescer aquilo que é originalmente essencial à vida cristã.

Revisitando a tradição e tudo aquilo que contrapunha ao evangelho, o concílio concentra sua atenção na centralidade da pessoa de Jesus Cristo como revelador do amor de Deus como Trindade. Ele é o fundamento da vida e da prática eclesial, por isso a *Lumen Gentium* o nomeia de ‘Luz dos povos’, sem essa Luz a Igreja cai nas trevas do erro e do vazio de sentido. O exemplo da Igreja primitiva e sua centralidade no serviço a Cristo e aos irmãos faz o concílio reler assiduamente os princípios da Escritura e da Tradição. O tema da Igreja ‘Povo de Deus’, o sentido de fraternidade cristã, bem como a entrega gratuita ao projeto de Deus são valores permanentes do cristianismo fundacional.

Como recorda H. Fries, o Concílio Vaticano II certamente foi um evento da Igreja e sobre a Igreja.⁴⁴ Ele teve o propósito eclesial de descentralização, de abertura ao mundo e de unidade. Com isso, rompeu-se o ligame de longos séculos de verticalização e até de autocentralidade, realidades que marcaram a vida da Igreja durante séculos. É notável que a forma do Concílio expor sua compreensão de Igreja desvela a preocupação de instalá-la em um espaço de diálogo com o mundo. Por sua vez, o texto conciliar não deixou de ser a concretização de um novo imaginário, constituindo um horizonte inaudito na perspectiva teológica, jurídica e pastoral. Ele desloca-se de uma estrutura autocêntrica para um movimento de excentricidade e de compromisso com a história.

⁴³ MIRANDA, Mario de França. *A Igreja em Transformação*, p. 56ss.

⁴⁴ FRIES, Heinrich. Der Sinn von Kirche im Verständnis des heutigen Christentums. In: KERN, Walter; POTTMEYER, J. Hermann; SECKLER, Max. *Handbuch der Fundamentaltheologie – Traktat Kirche 3*. Freiburg, Basel, Wien: Herder, 1986, p. 22.

O Vaticano II restabelece a natureza sinodal da Igreja primigênia. Demarca as balizas para uma sinodalidade que vai para além da colegialidade episcopal. O sentido da fraternidade sinodal indica “a totalidade dos fiéis, que tem a unção do Santo” (1Jo 2,20-27). Por isso, nota-se a ênfase da *Lumen Gentium* no conceito “infalibilidade” (LG 12). A totalidade do povo de Cristo é infalível *in credendo* e é constituído de legítima autoridade no batismo.⁴⁵ Diferentemente da perspectiva vertical da hierarquia, o concílio recoloca todo Povo de Deus na sua original vocação sinodal. Há uma integração *sensus fidei*, dom do Espírito, concedido a cada fiel e o discernimento praticado nos diversos níveis do exercício da participação. Quem exerce autoridade pastoral tem o dever de dinamizar a vida eclesial, garantindo uma circularidade constituída na dignidade batismal, preservando a participação, a corresponsabilidade de todos, os carismas e dons convertidos como dádiva ao Povo de Deus.⁴⁶ A partir da retomada do sentido eclesial originário, há o resgate conciliar do valor da participação de todos, pois cada batizado assume seu espaço na vida comunitária, cada cristão tem voz ativa e é constituído de igual dignidade pelo Batismo.

O Vaticano II assume que a Igreja está disposta a caminhar com o mundo. Ela é peregrina da história, por isso está marcada e condicionada pelos acontecimentos do mundo.⁴⁷ Não obstante ao estar inserida no mundo, contudo, a Igreja é fruto do mistério de Cristo que revela o amor de Deus como expressão da chegada do Reino. A teologia conciliar explica a sua natureza sobrenatural, comunitária e missionária, fala da sua dimensão sacramental, bem como de sua missão no mundo.⁴⁸ O esforço em se abrir ao mundo numa atitude de inserir a Igreja no contexto do século XX, como dissera João XXIII no discurso de abertura, faz com que ela se desloque de sua estrutura autocêntrica e acuada diante da história, colocando-se num movimento de excentricidade, abertura à cultura.⁴⁹ A exigência de inserção no mundo, de diálogo e de enfrentamento dos desafios presentes estão visíveis no texto da *Gaudium et Spes*. Não há mais lugar para a ideia da Igreja como uma sociedade perfeita, deslocada do mundo ou situada em um território espiritual inacessível. Agora, o mundo não é visto apenas como espaço

⁴⁵WALDENFELS, Hans. Autoridade e conhecimento. *Concilium*, 200, 1985\4, 45ss.

⁴⁶COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 48. Brasília: CNBB, 2018, n. 72.

⁴⁷KLOPPENBURG, Boaventura. *A Eclesiologia do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 11.

⁴⁸CALIMAN, Cleto. A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Orgs.). *Concílio Vaticano II – Análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 230.

⁴⁹BELLITTO, Christopher M. *História dos concílios da Igreja. De Niceia ao Vaticano II*. São Paulo: Loyola, 2010, p. 178ss.

de miséria e iniquidade, mas é um “lugar teológico”.⁵⁰ Não é possível, ainda hoje polarizar uma antropologia espiritualista dicotômica diante de uma falsa ideia que julga o mundo como o lugar secularizado e o clero, a vida religiosa e outros como instâncias espiritualmente privilegiadas. Essa mentalidade resgata um saudosismo do clericalismo de cristandade, podendo estar arraigado tanto na mente da hierarquia quanto na mente dos leigos. Atrás de tal mentalidade subjaz um sentido de poder, de segurança e de privilégios religiosos onde se estabelece uma hierarquia rígida e pouco dialogal dentro da comunidade, mas reina o princípio de que uns mandam e os “leigos” obedecem.⁵¹

Com o Vaticano II, a Igreja centrada na hierarquia, “hierarcologia”, volta-se ao conceito de Povo de Deus, retoma o sentido eclesial mais horizontal e menos piramidal, constituída pela fraternidade com o Cristo ressuscitado. Fraternidade fundada no batismo, nele todo povo se torna irmão, filhos do mesmo Pai.⁵² Compreende-se à luz do concílio uma dinâmica de descentralização, um deslocamento, evento que permite resgatar o sentido fundamental de comunhão, de unidade interior e exterior, bem como a forma de interpretar os dons carismáticos e ministeriais. A ideia de sinodalidade subjaz à atmosfera conciliar. A *Lumen Gentium* demarca de certo modo a dignidade dos cristãos, salvaguardando a igualdade entre todos os fiéis (leigos e hierarquia), aqui continua sendo preciosa a frase de Agostinho: “Para vós sou bispo, convosco sou cristão”.⁵³ Tantos séculos depois do Bispo de Hipona, a *Lumen Gentium* também entendeu com muita clareza o papel dos cargos hierárquicos, eles não possuem valores em si mesmos, mas estão a serviço, em função da salvação do Povo de Deus. Os ofícios eclesiais são uma grandeza da ordem dos meios e não dos fins.⁵⁴

Todos participam do sacerdócio comum nos sacramentos, esse princípio está garantido pela atuação da graça mediante o batismo (LG, n. 11). O fundamento da vida cristã não é a participação na hierarquia eclesial, pois antes de qualquer dever hierárquico ou ministerial, o que garante a vida do cristão é a condição de discípulo, dignidade inerente à existência cristã como tal. Pode-se falar de uma ontologia da graça, pois o Mestre, somente depois de conferir tal graça a Pedro irá permiti-lo conduzir no amor o seu rebanho⁵⁵. Há um sacerdócio real comum a todos os cristãos, todo crente participa com igual dignidade do mistério de Cristo desvelado

⁵⁰ CALIMAN, Cleto. *A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil*, p. 232.

⁵¹ CZERNY, Michael. *Uma Igreja que ‘caminha junto’*, p. 71ss.

⁵² CALIMAN, Cleto. *A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil*, p. 233.

⁵³ DE LUBAC, Henri. *Corpus Mysticum*, p. 68.

⁵⁴ MIDALI, Mario. Il Popolo di Dio. In: AAVV. *La Costituzione Dogmatica sulla Chiesa*. Torino: ELLE DI CI, 1966, p. 372ss.

⁵⁵ CONGAR, Yves. A Igreja Povo de Deus. *Concilium* 1, 1965, p. 9.

na Igreja por pura graça. Também o ministério hierárquico somente se sustenta com base no amor e na fraternidade estabelecidos pela unidade com o Cristo, que se faz comunidade com cada irmão.⁵⁶

2.3 O MAGISTÉRIO DO PAPA FRANCISCO: UM CHAMADO À SINODALIDADE ECLESIAL

Neste momento queremos olhar para os conceitos de fraternidade e sinodalidade no contexto do pastoreio do Papa Francisco. O apelo contundente do Papa tanto ao diálogo quanto à fraternidade, como exposto em vários de seus escritos, sobretudo na sua última encíclica, a *Fratelli Tutti*, demonstra o seu esforço para que a Igreja seja mais fraterna e que tenha mais partilha de dons e serviços. O Papa propõe um movimento eclesial que insira todo cristão ou pessoa de boa vontade no movimento da prática da solidariedade e do amor fraterno. Não há lugar para um crente acomodado, todo batizado é chamado a evangelizar, cada pessoa é dotada de singular dignidade diante de Deus.

O Papa Francisco sabe que a verdadeira reforma da Igreja passa necessariamente pela sinodalidade, por uma reforma de suas estruturas de poder e governo, exige-se uma atitude de reforma da identidade da instituição eclesiástica.⁵⁷ Caso usemos a 2ª Carta a Timóteo, 4,1-5, há dois termos que podem nos ajudar a pensar o tempo que estamos vivenciando: “*eukairos akairos*”, as palavras não são separadas por nenhuma preposição ou termos que as adicionem ou as dividam, mas expressariam exatamente “*tempo favorável-desfavorável*”,⁵⁸ é exatamente isso que a Igreja vive hoje, pois, por um lado, o desejo de mudança e de esperança está expresso no magistério do Papa Francisco, por outro, está presente também a resistência daqueles que se mergulharam nos privilégios curiais e hierárquicos, esses pouco preocupados com uma autêntica sinodalidade. Neste sentido, é valioso dar uma olhada nos objetivos elencados no “Documento Preparatório” para o Sínodo. Aqui não vamos elencá-los detalhadamente, entretanto, somente mencionamos alguns elementos fundamentais desses objetivos: o texto pede para fazer uma *anamnese* de como o Espírito orientou a Igreja durante sua longa história; apela à vivência de um processo de participação e inclusão daqueles que estão à margem; convida os crentes a reconhecerem e apreciarem os dons e carismas dados à Igreja, com isso

⁵⁶ RATZINGER, Joseph. *Il Nuovo Pueblo de Dios*, p. 235.

⁵⁷ PARANHOS, Washington da Silva; PONTE, Moisés Nonato Quintela. Sinodalidade como ‘Estilo’. *Perspectiva Teológica*, v. 54, n. 1, Jan./Ab., 2022, p. 13.

⁵⁸ FAGGIOLI, Massimo. Sinodality as *kairos* in the presente ecclesial and global situation. *Perspectiva Teológica*, v. 54, n. 1, Jan./Abr., 2022, p. 90ss.

criando espaços participativos de vivência do anúncio da Boa Nova; chama-nos a examinar como a Igreja tem exercido a responsabilidade e o poder, identificando também as suas distorções; ainda apela à valorização do diálogo sinodal tanto interna quanto externamente, bem como a valorização das experiências das igrejas locais.⁵⁹ Conforme lembra o Professor Marcello Neri: “A Igreja (para poder ser voz profética na história e para a história comum) é chamada a ‘refundar-se’ (termo escolhido em vez de ‘reformular-se’) a partir de processos de sinodalidade efetiva e eficazes”.⁶⁰

O Papa tem procurado testemunhar uma Igreja de carne e ossos, marcada por contradições, mas sedenta de ir ao encontro das pessoas. Sua liderança visa à comunhão e ao diálogo com todos os de boa vontade. No texto da *Fratelli Tutti*, palavras como amor, fraternidade e diálogo saltam aos olhos do leitor. O último capítulo dessa encíclica ocupa-se de expor o fundamento divino da fraternidade religiosa. Unidos ao Pai comum, todos podemos ser chamados irmãos. A vivência sinodal deve fazer brotar sonhos, aquecer os corações, estimular a esperança, enfaixar as feridas e irradiar a alegria do evangelho de Jesus Cristo.⁶¹

“Se não se reconhece a verdade transcendente de Deus, triunfa a força do poder, e cada um tende a aproveitar-se ao máximo dos meios à sua disposição para impor o próprio interesse ou opinião, sem atender aos direitos do outro” (FT, n. 273). O exemplo de Francisco é a escuta, o diálogo e a busca de valorizar os leigos, as mulheres e toda pessoa com desejo de participação. O Bispo de Roma faz lembrar que, felizmente, não vivemos mais um modelo de cristandade, toda religião deve ser valorizada e respeitada, cabe à fé cristã compartilhar com elas a busca da solidariedade e da fraternidade universal (FT, n. 278-279). Com isso, para enfrentar atitudes emergentes que vão contra o valor da *diakonia* evangélica em prol da *potestas ecclesial*, Francisco apela para uma Igreja mais humana e dialogal. Nas trilhas do Vaticano II, o Papa Francisco concentra sua atenção na missão, na autoridade que se norteia pelo serviço ao Evangelho, na ideia da Igreja *Povo de Deus*, comunidade cristã de batizados. Uma Igreja de

⁵⁹ SÍNODO DOS BISPOS. *Para uma Igreja sinodal*, n. 2.

⁶⁰ NERI, Marcello. *Sínodo: o documento preparatório, entre forma sinodal e princípio hierárquico*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/612853-sinodo-o-documento-preparatorio-entre-forma-sinodal-e-principio-o-hierarquico-artigo-de-marcello-neri>. Acesso em: 22 nov. 2022.

⁶¹ Cf. PAPA FRANCISCO. *Discurso na abertura do Sínodo dos Jovens*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/october/documents/papa-francesco_20181003_apertura-sinodo.html#:~:text=Amados%20irm%C3%A3os%20e%20irm%C3%A3s%2C,come%C3%A7ar%20sem%20vos%20dizer%20obrigado!. Acesso em: 22 nov. 2022.

natureza missionária, que deve estar em saída, nessa perspectiva, todo cristão é missionário⁶² (EG, n. 11, 120, 122).

O Papa Francisco assume o propósito de uma Igreja mais diaconal, mais acolhedora, em saída, lutando para superar a estrutura hierárquica vertical e autoritária, uma Igreja servidora do pobre e que entenda a autoridade como missão. Em tal contexto torna-se possível compreender quando o Papa cita quinze doenças da cúria romana, muitas das quais atentam abertamente contra a simplicidade, a unidade e a sinodalidade da Igreja. A estrutura burocrática e de privilégios dificulta a participação e o diálogo.⁶³ Ao convocar um sínodo sobre a “sinodalidade” da Igreja, Francisco tem em meta um projeto de valorização de todos dentro da Igreja, pois não é possível uma sinodalidade apenas formal, conceitual. Ela só pode ocorrer em gestos concretos na Igreja local, em atitudes efetivas de diálogo e de partilhas das opiniões de pequenas comunidades como são as Comunidades de Base (EG, n. 29-30). Desse modo, a atitude sinodal pede um novo modelo eclesial que vai identificar com o modelo de Povo de Deus proposto pelo Vaticano II, com isso, de certo modo, supera aquele sentido da Igreja como *potestas* ou uma “sociedade perfeita” garantida por uma autoridade absolutista e centralizadora do primado do Bispo de Roma, assegurado pela “infallibilidade papal” que se coloca acima do colégio episcopal e do laicato, sendo que o jurídico se sobrepõe ao comunitário.⁶⁴

Um dos traços marcantes do magistério do Papa Francisco é o resgate do conceito de ‘Povo de Deus’ do Vaticano II, com isso, valorizando a igualdade que parte do Batismo. Ao comemorar os 50 anos da instituição do Sínodo, o Papa lembra que a Igreja do terceiro milênio deve retomar o sentido de caminhar juntos:

O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio. Aquilo que o Senhor nos pede, de certo modo, está já tudo contido na palavra “Sínodo”. Caminhar juntos – leigos, pastores, Bispo de Roma – é um conceito fácil de exprimir em palavras, mas não é assim fácil pô-lo em prática.⁶⁵

Dessa sua compreensão, emana o seu entendimento que todo cristão é sujeito participante do mistério de Cristo e da Igreja. O conceito teológico de “povo de Deus” torna-se determinante na sua eclesiologia, restabelecendo o sentido desse conceito já contido na

⁶² MIRANDA, Mario de França. *Teologia do Papa Francisco*, p. 41.

⁶³ DÉCIO, João Passos. O Papa Francisco e a Cúria Romana. *REB*, 75, n. 300, 2015, p. 982ss.

⁶⁴ CARO, Olga Consuelo Vélez. Laicado y sinodalidad. *Perspectiva Teológica*, v. 54, n.1, Jan.\Abr., 2022, p. 54ss.

⁶⁵ FRANCISCO, Papa. *Discurso por ocasião da Comemoração do cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos*, 17 de outubro de 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html. Acesso em: 20 dez. 2022.

eclesiologia da *Lumen Gentium*. O batismo torna todos irmãos, todos partícipes do *múnus* de Cristo sacerdote, rei e profeta. Na comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos, Francisco retomou João Crisóstomo para mostrar que Igreja e Sínodo são sinônimos. Com isso, ele consegue propor que os bispos e ministros devem estar a serviço da comunidade eclesial. A eles não convém reivindicar para si postos superiores e de privilégios, pois ministro significa exatamente “*ser menor*” entre os demais. E ninguém pode ser “elevado” acima dos outros. Diferente disso, na Igreja, é necessário que alguém “se abaixe” pondo-se ao serviço dos irmãos ao longo do caminho.⁶⁶

CONCLUSÃO

Não é possível fazer muitas delongas neste momento, entretanto vale dizer algumas palavras para tentar dar um desfecho àquilo que foi desenvolvido no texto. Primeiro, cabe lembrar que o joio está silenciosamente se desenvolvendo junto com o trigo, no ser humano isso é visível através do seu agir no mundo. O pecado, as contradições e tudo aquilo que atua às ocultas do coração e da consciência acabam desviando a pessoa do projeto de Deus. Segundo, o ser humano é também movido pela graça e pelo Espírito Santo, por esses dons, a Igreja tem sua força para continuar sua missão de fé e testemunho da verdade revelada em Jesus Cristo. Então, não é a força do pecado que vencerá, mas a dinâmica trinitária que move, pelo Espírito do ressuscitado, o caminhar dos crentes em direção ao reino dado a nós por meio do Filho.

Finalmente, ao abrirmos nosso coração à graça e ao amor de Deus, certamente estaremos mais próximos do Evangelho e daquilo que Jesus Cristo nos ensinou; estaremos mais distantes de tudo aquilo que obstaculiza o reino: poder, dominação e vaidade. Uma Igreja autêntica é por natureza sinodal, participativa e fraterna, este tem sido o desejo do Papa Francisco.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Marcelo. A Igreja do poder e a comunidade da fraqueza (Como viver uma espiritualidade ecumênica em uma Igreja autoritária). *Revista Dominicana de Teologia*, ano II, n. 3, n. 3, jul.\dez., 2006.

BELLITTO, Christopher M. *História dos concílios da Igreja*. De Niceia ao Vaticano II. São Paulo: Loyola, 2010.

BESEN, José Artulino. *História da Igreja*. Da Idade apostólica aos nossos dias. São Paulo: Mundo e missão, 2012.

⁶⁶ FRANCISCO. *Discurso por ocasião da Comemoração do cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos*.

- BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e poder: Ensaio de Ecclesiolgia Militante*. São Paulo: Ática, 1994.
- BROWN, E. Raymond. *As Igrejas dos Apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- CALIMAN, Cleto. A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Orgs.). *Concílio Vaticano II – Análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- CARO, Olga Consuelo Vélez. Laicado y sinodalidad. *Perspectiva Teológica*, v. 54, n. 1, Jan./Abr., 2022.
- COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*, 48. Brasília: CNBB, 2018.
- CONGAR, Yves. A Igreja Povo de Deus. *Concilium* 1, 1965.
- CZERNY, Michael. Uma Igreja que ‘caminha junto’. Sinodalidade na era do Papa Francisco. *Perspectiva Teológica*, v. 54, n. 1, Jan./Abr., 2022.
- DÉCIO, João Passos. O Papa Francisco e a Cúria Romana. *REB*, 75, n. 300, 2015.
- DE LUBAC, Henri. *Corpus Mysticum: l'eucharistie et L'Église au Moyne Age – Étude historique*. Paris: Aubier, MCMXLIX.
- DREHER, Martin, N. *A crise e a Renovação da Igreja no Período da Reforma*. V. 3. São Leopoldo: Sinodal, 1996.
- DUPONT, Jaques. *Estudos Sobre os Atos dos Apóstolo*. São Paulo: Paulinas, 1974.
- FABRIS, R. *Atos dos Apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- FAGGIOLI, Massimo. Sinodality as *kairos* in the presente ecclesial and global situation. *Perspectiva Teológica*, v. 54, n. 1, Jan./Abr., 2022.
- FRANCISCO, Papa. Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.
- _____. *Discurso por ocasião da Comemoração do cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos*, 17 de outubro de 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html. Acesso em: 20 dez. 2022.
- _____. *Discurso na abertura do Sínodo dos Jovens*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/october/documents/papa-francesco_20181003_aperturasinodo.html#:~:text=Amados%20irm%C3%A3os%20e%20irm%C3%A3s%2C,come%C3%A7ar%20sem%20vos%20dizer%20obrigado!. Acesso em: 20 dez. 2022.
- _____. Carta Encíclica *Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e amizade social. Brasília: CNBB, 2020.
- FRIES, Heinrich. Der Sinn von Kirche im Verständnis des heutigen Christentums. In: KERN, Walter; POTTMEYER, J. Hermann; SECKLER, Max. *Handbuch der Fundamentaltheologie – Traktat Kirche 3*. Freiburg, Basel, Wien: Herder, 1986.
- KASPER, Walter. *A Igreja Católica: Essência, Realidade, Missão*. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

- KLOPPENBURG, Boaventura. *A Ecclesiologia do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- MIDALI, Mario. Il Popolo di Dio. In: AAVV. *La Costituzione Dogmatica sulla Chiesa*. Torino: ELLE DI CI, 1966.
- MIRANDA, Mario de França. *A Igreja em Transformação: Razões atuais e perspectivas futuras*. São Paulo: Paulinas, 2019.
- _____. *A Igreja numa Sociedade fragmentada*. São Paulo: Loyola, 2006.
- _____. *Teologia do Papa Francisco - Igreja sinodal*. São Paulo: Paulinas, 2018.
- NERI, Marcello. *Sínodo: o documento preparatório, entre forma sinodal e princípio hierárquico*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/612853-sinodo-o-documento-preparatorio-entre-forma-sinodal-e-principio-hierarquico-artigo-de-marcello-neri>. Acesso em: 22 nov. 2022.
- PANNENBERG, Wolfhart. *Systematische Theologie*, Band III. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993.
- PARANHOS, Washington da Silva; PONTE, Moisés Nonato Quintela. Sinodalidade como 'Estilo'. *Perspectiva Teológica*, v. 54, n.1, Jan.\Abr., 2022.
- PELIKAN, Jeroslav. *The Christian Tradition A History of the Development of Doctrine*. V. 4. *Reformation of Church and Dogma (1300-1700)*.
- POLANQUE, Jean-Rémy. *De Constantin à Charlemagne, à travers le chaos barbare – Je sais – Je crois*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1959.
- RATZINGER, Joseph. *Il Nuevo Pueblo de Dios*. Barcelona: Herder, 1972.
- _____. *La Iglesia, una comunidad siempre en camino*. Madrid: San Pablo, 2005.
- SÍNODO DOS BISPOS. *Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão*, n. 2. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Sinodo-2023-Documento-Preparatorio.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- SEGUNDO, Juan Luis. *O Dogma que Liberta. Fé, Revelação e Magistério dogmático*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- _____. *Esa Comunidad Llamada Iglesia (Teología abierta para el laico adulto, 1)*. Buenos Aires: Carlos Lohlé, 1968.
- TAYLOR, Charles. *Uma era Secular*. São Leopoldo: Unisinos, 2008.
- VARGHESE, Johns. *The Imagery of Love in the Gospel of John*. Roma: GBP, 2009.
- WALDENFELS, Hans. Autoridade e conhecimento. *Concilium*, 200, 1985\4.

Revista de Catequese

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

São Paulo, *Campus* Pio XI: Curso de Teologia

Disponível em: <https://revista.unisal.br/catequese/index.php/rcu/issue/view>

V. 1, n. 1, jan./jun., 2023, p. 52-66.

A GRAÇA DO DISCERNIMENTO E AS VIRTUDES DO PROCESSO

THE GRACE OF DISCERNMENT AND THE VIRTUES OF THE PROCESS

*Donizete José Xavier**

RESUMO: Este artigo tem por objetivo refletir a questão da graça do discernimento e as virtudes do processo desde sua perspectiva antropológica. O imperativo da reflexão se fundamenta na ideia de que o discernimento enquanto processo de maturação humana, pressupõe, a priori, o conhecimento de si mesmo, para conhecer a Deus e, concomitantemente, entender-se responsável pelo outro. Nesse sentido, faz-se uma análise do compreender-se diante de Deus. Compreender-se diante de Cristo, paradigma da condição humana, uma vez que “o mistério do homem só se esclarece no mistério do Verbo encarnado” (GS 22). Trata-se de um processo de cristificação, ou melhor, de um processo de busca da “forma crística de ser e de viver”, em que a graça do discernimento age sob a delicadeza do Espírito que tudo ensina e atualiza. Destaca-se que, quando se fala de um processo de discernimento, que diz respeito a uma vida de busca e abertura a Deus e ao próximo, de fato, trata-se de um caminho, caminho esse, da alteridade temporal, da consciência da experiência sentida, da refiguração de cada dia em Cristo, da plena abertura a Deus, da fé que abre seus olhos à realidade que lhe circunda. Quando nos tornamos totalmente nós mesmos, estamos internamente livres para ser o que de fato somos. Por fim, o estudo propõe uma reflexão de como a fidelidade ao Seguimento de Jesus capacita a vida do ser humano no “dom” do Espírito Santo, com meios adequados e divinos, de tal forma que esses podem agir conforme sua condição de filhos de Deus, cristiformemente, pneumaticamente e filialmente.

Palavras-chave: Discernimento; virtudes; Cristo; processo; espiritual.

Abstract: *This article aims to reflect on the question of the grace of discernment and the virtues of the process from an anthropological perspective. The need for reflection is based on the idea that discernment, as a process of human maturation, inherently presupposes self-knowledge in order to know God and, at the same time, to understand oneself as responsible for another. In this context, an analysis of comprehending oneself before God is made. To understand oneself before Christ, the paradigm of the human condition, as "The truth is that only in the mystery of the incarnate Word does the mystery of man take on light." (GS,n.22). It is a process of Christification, or rather, a process of searching for the "Christic way of being and living", in which the grace of discernment acts under the delicacy of the Spirit who teaches and refreshes all. It is worth noting that when we refer to the process of discernment,*

* Doutor em Teologia Fundamental pela Universidade Gregoriana de Roma (2014). Diretor Adjunto e Professor da Faculdade de Teologia Nossa Senhora Assunção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Líder do Grupo de Pesquisa “Questões de Deus”.

which concerns a life of searching and opening to God and to our neighbor, in fact, we are describing a path, which is a path of temporal otherness, of the awareness of lived experiences, of the refiguration of each day in Christ, of full openness to God, of faith that opens your eyes to the reality that surrounds you. When we become ourselves fully, we are internally free to be who we truly are. In conclusion, the study proposes a reflection on how fidelity to the teachings of Jesus empowers the life of human beings with the “gift” of the Holy Spirit, utilizing suitable and divine means in such a way that individuals can act in accordance with their status as children of God, christiformly, pneumatically and filially.

Keywords: *Discernment; virtues; Christ; process; spiritual.*

INTRODUÇÃO

Sabe-se que hoje não podemos falar de Deus sem uma referência direta com o ser humano. Trata-se da relação dialógica entre o Criador e a criatura, onde o ser humano exerce uma tarefa decisiva na interlocução comunicativa de amor com o seu Criador. Tem-se consciência, cada vez mais, da necessidade de uma reflexão profunda da estrutura fundamental da antropologia teológica no ocupar-se da relação amorosa entre Deus e o ser humano e, concomitantemente, do tema do discernimento no terreno comum compartilhado da nossa existência.

A antropologia tange à questão da relação entre Deus e o ser humano, porque Deus não pode ser visto como uma realidade introduzida fora da condição humana. Falar do homem é falar de Deus, pois em todas as questões do homem, está a questão de Deus. Nesse sentido, o discernimento, compreendido enquanto realidade relacional, tange a questão da fé, pois, na gramática da vida, pode aprender a decifrar como Deus se autocomunica e salva. A fé cristã é uma realidade relacional, porque o Deus que se nos revela se autocomunica como amor, e o amor pressupõe o reconhecimento de um Outro. De um Tu. Nestes termos, é importante reafirmar que a fé é uma forma de ser e de existir que envolve um caminho de discernimento e de decifração do próprio mistério, que habita e inabita no mais profundo do humano. Tema que toca as fibras mais recônditas do mistério da existência humana.

O mistério de ser interpelado por Deus que o chama a uma vocação particular, que se insere no contexto de uma missão que lhe é confiada: “*a busca da sua terra prometida*”. Somos por si, como um eu em saída. Um eu em busca do tu e do Tu. Um eu em busca do outro. Do totalmente Outro. Como Abraão, estamos em busca da nossa terra prometida ... esse é o nosso processo, nosso percurso, nosso peregrinar ... É um caminho, e o caminho, só se faz caminhando. Caminho cujo o discernimento está sob a perspectiva da lógica do processo, do conheça-te a ti mesmo, perpassado necessariamente pelo Seguimento de Jesus, via que capacita a vida do ser humano no “dom” do Espírito Santo com meios adequados e divinos. No fluxo do

Espírito, no processo de discernimento, o ser humano pode agir conforme sua condição de filho de Deus, isto é, agir filialmente, cristiformemente e pneumaticamente.

1. CONHEÇA-TE A TI MESMO – COMPREENDO-TE DIANTE DE DEUS

Já nos ensinava a patrologia grega, “se quiseres chegar ao conhecimento de Deus, procura antes conhecer-te a ti mesmo”.¹ Na sabedoria dos antigos, dos nossos pais na fé, ninguém poderia encontrar o caminho para Deus vivendo a margem de si mesmo, senão realizando esse caminho de conhecer-se a si próprio. “O homem se conhece a partir de Deus que nele se reflete”, nos dizem Orígenes e Ambrósio.² De fato, os padres da Igreja compreenderam na mística do discernimento que a tarefa do ser humano consiste, por meio do “conheça-te a ti mesmo”, em descobrir o seu horizonte de possibilidades. E a mais legítima que lhe habita é a possibilidade/capacidade da revelação de Deus, de se relacionar livremente com esse Deus que é Amor. Nesse sentido, se partimos da consideração de que a graça do discernimento é a “arte de compreender a si mesmo”,³ como nos tem definido o teólogo Marko Ivan Rupnik, parece-nos pertinente ressaltar que a questão da consciência de si se nos apresenta como primeiro movimento desse processo de chamamento de Deus que denominamos vocação humana. “Para o cristão, é claro que quem chama é Deus. Somente Ele pode entrar na vida do homem com voz imperiosa, só ele pode arrogar-se o direito de propor ao homem um destino que toca toda a sua vida”, diz J. Manuel Cordobés.⁴ Por outro lado, continua o teólogo: “Para o cristão, Deus é Pai do homem, com paternidade muito distante ao mesmo tempo: imanente e transcendente. E por isso o chamado se faz necessário, porque a distância é sempre longa. Voz e vocação têm a mesma raiz e ambas as palavras se unem em Deus que chama”.⁵ Por outro lado, acentua-se cada vez mais que o adágio délfico, “conheça-te a ti mesmo”, vincula-se à busca de sentido que o ser humano tem realizado após a crise da metafísica no final do século XIX.⁶

Porém, é a compreensão tomista de que há no ser humano uma orientação ou ordenação para Deus [*ordo hominis ad Deum*; ST II-II. Q.8 a.1], que tem iluminado a interpretação

¹ GRÜN. Anselm. *Oração e Autoconhecimento*. São Paulo, Paulinas, 2004, p. 14.

² *Ibid.*, p. 14.

³ RUPNIK, Marko Ivan. *O discernimento*. São Paulo, Paulinas, 2004, p. 15.

⁴ CORDOBÉS, J. Manuel. Vocação. In: FIORES, Stefano. GOFFI Tullo. *Dicionário de Espiritualidade*. São Paulo: 1993, p. 1188.

⁵ *Ibid.*, p. 1188-1189.

⁶ PIE-NINOT. Salvador. *La teologia Fundamental*. Dar razón de la esperanza (1 Pe 3 15). Salamanca : Secretariado Trinitario, 2009, p. 104.

moderna da religião e interpretado a existência partindo de um fundamento de sentido absoluto.⁷ Cabe aqui dizer que o caminho do conhecimento interior aponta para um desejo absoluto de sentido no ser humano, como condição de completude diante da sua angústia de finitude inerente a sua existência. O ser humano, enquanto ser finito, é paradoxalmente habitado pelo desejo do infinito; isso é mistério e beleza. Razão de sua vocação e capacidade ao infinito que entra e constitui a sua definição. Em termos teológicos, se pode dizer que o homem e seu sentido absoluto, entendendo que ao dizer ‘radicalmente’ e ‘em última estância’ se remete a sua superação transcendente, em definitiva, teonoma, é dizer, para Deus.⁸ Nas palavras de Greisch: “se aqui eu tivesse que resumir em uma palavra a categoria fundadora do processo de discernimento da compreensão a qual o ser humano religioso se dedica a interlocução com Deus eu não hesitaria em dizer com Kierkegaard que é a noção de estar diante de Deus (*coram Deo*)”.⁹ Numa situação de criatura, como ser finito, o ser humano diante de Deus, habitado, no coração de si mesmo, traz consigo a abertura infinita a Deus o seu desejo mais profundo e íntimo.

2. O DISCERNIMENTO DE UMA VIDA EM CRISTO

Para a fé cristã, estar diante de Deus significa estar inserido numa relação dialógica de liberdade e amor. Estamos sempre envolvidos num processo livre de comunicação e amor. Nas palavras de Rupnik, “nossa fé é sempre uma resposta ao amor com o qual Deus nos atinge. É possível, portanto, crer em Deus, relacionar-se com ele, pois ele relacionou-se conosco e abriu caminho do nosso retorno a si”.¹⁰ Crer é aceitar o chamado, é confiar, é entregar-se. Como sugere a etimologia medieval, “crer significaria ‘cor dare’, dar o coração, colocá-lo incondicionalmente nas mãos de Outro”.¹¹ O cristão é chamado a viver a sua fé nesta entrega incondicional, cujo paradigma é Cristo, em sua relação filial com o Pai. “Cristo é o êxtase de Deus para com a humanidade, é também o nosso êxtase diante de Deus”.¹²

Somos filhos no Filho e é com Ele que mergulhamos na relação filial com o Pai. A vida cristã como caminho que se faz, é processual, é vida filial em Cristo e no Espírito Santo. De per si, ela tem um modo operante. Viver como cristão implica uma vida de filhos de Deus em

⁷ *Ibid.*, p. 104.

⁸ *Ibid.*, p. 106.

⁹ GREISCH, Jean. Lire, interpréter, comprendre. In: J. VERHEYDEN, T.; VANDECASTEELE, P.; HETTEMA, Tl. *Paul Ricoeur poetics and religions*. Leuven: Uitgeverij Peeters, 2011, p. 26.

¹⁰ RUPNIK, Marko Ivan. *O discernimento*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 15.

¹¹ FORTE, Bruno. *Introdução à fé: aproximação ao mistério de Deus*. São Paulo: Paulus, 1994, p. 16.

¹² RUPNIK, Marko Ivan. *O discernimento*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 99.

Cristo, na docilidade do Espírito Santo, na Igreja, na sociedade e no mundo.¹³ Parece-nos que nesse processo configurador a Cristo um autêntico caminho espiritual se faz necessário como itinerário de maturação da fé. Trata-se da compreensão da vida na sua totalidade como forma crística de ser e de viver – uma ontologia da vida cristã. O cristão deve viver sua vida a maneira filial de Jesus, o que confere a tarefa de discernir continuamente a vontade de Deus em sua vida (Ef 5,8.10.17). Surge aqui a consciência da identidade cristã, como ideia expandida de si mesmo reflexivo. E é o Espírito Santo, dom altíssimo de Deus, princípio dinâmico e norma de seu agir, reflexo do seu ser transformado. Paulo entendeu muito bem isso em sua vida quando disse: “Para mim, viver é Cristo” (Fl 1,21); “Com Cristo estou crucificado, e já não sou eu que vivo é Cristo que vive em mim” (Gl 2,21). Como afirma Nereo Silanes, “o mistério de Cristo passa pela pessoa e se manifesta em sua vida e vice-versa”.¹⁴ O discernimento é parte imprescindível da busca dinâmica da autenticidade cristã. Nas palavras de Barrufo: “Todo cristão que haja experimentado o Espírito tem de se habituar a esta percepção espiritual, a esta delicadeza do Espírito que o mantém em sua identidade”.¹⁵ Quando nos tornamos nós, totalmente nós mesmos, estamos internamente livres para ser o que de fato somos. “Tornar-se si mesmo com as palavras de São Paulo é dizer: ‘Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim’ (Gl 2,20). [...] Quando Cristo vive em mim, eu sou totalmente eu mesmo”.¹⁶

Compreender a vida cristã como um caminho é compreendê-la como processo, como crescimento. Há sempre um processo de amadurecimento, de configuração e refiguração de uma vida que se refigura em Cristo. Do tempo refigurado da identidade cristã, o da alteridade temporal, da consciência de que algo aconteceu em mim, de que é uma experiência muito mais sofrida do que dominada, dos frutos do Espírito: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio (Gl 5,14-22; Ef5,8-10; Rm 7,4-5.19-20). Há uma descoberta de uma ontologia da vida cristã, a de ser em Cristo (1Co 1,30). Assim, o discernimento nos leva ao “Alegramo-nos e demos graças: cheguemos a ser não só cristãos, porém, Cristo. Admirai-vos e alegrai-vos cheguemos a ser Cristo ... Os cristãos, porém, filhos de Deus, sendo ele cabeça e nós os membros, somos o único Filho de Deus”.¹⁷ E também, esse

¹³ SILANES, Nereo. Vida cristã. In: PIKAZA, O.; SILANES, Nereo. *Dicionário Teológico O Deus Cristão*. São Paulo: Paulus, 1998, p. 935.

¹⁴ SILANES, Nereo. *Vida cristã*, p. 935.

¹⁵ BARRUFO, Antonio. Discernimento. In: FIORES, Stefano; GOFFI, Tullo. *Dicionário de Espiritualidade*. São Paulo: Paulinas, 1993, p. 283.

¹⁶ COEN, Monja; GRÜN, Alselm. *A descoberta da existência*. Petrópolis: Vozes, 2021, p. 91.

¹⁷ SILANES, Nereo. *Vida cristã*, p. 931.

mesmo discernimento nos faz compreender-se como um povo em construção, que sabe reiniciar processos.

Recordamos aqui um dos quatro princípios para a construção de um povo, segundo o Papa Francisco: “o tempo é superior ao espaço” (EG 222-225; LG 57; LS 175; AL 3,261). Princípio que deve ser lido na perspectiva das virtudes teologais, fé e esperança, diante da caminhada de um povo que tem em sua trajetória histórica, Deus como seu guia. A esperança semeia começos e é a virtude de quem sabe iniciar processos como dizia Emmanuel Mounier.¹⁸

Nenhum processo de discernimento será autêntico se não passar pelo crivo do acrisolamento da alteridade temporal que nos permite um tempo refigurado. Segundo Rupnik, “o homem morto, como Lázaro na tumba, ouve a voz que de fora o chama (cf. Jo 11,43). Mas, em vez da pedra que lacrava o sepulcro, encontra o Pai que lhe traz ao colo”.¹⁹ O tempo refigurado do viver em Cristo. Eis aí a mística cristã, quando lida numa chave antropológica se torna sabedoria para o ser humano que acolhe a revelação de Deus e se compreende a partir do mistério do Verbo encarnado. Por outro lado, a mística cristã é trinitária, seu ponto de partida é o Batismo selado pela confissão trinitária; pela imersão na vida trinitária. A Trindade contemplada em suas obras, ou em suas operações *ad-extra*, nos mostra que o mistério trinitário é antes de tudo comunitário, comunhão de Pessoas divinas, manifestada na Igreja, na sociedade por meio de uma comunhão de Pessoas. No processo de discernimento, a consciência da comunhão fraterna torna-se o critério mais seguro e importante que revela os sinais da presença do Espírito Santo (1Cor 13).²⁰

3. A VIDA EM CRISTO NA DOCILIDADE DO ESPÍRITO SANTO

Mas, é preciso retomar a questão operante da vida cristã, que viver como cristão implica uma vida de filho de Deus em Cristo na docilidade do Espírito Santo. A alta teologia nos ensina que o Espírito participa da encarnação, porém não se encarna, age na carne inseparavelmente do Verbo. A teologia da *kénosis* tem compreendido que o Espírito desce sobre a carne humana. Esta condescendência do Espírito autoriza falar de *kénosis* do Espírito, que se abaixa e descendo da eternidade de Deus até a condição vulnerável e mortal da natureza humana, confere ao ser humano dons inefáveis (Rm 8,26). Segundo Nereo Silanes, “O Espírito Santo capacita o ser humano com meios adequados, também divinos. As virtudes teologais agem de modo

¹⁸ XAVIER, Donizete José. *Teologia Fundamental: introdução à Teologia*. Petrópolis: Vozes, 2021, p. 254.

¹⁹ RUPNIK, Marko Ivan. *O discernimento*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 98.

²⁰ BARRUFO, Antonio. *Discernimento*, p. 287.

semelhante as potências sobrenaturais, mediante as quais o homem pode agir conforme sua condição de filho de Deus”.²¹

A ação conjunta do Espírito e do Verbo, dá-se assim: “O Filho se encarna como pessoa e o Espírito Santo participa da encarnação com a carne por ele santificada, isto é, com a natureza humana psico-corpórea”.²² A questão que aqui se coloca é a significação teológica da *kénosis*, diante de um Deus que, livremente na encarnação do seu Filho Jesus Cristo, entra na aventura humana correndo o risco do humano, experimentando o drama humano na sua total radicalidade. Nada do que é humano fica desconhecido desse Deus que em sua humanidade assume como dele toda a nossa história, toda a nossa dor e alegria, toda a nossa angústia e esperança, todo o tecido da nossa existência que constitui o corpo orgânico de uma vida experimentada e vivida. Nas palavras de Olegário Cardedal, “Jesus Cristo é o sujeito único onde Deus tem existido como homem e onde a humanidade tem recebido a plenitude de Deus, na medida em que o tempo, a liberdade e a finitude podem recebê-la sem quebrar-se e sem deixar de serem elas mesmas. A encarnação de Deus, que é simultaneamente a divinização do homem, é assim o centro da história”.²³

O Espírito colabora com Cristo na constituição e no desenvolvimento do ser cristão juntamente com o Pai (1Cor 12,4-6). Nas palavras de Nereo Silanes: “selado no Espírito (Ef 1,13; 4,10) o cristão possui em si o Pneuma divino como princípio de filiação, de crucificação e de eclesialização ou fraternização”.²⁴ Nessa perspectiva, a pessoa descobre que nela inabita o Espírito Santo e que o seu processo de santificação só se compreende à luz da humanização do nosso Deus. Como afirma o Concílio Vaticano II, “Porque, pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem” (GS 22). Em Cristo a natureza humana foi assumida e não destruída e nada do que seja autenticamente humano é desconhecido deste Deus encarnado. Ele elevou a humanidade à sublime dignidade, pois a humanização perfeita do homem é, de modo idêntico, sua divinização. Não é sem consistência teológica que os Padres da Igreja, nossos pais na fé, chamaram esse processo de deificação do homem, sua suprema humanização.

²¹ SILANES, Nereo. *Vida cristã*, p. 929.

²² BULGAKOV, Sergej Nikolaevic. *L'agnello di Dio: el mistero del Verbo incarnato*. Roma: Città Nuova, 1990, p. 232.

²³ GONZÁLEZ CARDEDAL, Olegario González. *La entraña del cristianismo*. Salamanca: Secretariado Trinitario, 2001, p. 625.

²⁴ SILANES, Nereo. *Vida cristã*, p. 924.

É no Espírito que a vida do cristão é, por conseguinte, um novo modo de ser. O cristão assume no tempo uma ampliação do próprio modo de ser de Deus. Como afirma Nereo Silanes, é daí “que decorre o caráter e o conteúdo trinitário da ontologia da vida cristã”.²⁵ O que constitui a Igreja corpo de Cristo é o dom pentecostal, o dom do Espírito (LG 7). Quando o cristão discerne esse processo em sua vida, assume sua condição filial, marca original, crística e espiritual que Deus lhe imprimiu desde o ato da sua criação. “Filial, dado que é a vida que recebe em Cristo, é a mesma que recebe do Pai, é espiritual todas as vezes que esta vida tem como princípio gerador e motor o Espírito Santo”²⁶. “É por meio do Espírito Santo que o ser humano consegue agir deiformemente”.²⁷ Ação que pressupõe a colaboração livre do ser humano.

4. DISCERNIMENTO ENQUANTO PROCESSO DA DIVINO/HUMANIZAÇÃO

Quando se trata do tema da humanização, podemos dizer que em termos da alta teologia, faz necessário resgatar o célebre anacoluto nazianzeno: “o que não foi assumido pelo Verbo não foi redimido”.²⁸ Essa enunciação teológica de Gregório Nazianzeno, no quadro das reflexões patrísticas, no que diz respeito ao desígnio salvífico de Cristo, coloca em evidência a questão da doutrina da assunção de toda humanidade por parte do Verbo, a inclusão em Cristo de toda a humanidade.²⁹ Nesse horizonte cristológico, articula-se a Antropologia, pois com a encarnação do Verbo, como assumiu o Concílio Vaticano II e em suas palavras, “com a encarnação o Filho de Deus uniu-se de certo modo (*quadam-modo*) com todo ser humano”.³⁰ Para Ladaria, a expressão de “certo modo” quer assegurar a irrepetibilidade da encarnação e da união hipostática, ocorridas apenas uma vez e para sempre.³¹ Como nos recorda Leonardo Boff, recorrendo a Santo Atanásio, afirma que, “não só a humanidade vem penetrada pelo Filho, mas também o cosmos inteiro, é de alguma forma, o seu corpo. Pela encarnação, a carne não é mais terrena; ela é verbificada (feito verbo). Com o Filho, a filiação invadiu o mundo”.³² Ainda citando o Bispo de Alexandria, continua o teólogo: “pela encarnação toda a criação [...]

²⁵ *Ibid.*, p. 924.

²⁶ BULGAKOV, Sergej Nikolaevic. *L'agnello di Dio*, p. 232.

²⁷ SILANES, Nereo. *Vida cristã*, p. 924.

²⁸ PAPA BENTO XVI. São Gregório Nazianzeno. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiencias/2007/documents/hf_ben-xvi_aud_20070822.html. Acesso em: 31 jul. 2023.

²⁹ GONZÁLEZ CARDEDAL, Olegario. *Dios*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2004, p. 528.

³⁰ PAULO VI. Constituição Dogmática *Gaudium et Spes*. In: COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. *Constituições, Declarações, Decretos*. São Paulo: Paulus, 1997, n. 22.

³¹ LADARIA, Luis. F. *La Trinidad misterio de comunión*. Salamanca: Secretariado Trinitario, 2007, p. 98.

³² BOFF, Leonardo. *A Trindade, a sociedade e a libertação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 25.

fazendo-a divina e tornando-a filho e assim a conduz ao Pai (*Ad Serapionem*, 1,25). Há, pois, um caráter filial e fraternal em toda a criação, não somente na esfera humana. Vigora uma cristificação na matéria. As pedras, os ciscos do caminho, as plantas todas, os animais das selvas e do nosso convívio, tudo o que existe, se move, sente, vive e pensa tem a ver com o ‘mistério da encarnação’”.³³ Eis aí a compreensão mais legítima do paradoxo da carne, da compreensão da liturgia cósmica sonhada por São Francisco de Assis com sua intuição da permeabilidade da matéria hospedeira do divino, da sacralidade do humano e das coisas criadas, do desejo do Papa Francisco,³⁴ do sonhar com uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos dessa mesma terra que nos abriga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos.³⁵ Do perceber assim como Francisco de Assis, o mundo como sacramento e espelho do invisível e sentir-se movido a uma contemplação reverencial do cuidado ético-ecológico.

Eis aí o paradoxo da carne que nos impõe pensar esse conceito para além da sua materialidade, como categoria fenomenológica capaz de abrir-nos horizontes de possibilidades que nos lança a um processo autêntico de educação para a responsabilidade ecológica.³⁶ Pensar o paradoxo da carne como um conceito-limite e aberto numa visão integral que valorize a interdependência orgânica de tudo o que existe, pois tudo está interligado. O tempo pós-pandemia será mais exigente a estas questões, pois como assevera Bernardo de Claraval: “A ferida do corpo abre o mistério do coração – *patet arcanum cordis per foramina corporis*”.³⁷ Esse tempo que nos coloca diante de novos desafios também nos conclama a sermos guardiões

³³ *Ibid.*, p. 27-28.

³⁴ PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica *Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Loyola, 2020, n. 8.

³⁵ Paralelamente podemos ler como apresenta Leonardo Boff a *Laudato Si* e a *Fratelli Tutti* como textos seminais do Papa Francisco, no que diz respeito a tomada de consciência de que fazemos parte da carne do mundo. Nas palavras do teólogo: “esses documentos resgatam a origem comum de todos os seres e do próprio ser humano, formados do *humus* da Terra [...]. Todos possuímos os mesmos elementos físico-químicos formados no interior das grandes estrelas vermelhas, há bilhões de anos; todos somos interdependentes; todos formamos a grande comunidade de vida e nos encontramos enredados em teias infundáveis de energias nos retroalimentando; todos temos um destino comum, Terra e humanidade, porque formamos uma única e mesma entidade que sente, pensa, ama, cuida, celebra e venera”. BOFF, Leonardo. *Habitar a terra: Qual o caminho para a fraternidade universal?* Petrópolis, Vozes: 2022, p. 27.

³⁶ Somos feitos do mesmo sódio e do mesmo potássio. Continua o teólogo: “cada ser possui um valor intrínseco, independentemente do uso humano, e por isso deve ser acolhido e respeitado. [...] todos somos feitos pó das estrelas e levamos dentro de nós o seu brilho e calor. Existimos para brilhar e para vivermos juntos a comensalidade e a alegre celebração da vida”. BOFF, Leonardo. *Habitar a terra*, p. 27.

³⁷ *S. Bernardi abbatis primi Clarae- Vallensis opera omnia* 2. 1962, p. 1.072. In: HALÍK, Tomás. *Toque as feridas: sobre sofrimento, confiança e a arte da transformação*. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 39.

do humano à luz da Trindade, uma vez que, como saída e encontro, o ser humano é por vocação ontológica, comunhão.

A teologia em sua máxima compreende o humano como dom-doadado, o humano é algo recebido, nesse sentido, lugar por excelência em que se desenvolve a imagem trinitária de Deus. Essa é a sua condição de revelação, sua função revelante. O que implica dizer que, o humano dispõe em si um dom que não lhe pertence, algo que ele não é dono, mas receptor. Esse é o seu caráter vocacional, pois o ser humano é chamado a desenvolver em si o humano com a sua responsabilidade: ele é o guardião do humano.³⁸ Marko Ivan Rupnik costuma dizer em suas colocações por aí afora, que o homem só é divino-humano, se, se é de Cristo. Se é expressão da divina humanidade de Cristo. É o que Bulgakov chama de teantropia e que resulta na mais alta responsabilidade da humano-divinização.

5. DISCERNIMENTO COMO PROCESSO DE MATURIDADE HUMANA E ESPIRITUAL

É pelo grau de humanidade que se mede o grau de maturidade atingido. O processo do discernimento pressupõe também medir esse grau de maturidade humana e espiritual. Se até agora temos insistido que o mistério de Cristo passa pela pessoa que o assume na sua vida, da mesma forma a vida desta pessoa se torna manifestação do mistério da pessoa de Cristo. De fato, a história da salvação que se realiza em Cristo manifesta um Deus que ama e se deixa afetar pelo seu povo. Deus se manifesta em Amor e Misericórdia e convida o ser humano a assumir esses aspectos divinos como características humanizadoras que configuram a vida da pessoa humana.

Nas ocorrências bíblicas de raízes hebraicas a palavra misericórdia origina-se dos termos *Rahûm*, *hannûn* e *hesed* – palavras que possuem um sentido semântico decisivo para se compreender a relação entre o amor e a justiça, como condição própria da misericórdia. De acordo com Carlo Rochetta, é preciso considerar antes de tudo, o vocábulo bíblico *rahûn*, uma vez que o mesmo deriva da raiz *rhn* e ao mesmo tempo remete a um sentimento visceral e

³⁸ O homem como guardião do humano: Se na *Laudato Si* o conceito carne não aparece explicitamente, mas seu sentido está implícito e dá o que pensar. De fato, como afirma Carbojo Núñez: “necessitamos duma visão integral, que valorize a interdependência orgânica de tudo o que existe”. Ao nosso ver, o conceito carne, compreendido nessa estrutura fenomenológica apresentada, permite dar um salto qualitativo no entendimento de que somos uma única carne, um corpo orgânico, pois como afirma a *Laudato Si*, tudo está intimamente relacionado. Nesses termos, o cuidado da terra é inseparável da fraternidade (*Laudato Si*, 70). BOFF, Leonardo. *Habitar a terra*, p. 28.

corresponde a uma vivência de forte participação afetiva, resultante do amor que se traduz em gestos concretos de bondade, de solicitude e de compaixão.³⁹

Do substantivo *rahûn* no plural, deriva *rahamîm*, que se traduz por compaixão, que tem como singular a palavra *rèhèn*, que designa por ser o útero da mulher. Da mesma raiz *rhn* deriva-se o adjetivo *hannûn*, muito próximo da ideia da paciência divina, e o substantivo *hen*, que significa favor, graça, indicando o efeito da ternura na ação de quem se compadece. A palavra *hesed*, com forte característica afetiva, indica amor de benevolência, afeto gratuito, ternura.⁴⁰ O substantivo vincula-se ainda a *met*, que significa fidelidade. Diante de tudo isso, o que recobre essa família de palavras é o fato de o homem bíblico viver intensamente seus sentimentos e, quando esse fala de Deus, utiliza-se desta mesma linguagem para expressar a ternura Daquela na história dos homens. O termo *hesed* e seu plural *hasadîm* expressam que o Deus que se revela e se dá a conhecer como um Deus sim-pático, compassivo, que sente e sofre com o ser humano.⁴¹

Como nos diz o Papa Francisco na *Evangelho Gaudium*: “Na sua encarnação, o Filho de Deus convidou-nos à revolução da ternura” (EG, n. 88). O substantivo ternura (do latim *teneritia*), evoca a ideia de algo mórbido, desprovido de dureza ou rigidez, e remete a um afeto interior vivido com participação viva, afetuosa e dinâmica. Adjetivo terno (*tenerum*, de tender, estender-se para projetar-se), o qual supõe e implica uma atitude que orienta a sair do eu para encontrar com o tu, tendendo para ele, em uma relação real de dedicação e reciprocidade. A ternura é flexibilidade, permeabilidade, abertura de coração, disponibilidade à mudança, e se constitui como rosto concreto de uma dileção afetiva que se faz benevolência e afabilidade.

6. O DISCERNIMENTO COMO SEGUIMENTO

A vida cristã é marcada fundamentalmente pela configuração ao seguimento de Jesus. O seguimento de Jesus é uma realidade que afeta a totalidade do mistério da nossa existência, pois não seguimos uma ideia, uma filosofia de vida, uma ideologia; seguimos, sim, uma pessoa concreta, Jesus de Nazaré. Nesse sentido, o seguimento nos envolve numa relação de “confiança em Jesus como Filho do Pai e irmão de todos, que abriu para todo o ser humano o amor como

³⁹ ROCHETTA, Carlo. *Teologia da ternura: um evangelho a descobrir*. São Paulo: Paulus, 2006, p. 120.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 120.

⁴¹ HALÍK, Tomás. *Toque as feridas: sobre sofrimento, confiança e a arte da transformação*. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 23.

caminho único da realização existencial”.⁴² Não é sem consistência que o Concílio Vaticano II, na *Lumen Gentium*, nos chama a atenção para essa dimensão ao tratar sobre a questão da Igreja como filiação e fraternidade em Cristo, uma vez que a filiação com Deus e a fraternidade humana se realizada por mediação de Jesus Cristo, luz dos povos.⁴³

Nessa perspectiva, é decisivo situar-se no quadro do desígnio amoroso de Deus, o acontecimento histórico Jesus de Nazaré, isto porque, a partir da sua pessoa se constrói uma cristologia da *kénosis* que se fundamenta na necessidade de voltar à singularidade de Jesus enquanto realidade factual, fonte de toda a teologia. Da sua singularidade se pergunta pela significação da sua universalidade, pelo sentido que a sua pessoa tem e dá para todos os homens de ontem, de hoje e de amanhã, uma vez que, a sua pessoa concreta revela o mistério de Deus e o mistério do homem⁴⁴ (GS 22). Deus trino se revela em Jesus Cristo e, concomitantemente, na sua pessoa, revela-se a dimensão trinitária do homem.

A partir dos testemunhos das narrativas bíblicas, a iniciativa do chamado é sempre de Jesus, pois é ele que passa, olha e chama (Mc 1,17-20). O chamado é um longo processo de repetidos chamados e respostas. O chamado é gratuito, acolhedor e exige compromisso. Na prática, o chamado coincide com a convivência. A fraternidade é uma característica do seguimento de Jesus. Quem quer seguir Jesus deve mudar de vida e crer na Boa nova (Mc 1,15). Quem não estiver disposto a fazer tudo isso “não pode ser meu discípulo” (Lc 14,33).

As narrativas do Novo Testamento são o único documento para conhecer o Jesus histórico, pois são dados legados por pessoas que conviveram com ele e dão testemunho dessa convivência. Embora se saiba que as narrativas não são fontes históricas, no sentido moderno do termo, são versões escritas pelas comunidades de acordo com a sua experiência. São narrativas do agir dos discípulos que expressam a significação universal do fato Jesus Cristo, vivido por eles, e sua profissão de fé que permite conhecer a originalidade de Jesus – o fato de ter vivido como homem. O testemunho dos que conviveram com ele constroem narrativas históricas.

É preciso ainda ter em conta a mais tenaz das formas dessas narrativas, pois atestam a autocomunicação amorosa de Deus, e, em primeiro lugar, o que Deus revela de si mesmo a nós. Revela-nos, que, Ele é Pai. O Deus revelado em Jesus Cristo, é um Pai que realiza plenamente

⁴² SILANES, Nereo. *Vida cristã*, p. 929.

⁴³ PAULO VI. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*: sobre a Igreja. In: COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. *Constituições, Declarações, Decretos*. São Paulo: Paulus, 1997, n. 1.

⁴⁴ *Gaudium et Spes*, n. 22.

sua paternidade no Filho por meio do Espírito Santo. É o Deus que se revela como Trindade. Na sua autocomunicação amorosa, Deus se manifesta como Amor e Misericórdia. Nas palavras de Ruiz de la Penã: “amor que se traduz no ‘dom de si’ ao Pai até a morte de cruz, para realizar seu projeto de libertação integral do ser humano e restituir-lhe sua dignidade de filho de Deus e irmão de todo ser humano”.⁴⁵

A autocomunicação divina está no fato de o Verbo se fazer carne no homem Jesus Cristo, entrando definitivamente na aventura humana, na criação de maneira intersubjetiva e tornando-se parte dela. Em Jesus Cristo, Deus não fala só por meio de uma palavra humana, mas por sua Palavra que se fez carne tornando-se compêndio e cabeça de toda criação. “No seguimento de Jesus se explica a fidelidade ao Espírito de Jesus que é o interprete das dificuldades do seguimento, para que não se obscureça o sentido das bem-aventuranças”.⁴⁶ Por outro lado, é o seguimento de Jesus que nos ajuda a vencer o pecado, uma vez que por meio dele recebemos o “dom do Espírito de Jesus”, que nos oferece consolação espiritual, pois é o Paráclito que vem em nosso socorro (Rm 8,5). Como afirma Rupnik, “Já que pertencemos a Deus, a ele nos entregamos, o Senhor age sobre nós agindo em nós”⁴⁷ (2008, 104).

CONCLUSÃO

É preciso estar no Espírito, tê-lo como fonte motora que nos interpela e move filial e fraternalmente numa espécie de *kénosis* que se realiza como rosto visível e credível, numa espiritualidade que se configure na radicalidade do seguimento de Jesus que se fez pobre com os pobres. É preciso discernir aquele sentimento dinâmico de ordem ativa inscrito no mais íntimo que nos habita; lugar onde Deus faz morada em nós e que nos direciona à vitalidade interior à orientação que “move para” uma filiação cristiforme e que nos “dispõe-nos” pneumaticamente. A vida do cristão se realiza em caminho ajustado ao Espírito e pelo Espírito.

Nesse sentido, falar da graça do discernimento e as virtudes do processo, exigiu-nos fundamentar primeiramente nossa relação com Deus. É Ele que chama, e toda vocação tem de confrontar-se com os pressupostos humanos, existenciais e espirituais: acolhimento, liberdade, resposta e seguimento. É aqui que se entende o ser humano num autêntico processo de discernimento, pela mediação do Espírito Santo que o capacita com meios adequados, também

⁴⁵ SILANES, Nereo. *Vida cristã*, p. 929.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 924.

⁴⁷ RUPNIK, Marko Ivan. *O discernimento*. São Paulo, Paulinas, 2004, p. 98.

divinos, onde as virtudes teologais agem nele de modo semelhante às potências sobrenaturais. De fato, a relação entre a fidelidade e o processo se dá dentro de um raio de consciência filial que liga Cristo ao Pai⁴⁸. Então essa fidelidade vocação se traduz na conformação à pessoa de Jesus. Cabe entender a fidelidade como processo, porque os cristãos estão no Espírito (Rm 8,9), e têm o Espírito como fonte motora que os impele e move agir filialmente, cristiformemente e pneumaticamente.

A fidelidade, enquanto processo, se configura com o discernimento permanente. Por isso, é necessário fazer memória do amor primeiro. Centrar-se em Deus e enraizar-se na existência que nos afeta. Saber que a vida do cristão é, por conseguinte, um novo modo de ser. Desse processo de consciência emerge uma espiritualidade da missão que percebe Deus na densidade do humano e, concomitantemente, o cristão como ampliação no tempo do próprio Deus que se manifesta em sua TriUnidade.

BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, Tomás. *Suma de Teologia*. Madrid: BAC, 1997.
- BÍBLIA SAGRADA. *Tradução Ecumênica da Bíblia*. São Paulo: Paulinas; Loyola, 1994.
- BOFF, Leonardo. *A Trindade, a sociedade e a libertação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOFF, Leonardo. *Habitar a terra: Qual o caminho para a fraternidade universal?* Petrópolis: Vozes, 1986.
- BULGAKOV, Sergej Nikolaevic. *L'agnello di Dio: el mistero del Verbo incarnato*. Roma: Città Nuova, 1990.
- BURRUFFO, A. Discernimento. In: FIORES, Stefano; GOFFI, Tullo. *Dicionário de Espiritualidade*. São Paulo: 1993.
- COEN, Monja; GRÜN, Alselm. *A descoberta da existência*. Petrópolis: Vozes, 2021.
- PAULO VI. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*: sobre a Igreja. In: COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. *Constituições, Declarações, Decretos*. São Paulo: Paulus, 1997.
- CORDOBÉS, J. Manuel. Vocação. In: FIORES, Stefano; GOFFI, Tullo. *Dicionário de Espiritualidade*. São Paulo: 1993.
- FORTE, Bruno. *Introdução à fé*. Aproximação ao mistério de Deus. São Paulo: Paulus, 1994.
- PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica *Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Loyola, 2020.
- _____. *Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.

⁴⁸ ZUCCARO, Cataldo. *Cristologia e moral*. História, Interpretação, Perspectivas. São Paulo: Ave Maria, 2007, p. 172.

- _____. Carta Encíclica *Laudato Si*. Louvado Sejas. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus; Loyola, 2015.
- GARRIDO, Javier. *Afectividad y seguimiento de Jesús: celibato y discipulado*. Gassteiz/Vitoria: Frontera Hegian, 2004.
- GONZÁLEZ CARDEDAL, Olegario. *Dios*. Salamanca: Sígueme, 2004.
- GONZÁLEZ CARDEDAL, Olegario. *La entraña del cristianismo*. Salamanca: Secretariado Trinitario, 2001.
- GREISCH, Jean. Lire, interpréter, comprendre. In: J. VERHEYDEN, T.; VANDECASTEELE, P.; HETTEMA, Tl. *Paul Ricoeur poetics and religions*. Leuven: Uitgeverij Peeters, 2011.
- GRÜN. Anselm. *Oração e Autoconhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- HALÍK, Tomás. *Toque as feridas: sobre sofrimento, confiança e a arte da transformação*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- LADARIA, Luis. F. *La Trinidad misterio de comunión*. Salamanca: Secretariado Trinitario, 2007.
- PIE-NINOT, Salvador. *La Teología Fundamental. Dar razón de la esperanza (1 Pd 3,15)*. Salamanca: Secretariado Trinitario, 2009.
- ROCHETTA, Carlo. *Teologia da ternura: um evangelho a descobrir*. São Paulo: Paulus, 2006.
- RUPNIK, Marko Ivan. *O discernimento*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- SILANES, Nereo. Vida cristã. In: PIKAZA, O; SILANES, Nereo. *Dicionário Teológico O Deus Cristão*. São Paulo: Paulus, 1998.
- XAVIER, Donizete José. *Teologia Fundamental: introdução à Teologia*. Petrópolis: Vozes, 2021.
- ZUCCARO, Cataldo. *Cristologia e moral. História, Interpretação, Perspectivas*. São Paulo: Ave Maria, 2007.

Revista de Catequese

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

São Paulo, *Campus* Pio XI: Curso de Teologia

Disponível em: <https://revista.unisal.br/catequese/index.php/rcu/issue/view>

V. 1, n. 1, jan./jun., 2023, p. 67-77.

A LITURGIA E A DIMENSÃO CELEBRATIVA DA CATEQUESE: UM CAMINHO PARA UMA VIVA EXPERIÊNCIA DE FÉ NA COMUNIDADE ECLESIAL

THE LITURGY AND THE CELEBRATIVE ASPECT OF CATECHESIS: A PATH TO A LIVING EXPERIENCE OF FAITH IN THE ECCLESIAL COMMUNITY

*Thiago Faccini Paro**

RESUMO: A liturgia e a dimensão celebrativa da catequese tornam-se ferramentas importantes e necessárias para se trilhar um caminho de viva experiência de fé na comunidade eclesial, dando as chaves e códigos para uma verdadeira e profunda compreensão dos símbolos e ritos que constituem a linguagem da Sagrada Liturgia e que insere pessoas diferentes na unidade do Corpo Místico do Senhor, a Igreja.

Palavras-chave: Catequese; liturgia; iniciação à vida cristã, mistagogia; celebração.

ABSTRACT: *The liturgy and the celebratory aspect of catechesis serve as important and necessary tools for embarking on a journey of lived faith experience within the ecclesiastical community, providing the keys and codes for a true and deep understanding of the symbols and rites that constitute the language of the Sacred Liturgy and which incorporates different people into the unity of the Mystical Body of the Lord, the Church.*

Keywords: *Catechesis; liturgy; initiation into the Christian life; mystagogy; celebration.*

* Mestre em Teologia pela PUCSP; professor de liturgia da FAJOPA – Marília e professor convidado de diversos cursos de pós-graduação *lato sensu* de liturgia, pedagogia catequética e espaço litúrgico. É assessor do Setor de Espaço Litúrgico da Comissão Episcopal Pastoral para Liturgia da CNBB e membro da Associação dos Liturgistas do Brasil-ASLI.

INTRODUÇÃO

O Papa Francisco publicou na Solenidade dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo de 2022, a Carta Apostólica *Desiderio Desideravi*, sobre a formação litúrgica do povo de Deus, reafirmando-a como dimensão fundamental da Liturgia para a vida da Igreja, já expresso na Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*, quando tratando da formação dos pastores, afirma: “Nos seminários e casas religiosas, adquiram os clérigos uma formação litúrgica da vida espiritual, mediante uma conveniente iniciação que lhes permita penetrar no sentido dos ritos sagrados e participar perfeitamente neles” (SC 17). Noutra parte, diz: “Procurem os pastores de almas fomentar com persistência e zelo a educação litúrgica e a participação ativa dos fiéis, na convicção de que estão cumprindo um dos mais importantes múnus do dispensador fiel dos mistérios de Deus” (SC 19).

Neste sentido, cumpre papel fundamental todo o processo de iniciação à vida cristã, que tem como principais dimensões a catequese e a liturgia. Porquanto, é na dimensão celebrativa da catequese, também conhecida como catequese mistagógica, que parte da vivência das ações rituais, e que na liturgia encontra seu maior significado para as crianças, os jovens e os adultos que são iniciadas em sua vida eclesial.

Deste modo, no presente texto refletiremos sobre a necessidade e a importância da unidade entre catequese e liturgia, e da redescoberta da dimensão litúrgica da catequese. Resgatando as práticas catecumenais da Igreja primitiva e as intuições e experiências do pós-Concílio Vaticano II, buscaremos dar pistas de ações para uma catequese que forme cristãos conhecedores dos ritos e símbolos, que constituem a linguagem litúrgica, e mais conscientes de sua fé, concretamente vivida e celebrada no interior da comunidade eclesial.

1. LITURGIA: FONTE E ÁPICE DA VIDA DA IGREJA

Jesus em sua peregrinação a Jerusalém, onde iria celebrar pela última vez a ceia pascal, faz o anúncio de sua paixão aos seus discípulos: “Então começou a ensinar-lhes que o Filho do homem deveria sofrer muito, ser rejeitado pelos anciãos, pelos sumos sacerdotes e pelos escribas, que deveria ser morto e ressuscitar depois de três dias” (Mc 8,31-32). Os discípulos ficaram decepcionados, frustrados e sem compreender direito o que significavam as palavras de Jesus, pois esperavam um messias poderoso que os livrasse do poder romano, buscavam um reino terreno, de poder e *status*. Prova disso são as diversas discussões entre os discípulos a respeito de quem é o maior (cf. Lc 22,24; Mc 8,32; 9,33-34).

Diante da reação dos discípulos e da falta de entendimento dos mesmos, Jesus toma consigo Pedro, Tiago e João e os leva para um monte alto e afastado e ali “transfigurou-se diante deles. Suas vestes ficaram brilhantes e tão brancas como nenhuma lavadeira do mundo as poderia branquear. Apareceram-lhes Elias e Moisés conversando com Jesus” (Mc 9,2-4). Com a transfiguração, Jesus antecipa aos discípulos a experiência escatológica do fim dos tempos, e os faz experimentar já aqui o céu, revelando-lhes o Reino prometido, fazendo-os compreender de que valerá a pena assumir a cruz e a morte, para enfim alcançar a ressurreição. A experiência é tão grande e profunda que Pedro não quer mais descer, quer armar três tendas e ficar ali. Jesus, porém, desce com eles o monte e continua o seu caminho.

Na liturgia, fazemos essa experiência da transfiguração. Durante a semana, abraçamos as cruzes e os desafios de cada dia, lutamos para continuarmos no caminho. Quando estamos desanimando, exaustos muitas vezes, a Igreja nos convida a subir o monte e lá experimentarmos o céu, a provarmos o que nos aguarda ao terminarmos nossa peregrinação terrestre. Assim, através da liturgia, a Igreja cumpre o mandato de Jesus: “fazei isto em memória de mim” (Lc 22,19). Aqui, “não se trata de uma simples recordação, mas de uma atualização. Através da ação memorial, o passado é trazido para o hoje da celebração litúrgica e o futuro, a vinda gloriosa de Cristo, torna-se presente e antecipado na ação ritual”¹. Deste modo, o espaço litúrgico, a igreja, torna-se o “ícone da montanha do qual subimos e vivenciamos essa transfiguração através da ação ritual, o lugar de onde vemos, pela participação litúrgica, o céu que desce a terra e Deus que se faz presente no meio de nós”², como esclarece Rodrigo Arnos.

2. A LINGUAGEM LITÚRGICA

Como seres humanos, temos necessidade de coisas visíveis, de olhar e tocar, de cheirar e comer, de ouvir e falar... sobretudo quando se fala do transcendente, daquilo que não se vê e não se pode tocar. Os sinais sensíveis (que passa pelos sentidos: tato, paladar, audição, visão e olfato), ou seja, os ritos e símbolos, constituem a linguagem litúrgica, um modo de expressar e comunicar a fé professada e celebrada, tornando-se mediadores daquilo que ainda não se vê.

Mas para que essa comunicação seja efetiva, assim como para compreender qualquer língua e cultura que não seja a sua, é necessário ser introduzido através do estudo e da compreensão dos costumes e tradições daquele povo, do qual não se é pertencente. Imaginemos

¹ PARO, Thiago Faccini. *Conhecer a fé que professamos*. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 42.

² ARNOSO, Rodrigo; PARO, Thiago F. *Conhecer o Ano Litúrgico que vivenciamos*. Petrópolis: Vozes, 2021, p. 23-24.

por exemplo uma viagem a um país oriental, com costumes e dialetos próprios. Sem conhecer a língua local e ter alguém que explique os costumes próprios daquele povo e sua história, dificilmente conseguiremos estabelecer um diálogo e uma compreensão mais aprofundada de suas práticas. O mesmo acontece com a liturgia da Igreja.

A liturgia com seus diversos ritos e símbolos foi constituída ao longo dos séculos com a intenção de fazer com que os fiéis celebrassem sua fé no Cristo Vivo e Ressuscitado, não como uma simples recordação, mas como atualização do evento salvífico da Paixão, Morte e Ressurreição do Senhor. Neste sentido, cada rito e símbolo tem um significado específico dentro de cada sacramento e sacramental. Compreender sua significação é fundamental para que a comunicação seja eficaz, para que cumpra seu objetivo de revelar e tornar presente o que se celebra.

A falta desta iniciação a linguagem simbólico-ritual, faz com que o rito se torne estéril, sem sentido, fazendo da liturgia um rito repetitivo, chato e cansativo. Diante disso, não basta tentar dinamizar a liturgia transformando-a em espetáculo, com entradas pirotécnicas e adjetivada: missa disso ou daquilo. Uma resposta eficiente está em resgatar na catequese, sua dimensão celebrativa, como proporemos a seguir.

3. LITURGIA: GARANTIA DE IDENTIDADE E UNIDADE

A riqueza da Igreja está na sua diversidade. São Paulo em diversas de suas cartas a compara com o corpo, como se pode ler 1 Cor 12,12: “assim como o corpo é um, embora tenha muitos membros, e como todos os membros do corpo, embora sejam muitos, formam um só corpo” (cf. 1 Cor 10,17; Rm 12,4s). A Igreja é constituída por pessoas diferentes, em sua forma de pensar e agir... com criação diferente, de culturas diversas... com diversos dons e talentos. O Cristianismo, desde suas origens, como vimos na carta de São Paulo, é marcado pela diversidade que, bem integrado, torna-se unidade, constituindo o grande corpo que é a Igreja, cuja cabeça é Cristo.

Neste processo de iniciação, além da compreensão doutrinal da fé, do que cremos e professamos, importante movimento se dá na transmissão da compreensão do sentido dos ritos e símbolos na sagrada liturgia. É na celebração dos sacramentos e sacramentais que fica visível a identidade da Igreja, como visto ao falarmos da linguagem da liturgia. É a ação simbólico-ritual que, em grande parte, nos diferencia de qualquer outra religião. É pela compreensão das

ações rituais que um fiel em viagem, mesmo não sabendo a língua daquele país, poderá participar ativa e plenamente da liturgia, não presidida na sua língua.

É no conjunto dos símbolos presente na arquitetura de um templo (torre ou campanário, sinos, cruz, vitrais, porta), que se identificará nossas igrejas como um espaço católico romano; é na vestimenta e insígnias que nos reconhecemos como cristãos. Preservar e transmitir a gama de ritos, símbolos e sinais, sobretudo os da Sagrada Liturgia é garantir a sobrevivência e identidade de nossas comunidades, gerando unidade entre os diversos grupos, pastorais, movimentos e organismos que constituem a Igreja, apesar das diversas formas de espiritualidade e maneiras de expressarem a fé no Cristo Jesus.

A dimensão celebrativa da catequese, contribui para criar uma maior sensibilização para a linguagem ritual, inserindo aos poucos os seus destinatários na maneira de celebrar e vivenciar a fé na comunidade.

4. EDUCAR PELO RITO

A partir do visível, de ritos e símbolos, a Sagrada Liturgia comunica uma realidade escondida em cada gesto, ação, palavra ou elemento. Esta comunicação é feita de forma gradativa, em que um rito vai “puxando” o outro.

Deste modo, a primeira maneira de se iniciar na linguagem própria da liturgia, é participar de celebrações bem-preparadas, em que os que desempenham os diversos ministérios litúrgicos compreendam e executem de modo consciente cada rito e símbolo prescrito na “partitura” que constitui os livros litúrgicos. Dessa maneira, propomos, seguindo o método mistagógico, que catecúmenos e catequizandos³ participem da celebração dos sacramentos e sacramentais. Após essa experiência, partindo do rito vivenciado, lhes serão explicados a simbologia e o significado do que viram e ouvirem, garantindo aos interlocutores a compreensão dos elementos que compõem a fé celebrada.

É preciso educar para uma sensibilidade simbólico-ritual, que prepare os catequizandos para celebrar a partir da ação ritual celebrada. Mas para que isso aconteça, tem importante papel a dimensão celebrativa da catequese, em que cada encontro, poderá inserir os catequizandos na linguagem simbólico-ritual da Igreja. Para tanto, propomos um breve itinerário formativo: oração inicial, convidando-os a traçar o sinal da cruz, escuta atenta da Palavra de Deus,

³ Catecúmenos: pessoas não batizadas; Catequizandos: aqueles que são batizados na infância, mas que por algum motivo não completaram o processo iniciático. Por uma opção metodológica usaremos apenas o termo catequizando, porém, todo o contexto refere-se também aos catecúmenos.

educando-os ao silêncio. O próprio espaço poderá dispor de elementos próprios dos espaços celebrativos, a saber: ambão, vela, flores, imagens.... Enfim, são passos que podem inserir catecúmenos e catequizandos na fé celebrada pela comunidade.

O Ritual de Iniciação Cristã de Adultos (RICA)⁴, apresenta as celebrações próprias do itinerário a ser percorrido pelos adultos não batizados e por crianças em idade de catequese. Apesar de serem propostas para catecúmenos, o itinerário celebrativo do RICA, pode e deve ser adaptado também aos catequizandos, como já destacado pelos Bispos do Brasil, no Documento 107, publicado em 2017:

Inspirados pelas celebrações do RICA, organizar os diversos tempos da iniciação, procurando a adequada correspondência entre Bíblia, catequese, liturgia e comunidade. A inspiração que vem do RICA não significa imitar ou copiar o que lá se apresenta, mas perceber as celebrações como passos importantes para superação de uma prática pastoral que visa apenas a celebração de ritos e a recepção dos sacramentos. Certos ritos devem ser reservados aos não batizados que percorrem o caminho que leva à Iniciação à Vida Cristã.⁵

As celebrações são gradativas e podem ser divididas em dois grupos: celebrações que marcam a transição de uma etapa a outra, vistas como ritos de passagem (Rito de Admissão, Eleição...), e outras que acontecem no decorrer dos tempos (entregas do Credo, Pai-nosso, Escrutínios...). Ainda, no capítulo IV, o RICA apresenta adaptações e orientações às diversas realidades, como a preparação para a Confirmação e a Eucaristia de Adultos já batizados na infância, mas que não receberam a devida catequese. Algumas celebrações são reservadas apenas aos catecúmenos, outras apenas aos catequizandos, e outras, ainda, são comuns a ambos os grupos.

Todas as celebrações propostas pelo RICA, recuperam o itinerário de iniciação da Igreja primitiva, que inseria os cristãos na comunidade eclesial, que teve seu auge entre os séculos II a IV, processo que ficou conhecido como catecumenato. Este processo de preparação, de compreensão vital e de acolhimento dos grandes mistérios da vida revelada em Jesus Cristo estava composto por quatro tempos, a saber: *pré-catecumenato, catecumenato, iluminação ou purificação e mistagogia*, e três etapas: *admissão, eleição e celebração dos sacramentos*, e podem ser comparados aos degraus de uma escada⁶. Os recém batizados, precisavam compreender melhor os ritos e símbolos que vivenciaram durante a vigília pascal, de modo

⁴ CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO. *Ritual da Iniciação Cristã de Adultos*. São Paulo: Paulus, 2001.

⁵ CNBB. *Iniciação à Vida Cristã: itinerário para formar discípulos missionários*. Brasília: CNBB, 2017.

⁶ PARO, Thiago F. *As celebrações do RICA*. Conhecer para bem celebrar. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 19.

especial, os sacramentos que receberam. Era a função do 4^a tempo, a **mistagogia**, que revelava através das catequeses mistagógicas o sentido teológico de cada rito celebrado. As diversas celebrações, da Palavra ou sacramentais, têm ainda o intuito de aproximar catequizandos e familiares da comunidade eclesial.

Resgatando esta antiga prática catecumenal, especial destaque damos as catequeses mistagógicas, que nos ajudam a compreender a dimensão litúrgico-celebrativa da catequese e a revelar o sentido da gama simbólica e ritual que constitui a celebração de nossos sacramentos e sacramentais. Através das catequeses mistagógicas, pode-se ir criando uma sensibilidade aos elementos que constituem nossos ritos, partir de seu sentido para sociedade e experiência pessoal, e depois para o sentido bíblico e histórico, até chegar na sua significação atual para a teologia litúrgica.

Levar, por exemplo, a coroa do advento, os ramos e as cinzas, a luz (vela, Círio Pascal), a água, o pão, o óleo e outros elementos simbólicos e rituais, para os encontros de catequese, e ainda envolvê-los na dinâmica do Ano Litúrgico, farão os catequizandos facilmente compreendê-los posteriormente na celebração litúrgica ou ao levá-los a participar de uma liturgia, partir dos ritos e símbolos experimentados, para explicá-los.

5. O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

Como exemplo concreto, podemos citar a iniciação ao sacramento da Penitência. É muito comum se atender a primeira confissão dos já batizados às vésperas da celebração em que irão comungar pela primeira vez. Deste modo, acaba-se por vincular o sacramento da reconciliação à comunhão sacramental. Importante frisar que se trata de um sacramento, e que o mesmo exige uma celebração (pode ser comunitária), com escuta da Palavra, exame de consciência, confissão e absolvição individual, como prevê o Ritual da Penitência, que apresenta um roteiro e diversas sugestões de como realizá-lo. Deste modo, o mais ideal seria que os catequizandos fossem inseridos no sacramento da Penitência num tempo bem anterior a celebração da primeira eucaristia e que a confissão dos pecados, se desse no contexto de uma celebração. Isso ajudará a resgatar o sentido próprio do sacramento da Penitência, do qual nos confessamos para reconciliar com Deus e com os irmãos e conseqüentemente nos preparamos para receber o Corpo e Sangue do Senhor nas espécies eucarísticas⁷.

⁷ PARO, Thiago F. *Catequese e Liturgia na Iniciação Cristã: o que é e como fazer*. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 108-110.

6. AS SALAS PARA OS ENCONTROS DA CATEQUESE

Na prática catequética, uma possibilidade de valorizar a dimensão celebrativa é pensar na organização e formatação das salas em que o encontro de catequese é realizado. Muitas vezes dizemos que o catequista não é professor e a catequese não é escola, mas em muitos lugares, na prática, vemos um ambiente escolar nos espaços de catequese. Os catequizandos, principalmente os mais novos, ao chegarem à catequese e se depararem com o mesmo ambiente existente na escola, não conseguirão distinguir o espaço escolar da catequese. Diante disso, é importante uma renovação do ambiente catequético (exterior) para promover uma mudança interior (mentalidade). Oferecer um espaço distinto do escolar tradicional ajudará o catequizando a se portar de maneira diferente, colaborando para que, logo no primeiro dia, perceba a necessidade de uma postura distinta à que costuma ter na escola ou em outros locais⁸.

Como exemplo concreto de uma nova forma de pensar e organizar as salas de catequese, podemos citar a prática da Catedral de Santa Teresa, em Caxias do Sul, onde estruturaram o espaço em duas mesas: a mesa da Palavra e a mesa da catequese. Inspirados pela estrutura e ambiente próprios de nossas celebrações litúrgicas (as duas mesas), a mudança nos faz sair do esquema escolar para um ambiente mais celebrativo, buscando uma estreita ligação entre catequese e liturgia em encontros dinâmicos e orantes. A mesa da Palavra consiste em organizar um ambão ou uma pequena mesa para colocar a Bíblia e fazer a sua leitura, ornamentando-a com uma vela acesa ao lado e toalhas com a cor do tempo litúrgico em curso, educando os catequizandos para a ritualidade, para a oração, para o silêncio e a escuta da Palavra.

A mesa da partilha, por sua vez, constitui-se de “uma grande mesa com várias cadeiras ao seu redor, é o local onde os catequizandos irão buscar compreender com a ajuda do catequista o sentido e significado da Palavra”⁹, atualizando-a em suas vidas. Com essa mesa, pretende-se ainda resgatar o costume de sentar-se ao redor da mesa para saborear uma refeição, onde crianças, jovens e seus catequistas, saborearão a Palavra de Deus¹⁰. Ao redor dessa mesa poderá estimular os catequizandos a partilhar o texto bíblico, quem são os personagens e quais os seus sentimentos, o ambiente em que se passa o texto e o contexto onde acontece e ainda uma mensagem que possam ter aprendido. Ainda ao redor da mesa da partilha, poderão ser utilizados

⁸ *Ibid.*, p. 87-92.

⁹ PARO, Thiago F. *O Caminho*: subsídio para encontros de catequese de Primeira Eucaristia, 1ª Etapa. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 8.

¹⁰ BRUSTOLIN, Leomar A. *A mesa do pão*: Iniciação à Eucaristia. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 14.

muitos outros recursos didáticos, em vista da pedagogia das idades e da teoria das múltiplas inteligências. Poderão ser iniciados nos ritos e símbolos, ou seja, a catequese desenvolverá uma sensibilidade nos catequizandos para, aos poucos, podermos lhes dar as chaves e os códigos para decifrarem as ações rituais.

Pensar novos espaços para os encontros de catequese visa mostrar que nossos catequistas não são professores, mas mistagogos que guiam os catequizandos para o Mistério, fazendo com que vivam uma experiência pessoal com Jesus Cristo. Num clima alegre e acolhedor, a Palavra se atualiza e se transforma em oração e gestos concretos, os aproximando da vivência eclesial.

7. A DIMENSÃO ORANTE DA PALAVRA DE DEUS

A Palavra de Deus é a fonte de todo anúncio querigmático e, conseqüentemente, da catequese. O Concílio Vaticano II, afirmou que “a Igreja sempre venerou as divinas Escrituras, como também o próprio corpo do Senhor; sobretudo na sagrada liturgia, nunca deixou de tomar e distribuir aos fiéis, da mesa tanto da palavra de Deus como do corpo de Cristo, o pão da vida”¹¹. Com esta proclamação, o Concílio resgatou a importância da Palavra de Deus e incentivou sua leitura e meditação pessoal e comunitária.

Sessenta anos após a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II, ainda hoje percebe-se a dificuldade que as pessoas e comunidades têm para entender e interpretar as passagens da Sagrada Escritura. E, mais ainda, para atualizar sua mensagem à sua realidade pessoal e comunitária. Muitas comunidades correm o risco de cair numa interpretação superficial e/ou fundamentalista. A Igreja, portanto, tem a missão de oferecer as chaves para a sadia leitura e interpretação dos textos bíblicos, encontra, pois, na catequese um importante e fundamental espaço, sobretudo, ao transmitir um método antigo de leitura e interpretação da Sagrada Escritura: a *Lectio Divina*.

A *Lectio Divina*, consiste na leitura de um trecho bíblico, repetida duas ou mais vezes, acompanhada de oração, meditação e contemplação. O Papa Bento XVI, na Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Palavra na vida e na missão da Igreja, escreve:

Nos documentos que prepararam e acompanharam o Sínodo, falou-se dos vários métodos para se abeirar, com fruto e na fé, das Sagradas Escrituras. Todavia prestou-se maior atenção à *lectio divina*, que ‘é verdadeiramente

¹¹ CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum*: sobre a Revelação Divina. In. DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituições, Declarações, Decretos*. São Paulo: Paulus, 2001, n. 21.

capaz não só de desvendar ao fiel o tesouro da Palavra de Deus, mas também de criar o encontro com Cristo, Palavra divina viva'.¹²

O contato direto e contínuo com a Sagrada Escritura e a progressiva consolidação da *lectio divina* como método e instrumento de oração, demonstrarão a possibilidade de educar os cristãos para beberem das fontes puras da fé. Para que o catequista consiga ensinar e transmitir com fidelidade a mensagem da Sagrada Escritura é preciso, pois, que ele a medite e a atualize antes de tudo, em sua própria vida. A Palavra de Deus precisa ser uma realidade constante no seu dia a dia.

CONCLUSÃO

A função da catequese na iniciação à vida cristã deve superar a transmissão da fé feita apenas de maneira oral, doutrinal e de práticas escolares. É preciso que seu itinerário contemple a possibilidade de fazer com que a fé seja experimentada pelos sentidos, pela vivência e compreensão de toda ação ritual, tornando-se uma catequese que ensine e ajude a compreender a linguagem própria da liturgia, e conseqüentemente a maneira de rezar da Igreja.

Por sua vez, a liturgia no processo de Iniciação Cristã não deve ser restrita apenas às celebrações, pois vai muito além disso. Deve estar no cotidiano dos encontros, desde a oração inicial e as preces até a mistagogia, por meio dos símbolos e ritos (...). As celebrações propostas pelo RICA, sobretudo as de entrega dos símbolos, carregam um sentido teológico, pedagógico e mistagógico. É preciso ter consciência disso para não multiplicar o número de celebrações (entrega de terço, do Catecismo da Igreja Católica, da imagem da Sagrada Família...), correndo o risco de torná-las momentos alegóricos, sem um objetivo iniciático específico.

A liturgia e a dimensão celebrativa da catequese tornam-se ferramentas importantes e necessárias para se trilhar um caminho para uma viva experiência de Fé na comunidade eclesial, tão desejado pelos padres conciliares e que tem encontrado eco nas palavras do Papa Francisco ao escrever sobre a formação litúrgica do povo de Deus:

Gostaria que a beleza da Celebração cristã e suas necessárias conseqüências na vida da Igreja não fossem deturpadas por uma compreensão superficial e redutiva do seu valor ou, pior ainda, por uma instrumentalização a serviço de alguma visão ideológica, seja qual for. A oração sacerdotal de Jesus na Última Ceia, para que todos sejam um (Jo 17,21), julga todas as nossas divisões em

¹² BENTO XVI. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini*: a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2010, p. 159.

torno do Pão partido, *sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo de caridade*.¹³

Que a catequese, ao redescobrir sua dimensão celebrativa, ajude os que estão sendo iniciados, a superar toda e qualquer forma de intimismo e individualismo da fé, a superar o subjetivismo e “pietismo”, para que sua vida de oração, alicerçada na Palavra de Deus e na ação Memorial, seja reflexo de uma vida comunitária doada aos irmãos e irmãs.

BIBLIOGRAFIA

ARNOSO, Rodrigo; PARO, Thiago F. *Conhecer o Ano Litúrgico que vivenciamos*. Petrópolis: Vozes, 2021.

BENTO XVI. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini*: a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2010.

BRUSTOLIN, Leomar A. *A mesa do pão: Iniciação à Eucaristia*. São Paulo: Paulinas, 2009.

CNBB. *Iniciação à Vida Cristã: itinerário para formar discípulos missionários*. Brasília: CNBB, 2017. (Documento 107).

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum*: sobre a revelação divina. In: DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. 3.^a ed. *Constituições, Declarações, Decretos*. São Paulo: Paulus, 2014.

FRANCISCO. *Desiderio Desideravi*: sobre a formação litúrgica do povo de Deus. Brasília: CNBB, 2022.

PARO, Thiago F. *O Caminho: subsídio para encontros de catequese de Primeira Eucaristia*, 1^a Etapa. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *As celebrações do RICA*. Conhecer para bem celebrar. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. *Conhecer a fé que professamos*. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. *Catequese e Liturgia na Iniciação Cristã: o que é e como fazer*. Petrópolis: Vozes, 2018.

RITUAL DA INICIAÇÃO CRISTÃ DE ADULTOS. São Paulo: Paulus, 2001.

¹³ FRANCISCO. *Desiderio Desideravi*: sobre a formação litúrgica do povo de Deus. Brasília: CNBB, 2022, n. 16.

Revista de Catequese

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

São Paulo, *Campus* Pio XI: Curso de Teologia

Disponível em: <https://revista.unisal.br/catequese/index.php/rcu/issue/view>

V. 1, n. 1, jan./jun., 2023, p. 78-91.

DISCERNIMENTO NA ESCOLHA DE CANDIDATOS PARA O MINISTÉRIO ECLESIAL DE CATEQUISTA

DISCERNMENT IN CHOOSING CANDIDATES FOR THE ECCLESIAL MINISTRY OF CATECHIST

*Ubaldo Montisci**

RESUMO: Os vários pronunciamentos recentes do atual magistério do Papa Francisco sobre o ministério instituído de catequista obrigam os líderes das comunidades cristãs a prestar maior atenção à delicada fase do discernimento dos potenciais candidatos. Depois de recordar algumas indicações magisteriais úteis para determinar a identidade do catequista instituído, na oportunidade serão oferecidos pontos de referência para uma reflexão que examine os temas, as dinâmicas e o estilo de discernimento em relação a este ministério, recentemente instituído na Igreja.

Palavras-chave: Catequista; discernimento; candidato; leigos; ministério eclesial.

ABSTRACT: *The many recent pronouncements from Pope Francis' current magisterium regarding the established ministry of catechist necessitate Christian community leaders to pay greater attention to the delicate phase of discernment of potential candidates. After recalling some useful magisterial indications to determine the identity of the established catechist, reference points will be offered for a reflection that examines the themes, dynamics and style of discernment pertinent to this ministry, which has been recently established within the Church.*

Keywords: *Catechist; discernment; candidate; lay people; ecclesial ministry.*

* Padre salesiano. Doutor em Teologia com especialização em Pastoral da Juventude e Catequese. Professor de Metodologia e Formação Catequética. Membro do Instituto de Catequética da Pontifícia Universidade Salesiana (Roma), onde leciona. Membro do Grupo Interdisciplinar de Observação e Estudo da Deficiência da CEI (Conferência Episcopal Italiana). Diretor do periódico *online* “Catechetica ed Educazione” (www.rivistadipedagogiareligiosa.it).

INTRODUÇÃO

O tema do discernimento, por si só, não é novo na esfera eclesial; é tratado na Bíblia, conforme pode-se verificar nas seguintes passagens: (cf. 1 Rs 3,11-12; Pr 3,13; Lc 12,54-59; Rm 12,2; Fl 1,9) e faz parte da própria experiência de seguimento de Cristo: “O discípulo, na verdade, deve, em todos os momentos, interpretar a melhor maneira de encarnar a intencionalidade do Mestre dentro de seu contexto histórico, que é *sempre novo* em relação à história das origens”.¹ Para todos os batizados, trata-se de um compromisso vital e permanente, como o atual Pontífice também reconhece: “Hoje a Igreja precisa crescer em discernimento, na capacidade de discernir”.²

Neste amplo e abundantemente explorado horizonte, a presente contribuição pretende abordar o tema de um ponto de vista específico, o catequético, motivado pela publicação do *Motu Proprio Antiquum Ministerium* (2021), com o qual o ministério eclesial de catequista é instituído. Além do entusiasmo previsível despertado, o documento papal recorda a grave responsabilidade das comunidades cristãs em acompanhar os batizados para a maturidade da fé. Acima de tudo, incentiva os responsáveis a identificar os critérios adequados para avaliar quem seja idôneo para função tão significativa na comunidade eclesial.

Em todo o processo de formação do catequista, a fase do discernimento vocacional inicial é importante e decisiva (AM 8). Recordam-se aqui algumas indicações magisteriais úteis para a determinação da identidade do catequista instituído e oferecem-se pontos de referência para uma reflexão que examine os temas, as dinâmicas e o estilo de discernimento em relação a essa nova figura ministerial.

1. O MINISTÉRIO ECLESIAL DO CATEQUISTA

Embora a Conferência Episcopal Brasileira (CNBB), valorizando as oportunidades oferecidas pela *Ministeria quaedam*,³ tenha iniciado há muito tempo uma reflexão aprofundada

¹ ZUCCARO, Cataldo. L'esercizio del discernimento nel nostro tempo. In: MATTEO, Armando (Ed.). *Il Discernimento*: “Questo tempo non sapere valutarlo? (Lc 12,56). Città del Vaticano: UUP, 2018, p. 13.

² FRANCESCO. Oggi la Chiesa ha bisogno di crescere nel discernimento: Un incontro privato con alcuni gesuiti polacchi. *La Civiltà Cattolica*, 167, 2016, p. 348-349.

³ O *Motu Proprio* de Paulo VI (15.10.1972) modifica as ordens menores em ministérios e oferece exemplo de ministérios instituídos: leitor e acólito, mas também enfatiza que “além destes ofícios [...], nada impede que as Conferências Episcopais solicitem outros à Sé Apostólica, se se julgar a instituição necessária ou muito útil em sua região, por razões particulares. Desse tipo são, por exemplo, os ministérios de Ostiário, Exorcista e Catequista [...]”.

sobre o ministério do catequista⁴ e implementado experimentos promissores,⁵ para muitos outros o *Motu Proprio* do Papa Francisco foi uma surpresa: normalmente, de fato, em várias dioceses no mundo a ênfase é colocada no Mandato como elemento que oficialmente “certifica” a identidade e o papel do catequista, considerado como um ministério “de fato”.⁶ O *Motu Proprio*, juntamente com a *Carta* aos Presidentes de Conferências dos Bispos que acompanha o *Rito litúrgico* da instituição de catequistas (13.12.2021) e as *Notas* subsequentes das Conferências Episcopais locais,⁷ oferece indicações e promove novas reflexões com o objetivo de especificar a identidade e as funções do catequista “instituído”. Não obstante, as diferentes situações em que se encontram as Conferências Episcopais, às quais cabe a tarefa de operacionalizar o novo ministério, o discernimento necessário não pode negligenciar alguns pontos de referências importantes.

1.1 UM MINISTÉRIO ECLESIAL

A decisão de criar o novo ministério de catequista faz parte do processo de renovação/reforma eclesial em uma chave missionária e sinodal instalada pelo Papa Francisco desde o início de seu pontificado.⁸ O sujeito da ação missionária é sempre o Povo de Deus como um todo. Portanto, mesmo que AM e a *Carta* (nº 2) falem de um ministério “leigo”, acentuando esse componente, é preferível usar a expressão *ministério “eclesial” exercido por leigos*: “Não se trata de ‘ministérios leigos’, mas de ‘ministérios dos leigos’ ou ‘ministérios confiados aos leigos’”.⁹ É importante lidar com o tema de novas formas e figuras de ministérios não isoladamente, mas dentro da ministerialidade da Igreja; ministérios, na verdade, são constitutivos de sua natureza e baseiam-se na missão para a qual ela existe: todos os batizados contribuem e participam da autêntica natureza ministerial eclesial.

⁴ CNBB. *Ministério do catequista*. São Paulo: Paulus, 2007. (Estudos da CNBB, 95).

⁵ Nos anos de 2016 e 2017, por exemplo, na Arquidiocese de Belém do Pará, na Amazônia, o arcebispo Dom Alberto Taveira, com a coordenação da catequese, iniciou um curso de formação com um grupo de catequistas em vista da instituição do ministério de catequista. O itinerário proposto foi inspirado no catecumenato. Este caminho culminou na celebração eucarística na qual 50 catequistas foram instituídos pelo próprio arcebispo, na catedral.

⁶ No *Directorio para Catequese* (23.03.2020) há uma referência ao Mandato no n. 296.

⁷ Aqui fazemos referência aos subsídios: CNBB - COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A ANIMAÇÃO BÍBLICO-CATEQUÉTICA. *Critérios e itinerários para instituição de catequista*. Brasília: CNBB, 2021 [daqui em diante, *Critérios e itinerários*], e o documento da CEI. *I ministeri istituiti del Lettore, dell'Accolito e del Catechista per le Chiese che sono in Italia: Nota ad experimentum*. Disponível em: <<https://www.chiesacattolica.it/wp-content/uploads/sites/31/2022/07/13/NotaMinisteri.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

⁸ Cf. FRANCISCO. *Evangelii Gaudium* (EG), n. 25; 27; 30. Ver MANNION, Gerard. Francis' Ecclesiological Revolution: A New Way of Being Church, a New Way of Being Pope. In: MANNION, Gerard (Ed.). *Pope Francis and the Future of Catholicism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

⁹ NOCETI, Serena. Ermeneutiche magisteriali post-conciliari: Status quaestionis. *Path* 20, 2021, p. 66.

Essa perspectiva revela “um reposicionamento substancial do tema: de uma função reservada a alguém dentro da Igreja – ministros ordenados –, a questão do ministério volta a investir na Igreja, pela evidente crise do sistema clerical que regula a vida da Igreja há séculos e pela necessidade de desenvolver formas de ministério correspondentes ao modelo eclesiológico que emergiu no Concílio Vaticano II”.¹⁰ Na ótica formativa, devem ser feitos esforços para fomentar uma “*cultura ministerial*” dentro das comunidades cristãs.¹¹

1.2 UM MINISTÉRIO CONFIADO AOS LEIGOS

O *Motu Proprio* papal destaca a importância do empenho dos leigos que, em virtude do batismo, envolvem-se de forma numericamente consistente (cf. AM 3-5); o fortalecimento em um sentido “missionário” de sua ação, fomentado precisamente pelo serviço à catequese (cf. AM 7); o valor “secular” do seu agir no cotidiano (cf. AM 6 e 7). Ele afirma claramente que seu serviço deve ser “realizado de forma leiga, conforme exigido pela própria natureza do ministério” (AM 8). A *Carta aos Presidentes das Conferências Episcopais, Spiritus Domini* (10.01.2021), explicita esta última afirmação, especificando que o ministério do catequista “é essencialmente distinto do ministério ordenado que é recebido com o Sacramento da Ordem” (nº 2).

O ministério do catequista lança luz, melhor do que outros, sobre o caráter laical particular do serviço, porque escapa da esfera litúrgica e da estrutura ainda bastante clerical, como os ministérios de Leitor e de Acólito. Os catequistas, na verdade, se esforçam para

Viver mais intensamente o espírito apostólico e servir à proclamação e amadurecimento da fé da comunidade cristã. ‘O trabalho do ministro não está fechado dentro da esfera puramente ritual, mas é dinamicamente colocado a serviço de uma comunidade que evangeliza e se curva como o Bom Samaritano sobre todas as feridas e sofrimentos humanos’ (*Premesse CEI al Rito di istituzione*, nº 3).¹²

1.3 UM MINISTÉRIO QUE PROMOVE A “RESPONSABILIDADE COMUM”

O reconhecimento recebido pelos catequistas com a instituição do ministério do catequista representa um momento importante para a desejada conversão pastoral da Igreja, pois os torna verdadeiros agentes missionários e não substitutos na falta de padres. O principal

¹⁰ VITALI, Dario. Nuovi cammini per la ministerialità ecclesiale. *Path* 20, 2021, p. 41.

¹¹ Cf. THEOBALD, Christoph. *Urgenze pastorali: Per una pedagogia della riforma*. Bologna: EDB, 2019, p. 249-250.

¹² CEI. *Nota ad experimentum*, n. 2.

obstáculo à aplicação consistente desse princípio é constituído pela possível “clericalização” do ministério, que continua sendo um dos riscos a que a figura do catequista instituído está exposta. Portanto, é bom não esquecer que a amplitude e variedade de funções atribuídas aos catequistas “expressa plenamente as consequências de serem batizados e, na situação particular de uma presença instável de ministros ordenados, é a participação em sua ação pastoral”.¹³

O tema coloca em questão a relação entre o sacerdócio comum e o ministerial, que o Vaticano II considera complementar, “ordenado um ao outro”,¹⁴ mas que viu, na prática, a prevalência de um clericalismo generalizado que humilha a dignidade dos batizados e transforma o “serviço” no exercício do “poder”. Apesar do “corretivo” oferecido pelo Papa Francisco quanto ao sentido do ministério,¹⁵ a forma como os próprios catequistas instituídos percebem-se a si mesmos ou são considerados pela comunidade os expõe ao perigo sempre latente do autoritarismo; o próprio fato de que o *analogatum princeps* do confronto permaneça predominantemente o sacerdócio ministerial e não o batismo¹⁶ confirma a existência de uma mentalidade difícil de combater.

Para superar essa dificuldade, parece indispensável começar a pensar e agir de acordo com a lógica sinodal, que prevê relações de colaboração mútua, de modo que:

Na Igreja se consolide uma forma de governança cooperativa, livre do clericalismo, que se baseie na divisão de tarefas e poderes; que seja uma ação pastoral estruturada por equipes compostas por homens e mulheres que exercem seus próprios carismas específicos: alguns ministros ordenados (bispos, padres e diáconos), outros ministros instituídos leigos (casados e solteiros) e religiosos, e ministros de fato, para que a identidade ministerial de toda a comunidade seja visível.¹⁷

¹³ Carta, n. 12.

¹⁴ Cf. *Lumen Gentium*, n. 10.

¹⁵ Cf. FRANCISCO. *Querida Amazônia*, n. 87. O Pontífice escreve: “Alguns pensam que aquilo que distingue o sacerdote seja o poder, o fato de ser a máxima autoridade da comunidade; mas São João Paulo II explicou que, embora o sacerdócio seja considerado ‘hierárquico’, esta função não equivale a estar acima dos outros, mas ‘ordena-se integralmente à santidade dos membros do corpo místico de Cristo’”.

¹⁶ Cf. NOCETI, *Ermeneutiche magisteriali post-conciliari*, p. 65-66. Sublinhando a centralidade do Batismo, JOÃO PAULO II assim se exprimiu: “O Concílio afirma, antes de mais, a vocação ‘comum’ à santidade. Esta vocação radica-se no Batismo, que caracteriza o presbítero como um “fiel” (*christifidelis*), como “irmão entre irmãos” inserido e unido com o Povo de Deus, na alegria de partilhar os dons da salvação (cf. *Ef* 4, 4-6) e no compromisso comum de caminhar ‘segundo o Espírito’, seguindo o único Mestre e Senhor. Recordemos o célebre dito de Santo Agostinho: ‘Para vós sou Bispo, convosco sou cristão. Aquele é o nome de um cargo assumido, este de graça; aquele é um nome de perigo, este um nome de salvação’ (Sermo 340, 1: PL 38, 1483)”. *Pastores dabо vobis*, n. 20.

¹⁷ STECCANELLA, Assunta. *Anche: Preti, parrocchie, laicato. Vino Nuovo* (02.06.2022). Disponível em: <<https://www.vinonuovo.it/comunita/esperienze-di-chiesa/anche/>>. Acesso em: 25 out. 2022.

É preciso, portanto, recordar também que todos os ministérios são “uma forma visível e tangível de serviço à comunidade cristã nas suas múltiplas expressões” (AM 2), são dons carismáticos a serem vividos ao estilo de Cristo *servo*, ministro por excelência do Pai, e a serviço da Igreja no mundo, cuja finalidade última é o Reino de Deus.¹⁸

Mais uma vez, o trabalho de formação da comunidade é determinante, “para que não se veja no catequista um substituto do padre ou do diácono, mas um fiel leigo que vive seu batismo em colaboração fecunda e corresponsável com os ministros ordenados, para que sua ação pastoral chegue a todos”.¹⁹

1.4 UM MINISTÉRIO ESTÁVEL E MULTIFACETADO

Ao ministério do catequista, à semelhança dos demais ministérios instituídos,²⁰ é reconhecida a *estabilidade* do serviço (AM 8); isto acontece através de um rito que não pode ser repetido.²¹ Estabelecido esse princípio, no entanto, as Conferências Episcopais possuem uma discricionariedade muito ampla, que às vezes pode levar a questionar a norma acima apresentada ou enfraquecê-la, de alguma forma. É o que acontece, por exemplo, na realidade italiana, onde se prevê uma verificação intermediária conduzida pelo Bispo e por uma equipe ao final dos primeiros cinco anos de serviço, com base na qual se deve ou não determinar a renovação do Mandato para o exercício do ministério.²²

A identidade e as tarefas dos catequistas são diferentes, dependendo dos contextos e das necessidades pastorais locais, e dão origem a *formas diversificadas de exercício do ministério*. Não é fácil, portanto, dar uma descrição inequívoca. Em geral, os documentos apresentam duas tipologias principais quanto ao modo de ser catequista: “Alguns têm a *tarefa específica da catequese*, outros a tarefa mais ampla de *participação nas várias formas de apostolado* [...]. A concretude da realidade eclesial [...] determina a afirmação de uma ou outra tipologia”.²³ O *Motu Proprio* qualifica assim a identidade do catequista em geral: “O catequista é ao mesmo

¹⁸ Cf. BATISTA, Patriky Samuel. Os ministérios leigos para uma Igreja em saída. In: SANTOS, Jânison de Sá; BARBOZA, Maria Aparecida (Orgs.). *Vocação e missão de catequista: Por que um ministério?*. Petrópolis: Vozes, 2022, p. 73-80.

¹⁹ *Carta*, n. 12.

²⁰ *Codex Iuris Canonici*, can. 230 §1.

²¹ *Carta*, n. 3.

²² CEI, *Nota ad experimentum*, n. 5.

²³ *Carta*, n. 6. Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS. *Guia para os catequistas*, n. 4.

tempo testemunha da fé, mestre e mistagogo, acompanhante e pedagogo que instrui em nome da Igreja”.²⁴

Os pontos de referência que acabamos de apresentar constituem o horizonte para a continuação da reflexão que examinará o tema do discernimento de maneira mais direta.

2. DISCERNIR A VOCAÇÃO DO CATEQUISTA INSTITUÍDO

Em geral, o termo *discernimento* descreve:

Um processo composto por vários aspectos, incluindo: conhecimento, julgamento, avaliação, decisão, etc. Discernir significa entender o que é certo e saber como colocá-lo em prática. É um exercício de inteligência, tanto porque deve ser capaz de avaliar e distinguir, quanto porque deve favorecer a identificação de escolhas concretas a serem feitas.²⁵

Considerando o seu “forte valor vocacional”, é necessário o “devido discernimento” em vista da atribuição do ministério de catequista instituído (AM 8). A afirmação é peremptória; no entanto, não se pode deixar de notar que, embora o acima dito mantenha sempre o seu valor inalterado em nível de princípio, pode perder o seu significado na aplicação concreta: em primeiro lugar, porque a autenticidade da “vocação” já foi examinada no momento da inserção inicial na missão de catequista; mas também porque as opções feitas por algumas Conferências Episcopais parecem privilegiar o papel “funcional” do catequista instituído: isso acontece quando, por exemplo, decide-se de antemão, “desde o escritório”, o número de candidatos que podem ser propostos por cada paróquia²⁶ ou se define *a priori* a duração da missão, como já mencionado acima.

Deste complexo dinamismo do discernimento examinar-se-ão somente alguns aspectos específicos: a quem compete a responsabilidade de discernir; qual é o “objeto” do discernimento; que estilo deve inspirar o discernimento.

²⁴ AM 6. O documento retoma a definição do recente *Diretório* (DC 113), omitindo, no entanto, inexplicavelmente, a segunda parte do primeiro binômio: “[...] e guardião da memória de Deus”.

²⁵ SCAIOLA, Donatella. *L'esercizio del discernimento nell'Antico Testamento*, p. 43.

²⁶ É o caso da Diocese de Roma – como relatado informalmente durante um recente encontro catequético – que fixa em 2 o número máximo de catequistas instituídos para cada paróquia.

2.1 OS RESPONSÁVEIS PELO DISCERNIMENTO

O *Motu Proprio* atribui a responsabilidade pelo discernimento ao Bispo (AM 8),²⁷ que também preside a celebração do rito de instituição na paróquia onde os catequistas são conhecidos e trabalharão.²⁸ É assim enfatizado o papel do Ordinário, “primeiro catequista” e primeiro responsável pela catequese na diocese (DC 114); em algumas realidades, esta função do Bispo é acentuada pela atribuição, ao final do rito, de um Mandato para o exercício concreto do ministério.²⁹

Pergunta-se se, do ponto de vista sinodal (cf. DC 289), seria possível estender a tarefa do discernimento a outras figuras presentes no campo da catequese. Entre estas destaca-se a figura do *pároco*, “primeiro catequista da comunidade paroquial” (DC 116), que tem entre suas tarefas a de “suscitar na comunidade o sentido da responsabilidade em relação à catequese e discernir as vocações específicas a este respeito, manifestando gratidão e promovendo o serviço prestado pelos catequistas” (DC 116c). Se Poderia-se envolver também o *grupo de catequistas*, que tem um papel particular na comunidade: “Nele se partilha, juntamente com os presbíteros, tanto o caminho de fé como a experiência pastoral; amadurece-se a identidade de catequista; e toma-se cada vez mais consciência do projeto de evangelização” (DC 134). Ainda, não devemos ignorar o fato de que *todo o povo de Deus* possui o dom do discernimento (cf. EG 119; 33): especificamente, “a Igreja suscita e discerne essa vocação divina e confere a missão de catequizar” (DC 122).³⁰ Portanto, se ao Bispo compete, em última análise, a responsabilidade da decisão, no percurso do discernimento poderia/deveria valer-se do apoio de todos aqueles que na comunidade podem oferecer uma contribuição de experiência, equilíbrio e conhecimento dos candidatos, útil para o discernimento.

Dito isto, sujeito último do discernimento é *o próprio candidato ao ministério*. Tal fato é inerente ao dinamismo do discernimento, um caminho dialógico entre o pastor e o fiel, realizado num clima de fé, cujo objetivo “é uma compreensão leal e equilibrada da própria realidade por parte dos fiéis, para crescer no bem e amadurecer na vida cristã. Portanto, não é o pastor que deve indicar ou sugerir soluções, mas é o próprio fiel que se orienta a tomar uma decisão

²⁷ A *Carta* precisa: “Compete ao Bispo diocesano discernir a chamada ao ministério de catequista, avaliando as necessidades da comunidade e as capacidades dos candidatos” (n. 14).

²⁸ Cf. *Ritus de Institutione Catechistarum*, n. 2.

²⁹ Cf. CEI. *Nota ad experimentum*, n. 2.

³⁰ Essa atenção está presente na reflexão da Igreja brasileira. O primeiro critério evidenciado no subsídio *Crítérios e itinerários* é: “A escolher pela comunidade eclesial: A escolha cabe ao pároco, em diálogo com os coordenadores paroquiais da Iniciação à Vida Cristã (IVC) e outros grupos que ele considerar adequados” (p. 19 e 20).

consciente e responsável, [...]”.³¹ Esta responsabilidade aparece materializada no gesto de “apresentar ao Bispo uma petição livremente escrita e assinada”,³² que deveria ser o ponto de chegada do caminho, porque o discernimento não é um ato, mas um processo.³³ Esta capacidade de discernimento interior “pressupõe uma conversão profunda de uma concepção ‘proprietária’ e defensiva da própria vida para uma mentalidade de dom, de partilha. Dessa convicção provém qualquer compromisso”.³⁴ Daí deriva a necessidade de redescobrir permanentemente as motivações interiores do próprio empenho evangelizador.

2.2 O ÂMBITO DO DISCERNIMENTO

Se, em relação ao catequista instituído, a autenticidade da vocação tem-se como certa, o mesmo não se pode dizer da sua idoneidade/competência para desempenhar o novo papel que a comunidade, através do Bispo, lhe confia. Aqui entra em jogo o tema da identidade e das tarefas do catequista instituído. Deve-se reconhecer que, deste ponto de vista, os documentos magisteriais – talvez porque deixem ampla margem de discricionariedade às Conferências Episcopais locais³⁵ – fornecem apenas indicações muito gerais, o que pode chegar a se tornar, na prática, causa de confusão.

Entre os pré-requisitos para o ministério instituído de catequista, indica-se que sejam:

Homens e mulheres de fé profunda e maturidade humana, que tenham uma participação ativa na vida da comunidade cristã, sejam capazes de acolhimento, generosidade e vida de comunhão fraterna [...]. Requer-se que sejam colaboradores fiéis dos presbíteros e diáconos, disponíveis para exercer o ministério onde for necessário e animados por verdadeiro entusiasmo apostólico (AM 8).³⁶

A imagem de catequista que transparece destas indicações parece relegar a sua ação a um contexto puramente intraeclesial, algo distante daquela “Igreja em saída” sonhada pelo Papa Francisco (EG 20-24), que vê no dinamismo missionário e nos lugares da vida o fulcro da própria ação, e transmite uma ideia de catequese que ainda é excessivamente setorial no que diz respeito à situação de pluralismo e complexidade (cf. DC 320) na qual se vive hoje, pouco

³¹ GRONCHI, Maurizio. *L'esercizio del discernimento*, p. 89.

³² *Carta*, n. 14.

³³ *Critérios e itinerários*, p. 21-22, convida a considerar o ministério como o “ponto culminante de um caminho”, que abrange toda a vida do candidato.

³⁴ SORAVITO, Lucio. *Identità del Catechista da formare*. In: ISTITUTO DI CATECHETICA-UPS (a cura di). *Formare i catechisti in Italia negli anni '80*. Leumann: Elledici, 1982, p. 48.

³⁵ Cf. AM 8; *Carta*, n. 13.

³⁶ Estes critérios de discernimento são retomados tal como estão na *Carta*, n. 15, e apenas reformulados no documento da CEI. *Nota ad experimentum*, n. 4, que acrescenta “formados à Palavra de Deus”.

atenta ao fato de que muitas distinções talvez sejam úteis em nível teórico, mas perdem seu significado na prática (cf. DC 56). A identidade do catequista depende do modo como a catequese é concebida, e dela derivam os seus deveres: deve-se prestar atenção a isso ao traduzir em prática os pronunciamentos do Magistério.

A *Carta* lista toda uma série de pessoas que não podem acessar o ministério, dentre as quais causa surpresa a presença dos “religiosos e religiosas (independentemente de sua pertença a institutos que tenham como carisma a catequese)”,³⁷ primeiramente porque estes são *christifideles laici* para todos os efeitos e, em seguida, porque, na realidade concreta, não raro, são eles que desempenham um serviço qualificado na catequese. A este respeito, espera-se que a escolha na aplicação local das indicações gerais seja repensada.

Mas é sobretudo quando se dão indicações sobre as tarefas que o catequista instituído deve realizar que surge o risco de “duplicata” entre as diferentes figuras ministeriais. Uma categoria importante, mesmo que vista apenas do ponto de vista numérico, porque neste setor uma grande parte da atividade educativa das comunidades cristãs geralmente se concentra, é a daqueles que *acompanham os caminhos de iniciação* de crianças, adolescentes e adultos. Diz-se deles que “não parece apropriado que todos sejam instituídos como catequistas”,³⁸ mas que aconteça anualmente o rito do Mandato, que formaliza seu ministério “de fato” aos olhos da comunidade. O discernimento, em particular, deve ser exercido para decidir entre a instituição como Catequistas ou como Leitores, considerando que “o rito de instituição dos Leitores afirma que é sua tarefa educar na fé as crianças e os adultos e acompanhá-los a receber dignamente os sacramentos”.³⁹

A *Carta* convida a ter em conta a experiência adquirida pelos candidatos ao longo dos anos (cf. AM 8) e a escolher preferencialmente “entre aqueles que *mais especificamente realizam o serviço do anúncio*”.⁴⁰ Esta já é uma categoria ampla; no entanto, é a sua “lista de tarefas” que parece ilimitada, quando se diz que os catequistas instituídos “são chamados a colaborar com os ministros ordenados nas várias formas de apostolado, desempenhando, sob a

³⁷ *Carta*, n. 8.

³⁸ *Ibid.*, n. 9.

³⁹ *Ibid.*, n. 9. Cf. PONTIFICALE ROMANUM. *De institutione Lectorum et Acholytorum*, n. 4. O documento sugere o leitorado quando prevalecerem as tarefas ao interno da celebração litúrgica, e o de catequista se o candidato assume tarefas de formação ou coordenação de toda a atividade catequética.

⁴⁰ *Carta*, n. 10.

guia dos pastores, múltiplas funções”:⁴¹ a amplitude das tarefas é tal⁴² que se intui o risco de sobreposição com outras figuras ministeriais – a do diácono permanente *in primis* – ou a pura “suplência” do ministro ordenado.

As atividades do catequista instituído dependem do contexto em que são realizadas; por conseguinte, será possível uma grande diversificação entre as escolhas feitas em cada uma das Conferências Episcopais. A italiana, por exemplo, afirma que “a tarefa do catequista é formar para a vida cristã”⁴³ e, entre as possibilidades presentes na *Carta*, escolhe conferir o ministério instituído “a uma ou mais pessoas da coordenação dos catequistas da iniciação cristã das crianças (cf. n° 9) e àqueles que ‘mais concretamente desempenham o serviço do anúncio’ no catecumenato dos adultos (cf. n° 10)”;⁴⁴ ainda, fixa em 25 anos a idade mínima para a admissão.⁴⁵

2.3 O ESTILO DO DISCERNIMENTO

O discernimento não é uma simples reorganização funcional dos processos de construção das escolhas e da sua realização, mas brota, antes de tudo, de uma perspectiva cristã, da experiência da presença de Deus que guia o seu povo na história (cf. EG 119) e porta a “perceber as prioridades e os rumos das ações e gestos que se é chamado a realizar, precisamente para continuar a ser aquele povo que Deus vai conduzindo na história”.⁴⁶ É um exercício da capacidade de ler os sinais dos tempos, à luz da fé, aplicado ao campo específico da catequese.

O discernimento, também diz respeito ao ministério instituído de catequista, pode ser entendido como um processo constituído por três dimensões inseparáveis: o diálogo com Deus, o diálogo com os outros/o contexto e o diálogo consigo mesmo.⁴⁷ A busca da vontade de Deus e a oração que se torna mais intensa ajudam a superar a lógica daquilo a que o Papa chama “mundanismo espiritual”, ou seja, o risco dos crentes recorrerem às lógicas da

⁴¹ *Ibid.*, n. 11.

⁴² Lê-se: “Querendo oferecer um elenco – mesmo que não exaustivo –, podem ser indicadas: a condução da oração comunitária, especialmente da liturgia dominical na ausência do presbítero ou do diácono; a assistência aos doentes; a condução das celebrações de exéquias; a formação e a coordenação dos demais catequistas; a coordenação de iniciativas pastorais; a promoção humana segundo a Doutrina Social da Igreja; a ajuda aos pobres; favorecer a relação entre a comunidade e os ministros ordenados” (*Carta*, n° 11). Em outra parte, fazendo referência ao Catecumenato, acrescenta-se: ‘catequistas verdadeiramente dignos e oportunamente preparados, o Bispo confia a celebração dos exorcismos menores’ (*Carta*, n. 10).

⁴³ CEI. *Nota ad experimentum*, n. 3c.

⁴⁴ *Ibid.*, n. 3c.

⁴⁵ *Ibid.*, n. 5. Para o Brasil, *Crêterios e itinerários* (p. 19 e 20) indica, no mínimo, 20 anos.

⁴⁶ BRESSAN, Luca. *Discernimento e guida della comunità*, p. 222.

⁴⁷ Cf. ZACCARIA, Francesco. *Discernere per la gioia di annunciare il Vangelo*, p. 233-261.

autorreferencialidade, da vanglória e do poder, mesmo que encobertas por motivações “espirituais” (cf. EG 93-97). O discernimento, então, exige atenção às circunstâncias e às pessoas, e, por isso, evita prazos apertados e procedimentos padrão, porque o contexto está sempre a evoluir e as pessoas são sempre originais. No diálogo com a comunidade e suas necessidades, o candidato tomará livre e responsavelmente a sua decisão.

Da parte do Bispo, o discernimento testemunha sua fé na importância da catequese e a responsabilidade partilhada na comunidade cristã. A escuta atenta, a discrição respeitosa e a palavra encorajadora caracterizarão o seu estilo de acompanhamento.

As palavras do Papa Francisco ajudam a identificar um “estilo” no discernir:

Portanto, discernir significa *humildade* e *obediência*. Humildade em relação aos próprios projetos. Obediência relativamente ao Evangelho, critério último; ao Magistério, que o preserva; às normas da Igreja universal, que o servem; e a situação concreta das pessoas, para as quais se quer simplesmente sorver do tesouro da Igreja quanto há de mais fecundo para o hoje da sua salvação (cf. *Mt* 13, 52).

O discernimento é um remédio contra o imobilismo do “sempre se fez assim” ou do “adiar”. É um processo criativo, que não se limita a aplicar esquemas. É um antídoto à rigidez, porque as mesmas soluções não são universalmente válidas. É sempre o hoje perene do Ressuscitado que impõe que não nos resignemos à repetição do passado e tenhamos coragem de nos questionarmos se as propostas de ontem são ainda evangelicamente válidas. Não vos deixeis aprisionar pela nostalgia de poder ter uma única resposta a ser aplicada a todos os casos. Isto talvez possa calmar a nossa ansiedade de rendimento, mas deixaria relegadas às margens e “áridas” as vidas que precisam de ser irrigadas pela graça que custodiamos (cf. *Mc* 3, 1-6; *Ez* 37, 4).⁴⁸

CONCLUSÃO

O discernimento é vital na vida da Igreja. Ele deve acontecer também no campo específico da catequese e é essencial ao individuar a idoneidade/competência dos candidatos ao ministério instituído de catequista: serve para interpretar qual é a melhor maneira de encarnar a intencionalidade do magistério dentro do próprio contexto, que é sempre único. O discernimento é sinal de esperança no futuro. Neste esforço, é sábio desenvolver uma docilidade semelhante àquela que tinha Jesus, isto é, a capacidade de “habitar” e “aprender” do seu tempo com muita empatia e ternura infinita.

⁴⁸ FRANCISCO. *Discurso aos Bispos nomeados no decurso do último ano* (14.09.2017).

BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Patriky Samuel. Os ministérios leigos para uma Igreja em saída. In: SANTOS, Jânison de Sá; BARBOZA, Maria Aparecida (Orgs.). *Vocação e missão de catequista: Por que um ministério?*. Petrópolis: Vozes, 2022.

BRESSAN, Luca. Discernimento e guida della comunità. In: MATTEO, Armando (Ed.). *Il Discernimento: “Questo tempo non sapere valutarlo? (Lc 12,56)*. Città del Vaticano: UUP, 2018.

CEI. *I ministeri istituiti del Lettore, dell'Accolito e del Catechista per le Chiese che sono in Italia: Nota ad experimentum*. Disponível em: <<https://www.chiesacattolica.it/wp-content/uploads/sites/31/2022/07/13/NotaMinisteri.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CNBB - COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA A ANIMAÇÃO BIBLICO-CATEQUÉTICA. *Critérios e itinerários para instituição de catequista*. Brasília: CNBB, 2021.

CNBB. *Ministério do catequista*. São Paulo: Paulus, 2007. (Estudos da CNBB, 95).

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Lumen Gentium. Acta Apostolicae Sedis* 57, 1965, 1.

CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS. *Guia para os catequistas*. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cevang/documents/rc_con_cevang_doc_19971203_cath_it.html>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CONGREGATIO DE CULTU DIVINO ET DISCIPLINA SACRAMENTORUM. *Ritus de Institutione Catechistarum*. Disponível em: <<https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2021/12/13/0845/01772.html>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

FRANCESCO. Oggi la Chiesa ha bisogno di crescere nel discernimento: Un incontro privato con alcuni gesuiti polacchi. *La Civiltà Cattolica* 167, 2016.

FRANCISCO. *Discurso aos Bispos nomeados no decurso do último ano*. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/september/documents/papa-francesco_20170914_nuovi-vescovi.html>. Acesso em: 13 abr. 2023.

FRANCISCO. *Evangelii Gaudium. Acta Apostolicae Sedis* 105, 2013.

FRANCISCO. *Querida Amazônia*. Città del Vaticano: LEV, 2020.

GRONCHI, Maurizio. L'esercizio del discernimento: indicazioni dottrinali recenti. In: MATTEO, Armando (Ed.). *Il Discernimento: “Questo tempo non sapere valutarlo? (Lc 12,56)*. Città del Vaticano: UUP, 2018.

JOÃO PAULO II. Pastores dabo vobis. *Acta Apostolicae Sedis* 84, 1992.

MANNION, Gerard. Francis' Ecclesiological Revolution: A New Way of Being Church, a New Way of Being Pope. In: MANNION, Gerard (Ed.). *Pope Francis and the Future of Catholicism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

NOCETI, Serena. Ermeneutiche magisteriali post-conciliari: Status quaestionis. *Path* 20, 2021, 1.

PONTIFICALE ROMANUM. *De institutione Lectorum et Acholytorum*. Disponível em: <<https://archive.org/details/DILA1972/page/n3/mode/2up>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO. *Diretório para Catequese*. Brasília: CNBB, 2020.

SCAIOLA, Donatella. L'esercizio del discernimento nell'Antico Testamento. In: MATTEO, Armando (Ed.). *Il Discernimento*: "Questo tempo non sapere valutarlo? (Lc 12,56). Città del Vaticano: UUP, 2018.

SORAVITO, Lucio. Identità del Catechista da formare. In: ISTITUTO DI CATECHETICA-UPS (a cura di). *Formare i catechisti in Italia negli anni '80*. Leumann: Elledici, 1982.

STECCANELLA, Assunta. *Anche*: Preti, parrocchie, laicato. *Vino Nuovo* (02.06.2022). disponível em: <<https://www.vinonuovo.it/comunita/esperienze-di-chiesa/anche/>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

THEOBALD, Christoph. *Urgenze pastorali*: Per una pedagogia della riforma. Bologna: EDB, 2019.

VITALI, Dario. Nuovi cammini per la ministerialità ecclesiale. *Path* 20, 2021.

ZACCARIA, Francesco. Discernere per la gioia di annunciare il Vangelo. In: MATTEO, Armando (Ed.). *Il Discernimento*: "Questo tempo non sapere valutarlo? (Lc 12,56). Città del Vaticano: UUP, 2018.

ZUCCARO, Cataldo. L'esercizio del discernimento nel nostro tempo. In: MATTEO, Armando (Ed.). *Il Discernimento*: "Questo tempo non sapere valutarlo? (Lc 12,56). Città del Vaticano: UUP, 2018.

Tradução: Paulo Stippe Schmitt

Revista de Catequese

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

São Paulo, *Campus* Pio XI: Curso de Teologia

Disponível em: <https://revista.unisal.br/catequese/index.php/rcu/issue/view>

V. 1, n. 1, jan./jun., 2023, p. 92-106.

ESTAR NA ESCUTA DOS JOVENS PARA UM ACOMPANHAMENTO FECUNDO NA PASTORAL UNIVERSITÁRIA

ACTIVE LISTENING TO YOUTH FOR A FRUITFUL ACCOMPANIMENT IN THE UNIVERSITY PASTORAL CARE

*Luca Peyron**

RESUMO: Num contexto social hipertecnológico, a pastoral universitária desdobra-se como uma pastoral generativa com vista à realização que retém, deixa, transcende e cuida do jovem num momento crucial da sua existência, caracterizado vocacionalmente. É uma pastoral de fronteira porque está de alguma forma confinada, no tempo e no espaço. A escuta dos jovens em contexto universitário assenta em pelo menos três pilares: a idade dos jovens, a índole de quem os acompanha e a própria universidade que é um contexto particular, um lugar de cultura e de saberes. É uma pastoral que ajuda a restabelecer o equilíbrio necessário entre saber fazer e ser. O segredo é escutar a verdade íntima de cada um deles, o cuidado daquela semente de esperança e de beleza que foi semear.

Palavras-chave: Escuta; acompanhamento; vocação; fronteira.

Abstract: *In a hyper-technological social context, university pastoral care unfolds as a generative pastoral with a view to achieving fulfillment that retains, allows, transcends and cares for young people at a crucial moment in their existence, characterized by vocation. It is a borderland ministry because it is somehow confined, in time and space. Listening to young people in a university context is based on at least three pillars: the youth's age, the nature of those who accompany them and the university itself, which is a particular context in itself, a place of culture and knowledge. It is a pastoral that helps to reestablish the necessary balance between the know-how and the know how to be. The secret is to listen to the intimate truth of each one of them and to care for that seed of hope and beauty that was sown.*

Keywords: *Listening; youth; accompaniment; vocation; borderland.*

INTRODUÇÃO

O ano de 2021 foi importante do ponto de vista da exploração espacial. No dia de Natal de 2021, o foguete Ariane 5 decolou da Guiana Francesa, levando à órbita o James Webb, o

* Dr. Pe. Luca Peyron (Turim, 1973), sacerdote diocesano. Referência da Pastoral Universitária diocesana e regional, cofundador do serviço para o Apostolado Digital, um dos primeiros serviços a nível global da Igreja Católica que trabalha na relação entre digital e fé. Docente de Teologia na Universidade Católica no Instituto Universitário Salesiano. Faculty Fellow del Centro Nexa do Politécnico de Turim, sócio da Internet Society e membro do Conselho Científico do Humane Technology Lab da Universidade Católica.

maior e mais poderoso telescópio espacial já construído começou a nos enviar imagens extraordinárias do céu profundo. No outono, a corrida à Lua recomeçou, embora com algumas dificuldades para a missão Artemis 1, que já perscruta uma possível aterragem humana em Marte. O DART, o primeiro experimento de defesa planetária, foi então totalmente bem-sucedido: a sonda atingiu o pequeno asteroide Dimorphos, desviando sua trajetória e demonstrando que - se necessário - seremos capazes de evitar um impacto desastroso com a Terra. Um planeta pequeno e frágil, o nosso, como que perdido na imensidão do cosmos, mas rico em vida e oportunidades. E sobretudo, como dizem os astronautas que trabalham na Estação Espacial Internacional, podem observá-la de cima, sem fronteiras, exceto aquelas entre a terra e a água, as narradas no livro do Gênesis. Proponho estas considerações porque imagino a pastoral universitária como uma experiência semelhante à aventura humana no espaço. Uma aventura com riscos calculados, ainda que não inteiramente ponderáveis, que tem como objetivo aumentar o conhecimento, anular fronteiras, restaurar uma fraternidade universal, partilhar saberes, carismas e sensibilidade para ir além de um “humano” limitado às suas necessidades essenciais, sem as descurar. Uma pastoral que se desdobra entre os saberes, que pega pela mão quem busca o conhecimento e, ao fazê-lo, pode encontrar a sabedoria. Ele pode finalmente encontrar Cristo, o Salvador.

Por ocasião do pouso na Lua, o Papa Paulo VI disse no *Angelus* de 13 de julho de 1969:

Um pensamento está na mente de todos nesta semana: a expedição de astronautas americanos à Lua. E é esse pensamento que vai além dos elementos descritivos desse fato tão singular e maravilhoso. A ciência e a técnica manifestam-se ali de uma forma tão incomparável, tão complexa, tão audaciosa que marca o auge das suas conquistas e prenuncia outras, com as quais nem a imaginação pode agora sonhar. E o mais surpreendente é ver que não se trata de sonhos. A ficção científica se torna realidade. Se considerarmos então a organização dos cérebros, das atividades, das ferramentas, dos meios econômicos, com todos os estudos, experimentos, tentativas que o empreendimento exige, a admiração se torna reflexão; e a reflexão centra-se no homem, no mundo, na civilização, de onde surgem novidades de tanta sabedoria e poder. Sim, no homem, especialmente: quem é este ser capaz de tanto? Tão pequeno, tão frágil, tão parecido com o animal, que não muda nem ultrapassa por si os limites dos seus próprios instintos naturais, e tão superior, tão senhor das coisas, tão vitorioso no tempo e no espaço? Quem nós somos? Vêm-me à mente as palavras da Sagrada Escritura: «Agora contemplo os teus céus, (ó Senhor), obra das tuas mãos, a lua e as estrelas, que aí colocaste. O que é o homem para que você se lembre dele? . . . você o fez ligeiramente inferior aos Anjos, você o coroou de glória e honra; e tu o puseste sobre as obras das tuas mãos. Tu puseste todas as coisas debaixo dos seus pés” (Sl 8, 4-8; Hb 2, 6-8). O homem, esta criatura de Deus, ainda mais que a lua misteriosa, revela-se no centro desta empresa. Acontece que é gigante. Ele revela-se a nós como divino, não em si mesmo, mas no seu princípio e no seu

destino. Honra ao homem, honra à sua dignidade, ao seu espírito, à sua vida. Para ele, isto é, para a humanidade. E pelos pensadores e heróis do feito fabuloso, hoje rezamos.¹

O Beato Paulo VI foi um precursor da pastoral universitária. Na época do seu serviço na secretaria de Estado, o jovem Montini era de fato assistente espiritual da FUCI, a Federação Universitária Católica Italiana, e as suas mensagens e discursos aos jovens da época podem ainda sugerir um caminho de pastoral universitária. Escreveu anos depois: “[...] *as melhores horas da nossa atividade sacerdotal, em todo o caso aquelas que nos deixaram as melhores recordações, são aquelas que passamos como jovem sacerdote entre os estudantes, ouvindo-os, tentando compreender deles, fazendo o nosso melhor para ajudá-los a descobrir a verdade, o Evangelho, o Cristo, a Igreja*”². Essa experiência marcou-o ao longo do seu ministério e repercutiu nas palavras transmitidas à história por ocasião da chegada à Lua.

O seu magistério pode ser um guia significativo para nós, ainda hoje, neste tempo profundamente marcado pela ciência, pela tecnologia que condicionam as nossas vidas, e por uma pandemia que nos trouxe abruptamente de volta à nossa fragilidade de criatura. Tal como a astronáutica, a pastoral universitária é uma pastoral de fronteira, que se realiza no território da missão, à beira do conhecimento, da experiência e da existência dos jovens. Assim podemos dizer, com João Paulo II, que: “A Igreja sente-se à vontade na universidade não só por razões de origem histórica e cultural, mas também porque a Igreja e a universidade têm em comum a paixão pelo homem”³.

Como se observou⁴, o jovem universitário não é simplesmente a criança de ontem que está se tornando o adulto de amanhã, num *continuum* indiferenciado, mas vive uma idade da vida com características próprias. Ele é a liberdade em construção, no seu drama histórico e existencial e, como tal, deve ser acompanhado e educado: deve ser cuidado. Um jovem não pode ser pensado independentemente das outras idades da vida, mas, ao mesmo tempo, deve ser pensado na sua própria idade. E aqui a pastoral universitária intervém para exercer a sua

¹ PAPA PAULO VI. *Angelus Domini* (13.07.1969). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/angelus/1969/documents/hf_p-vi_ang_19690713.html>. Acesso em: 27 set. 2022.

² PAPA PAULO VI. *Discorso al XVI Congresso internazionale degli Studenti di Scienze economiche e commerciali* (09.03.1964). Città del Vaticano: Tipografia Poliglotta Vaticana, 1965, n. 166-167.

³ TANZELLA NITTI, G. La natura e la missione dell'università nell'insegnamento di Giovanni Paolo II. *Vita e Pensiero*, 82, 1999, p. 645.

⁴ GUARDINI, R. *Le età della vita*. Loro significato educativo e morale (Sestante 2). Milano: Vita e pensiero, 1992; EVDOKIMOV, P. *Le età della vita spirituale*. Bologna: EDB, 2009; MARTINI, C. M. *Le età della vita*. Una guida dall'alba al tramonto dell'avventura umana. Milano: Mondadori, 2010; ANGELINI, G.; COMO, G.; MELCHIORRE, V.; ROTA SCALABRINI, P. *Le età della vita: accelerazione del tempo e identità sfuggente* (Sapientia 41). Milano: Glossa, 2009.

ação precisamente neste momento crucial, o da inversão que leva o jovem da infância à idade adulta, momento em que deve tomar plena consciência de si mesmo e da sua vocação. Nos poucos anos que passa na universidade, o jovem deve assumir o controle da sua existência, em continuidade com as idades da vida que o precedem e o sucedem. Então, que paradigma educativo e pastoral devemos propor nas universidades? A pedagogia tem escolhido aquele entre preceptor e menor, raramente escolhe aquele entre pais e filhos. Nós escolhemos a *generatividade* especialmente no contexto universitário porque não demora muito para compreender que o referente privilegiado para compreender o que é a educação é precisamente a relação entre pais e filhos; a educação segundo a pedagogia é assimilada com demasiada pressa ao ensino. A consideração da relação pais/filhos sugere então outra evidência elementar, ignorada pelos discursos atuais: a educação ocorre antes de tudo e acima de tudo antes de qualquer intencionalidade deliberada; só considerando as formas que esta educação pré-intencional assume é possível compreender o que é a educação e quais são os objetivos que ela deve perseguir⁵.

Educar significa, portanto, dar continuidade à aventura da vida, não em ruptura com o passado, mas, em *chave generativa*, em vista da realização que retém, deixa, transcende. Assim, o tempo universitário torna-se um limiar, uma fronteira que os jovens devem atravessar. No espaço de alguns anos, tornam-se “alguém”, reconhecem os próprios carismas e talentos, põem-nos à prova e farão deles a sua vida cotidiana nas décadas seguintes. O exame universitário não é apenas a validação de conhecimentos adquiridos, que são expostos com propriedades linguísticas: antes é, ou deveria ser, a confirmação de uma capacidade alcançada de pensar, argumentar, conjugar os saberes com vista a um objetivo. Além disso, se possível, imaginar um fim último que inclua carne, sangue e espírito, bem comum e bens eternos.

A fecundidade da pastoral universitária reside em colocar-se nesta fronteira, em acompanhar esta transição, encorajá-la, apoiá-la, guiá-la, contê-la e, portanto, em gerá-la. Olhando mais de perto, é uma pastoral fronteira porque está de alguma forma *confinada*, no tempo e no espaço. Está confinado no tempo, porque é no tempo da universidade que se desenrola. Os jovens se conhecem como calouros e, depois de formados, se confiam a outros, ao outro. São apenas alguns anos, muito poucos na maioria dos casos, se considerarmos a extrema mobilidade dos estudantes que completam os seus estudos ora numa universidade, ora noutra, muitas vezes incluindo experiências no estrangeiro ou, no caso das faculdades técnicas,

⁵ ANGELINI, G.; COMO, G.; MELCHIORRE, V.; ROTA SCALABRINI, P. *Le età della vita*, p. 98.

em contextos produtivos externos da universidade. O tempo é, portanto, curto, denso e intenso. A pastoral fica então confinada ao espaço porque a universidade é o lugar onde tudo acontece, um lugar reservado para tarefas que não são de contexto eclesial. Fazer pastoral universitária – fora das universidades católicas ou eclesiásticas – é fazer pastoral sendo hóspedes. Mas mesmo em contextos mais especificamente católicos, sempre sobrevive uma margem de hospitalidade, porque os jovens não estão ali para uma busca espiritual, ou pelo menos não de forma temática.

Como evidencia o teólogo Luca Bressan:

O mundo universitário é, portanto, um lugar pastoral e um lugar de pastoral precisamente neste sentido: pela sua capacidade de oferecer estímulos e ferramentas a um cristianismo em pleno processo de reapropriação da sua própria identidade profunda; pela sua capacidade de oferecer ao cristianismo um tecido social para o qual orientar o seu original anseio evangelizador, no qual exercer a sua própria ânsia missionária, no interior do qual fortalecer a memória cristã, permitindo assim a sua transmissão⁶.

A pastoral universitária está fortemente presente no Magistério dos papas do século XX. Esta afirmação do papa são João Paulo II diz e representa muito:

Talvez me seja perguntado a que título eu, representante da Igreja, me dirija a vós com participação tão intensa sobre aqueles que são os vossos deveres específicos. Perguntar-se-me-á se tenho, por assim dizer, o direito de entrar no campo das vossas responsabilidades. Diversas são as razões que me estimulam a fazê-lo. Há antes de tudo uma razão histórica: a Igreja pode afirmar ter estado muitas vezes na origem da instituição universitária, com as escolas teológicas e jurídicas. Há talvez também, permiti-me, uma razão pessoal, pois que dediquei, como sabeis, parte não pequena do meu empenho passado ao ensinamento universitário, a ponto de me sentir honrado de ser vosso colega. Mas existe uma razão mais profunda e universal: e é a comum paixão, vossa e da Igreja, pela verdade e pelo homem; melhor ainda: pela verdade do homem⁷.

Não temos aqui como aprofundar o Magistério, por isso acrescentemos as indicações do Papa Francisco, que na *Evangelii Gaudium* (EG) escreve:

As universidades são um âmbito privilegiado para pensar e desenvolver este compromisso de evangelização de modo interdisciplinar e inclusivo. As escolas católicas, que sempre procuram conjugar a tarefa educacional com o anúncio explícito do Evangelho, constituem uma contribuição muito válida para a evangelização da cultura, mesmo em países e cidades onde uma

⁶ BRESSAN, L. Parrocchia, chiesa locale e pastorale d'ambiente negli orientamenti pastorali della chiesa italiana. *Atti convegno "Chiesa e Università: comune impegno per l'uomo"*, Roma, 28-29, nov., 2003.

⁷ PAPA JOÃO PAULO II. *Discurso aos professores universitários* (18.04.1982). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1982/april/documents/hf_jp-ii_spe_19820418_docenti-universitari.html>. Acesso em: 27 set. 2022.

situação adversa nos incentiva a usar a nossa criatividade para se encontrar os caminhos adequados⁸.

Mas é durante o Sínodo sobre ‘*Os Jovens, a Fé e o Discernimento Vocacional*’ que o tema é melhor focado, não só na exortação pós-sinodal *Christus vivit (CV)*, mas também nos documentos preparatórios e durante o debate sinodal. No *Instrumentum laboris* a importância do acompanhamento e da escuta nesta conjuntura da vida é explicitamente e extensivamente sublinhada. Esta indicação é retomada no *Documento Final* e depois no já mencionado *Christus vivit*, onde o jovem universitário é identificado como o motor de uma sociedade adaptada ao Evangelho: “Os universitários podem unir-se de forma interdisciplinar para aplicar os seus conhecimentos na resolução de problemas sociais e, nesta tarefa, podem trabalhar lado a lado com jovens doutras Igrejas e doutras religiões”⁹.

Neste contexto, o que significa, do ponto de vista teológico e pastoral, acompanhar os jovens na pastoral universitária, ouvi-los e acolhê-los neste período particular da vida? Para dar uma resposta cristologicamente fundamentada, e não simplesmente o resultado de uma análise psicológica ou sociológica ou de uma tematização das práticas pastorais, proponho um caminho que através da Escritura nos permite identificar alguns elementos estáveis que podem então tornar-se concretos na prática daqueles que oferecem a própria vida a este ministério fascinante.

1. UM PERCURSO DE PASTORAL UNIVERSITÁRIA NA ESCUTA DOS JOVENS

A escuta dos jovens em contexto universitário se assenta em pelo menos três pilares. O primeiro é uma consequência direta da idade. Geralmente estes jovens têm entre vinte e trinta anos e são portadores de questões humanas, espirituais e sociais específicas da própria década de vida. Trata-se de questões de natureza psicológica, afetiva, econômica e social - por exemplo, a universidade como um "elevador social" congestionado - com medos e as ansiedades por um futuro profissional incerto e muitas vezes precário. Mas há também questões de natureza espiritual, ligadas a uma busca de *sentido* que em alguns casos deve emancipar-se de uma prática de fé reduzida ao hábito e noutros deve retomar o fio de um caminho abandonado após a iniciação cristã.

O segundo pilar é o caráter, o carisma, a natureza de quem é chamado pela Igreja para servir na pastoral universitária. Nem todos possuem os carismas necessários e nem todos estão

⁸ EG, n. 134.

⁹ CV, n. 172.

‘talhados’ para este tipo de compromisso. Os fatores externos e objetivos podem ser diferentes. Acredito que seja importante que quem queira exercer este ministério possua uma formação universitária e não apenas em estudos eclesiais. A pastoral universitária é a partilha de uma experiência de vida específica, e o elemento pessoal desempenha um papel não secundário. Um segundo fator é a aptidão para o diálogo e a discussão com quem pensa diferente, sempre animado por um desejo sincero de anúncio. O diálogo acontece fora dos contextos eclesiais e as pessoas devem ser procuradas uma a uma, com delicadeza e atenção. Um terceiro aspecto é a propensão para trabalhar em equipe: o carisma do indivíduo corre o risco de se tornar um bumerangue numa missão cujo objetivo é a experiência da Igreja como comunidade dentro de uma comunidade, aquela acadêmica, que raramente é acolhedora e fraterna¹⁰.

Por fim, o terceiro pilar diz respeito à própria universidade: portanto, o contexto cultural, o tempo dos novos conhecimentos, o confronto entre fé e razão, as pré-compreensões típicas deste tempo em relação à Igreja, do seu carácter percebido como julgador, fora da história, insignificante do ponto de vista cultural. Deste último pilar gostaria de partir para um reconhecimento e um ganho pastoral com a Escritura e na Escritura, analisando algumas perícopes onde Jesus dialogou e ouviu num contexto de intercâmbio e aprofundamento dos saberes e da cultura do seu tempo, atento ao ensinamento do Concílio: “A Igreja acredita que Cristo, que morreu e ressuscitou por todos, dá sempre ao homem, através do seu Espírito, luz e força para responder à sua vocação suprema... Ela também acredita que encontra no seu Senhor e Mestre a chave, o centro e a meta do homem e de toda a história humana” (GS 10); e com maior incisividade: “Cristo revela plenamente o homem ao homem e lhe dá a conhecer a sua altíssima vocação” (GS 22).

Um primeiro passo decisivo é enquadrar a escuta do jovem num horizonte vocacional preciso. A pastoral com os jovens, de fato, é uma pastoral puramente vocacional, como nos lembra papa Francisco: “Toda a pastoral é vocacional, toda a formação é vocacional e toda a espiritualidade é vocacional” (CV, n. 254).

Nossa referência bíblica inicial é Lucas 2, 41-50. Na perícopa da perda e encontro de Jesus no Templo podemos encontrar a chave de todo diálogo sobre os saberes e com os saberes: a descoberta da vocação, da própria identidade profunda, da missão a respeito do Reino de Deus

¹⁰ CV, n. 243: “A comunidade desempenha um papel muito importante no acompanhamento dos jovens, e toda a comunidade se deve sentir responsável por acolhê-los, motivá-los, encorajá-los e estimulá-los. Isto implica que se olhe para os jovens com compreensão, estima e afeto, e não que sejam julgados continuamente ou lhes seja exigida uma perfeição que não corresponde à sua idade”.

e à filiação divina que, em Cristo e graças ao Batismo, a humanidade partilha. A perícopes evoca um contexto de estudo, quando Jesus está no final do seu percurso educativo na sinagoga de Nazaré e na casa paterna. Lucas situa o episódio durante a celebração da Páscoa judaica, pelo que podemos bem prefigurar uma ressignificação do antigo acontecimento pascal no seu cumprimento na Páscoa de Cristo, motivo sublinhado pela extensão temporal entre o momento em que Jesus desaparece da vista de seus entes queridos e aquele em que se encontra: os três dias depois. No Evangelho de Lucas a passagem é considerada *unicum*, uma inserção que se conecta bem com o resto do texto, mas - como fica claro entre os exegetas - parece provir de uma fonte própria. É o único episódio que não é narrado em alternância com outro semelhante e espelhado na vida do Batista, como é típico das histórias infantis, mais um indício de que na perícopes em questão, Cristo está além, é outro, ele é o cumprimento do antigo do qual o Batista é epônimo, mas também o último representante. A perícopes em questão é também o único testemunho que nos chegou da juventude de Jesus, a única luz no mistério que rodeia os seus anos de formação, uma escuridão tão insuportável que nos primeiros séculos foi preenchida nos evangelhos apócrifos com contos milagrosos¹¹. Voltando ao contexto da passagem, naquela época toda criança judia tinha que completar sete anos de estudo matinal e dois anos subsequentes de compromisso matinal e vespertino, um percurso quase certamente também completado por Jesus na sinagoga de Nazaré. Como foi assinalado: “é significativa a correspondência harmoniosa entre a conclusão do currículo escolar e a revelação em Jesus de uma sabedoria transcendente”¹². A figura da juventude de Jesus é, portanto, uma comparação próxima, sustentada durante três dias, no Templo, lugar de presença com os sábios do seu tempo. Aqui, em diálogo com estes sábios, um Jesus criança/adulto tenta compreender quem ele é, qual é a sua missão e a sua vocação. Quer discutir publicamente aquele Pai cuja presença - só podemos supor, com base na experiência trinitária de que Jesus falará durante a sua vida - ele sente a presença, com quem mantém um profundo diálogo interior, fruto da circuncisão trinitária embora kenótica em sua experiência de encarnado. No confronto com os Doutores, Jesus compreendeu então quem ele realmente era, para além do que Maria e José já lhe teriam revelado? Que valor tinha aquele diálogo em relação ao diálogo interior que ele tecia todos os dias com o Pai, aquele Pai evocado ao responder às preocupações da mãe? O ganho teológico e pastoral que podemos assumir para a nossa perspectiva na escuta dos universitários é que

¹¹ Sobre este ponto, uma ampla revisão em COLAVITA, M. *I Vangeli apocrifi dell'infanzia di Gesù*. Todi: Tau, 2018.

¹² FORESTI, F. Il bimbo Gesù ed i bambini. *Communio, L'infanzia*, 1985, p. 21.

Jesus procurou, em diálogo com os sábios do seu tempo, compreender melhor o que a tradição familiar lhe tinha dado, verbalizar e definir com mais clareza o que viveu em seu coração, para traçar seu caminho espiritual. Em suma, justificou a si mesmo e aos outros as escolhas de vida que faria mais tarde para responder à vocação irredutível que ia descobrindo dentro de si. Estes são os traços essenciais no amadurecimento de um jovem que devem ficar claros para quem escuta a sua vida, especialmente numa perspectiva crente e generativa.

Um segundo passo importante na escuta dos jovens é estar presente e acompanhá-los na restauração do equilíbrio necessário entre *saber fazer* e *ser*. Dado que a universidade moderna está cada vez mais desequilibrada no *fazer*, esta torna-se uma questão central. Historicamente nos distanciamos muito daquela ideia de *academia primordial* tão bem delineada pelo beato John Henry Newman¹³. O convertido inglês escreve que o princípio educativo universitário deveria consistir na transmissão de algumas ideias fundamentais: “Ciência, método, ordem, princípio e sistema; regra e exceção, riqueza e harmonia” (27). Por *método* ele entende antes de tudo a atitude mental de avançar passo a passo, tornando produtivo o seu potencial, distinguindo o que se sabe do que se ignora e, ao fazê-lo, adquirindo um certo *gosto* pela verdade e um desgosto pelo que é improvisado e casual, pois deve ser *novo*, mas apenas se este novo puder representar um motivo real de interesse (26-27). Newman tem em mente o ser do jovem, e a educação para ele é uma palavra elevada que: “Implica uma ação sobre a nossa natureza mental e a formação de um caráter individual e permanente” (241) daí decorre que educar ao saber significa estabelecer as condições pelas quais o aluno adquire um determinado estado ou condição mental, independentemente do que estuda. Um resultado tão nobre que - mesmo que dele nada resultasse em termos práticos - já seria satisfatório por si só (243). Porque, em última análise, a Universidade deve educar as pessoas para: “Raciocinar bem em todas as questões, tender para a verdade e apreendê-la” (263). A prática acadêmica atual, no entanto, está cada vez mais centrada na transmissão das capacidades operacionais imediatas, tanto nas faculdades técnicas como naquelas mais humanísticas. Na perspectiva aqui proposta, porém, não se trata de colocar o *saber fazer* e o *saber ser* em oposição, mas em diálogo, esse mesmo diálogo que a Escritura propõe entre a carne e o espírito e ainda mais radicalmente entre a natureza divina e a natureza humana em Cristo. Trata-se de tentar estabelecer continuamente um equilíbrio dinâmico que nunca reduza o conhecimento e a vida do jovem a um dos dois pólos, entre a

¹³ NEWMAN J. H. *Scritti sull'università. L'idea di Università, Origine e sviluppo delle Università*. Milano: Bompiani, 2008.

práxis e a utopia. Reduccionismos que devem ser tidos em conta também por quem escuta os jovens, que devem procurar ser pessoas que sejam os primeiros a ter presente que a atividade pastoral não pode ser feita em detrimento de um caminho contínuo de conversão e que o caminho de conversão não existe sem que um se incline para o outro na perspectiva do anúncio. O fazer, em adesão à realidade, reconduz ao ser e o ser permite voltar ao fazer sem ficarmos presos a ele, mas dando-lhe um empurrão que transcende e vai além. Para ilustrar teologicamente esta intenção está outra perícopes decisiva da vida de Jesus que se insere mais uma vez num quadro vocacional: a chamada ‘pesca milagrosa’ relatada em Lucas 5,1-10 e lida no seu paralelo pós-pascal relatado por João 21. O trecho lucano abre-se num contexto de ‘docência’: Jesus é rodeado pela multidão, que se reúne à sua volta para ouvir a palavra de Deus, e Simão Pedro oferece o seu barco para permitir que o Rabino seja ouvido por todos. Um *fazer* que se coloca à disposição da Palavra que molda o *ser*. Mas, terminada a catequese, Jesus vai mais longe e convida Pedro a sair novamente ao fundo para lançar a rede, exortando-o a refazer novamente o que tinha tentado em vão durante toda a noite, mas sem sucesso. Pedro sempre foi pescador, mesmo com algum sucesso, visto que possuía uma pequena frota e contava com muitos ajudantes, poderia ter rido do convite de Jesus, porém, deixa de lado o orgulho e aceita o desafio: "pela tua palavra eu lançarei as redes". O resultado é uma pesca superabundante e “milagrosa”.

O episódio se repetirá depois da Ressurreição e, nas palavras de João 21, torna-se um símbolo escatológico e missionário. Mesmo na história joanina, que se segue à sinótica, assistimos a um diálogo próximo entre Pedro e Jesus que convida o pescador da Galileia a recuperar, no sinal da pesca milagrosa, a sua autêntica vocação de pescador de homens. Jesus assegura a Pedro uma fecundidade inimaginável do *fazer*, onde este se coloca à disposição do Reino de Deus, numa fecundidade que não depende das capacidades e técnicas humanas, mas do poder salvífico da ressurreição de Cristo enraizado no seu *ser*, enraizado pode-se dizer hoje, no batismo. No diálogo com os jovens universitários, o núcleo do ensinamento de Jesus pode ser entendido como um convite a orientar sempre o desejo e a ação, na participação livre num caminho de acompanhamento. Tomar consciência de que a adesão total a Cristo é o que só importa, que só com Ele é possível reunir-se sem dispersar, permite ao jovem encontrar uma orientação escatológica e teleológica no que diz respeito aos seus objetivos existenciais, mas também profissionais e civis. Colocar a ressurreição de Cristo como medida da ação de uma pessoa, da moralidade e da retidão de suas ações, protege a pessoa da decepção e do fracasso.

Qual vida, qual verdade e quais caminhos são possíveis sem Cristo? Ele nos revelou a extensão da aceitação ou da recusa. Tudo nele é possível, tudo sem ele se perde. Ao escolhê-lo como meta, cada momento da viagem, cada aventura e ação tornam-se decisivos e significativos, capazes de dar sentido à vida cotidiana de cada ofício, profissão ou compromisso. Um *fazer* revestido de *ser* em nome d'Aquele que é, onde o ser e o agir combinam perfeitamente. Como recordou São Gregório de Nissa:

E o que mais, então, deveria fazer aquele que foi feito digno do grande nome de Cristo, senão explorar diligentemente cada pensamento, palavra e ação sua, e ver se cada um deles está tendendo para Cristo ou para longe Dele? Este importante teste pode ser feito de várias maneiras. Na verdade, tudo o que é feito, pensado ou dito, sob a pressão de alguma paixão maligna, não concorda em nada com Cristo, mas traz a marca e a impressão do inimigo, que mistura com a pérola preciosa do coração a lama da vil ganância para manchar e distorcer o claro esplendor da pérola. O que é, ao contrário, livre e puro de todo desejo sórdido, é certamente dirigido ao príncipe autor da paz, Cristo. Quem atinge e deriva dele, como de uma fonte pura e incorrupta, os sentimentos e afetos de seu coração, apresentará, com seu princípio e sua origem, tal semelhança como a água corrente pode ter com sua fonte no riacho ou brilha na ânfora. Na verdade, a pureza que está em Cristo e a que está em nossos corações é a mesma. Mas a de Cristo é identificada com a fonte; a nossa, porém, emana Dele e flui dentro de nós, arrastando consigo a beleza e a honestidade dos pensamentos, para que apareça uma certa coerência e harmonia entre o homem interior e o homem exterior, uma vez que pensamentos e sentimentos, que vêm de Cristo, regulam a vida e a orientam na ordem e na santidade. Nisto, portanto, a meu ver, reside a perfeição da vida cristã, na plena assimilação e realização concreta de todos os títulos expressos pelo nome de Cristo, tanto no âmbito interior do coração como no âmbito exterior da palavra e ação¹⁴.

A terceira passagem que proponho é a do encontro noturno entre Jesus e Nicodemos, relatado em João 3, 1-21. Aqui os diálogos parecem surreais e bizarros, num jogo de papéis que João utiliza para abrir o coração do leitor e fazê-lo refletir. Embora Nicodemos seja considerado um sábio, um mestre de Israel e uma personalidade influente, no quarto Evangelho ele desempenha o papel do ouvinte obtuso, daquele que fala da terra enquanto Jesus visualiza o céu. Podemos ler nesta perícopes a ambivalência do conhecimento, pedra angular de todo diálogo que pode ser iniciado em contexto acadêmico, com os jovens, mas não só. Vamos tentar nos fazer algumas perguntas. Jesus está dando um julgamento negativo sobre o farisaísmo ou está propondo uma nova abertura? Será que João nos dá um juízo sobre o conhecimento que ecoa em Qôhelet – vaidade das vaidades – ou traça um novo caminho para o sábio do seu tempo

¹⁴ GREGORIO DI NISSA. *L'ideale perfetto del cristiano*, PG 46, 283-286.

e de todos os tempos? O horário noturno em que ocorre o diálogo pode ajudar a resolver nossos dilemas. Nicodemos representa uma visão incapaz de ver a salvação autêntica que busca uma nova luz em Cristo. Na verdade, a noite, como nota ironicamente João, é tradicionalmente o tempo que o rabino dedica ao estudo da Torá e Nicodemos, tendo ido ter com Jesus durante a noite, finalmente encontra a verdadeira Torá, a palavra feita carne, aquela que João anuncia em seu prólogo. Um encontro que marcará o fariseu a tal ponto que mais tarde encontrará a coragem de defender Jesus (Jo 7,50; 12,42) e mandá-lo sepultar juntamente com José de Arimateia, transgredindo as leis de pureza que proibiam qualquer contato com um cadáver (Jo 19,38). No diálogo com Nicodemos, a intenção de Jesus não é certamente fazer um curso de exegese noturna, mas oferecer-lhe uma catequese pascal¹⁵ (cf. Jo 2,13 e Jo 2,23) que se torne catequese batismal e mistagógica. A salvação já não é apenas uma prerrogativa de Israel, a Páscoa será um dom para toda a humanidade, para o mundo inteiro, uma verdadeira luz que quebra todas as trevas, toda a verdade a aspirar e a partir da qual começar. Palavras que se transformam em gestos, leis que se tornam presença efetiva, com uma nova carnalidade. Qual é o tema central? O ser humano está na noite, vive uma noite perene que deve ser iluminada por Cristo, porque só Cristo é capaz de romper as trevas, Ele que é luz (Jo 1,5). Qualquer esforço, mesmo religioso, que não contemple a presença de Cristo, é um esforço que nos aproxima, mas não conclui, aliás, às vezes engana. O risco que a universidade e os seus estudantes correm é o da *ilusão salvífica* da ciência e da técnica, do método científico visto como o único instrumento válido para ler a realidade, o único guia sólido para o progresso. No estudo, o jovem corre o risco de ser envolvido por uma *hybris* autopoietica e ensurdecadora, quase uma replicação acadêmica do pecado de Adão e Eva: ser como Deus sem Deus, comendo da árvore. Bento XVI resumiu bem este aspecto:

Um progresso por adição só é possível no campo material. Aqui, no conhecimento crescente das estruturas da matéria e correlativas invenções cada vez mais avançadas, verifica-se claramente uma continuidade do progresso rumo a um domínio sempre maior da natureza. Mas, no âmbito da consciência ética e da decisão moral, não há tal possibilidade de adição, simplesmente porque a liberdade do homem é sempre nova e deve sempre de novo tomar as suas decisões. Nunca aparecem simplesmente já tomadas em nossa vez por outros – neste caso, de fato, deixaríamos de ser livres. A liberdade pressupõe que, nas decisões fundamentais, cada homem, cada geração seja um novo início (SS, n. 24).

¹⁵ DUMOULIN, Pierre. *Giovanni. Il vangelo dei Segni Il vangelo dell'ora*. EDB, 2017.

Mesmo com dificuldade, Nicodemos aceitou deixar de lado o que já conhecia, para acolher um conhecimento novo, fruto de uma relação nova e espiritualmente decisiva. Assim, no diálogo com os jovens universitários e os seus professores, torna-se importante acompanhar o sentido de *proporção* no que diz respeito aos saberes que ajudam, mas não salvam; abrem, mas não decidem; predisõem, mas não concluem.

A partir daqui, segue a passagem para o último dos diálogos que pode ser interessante examinar, aquele entre Jesus e Pilatos. No Evangelho de João o episódio ocupa quase um terço de toda a história da paixão, testemunhando a sua centralidade. O governador romano, devido às leis da pureza e do tempo de Páscoa, é obrigado a agir como intermediário entre Jesus e os sacerdotes num contínuo ir e vir, dentro e fora do palácio do Pretório. Pilatos sai quatro vezes e entra três vezes, dividindo a história e os diálogos em sete cenas. Tudo gira em torno de uma questão fundamental: por que Pilatos interroga Jesus? Ele faz isso porque é forçado ou manipulado pelos líderes populares ou porque é pessoalmente levado a fazê-lo? Dever e oportunidade política, por um lado, e busca interior, por outro. É um jogo de poder e chantagem que tem o Inocente no centro. Pilatos não se descobre, talvez nem sequer compreenda o que Jesus realmente pede; permanece, como Nicodemos, firme nas suas convicções, dentro dos limites do que lhe é conhecido. Prisioneiro de seu próprio poder. Uma característica que não define apenas Pilatos: muitas das pessoas poderosas que Jesus encontra na sua existência permanecem bem presas ao seu cargo, posição e forma. O primeiro é aquele que queria que ele fosse morto ainda criança, Herodes. Ao enviar os Reis Magos a Jesus, ao não querer percorrer nem mesmo aquele pequeno trecho de estrada que o separa Dele, permanece fechado na prisão dos seus fantasmas e, com o massacre dos inocentes, prolonga a cadeia de sangue que o prende. Ele se recusa a alcançar um saber novo, diferente, dos quais os Magos são portadores, apegando-se a um saber corrupto e impreciso daqueles que interpretam mal as mesmas profecias das Escrituras. Voltando à história da Paixão e ao diálogo com Jesus, João descreve um Procurador marcado pelo medo. Embora o proclame inocente, e apesar de não encontrar nele nenhuma culpa segundo o direito romano (Jo 18,38; 19,4; e novamente em 19,6); porém manda flagelá-lo (Jo 19,1), apresenta-o a todos com as palavras: “Eis o homem!” (Jo 19,5). E quando ouve que, segundo a acusação, Jesus se fez Filho de Deus, Pilatos “tem ainda mais medo” (Jo 19,7-8). A Universidade é um lugar de poderes, muitas vezes não pequenos, organizados hierarquicamente e definidos por estatuto. Ainda é um dos poucos locais onde os jovens aceitam ser julgados: os exames e os diplomas continuam a ser algumas das poucas

formas de avaliação ainda consideradas fiáveis e socialmente aceitas. A relação com o poder, qualquer que seja a sua expressão, é um dos elementos específicos deste tempo e o diálogo com os jovens na prática pastoral evidencia-o: muitas vezes ficam suspensos entre o sentimento de sujeição ou opressão do poder e o desejo de exercê-lo no futuro. Mas, entretanto, há o medo: medo de não conseguir, de não estar à altura, de decepcionar, de ser esmagado. Se Pilatos foi encurralado e chantageado, hoje os estudantes sentem-se chantageados por expectativas muitas vezes excessivas e por pressões familiares, sociais, econômicas, pela solicitação incessante de novas 'atuações' ligadas a um tempo de acelerações contínuas. O diálogo com eles é sempre marcado por este grande esforço que é acompanhado por uma forma de 'idolatria' do poder oferecido pelo saber. A pergunta decisiva de Pilatos: "O que é a verdade?" torna-se então a questão que o acompanhamento deve suscitar. Uma pergunta que tem a força de mergulhar nas profundezas das motivações e à qual oferecer uma resposta verdadeiramente capaz de libertar o coração do jovem dos seus medos (Jo 8,32).

CONCLUSÃO

Concluindo, podemos dizer que o segredo do diálogo sobre os saberes e com os saberes no acompanhamento dos jovens é a escuta da verdade íntima de cada um deles, o cuidado daquela semente de esperança e de beleza que foi semeada em cada um e da qual começa a evocar uma verdade mais elevada, mais plena, mais total e abrangente que é a própria pessoa de Cristo. Os saberes indicam *verdades penúltimas*, mas, se bem compreendidos e procurados com honestidade, suscitam aquele desejo de *além* e de transcendência que vai além do conhecimento humano e do poder que dele deriva, e se abrem à descoberta inimaginável de um amor que se coloca a serviço do humano, da sua inteligência, do seu desejo, para conduzi-lo a verdade toda inteira. Ainda no Evangelho de João, Jesus pede ao Pai que santifique e consagre os seus discípulos na verdade, porque a sua palavra é a verdade (Jo 17,17-18)¹⁶.

Como observou von Balthasar, Deus criou e cria verdades no espaço humano, verdades que devem ser comparadas com a verdade fundamental que é o próprio Cristo, insuperável e insuperada. A encarnação de Cristo purifica e eleva o conhecimento humano, todo os nossos saberes finalmente encontram significado e realização na revelação¹⁷. Mas um *sentido* que deve ser acompanhado de um *assentimento*, de fé e de vida. Este é o objetivo último de ouvir e

¹⁶ SCHLIER, H. Meditazioni sul concetto giovanneo di verità. *Riflessioni sul Nuovo Testamento*, Brescia, 1969, 352.

¹⁷ BALTHASAR, H. U. Von. Verità e vita. Brescia: *Spiritus Creator*, 1972, p. 228-232.

acompanhar o jovem universitário no seu percurso acadêmico. O que é verdade? Ser gerado à consciência, à alegria e à adesão a este simples fato: a verdade é Jesus, o vivente, aquela forma de ser que molda cada ação, o fim de cada existência que é chamada à eternidade.

BIBLIOGRAFIA

ANGELINI, G.; COMO, G.; MELCHIORRE, V.; ROTA SCALABRINI, P. *Le età della vita: accelerazione del tempo e identità sfuggente* (Sapientia 41). Milano: Glossa, 2009.

BALTHASAR, H. U. Von. *Verità e vita*. Brescia: *Spiritus Creator*, 1972.

BRESSAN, L. Parrocchia, chiesa locale e pastorale d'ambiente negli orientamenti pastorali della chiesa italiana. *Atti convegno "Chiesa e Università: comune impegno per l'uomo"*, Roma, 28-29, nov., 2003.

COLAVITA, M. *I Vangeli apocrifi dell'infanzia di Gesù*. Todi: Tau, 2018.

DUMOULIN, Pierre. *Giovanni. Il vangelo dei Segni Il vangelo dell'ora*. EDB, 2017.

FORESTI, F. Il bimbo Gesù ed i bambini. *Communio, L'infanzia*, 1985.

GREGORIO DI NISSA. *L'ideale perfetto del cristiano*, PG 46.

GUARDINI, R. *Le età della vita*. Loro significato educativo e morale (Sestante 2). Milano: Vita e pensiero, 1992; EVDOKIMOV, P. *Le età della vita spirituale*. Bologna: EDB, 2009; MARTINI, C. M. *Le età della vita*. Una guida dall'alba al tramonto dell'avventura umana. Milano: Mondadori, 2010; ANGELINI, G.; COMO, G.; MELCHIORRE, V.; ROTA SCALABRINI, P. *Le età della vita: accelerazione del tempo e identità sfuggente* (Sapientia 41). Milano: Glossa, 2009.

NEWMAN J. H. *Scritti sull'università*. L'idea di Università, Origine e sviluppo delle Università. Milano: Bompiani, 2008.

PAPA JOÃO PAULO II. *Discurso aos professores universitários* (18.04.1982). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1982/april/documents/hf_jp-ii_spe_19820418_docenti-universitari.html>. Acesso em: 27 set. 2022.

PAPA PAULO VI. *Angelus Domini* (13.07.1969). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/angelus/1969/documents/hf_p-vi_ang_19690713.html>. Acesso em: 27 set. 2022.

PAPA PAULO VI. *Discorso al XVI Congresso internazionale degli Studenti di Scienze economiche e commerciali* (09.03.1964). Città del Vaticano: Tipografia Poliglotta Vaticana, 1965.

SCHLIER, H. Meditazioni sul concetto giovanneo di verità. *Riflessioni sul Nuovo Testamento*, Brescia, 1969.

TANZELLA NITTI, G. La natura e la missione dell'università nell'insegnamento di Giovanni Paolo II. *Vita e Pensiero*, 82, 1999.

Revista de Catequese

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

São Paulo, *Campus* Pio XI: Curso de Teologia

Disponível em: <https://revista.unisal.br/catequese/index.php/rcu/issue/view>

V. 1, n. 1, jan./jun., 2023, p. 107-125.

EL DISCERNIMIENTO EN EL CAMINO ESPIRITUAL DEL CATEQUISTA

DISCERNMENT IN THE SPIRITUAL JOURNEY OF THE CATECHIST

*Jesús Manuel García Gutiérrez**

Resumen: La práctica del discernimiento espiritual se presenta hoy más que como moda pasajera, como necesidad urgente, para orientar y mejorar la calidad de vida personal y la vida de nuestras comunidades eclesiales. El reciente ministerio del Papa Francisco puede ser interpretado como un ejercicio de discernimiento evangélico, espiritual y pastoral para dar un nuevo impulso a una Iglesia marcada por la “alegría del Evangelio. Un discernimiento entendido como proceso de búsqueda en la oración para conseguir sentir y conocer la acción de Dios en la vida de las personas y, a partir de ella, comprender su Voluntad, de cara a una decisión concreta. Esto supone ciertas actitudes en la persona concreta del catequista para poder desenmascarar aquellas realidades y procesos culturales que se entienden contrarios al espíritu evangelizador.

Palabras clave: Discernimiento: actualidad, naturaleza, requisitos, actitudes.

ABSTRACT: *The practice of spiritual discernment is presented today not just as a passing trend, but as an urgent necessity to guide and improve the quality of personal life and the life of our ecclesial communities. The recent ministry of Pope Francis can be interpreted as an exercise in evangelical, spiritual and pastoral discernment to give new impetus to a Church marked by the “joy of the Gospel”. Discernment is understood as a process of seeking in prayer to feel and to know God's action in people's lives and, from there, to comprehend his Will, in view of a concrete decision. This presupposes certain attitudes in the specific person of the catechist in order to be able to unmask those cultural realities and processes that are understood to be contrary to the evangelizing spirit.*

Keywords: *Discernment: relevance, nature, requisites, attitudes.*

* Profesor extraordinario de la Facultad de Teología de la Universidad Pontificia Salesiana de Roma. Doctor en Teología Espiritual por la Universidad Pontificia Salesiana de Roma (UPS).

INTRODUCCIÓN

El discernimiento espiritual no es una moda pasajera; mucho menos refleja simplemente un sentimiento propio del estilo jesuita. Es una necesidad urgente, para orientar y mejorar la calidad de vida personal y eclesial. El magisterio reciente del Papa Francisco lo propone como uno de los pilares de la renovación espiritual y apostólica de la Iglesia: si las personas y las comunidades están animadas por el Espíritu, deben abrirse a su presencia, descubrir su orientación y el camino que sugiere a las iglesias (cf. *Ap 2,17*).

Nuestras comunidades eclesiales o son comunidades de oración y discernimiento o decaerán en calidad de vida: su dimensión profética se debilitará, su experiencia escatológica se allanará al acomodarse a los estilos mundanos que las acechan, perderán impulso apostólico y terminarán por no ser capaces de dar respuesta a los nuevos problemas que propone una cultura y una sociedad en continua y profunda transformación.

No es fácil, en un tiempo como el nuestro, tan cambiante, con sus rasgos de incertidumbre y oscuridad, debido a la ambigüedad inherente a las situaciones históricas que vivimos, discernir la presencia y la voluntad de Dios. La complejidad de los problemas – piénsese, por ejemplo, en la globalización, ya asentada en el ámbito económico, en el desarrollo de las sociedades multiétnicas, en las nuevas exigencias del mundo de la comunicación, etc. –, la gravedad de las decisiones que hay que tomar y su dificultad para llevarlas a cabo exigen de todos nosotros una búsqueda conjunta para lograr no solo juzgar los hechos con prudencia intentando encontrar una solución práctica y operativa, sino mirar la vida con los ojos de la fe, con la mirada del Espíritu. Discernir, pues, no puede ser un mero intercambio o discusión de valores y razones, sino la percepción espiritual de la voluntad de Dios en nuestra situación existencial concreta.

La voluntad de Dios, dice D. Bonhoeffer, no siempre aparece en el corazón humano de forma clara y transparente sino que puede presentarse bajo múltiples posibilidades; no constituye algo establecido de una vez por todas; es diferente en cada situación, por eso hay que discernir cada día cuál es la voluntad de Dios: ¿Cómo tengo que comportarme, *hic et nunc*, en esta situación concreta, para seguir siendo buen discípulo de Jesucristo? ¹

Presionados por un mundo de nuevos estímulos, de intereses opuestos, nuestra atención y nuestras energías se dispersan en mil direcciones. Este desconcierto lleva fácilmente a confundir las opiniones infundadas con los criterios objetivos, lo provisional con lo definitivo,

¹ BONHOEFFER, D. *Ethique*. Gêneve: Labor, 1965, p. 21.

el placer con la verdad, las experiencias intensas con los valores. Abundan la ambigüedad, la oscuridad, la incertidumbre y todo tipo de relativismos y contradicciones. ¿Qué hacer?: ¡Discernimiento!² A pesar de las dificultades y de las nuevas exigencias educativas y formativas, tenemos la responsabilidad de escudriñar la realidad histórica que nos toca vivir para poderla interpretar a la luz del Evangelio (cf. GS 4).

La primera parte de esta relación aborda la actualidad y necesidad del discernimiento e indica su naturaleza. La segunda parte, en cambio, reflexiona sobre las actitudes que se requieren para llevar a cabo la práctica del discernimiento.

1. IMPORTANCIA DEL DISCERNIMIENTO EN EL MAGISTERIO ECLESIAL RECIENTE

Sin duda, el tema del discernimiento³ ha vuelto a resurgir gracias al Papa Francisco.⁴ Lo que parecía ser un ejercicio para religiosos y religiosas, con el paso del tiempo y con la insistencia que él ha dado en su magisterio, el discernimiento se presenta hoy como el eje central para aquellos que, en la Iglesia, buscan descubrir la acción de Dios en los signos de los tiempos.

La hiperconexión y la hiperaceleración de la sociedad actual «superan nuestra capacidad de reflexión y de juicio».⁵ «Muchas personas experimentan un profundo desequilibrio que les impulsa a hacer las cosas a toda velocidad».⁶ El Papa Francisco califica de “rapidación” el

² MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, M. Discernimiento. In: *Dizionario Teologico della Vita Consacrata*. Milano: Ancora, 1994, p. 616.

³ Dos manuales sobre el discernimiento con abundante bibliografía: COSTA, M. *Direzione spirituale e discernimento*. Roma: AdP, 2009; RUIZ JURADO, M. *Il discernimento spirituale*. Teologia, storia, pratica. Cinisello Balsamo: San Paolo, 1997. Traducidos en otras lenguas, con diversas ediciones.

⁴ Además de en los principales textos de su magisterio [*Evangelii Gaudium* (2013); *Amoris Laetitia* (2016); *Laudato si'* (2015); *Gaudete et exsultate* (2018); *Christus Vivit* (2019)]; el tema del discernimiento surge con oportuna insistencia en sus conversaciones con diferentes grupos de la vida eclesial. Este es el caso de las diversas intervenciones con los jesuitas, con ocasión de sus viajes apostólicos, dados a conocer por *La Civiltà Cattolica*: Francisco, *Oggi la Chiesa ha bisogno di crescere nel discernimento*. Un encuentro privado con algunos jesuitas polacos, en *La Civiltà Cattolica*, 167, 2016, III, p. 345-349; *Il Vangelo va preso senza calmanti*. Conversación con los Superiores Generales, en *La Civiltà Cattolica*, 168, 2017, I, p. 324-334; *Dov'è che il nostro popolo è stato creativo?*. Conversaciones con los jesuitas de Chile y Perú, en *La Civiltà Cattolica*, 169, 2018, I, p. 313-330; *Credo che il Signore stia chiedendo un cambiamento nella chiesa*. Diálogo con los jesuitas bálticos, en *La Civiltà Cattolica*, 169, 2018, IV, p. 105-113; *Il nostro piccolo sentiero*. Reunión con jesuitas en Tailandia y Japón, en *La Civiltà Cattolica*, 170, p. 2019, IV, p. 417-423. La misma preocupación aparece en su magisterio ordinario. A modo de ejemplo: SPADARO, A. *Rompete tutti gli specchi di casa!*, en *La Civiltà Cattolica*, 171, 2020, II, p. 471-479; *Il governo di Francesco. È ancora attiva la spinta propulsiva del pontificato?*, en *La Civiltà Cattolica*, 171, 2020, III, p. 350-364.

⁵ FRANCISCO. *Messaggio per la 48ª Giornata Mondiale delle Comunicazioni Sociali. L'Osservatore Romano*, 24.01.2014, 8.

⁶ FRANCISCO. *Laudato si'*. Carta encíclica sobre el cuidado de la casa común (24.05.2015). In: AAS 107, 2015, 9, 847-945; aquí: n. 225.

frenesí actual en los ritmos de vida y de trabajo, que lleva a una agitación irreflexiva y provoca indiferencia, tensiones y no pocas veces violencia y enfrentamientos, en lugar de favorecer un acercamiento respetuoso a todo lo que nos rodea.⁷

El ministerio petrino del Papa Francisco, fundado en la doctrina ignaciana de que «no es la abundancia de conocimientos lo que sacia y satisface al alma, sino el sentir y saborear las cosas internamente»,⁸ puede interpretarse, de hecho, como un ejercicio de discernimiento evangélico, espiritual y pastoral para dar un nuevo impulso a una Iglesia marcada por la “alegría del Evangelio”. De hecho, al señalar vías para el camino de la Iglesia en su pontificado, su documento programático “*Evangelii Gaudium*” señala tres caminos concretos: el discernimiento, la purificación y la reforma.⁹ Con las tres palabras clave: «Reconocer, interpretar y elegir»,¹⁰ el Papa Francisco resume el ejercicio del discernimiento. Reconocer implica silencio, escucha, proximidad afectuosa a las personas y los acontecimientos, para poder captar su relevancia y sus efectos en la interioridad del sujeto. Luego hay que saber interpretar esa experiencia para comprender el origen y el significado de los «deseos y emociones sentidas».¹¹ Esta fase no es fácil: requiere tiempo,¹¹ paciencia e incluso formación. Y después de reconocer e interpretar, hay que decidir, es decir, tomar las decisiones más adecuadas, a la luz del Espíritu, para salir de uno mismo y caminar sin miedo en la dirección correcta. Este ejercicio de libertad responsable libera al sujeto de la volubilidad y del relativismo, favorecidos y, en cierto modo, impuestos por la sociedad de consumo.

El Papa Francisco sigue lógicamente la tradición de la Iglesia en la consideración del discernimiento como don divino que permite “tomar decisiones y dirigir las propias acciones en situaciones de incertidumbre [...]. Se aplica a una pluralidad de situaciones. En efecto, existe un discernimiento de los signos de los tiempos, [...] un discernimiento moral, espiritual, vocacional, etc.”.¹²

⁷ CARBAJO NÚÑEZ, M. *Generazione iper-connessa e discernimento*. In: DONATO, A.; MIMEAULT, J. Il discernimento. Fondamenti e luoghi di esercizio. *Atti del Convegno*, Accademia Alfonsiana, Roma, 14-15 marzo 2018, p. 223-231.

⁸ IGNAZIO DI LOYOLA. *Esercizi spirituali*. Roma: Civiltà Cattolica, 2006, 2ª nota. (Traducción nuestra).

⁹ FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*, Exhortación Apostólica sobre el anuncio del evangelio en el mundo actual (24.11.2013). AAS 105, 2013, 12, 1-173; aquí: n. 1.

¹⁰ *Evangelii Gaudium*, n. 51.

¹¹ FRANCISCO. *Amoris laetitia*. Exhortación Apostólica sobre el amor en la familia (19.03.2016). AAS 108, 2016, 4, 311-446; aquí: n. 143.

¹² SINODO DEI VESCOVI. *I giovani, la fede e il discernimento vocazionale*. Documento preparatorio della XV Assemblea Generale Ordinaria. Città del Vaticano: LEV, 2017, cap. II, § 2; cf. FORTUNATO, E. *Discernere con Francesco d'Assisi: le scelte spirituali e vocazionali*. Padova: EMP, 1997; AROLDI, P. *La responsabilità difficile*. Media e discernimento. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2012.

Bombardeados por tantas sugerencias mediáticas, tecnológicas y consumistas, podemos tener la impresión de que somos más autónomos, cuando en realidad sólo hemos cambiado el objeto de nuestra dependencia, “En cada encrucijada debo discernir un bien concreto, el paso adelante en el amor que puedo dar, y el modo en que el Señor quiere que lo haga”.¹³

El discernimiento, según el Papa Francisco, busca identificar el bien posible para el sujeto en una situación dada, “Cuál es por el momento la respuesta generosa que se puede ofrecer a Dios, y descubrir con cierta certeza moral que ésa es la donación que Dios mismo está pidiendo en medio de la complejidad concreta de los límites, aunque no sea todavía plenamente el ideal objetivo”.¹⁴

Para Benedicto XVI, siendo el discernimiento un proceso largo, dinámico y laborioso, en el que la persona se abre progresivamente a la guía del Espíritu Santo y al don de su iluminación, hay que nutrir un corazón dócil (*I Re 3,9*), que escucha y ve,¹⁵ sin pretensión de utilidad inmediata, porque Dios habla en cada circunstancia y esa palabra escuchada «da fruto a su tiempo» (*Sal 1,3; Mc 4,16-20*).

No podemos ignorar la aportación de Pablo VI, sobre todo en la Audiencia general del 16 de abril 1969, en la que reflexiona sobre la característica teológica del discernimiento e indica algunos peligros y el método para practicarlos:

Si los peligros se refieren al “profetismo carismático”, que a menudo “degenera en fantasía intolerante” o a la lectura puramente técnica y sociológica de la realidad, – peligros que no son ajenos a nuestra misma realidad –, el método que hay que seguir es el de la vigilancia cristiana que ve en la mutabilidad de los tiempos la presencia de “signos” que no alteran, sino que manifiestan la única y verdadera verdad inmutable de la presencia de Cristo en el tiempo y en el mundo.¹⁶

Anteriormente será Juan XXIII quien, en su *Diario del alma*,¹⁷ introduzca una lectura sapiencial de la historia en la que el complejo entramado de acontecimientos suscita fracturas que necesitan ser interpretadas a la luz del Evangelio. En la Constitución Apostólica *Humanae salutis*,¹⁸ del 25 de diciembre 1961, con la que el Papa Roncalli anunció el Concilio, y más

¹³ FRANCISCO. Discorso ai parroci della diocesi di Roma. *L'Osservatore Romano*, 02.03.2017, 8.

¹⁴ *Amoris laetitia*, n. 303.

¹⁵ BENEDICTO XVI. *Deus caritas est*. Carta Encíclica sobre el amor cristiano (25.12.2005). AAS 98, 2006 3, 217-252; aquí: n. 31.

¹⁶ PASSONI, C. *Un ritmo per l'anima. Il discernimento spirituale tra crisi delle sapienze e sapienza della crisi*. In: CAZZULANI, GUGLIELMO et al. *Lo Spirito, le breccie e la danza*. Introduzione alla spiritualità cristiana. Trapani: Il Pozzo di Giacobbe, 2021, p. 178.

¹⁷ JUAN XXIII. *Il giornale dell'anima e altri scritti di pietà*. Milano: San Paolo, 1989, p. 230.

¹⁸ GIOVANNI XXIII. *Humanae salutis*, n. 4.

ampliamente en el famoso discurso inaugural del Concilio, en octubre de 1962,¹⁹ se corrobora la interpretación teológica de la historia, marcada por una sabiduría no apocalíptica, en la que se comunica la idea de un Dios que no abandona a la humanidad, sino que, por el contrario, está actuando en el flujo del tiempo y para ello se hace necesario, sobre todo en períodos de mayor confusión y complejidad, discernir su presencia para poder así responder a las aspiraciones de la humanidad. Expresión que será reelaborada después por el Vaticano II en la Constitución *Gaudium et spes*.

2. ¿QUÉ SE ENTIENDE POR DISCERNIMIENTO?

Por discernimiento espiritual se entiende un proceso de búsqueda en la oración a través del cual la persona, analizando ciertas situaciones, consigue sentir y conocer la acción de Dios y, a partir de ella, comprender su Voluntad, de cara a una decisión concreta. Supone, por tanto, ser sensibles a la acción del Espíritu, para poder favorecer aquellas realidades y procesos que nos parecen evangélicos, y desenmascarar y oponerse a aquellas realidades y procesos culturales que se entienden contrarios al espíritu evangelizador.²⁰

La finalidad, pues, del discernimiento es la praxis. No se limita a interpretar y evaluar, sino que comprende en la acción y actúa en la comprensión. No se puede entender como la aplicación de formulaciones generales a casos particulares, tampoco se agota en la reflexión teológica sino que se trata de una opción práctica, motivada por la fe, sobre una cuestión concreta, cuya solución implica para todos una seria conversión al Evangelio.²¹ Se orienta, pues, hacia el hacer y hacia el decidir.²²

El discernimiento está orientado hacia una acción responsable que incide en las diferentes opciones de la vida. Por eso, el discernimiento primero y originario está vinculado a la dinámica del acto de fe: es una lectura cristológica de la realidad, bajo el influjo del Espíritu, para que, como escribe Pablo, «estrechamente unidos en el amor», adquiramos «en toda su riqueza la plenitud de la inteligencia» y lleguemos a «penetrar en el conocimiento perfecto del misterio de Dios, es decir, de Cristo, en quien están escondidos todos los tesoros de la sabiduría y de la ciencia» (*Col 2,2-3*).

¹⁹ GIOVANNI XXIII. *Gaudet mater Ecclesia*, n. 4.4.

²⁰ LANZA, S. *La parrocchia in un mondo che cambia. Situazioni e prospettive*. Roma: OCD, 2003, p. 98-101.

²¹ DELLA TORRE, L. *Metodologia del discernimento in comune. Servizio della Parola*, 191, 1987, p. 115.

²² ASOLAN, P. Il discernimento teologico-pastorale. In: DONATO, A.; MIMÉAULT, J. *Il discernimento. Fondamenti e luoghi di esercizio*. Atti del Convegno. Roma: Accademica Alfonsiana, 2018, p. 151-162.

Discernir es separar, distinguir, tomar partido. Jesús es la piedra fundamental o piedra de tropiezo, no cualquier piedra. Pero esto no implica erigirse en juez absoluto. Nadie posee el discernimiento, que es un don del Espíritu. No se trata de poseer sino de acoger, de hacer sitio, de no mirar con recelo molesto, de tener paciencia. Hasta el punto que paradójicamente si uno no tiene las actitudes necesarias para el ejercicio del discernimiento es mejor que no discerna (cf. *Rom 14,1ss*). La frontera entre el discernimiento y la división es sutil, sólo hace falta un poco para cruzarla. El discernimiento también es discreción. Un acto de discernimiento nunca termina con la victoria de un bando sobre el otro: se sitúa, en cambio, en la lógica evangélica de los siervos “inútiles” (cf. *Lc 17,10*).

El discernimiento aparece así, desde el principio, lejos del equívoco de una interpretación desvaída y estrecha, que lo relega a la prudencia humana o al buen hacer que dicta el sentido común. Sin desmerecer en absoluto la capacidad humana, Pablo afirma claramente la naturaleza carismática del discernimiento, su especificidad cristiana como don del Espíritu. Por eso el «discernimiento de espíritus» (*I Cor 12,10*) supone la capacidad de identificar los carismas auténticos y no dejarse deslumbrar por el brillo de manifestaciones extraordinarias. Este ejercicio es un don del Espíritu.

3. EL DISCERNIMIENTO DE LOS ESPÍRITUS

En la vida o en el camino espiritual el don del consejo tiene una expresión histórica especialmente significativa: se llama *discernimiento de los espíritus*.²³

El discernimiento de los espíritus que nos mueven (el espíritu bueno y el espíritu malo, el amigo y el enemigo del hombre y de su corazón), juega sustancialmente sobre dos actitudes o estados de ánimo: la *desolación* y la *consolación*. San Ignacio de Loyola, en el librito *Ejercicios espirituales*²⁴ escribió las llamadas *Reglas para el discernimiento*, que son una aplicación muy eficaz e incisiva del don del consejo. Vale la pena subrayar algunas:

²³ GAGLIARDI, A. *Sul discernimento degli spiriti: commento alle regole per il discernimento degli spiriti di Sant'Ignazio di Loyola*. ADP, Roma, 2000.

²⁴ IGNAZIO DI LOYOLA. *Esercizi spirituali*. Roma: Civiltà Cattolica, 2006; IGNAZIO DI LOYOLA. *Esercizi Spirituali*. Ricerca sulle fonti. Cinisello Balsamo: San Paolo, 2012. Una buena y actualizada introducción a los *Ejercicios*: ARZUBIALDE, S.; GARCÍA DE CASTRO, J. *El autógrafo de los Ejercicios espirituales*. Bilbao: Mensajero, 2022. El texto ha sido publicado en español y en inglés (*The Autograph Copy of the Spiritual Exercises*). La particularidad de la edición es que presenta en una página el texto original del autógrafo y en la siguiente la transliteración del texto, con numerosas notas explicativas y un glosario. Es también interesante: *Diccionario de Espiritualidad Ignaciana*. Vol. I: A-F; Vol. II: G-Z, J. GARCÍA DE CASTRO (Ed.), Madrid/Bilbao: Compañía de Jesús-Provincia de España/Ediciones Mensajero, 2007.

1ª. En el momento en que decidimos salir del mal y buscar el bien «es propio del mal espíritu bloquearte con remordimientos, tristezas, impedimentos, turbaciones sin motivos», que parecen muchos, «de modo que no puedas proseguir» (n. 315). Es un signo evidente de que el enemigo está a la carga, y el don del consejo nos permite descubrirlo.

2ª. «Es, en cambio, propio del espíritu bueno darte ánimos, fuerza, consolaciones, lágrimas, inspiraciones y paz, haciéndote fáciles las cosas y quitando todo impedimento para que sigas adelante» (n. 315c). Es ésta la gran palabra del Espíritu del Señor: puedes hacerla con la gracia de Dios, aunque la cosa parezca superior a tus fuerzas; es más fácil de lo que piensas, ¡ánimo!

La primera voz infunde, pues, turbación y tristeza; la segunda, alegría y paz.

3ª. La tercera regla se expresa más ampliamente. Dios nos habla con el consuelo espiritual, que es de tres clases. El primero «cuando sientes algún movimiento íntimo con el que te inflamas de amor hacia el Señor y amas en él y por él a todas las criaturas, o bien derramas lágrimas que te impulsan a amar al Señor, a servir a los hermanos y a detestar el pecado». El *segundo* cuando «crecen en ti la esperanza, la fe y la caridad». El *tercero* cuando «experimentas en ti cualquier forma de íntima alegría que requiere y atrae hacia las cosas espirituales, hacia el amor de Dios y el servicio al prójimo, con serenidad y paz del corazón» (n. 316).

Así pues, regla fundamental del discernimiento es que el Espíritu de Dios es espíritu de paz, de alegría, de valentía, de actitud positiva. Y esto sirve también para el discernimiento pastoral. La conclusión de tantas palabras y razonamientos sobre la pastoral es la amargura, el bloqueo, la cerrazón: significa que no está actuando el Espíritu de Dios; a lo mejor hay riqueza de datos sociológicos, riqueza de reflexiones, pero no hay acción del Espíritu. Cuando, por el contrario, se sale de una discusión con ganas de trabajar, de arremangarse, de afrontar de nuevo el problema para estudiarlo mejor, significa que está actuando el Espíritu de Dios. Es una regla sencillísima para discernir, en la complejidad de la vida pastoral, lo que ayuda y lo que, en cambio, no ayuda. Conviene recordar aquí lo que decíamos en la primera regla: las turbaciones sin motivo parecen motivadísimas; el enemigo procura muy mucho hacernos creer que las cosas no avanzan, que no funciona nada, y lo hace por medio de razonamientos que nos convencen. En el fondo, sin embargo, sigue agazapada la amargura, el desánimo, una sensación de oscuridad, una especie de frustración.

El Espíritu de Dios es realista, mira el mal y mira al corazón; no es negativo, cínico, mordaz, no se burla de nadie.

4ª. La cuarta regla es muy interesante porque explica la desolación espiritual producida en nosotros por el espíritu malo: «Desolación es todo lo que se opone a la consolación, es oscuridad, turbación, inclinación a cosas bajas y terrenas, inquietud debida a diferentes clases de agitación y tentaciones, falta de esperanza y de amor, pereza, desgana, tristeza, sensación de lejanía del Señor. De hecho, del mismo modo que la consolación es contraria a la desolación, los pensamientos que nacen de la consolación se oponen a los pensamientos que nacen de la desolación» (n. 317).

Mientras estemos en la tierra estaremos siempre oscilando, movidos tanto por la consolación como, más frecuentemente, por la desolación en la prueba.

Sin embargo, es propio de la prueba, cuando nos sentimos sin confianza, sin esperanza y amor, tentados, decir: «Bueno, es natural que las cosas vayan así; el enemigo me prueba porque estoy avanzando por los caminos de Dios; cuanto más me acerco a Dios, más se afana el enemigo en hacer que me desvíe».

5ª. Sigue entonces la quinta regla: «En el tiempo de la desolación no debes hacer cambios, permanece bien fundado en los propósitos que tenías el día antes o en la decisión en la que estabas en el momento del consuelo. En efecto, mientras que en la consolación te guía y te aconseja el espíritu bueno, en la desolación te guía el malo, con los consejos de quien no puede emprender ningún camino justo» (n. 318).

¡Pensemos en las muchas decisiones erradas, en tantas crisis, debidas, por desgracia, a la precipitación, a la falta de advertencia a la regla quinta! En vez de esperar, soportar la pesadez de la prueba, recordar los años vividos en el consuelo, se prefiere decidir enseguida, salir inmediatamente de la angustia y, cuando ya es tarde, se entiende el grave error cometido.

Es exactamente lo opuesto al don de consejo actuar con mucha prisa, no ponderar, no pedir ayuda al Señor con la oración.

También parece oportuno en este punto distinguir entre dos tipos de consuelos: los sensuales y los espirituales. Los primeros conmueven los sentidos y hacen saborear una alegría viva; cuando proceden de Dios, suelen concederse al comienzo de la vida espiritual. Los otros, en cambio, obran en el alma iluminando la inteligencia o impulsando la voluntad hacia la práctica de las virtudes y suelen ser experimentados por quienes ya están avanzados en la vida del Espíritu. Es más difícil que este segundo tipo de consuelo provenga del espíritu del mal.

Me parece interesante en este punto citar a otro gran maestro de la vida espiritual, san Francisco de Sales, que enseña en la Filotea a distinguir los distintos tipos de consolación a partir de sus frutos:

Pero, me dirás, puesto que hay consuelos buenos y sensibles que vienen de Dios, y también los hay inútiles, peligrosos e incluso dañinos, que proceden de la naturaleza o incluso del enemigo, ¿cómo podré distinguir los unos de los otros y reconocer lo malo y lo inútil entre lo bueno? Es doctrina común, querida Filotea, acerca de los afectos y pasiones de nuestras almas, que podemos reconocerlos por sus frutos. Nuestros corazones son árboles, los afectos y las pasiones las ramas, las obras y las acciones los frutos. Bueno es el corazón que tiene buenos afectos, y buenos son los afectos y las pasiones que producen en nosotros frutos buenos y obras santas. Si las dulzuras, ternuras y consuelos nos hacen más humildes, pacientes, dóciles, caritativos y comprensivos con nuestro prójimo, más dispuestos a mortificar nuestras concupiscencias y malas inclinaciones, más constantes en nuestros ejercicios, más dóciles y serviciales con aquellos a quienes debemos obedecer, más sencillos en nuestra vida, entonces podemos estar seguros, Filotea, de que proceden de Dios; pero si las dulzuras son tales sólo para nosotros, nos hacen extraños, ásperos, puntillosos, impacientes, tercos, orgullosos, presuntuosos, duros con el prójimo, y, creyéndonos ya santos, nos negamos a someternos a la dirección y a la corrección, éstos son, sin duda, consuelos falsos y perjudiciales: un buen árbol sólo produce buenos frutos.²⁵

Sugiero, como conclusión, que el catequista se haga las siguientes preguntas:

- *¿Pido consejo a quien me lo pueda dar con competencia, sabiduría y prudencia?*

Porque podemos ser tentados a pedir consejo a quien nos agrada, sabiendo ya que piensa como nosotros.

- *¿Rezo para obtener el don del consejo, sobre todo cuando no sé cómo conducirme en mi camino espiritual, parroquial y eclesial?*

- *¿Me asusto por la complejidad del mundo actual?* Sucede que en tiempos de juventud se logra afrontar con cierta soltura la complejidad, mientras que con el paso de los años nos viene el miedo. De ahí vienen los tradicionalismos, los integristas, el deseo de simplificar el mundo, de reducirlo a pocas certezas absolutas, ignorando todo lo demás. Pero el mundo en el que el Señor nos concede vivir es tan problemático como lo era aquel en que vivía Jesús, entre Palestinos y Romanos, entre escribas y fariseos, herodianos y gentes de Qumrán. Un mundo lleno de oscuridad, de engaños y de trampas; y Jesús pasó por él con serenidad; sufrió, y por tanto no nos libra del sufrimiento, pero nos concede vivir con verdad, honradez y dignidad y con la certeza de que Dios no nos abandona.

²⁵ FRANCISCO DE SALES. *Filotea*, cap. XIII.

4. REQUISITOS DEL DISCERNIMIENTO

Antes de abordar el discurso sobre las actitudes para un correcto discernimiento, es importante destacar algunas condiciones que pueden favorecerlo y, por el contrario, otras que lo dificultan; también conviene distinguir lo que concierne al sujeto que realiza el discernimiento de lo que es relativo al entorno en el que se lleva a cabo concretamente.

El primer requisito es de naturaleza espiritual: la persona que va a emprender cualquier discernimiento debe estar interiormente dispuesta a hacer la voluntad de Dios, incluso antes de haberla conocido, y debe estar entonces en actitud sincera de búsqueda, dispuesta también a experimentar los afanes de la búsqueda, cultivando ciertas actitudes interiores, como la esperanza y la espera paciente. Por eso se exige una profunda renovación interior, una conversión, entendida como desapego de las propias ideas, prejuicios y apegos: “No os conforméis a la mentalidad de este siglo, sino transformaos, renovando vuestra mente, para que podáis discernir la voluntad de Dios, lo que es bueno, agradable y perfecto para Él” (*Rm 12,2*).

Renovación de la mente que no es sólo intelectual, sino global, e implica la relación con Dios y toda la praxis de la vida cristiana a través de los sacramentos y la oración. En el fondo, supone la actitud de disponibilidad radical que caracteriza el seguimiento de Jesús. Esto no ocurre sin un fuerte carácter espiritual, sin el cultivo de la dimensión contemplativa de la vida.

De ahí la necesidad de una sólida madurez sapiencial. Eso implica, ante todo, la condición psicológico-espiritual propia de la persona con una orientación firme en la vida; persona que no se amilana ante la observación laboriosa de la dinámica de su propia interioridad, que le permite ser consciente de sus propias características y, al mismo tiempo, le hace reconocer sus propios límites; estar abierta al encuentro con los demás, sin excesivas inhibiciones ni temores; capaz de prestar atención a las situaciones, con cierto hábito adquirido de reflexión. También la persona que se conoce es capaz de asumir la responsabilidad de sus actos.

Sea la madurez espiritual como la madurez humana, implican la preparación humilde y paciente de la persona que no solo confía superficialmente en el propio talento o en la habilidad dialéctica o incluso en la mera competencia técnico-profesional, sino que se pone en aprendizaje, como sencillo alumno, en la escuela del Espíritu.

El discernimiento, de hecho, es una operación moral antes que intelectual, que requiere transparencia y libertad interior; transparente tanto en su ejecución como en sus motivaciones.

Otra condición indispensable es la disposición a no estar solo en la búsqueda de la voluntad de Dios. De hecho, para aprender a discernir hay que aprender primero a relacionarse, a crear relaciones sanas. No hay discernimiento si uno no se siente discípulo en el ejercicio de la paternidad espiritual.

En cuanto a las condiciones “ambientales”, podemos decir que la persona debe estar en un entorno que facilite el recogimiento, la interiorización y la conversación con Dios para favorecer la búsqueda constante y la fidelidad a la voluntad de Dios. El marco de referencia viene dado por la eclesiología de comunión, una Iglesia que se entiende y actúa como comunidad de comunicación y entendimiento, que articula funciones y participación según una dinámica de intercambio pluriforme y de tipo sinodal: el discernimiento, como la misión, no es obra de navegantes solitarios. El verdadero discernimiento sólo es posible dentro de la Iglesia; es siempre, como diría Ignacio, un “sentire cum Ecclesia”. La guía espiritual ayuda solo a verificar y a confirmar.

5. ACTITUDES PERSONALES DEL CATEQUISTA PARA EL DISCERNIMIENTO

El catequista ayuda más con lo que es él que con lo que dice o hace. Sólo quien sabe formular su propia vida interior puede ayudar a clarificar la experiencia de los otros. Nadie puede hacer bien a los demás si antes no toma seriamente las riendas de su propia vida espiritual. Jesús en el Evangelio prioriza su relación de intimidad con el Padre frente a los requerimientos interminables de los que le buscaban.²⁶ Los mismos padres del desierto sabían que serían incapaces de hacer algún bien a los demás mientras que tuvieran que luchar por salvarse a sí mismos en medio de los restos de un naufragio personal. Pero una vez que alcanzaban tierra firme, las cosas cambiaban. Entonces no sólo tenían la posibilidad sino también la obligación de conducir a la salvación, con su ejemplo, al mundo entero.

5.1 DOCILIDAD AL ESPÍRITU

La animación de una comunidad eclesial no puede limitarse a aspectos técnicos, aunque éstos sean útiles; tampoco puede limitarse a fomentar las posibilidades de un grupo ni a desarrollar sus relaciones. La animación espiritual de una comunidad se basa ante todo en una actitud de docilidad al Espíritu para descubrir su acción en la vida de las personas. La invitación

²⁶ Cf. *Lc* 4,42; *Mt* 8,1; *Mc* 1,35; *Jn* 6,22 -25.

pues a la docilidad al Espíritu Santo está en relación con la atención a los signos que Él nos ofrece en los acontecimientos y nos remite a la actitud fundamental de la formación permanente.

El catequista no es un animador sociocultural sino un humilde colaborador e instrumento dócil del Espíritu para descubrir el proyecto que Dios tiene para cada persona. Por tanto, la primera condición que se pide al catequista es dejar que sea el Espíritu Santo el verdadero animador de la comunidad eclesial. Escuchar su voz. Transformado por el fuego del Espíritu, el catequista se convertirá progresivamente en persona flexible, independiente y libre; y sabrá cómo ayudar a las personas a él encomendadas a corresponder con una fidelidad siempre renovada a su llamada.

5.2 ACTITUD DE LIBERTAD INTERIOR

Esta actitud crea una renuncia a todo apego, juicio y pasión; renuncia a la autosuficiencia, al deseo de imponerse y al temor de ser vencido; renuncia a todo lo que pudiera nublar la visión objetiva de la historia de la salvación, tal como nos ha sido revelada. Generalmente estamos apegados a las razones de nuestra inteligencia y a las razones de nuestro corazón. La libertad interior nos permite distanciarnos psicológicamente ante nuestros problemas, nos purifica de toda adhesión afectiva totalizadora a lo que no sea Dios. Esta libertad de espíritu supone: ante todo, la decisión de hacer de verdad lo que se descubre como voluntad de Dios aquí y ahora; la certeza de que nuestra búsqueda no es inútil porque Dios no se esconde de quien lo busca con corazón sincero. La misma libertad interior facilita la confianza en los compañeros de aventura a través de los cuales, aunque a veces sea trabajosamente, Dios manifiesta su voluntad.²⁷

5.3 CAPACIDAD PARA RELEER LO QUE EL SEÑOR TRANSMITE EN LA ORACIÓN

Se reza para ver con una mirada guiada por el Espíritu. En la oración no se busca directamente el contenido de la decisión. Éste será descubierto de forma indirecta y no por medio de una revelación de Dios. Se trata de liberarse interiormente para discernir la verdad. «La causa más común del fallo del discernimiento es el hecho de que con frecuencia los que hacen el discernimiento no rezan» (p. Furhellen).

²⁷ PERCASSI, V. *L'esercizio della libertà*. Criteri di discernimento e processi decisionali. Bologna: EDB, 2021.

La oración es, pues, el lugar adecuado para el discernimiento. En este contexto, un medio decisivo que sugiere Ignacio se refiere a la toma de conciencia de lo que el Señor dice en la oración mediante la relectura o el examen de la oración, que para Ignacio nunca debe descuidarse. La relectura de la oración es un ejercicio que permite captar lo que ha ocurrido en el encuentro con el Señor y retenerlo; o tomar conciencia de las resistencias de diversa índole que habitan en el corazón. Esta actitud de relectura de la experiencia también adquiere importancia cuando se aplica a la vida cotidiana, a las experiencias y situaciones de cada día. Fundamentalmente, es una reflexión orante que busca, a imitación de María que guardaba todo en su corazón, vincular la palabra de Dios con la historia. No se trata en absoluto de un ejercicio espiritual fácil, probablemente más difícil que la propia oración, pero es aquí donde se manifiesta la capacidad de aprender a discernir. Sólo una experiencia releída e interiorizada se convierte en formativa.²⁸

Otro medio es la profundización de los puntos en los que habla el Señor mediante los ejercicios de repetición en la oración. Se trata de una dinámica orientada a una profundización más “afectiva” que intelectual, coherente con una convicción fundamental que Ignacio explicita desde el comienzo mismo de los Ejercicios: «no satisface al alma mucho saber, sino sentir y gustar interiormente las cosas» (*EE* 2,4). Sin este gusto de Dios, no puede haber discernimiento. El ejercicio de repetición de la oración es un medio de descender cada vez más profundamente, evitando cambiar el objeto de meditación para detenerse cada vez más en lo que golpea la afectividad espiritual hasta dejarse impresionar por ello, es decir, dejarse implicar vitalmente. De este modo, la vida entra en el misterio y luego descansa en él en el ejercicio de la aplicación de los sentidos. Así, poco a poco, se llega a unificar los diversos toques del Espíritu, captando lo esencial de lo que el Señor quiere comunicar.²⁹

5.4 CONSTANCIA EN EL EXAMEN DE CONCIENCIA

Un medio privilegiado de discernimiento es el examen espiritual de conciencia. Es un verdadero ejercicio de oración, no por tanto una práctica introspectiva. Más concretamente, el examen es una oración que se divide en cuatro momentos, entrelazados y dependientes entre sí:

²⁸ PIERI, F. *Paolo e Ignazio*. Testimoni e maestri del discernimento spirituale. Roma: AdP, 2002.

²⁹ RUPNIK, M. I. *La trasfigurazione della memoria*. *Id.*, Paternità spirituale: un cammino regale per l'integrazione personale. Nella “nuova evangelizzazione dell’Est e dell’Ovest”. In: *Id. Nel fuoco del rovetto ardente*, 74-111, 83-84.99-101; *Id.*, *L’esame di coscienza. Per vivere da redenti*. Roma: Lipa, 2002; *Id. Il discernimento*. I. Verso il gusto di Dio; II. *Come rimanere in Cristo*. Roma: Lipa, 2004; *Id. Discernimento spirituale e gusto di Dio. Vocazioni*, 27, 2010, p. 78-87.

acción de gracias, petición de luz, discernimiento de las llamadas y arrepentimiento confiado. Se trata, ante todo, de reconocer con gratitud la experiencia fundante del amor de Dios que siempre nos precede, y luego invocar la luz del Espíritu Santo para reconocer nuestros pecados en su verdadera naturaleza, sin separarlos nunca de la profundidad de la redención.

Sólo en este momento es posible, con la ayuda del Espíritu y a la luz de la Palabra de Dios, verificar la receptividad o la cerrazón a las inspiraciones de Dios. Se trata de una búsqueda de la memoria acompañada de una reflexión que sirva para tomar conciencia, conocer y preservar sin dejar caer las formas en que Dios ha interpelado a la conciencia y a la libertad, por un lado, y las respuestas de asentimiento o de rechazo que se han sucedido, por otro. Es un ejercicio de vigilancia, de atención, de recogida, de unificación interior. Puede seguir entonces un arrepentimiento confiado y una petición de perdón, pero sobre todo un movimiento de alabanza y asombro ante la misericordia de Dios.

5.5 NUTRIMIENTO DE UNA MIRADA CONTEMPLATIVA PARA VER MÁS ALLÁ DE LAS APARIENCIAS

El “ver” no es una actividad fácil. No solo requiere ojos, sino también mente y, sobre todo, corazón. Es necesario saber descifrar, traducir, acoger lo que se ve: abrir los ojos del corazón. Cada visión auténtica no se puede limitar al acto físico del ver. Es también una forma superior de vivencia, una posibilidad de apertura hacia el infinito.

“Ver claro” no significa estar con los ojos siempre abiertos. Parafraseando el *Principito* de Antoine de Saint-Exupéry podemos afirmar que sólo se ve bien con el corazón, porque «lo esencial es invisible a los ojos». La mirada contemplativa si bien es un *hecho cardíaco*, no quiere decir que sea espontáneo. Requiere disciplina, estudio, paciencia. Una mirada contemplativa debería despertar el temor, la maravilla y el amor. Lejos, por tanto, de una visión utilitarista o instrumental de la vista. La *razón* de la mirada contemplativa no es ni el egoísmo ni el deseo de poseer. El mirar contemplativo está abierto a lo “nunca visto” y, por tanto, inspira el canto de alabanza. Se trata de no dar las cosas por descontadas, de evitar la indiferencia ante la sublime sorpresa del vivir diario. No hay nada más anti-espiritual que una mirada cansada y superficial, incapaz de maravillarse. La primera maravilla con la que se encuentra el catequista es la persona del otro.

5.6 CAPACIDAD PARA CONVIVIR SERENAMENTE CON LA SOLEDAD Y EL CONFLICTO

El catequista, gracias a su profunda vida interior, acepta la propia soledad y los fracasos para robustecer su libertad interior; aprende de la vida y de sus propios errores. No siempre es fácil entender ni entrar en la persona del otro, que permanece siempre un misterio para la guía en el discernimiento. La soledad puede ser el punto de encuentro con la intimidad, la alteridad y la trascendencia. Conviene asumir la disciplina de la soledad y del silencio como paso inicial, desde la precariedad, hacia la autenticidad y desde la superficialidad hacia la profundidad.

Se puede vivir la soledad como fuente de creatividad, como recurso para establecer vínculos fructíferos. Para vivir la soledad es necesario desarmarse de sus propias defensas y correr el riesgo de afrontar el abismo de la propia nulidad. En este caso, la realidad de la propia condición deja de ser una amenaza y puede ser motivo de apertura a los hermanos y a Dios. Aceptando la propia vulnerabilidad, el ansia por la permanente posibilidad de fracasar se convierte en libertad por la permanente posibilidad de recibirlo todo cómo don. Una soledad bien asimilada logra evitar atormentarse con juicios sobre la propia utilidad. Basta recordar el dicho del apóstol Pablo: «Te basta con mi gracia; la fuerza se realiza en la debilidad».³⁰ El saber convivir serenamente con los conflictos es una buena virtud del catequista.

6. EL CATEQUISTA, MAESTRO EN EL DISCERNIMIENTO ESPIRITUAL

Todo discernimiento requiere una mediación humana que adopta la forma de acompañamiento espiritual. En este caso, el catequista se convierte en acompañante espiritual que implica también la enseñanza, el estímulo, la oración, pero, sobre todo, ayudar a discernir las mociones, las inspiraciones del Espíritu Santo, los movimientos auténticos e inauténticos, los afectos, los sentimientos, los pensamientos, las intuiciones, los caminos del Señor, cuál es su voluntad en la vida concreta del sujeto acompañado. Todo el proceso de acompañamiento espiritual es un gimnasio de discernimiento, el lugar privilegiado donde se aprende a discernir. Todo acompañante espiritual debe tener la capacidad de llevar a cabo este discernimiento, teniendo en cuenta que no es sólo o tanto una técnica, como un don del Espíritu Santo, un

³⁰ 2Cor 12,9.

verdadero y propio carisma adquirido por gracia, que, sin embargo, va acompañado de la experiencia y la prudencia como dotes humanas.³¹

Esto no quita que el discernimiento de la propia vida siga siendo, en conciencia, obra de la persona acompañada.

La decisión y, por tanto, el discernimiento personal, en concreto, debe ser el de la persona, del sujeto que está siendo “dirigido”: en función de esto, el discernimiento ejercido por el director espiritual se concibe como ordenado no a sustituir o imponerse autoritariamente, sino a “conducir”, a sostener el discernimiento del sujeto. En definitiva, se trata de personalizar concretamente la obediencia de la fe: y en esto nadie puede ocupar el lugar de quien debe obedecer. Ayudarle a uno a crear motivaciones auténticamente espirituales es ayudarle a ver que “es bueno para él decidir de esta manera” y, por tanto, incluso que “es lo correcto para él”. Pero es el acompañado quien debe ser capaz de ver esto; y quien, habiéndolo visto y estando persuadido de ello desde dentro, decide realmente.³²

El acompañante espiritual está llamado a ponerse de rodillas junto a la persona a la que guía, con humildad y pobreza, para intentar leer junto a ella la voluntad de Dios, con el deseo de interpretarla y ayudar a vivirla, velando con discreción y amor para que se cumpla. Es un entrar en la historia del otro situándose en el umbral, sin invadir su terreno sagrado, esperando pacientemente su momento, escuchando con paciencia los fragmentos de su vida.

CONCLUSIÓN

No se nace catequista, se hace uno en el tiempo desde la generosidad, la sinceridad y la honestidad y procurando prestar atención a algunos cambios de mentalidad que configuran la persona del catequista: a) De una mentalidad que se centra solo en las funciones de gestión directa, a una mentalidad que privilegia la relación con las personas; b) De una preocupación constante por los acontecimientos sin continuidad, a la actuación de un itinerario sistemático e integral de formación de las personas de las que es responsable; c) De una mentalidad individualista, al fomento de un estilo comunitario sinodal en el que todos los miembros de la comunidad eclesial se sientan implicados. Termino con una narración de Nouwen que no necesita ningún comentario:

³¹ SOVERNIGO, G. *Le dinamiche personali nel discernimento spirituale*. Elementi di psicologia della pastorale. Padova: Facoltà Teologica del Triveneto/Messaggero, 2010, en particular 187-216: *gli atteggiamenti personali nel dialogo spiritual: come essere*.

³² MOIOLI, G. Discernimento spirituale e direzione spirituale. In: SERENTHÀ, L.; MOIOLI, G.; CORTI, R. *La direzione spirituale oggi*. Milano: Ancora, 1982, p. 66-67.

Como volador, tengo que confiar plenamente en mi portor.³³ El público puede pensar que yo soy la gran estrella del trapecio, pero la verdadera estrella es Joe, mi portor. Tiene que estar ahí para recibirme con precisión absoluta de recogerme del aire cuando me lanzo hacia él en un gran salto.

¿Cómo se hace eso? Le pregunté.

El secreto –dijo Rodleigh– está en que el volador no hace nada y el portor lo hace todo. Cuando vuelo hacia Joe, sólo tengo que extender los brazos y las manos y esperar a que él me coja y me llevé a salvo a la plataforma que hay detrás de la barra de apoyo.

¡Tú no haces nada! Exclamé sorprendido.

Nada –repetió Rodleigh–. Lo peor que puede hacer el que vuela es intentar agarrar al portor. Yo no soy quien tiene que agarrar a Joe. Es tarea de Joe agarrarme a mí. Si yo cogiera las muñecas de Joe, podría rompérselas, o él podría romperme a mí las mías, y eso sería el final para ambos. El volador debe volar, y el portor debe agarrar, y el volador debe confiar, con los brazos tendidos, que su portor estará ahí para recibirlo.³⁴

Es mi deseo: que entre el catequista y el acompañado se cree una buena escuela en la cual el verdadero maestro sea el Espíritu Santo.

REFERÊNCIAS

BENEDICTO XVI. *Deus caritas est*. Carta Encíclica sobre el amor cristiano, 2005. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/es/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html. Acesso em: 24 já. 2023.

C. PASSONI. *Un ritmo per l'anima. Il discernimento spirituale tra crisi delle sapienze e sapienza della crisi*. In: CAZZULANI, GUGLIELMO et al. *Lo Spirito, le brecce e la danza. Introduzione alla spiritualità cristiana*. Trapani, Il Pozzo di Giacobbe, 2021.

D. BONHOEFFER. *Ethique*. Gêneve: Labor, 1965.

FORTUNATO, E. *Discernere con Francesco d'Assisi: le scelte spirituali e vocazionali*. Padova: EMP, 1997.

PIERI, F. *Paolo e Ignazio*. Testimoni e maestri del discernimento spirituale. Roma: AdP, 2002.

FRANCISCO. *Amoris laetitia*. Exhortación Apostólica sobre el amor en la familia, 2016. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/es/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html. Acesso em: 24 jan. 2023.

_____. Discurso ai parroci della diocesi di Romai. In: *L'Osservatore Romano*, 2017.

_____. *Evangelii Gaudium*. Exhortación Apostólica sobre el anuncio del evangelio en el mundo actual, 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/es/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 24 já. 2023.

³³ Acróbata circense que sostiene o recibe a sus compañeros, tanto en el trapecio como en los ejercicios de pista. Cf. *Diccionario de la lengua española*. Madrid: Espasa-Calpe, 2005.

³⁴ NOUWEN, H. J. M. *Nuestro mayor don: una meditación sobre morir bien y cuidar bien*. Madrid: PPC, 2001, p. 76-77.

_____. *Laudato si'*. Carta encíclica sobre el cuidado de la casa común, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/es/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 24 jan. 2023.

_____. Messaggio per la 48ª Giornata Mondiale delle Comunicazioni Sociali. In: *L'Osservatore Romano*, 2014.

MOIOLI, G. Discernimento spirituale e direzione spirituale. In: SERENTHA, L.; MOIOLI, G. CORTI, R. *La direzione spirituale oggi*. Milano: Ancora, 1982.

SOVERNIGO, G. *Le dinamiche personali nel discernimento spirituale*. Elementi di psicologia della pastorale. Padova: Facoltà Teologica del Triveneto/Messaggero, 2010.

GIOVANNI XXIII. *Humanae salutis*. 1961. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/es/apost_constitutions/1961/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis.html. Acesso em: 24 ja. 2023.

NOUWEN, H. J. M. *Nuestro mayor don: una meditación sobre morir bien y cuidar bien*. Madrid: PPC, 2001.

IGNAZIO DI LOYOLA. *Esercizi spirituali*, Roma: Civiltà Cattolica, 2006.

_____. *Esercizi Spirituali*. Ricerca sulle fonti. Cinisello Balsamo: San Paolo, 2012.

_____. *Esercizi spirituali*, Roma: Civiltà Cattolica, 2006.

JUAN XXIII. *Il giornale dell'anima e altri scritti di pietà*. Milano: San Paolo, 1989.

CARBAJO NUÑEZ, M. *Generazione iper-connessa e discernimento*. In: DONATO, A.; MIMEAULT, J. Il discernimento. Fondamenti e luoghi di esercizio. *Atti del Convegno*. Accademia Alfonsiana, Roma, marzo, 2018.

RUPNIK, M. I. *La trasfigurazione della memoria*. *Id. Paternità spirituale: un cammino regale per l'integrazione personale*. Nella "nuova evangelizzazione dell'Est e dell'Ovest". In: *Id. Nel fuoco del rovelo ardente*, 74-111, 83-84.99-101; *Id. L'esame di coscienza. Per vivere da redenti*. Roma: Lipa, 2002; *Id. Il discernimento. I. Verso il gusto di Dio; II. Come rimanere in Cristo*. Roma: Lipa, 2004; *Id. Discernimento spirituale e gusto di Dio*. In: *Vocazioni 27*, 2010.

MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, M. Discernimento. In: *Dizionario Teologico della Vita Consacrata*. Milano: Ancora, 1994.

AROLDI, P. *La responsabilità difficile. Media e discernimento*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2012.

Arzubialde, S.; García de Castro, J. *El autógrafo de los Ejercicios espirituales*. Bilbao: Mensajero, 2022.

SINODO DEI VESCOVI. *I giovani, la fede e il discernimento vocazionale*. Documento preparatorio della XV Assembleia Generale Ordinaria, Città del Vaticano. LEV, 2017.

PERCASSI, V. *L'esercizio della libertà*. Criteri di discernimento e processi decisionali. Bologna: EDB, 2021.

Revista de Catequese

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

São Paulo, *Campus* Pio XI: Curso de Teologia

Disponível em: <https://revista.unisal.br/catequese/index.php/rcu/issue/view>

V. 1, n. 1, jan./jun., 2023, p. 126-143.

ACOMPañAR Y DISCERNIR EN LA PASTORAL JUVENIL

ACCOMPANYING AND DISCERNING IN YOUTH MINISTRY

*José Miguel Núñez**

RESUMEN: Una pastoral juvenil de procesos requiere de maestros que sepan acompañar en el camino de la vida, desde la centralidad de la persona, la escucha y la libertad. El discernimiento será el aprendizaje necesario para caminar hacia la madurez creyente. Éste no será solo un momento metodológico ante decisiones importantes que tomar, sino una actitud vital que debe estar presente en todo los momentos del crecimiento hacia la estatura de Jesucristo. Hemos de pasar del discernir en pastoral a una pastoral del discernimiento que acompaña hacia la personalización de la fe.

Palabras clave: Acompañamiento, discernimiento, procesos, persona, Espíritu.

ABSTRACT: *A Process-Oriented Youth Ministry requires teachers who know how to accompany youth on the journey of life, from the centrality of the person, through listening and freedom. Discernment will be a necessary learning process to walk towards Christian maturity. This will not only be a methodological moment in the face of important decisions to be made, but a vital attitude that must be present at all times of growth towards the stature of Jesus Christ. We must move from discerning in ministry to a ministry of discernment that accompanies towards the personalization of faith.*

Keywords: *Accompaniment, discernment, processes, person, spirit.*

INTRODUCCIÓN

“Examinadlo todo y quedaos con lo bueno” (1Tes 5, 21).

Hace unos años, contó Ninfa Watt, una religiosa y periodista española, una anécdota en una conferencia a propósito del vino bueno. “No me gusta el vino...”, solía decir cuando intentaban servirle en una comida con amigos. Hasta que alguien cercano, con cariño, le regaló

* Director del Centro Nacional Salesiano de Pastoral Juvenil – Madrid; director de la revista *Misión Joven*.

con entusiasmo una botella de buen vino. Por no desairar a la persona que con tanta ilusión le hacía el don, aceptó compartir con ella una hermosa copa de buen vino. Descubrió entonces, paladeando despacio aquel reserva, que no es que no le gustara el vino... ¡sino que le gustaba solo el vino bueno!

Esta anécdota puede ser irrelevante... o no. Pero lo cierto es que es una buena imagen para reflexionar sobre el “vino bueno” de Jesucristo ofrecido a los jóvenes a los que acompañamos en los itinerarios de educación en la fe y que tantas veces se desparrama en catequesis insignificantes y en propuestas irrelevantes.

Educar en la fe y acompañar procesos de crecimiento hacia la adultez creyente es hacer gustar el “buen vino”, el vino nuevo y mejor de Jesucristo (cfr. Jn 2, 1-10). Tendríamos que preguntarnos si propiciamos el encuentro con Jesucristo a través de nuestras propuestas; si la persona tiene la oportunidad de *vivir* experiencias significativas que iluminen su existencia cotidiana y la transforme; si posibilitamos la interiorización de estas vivencias en procesos de personalización de la fe; si cuanto hemos ofertado no ha dejado indiferentes a los jóvenes y ha abierto cauces para continuar creciendo *hacia la estatura de Jesucristo* (cfr. Ef 4, 15).

Saber servir y hacer gustar el vino bueno del Reino requiere de maestros y testigos capaces de *narrar* a Jesucristo, creyentes adultos y creíbles que acompañen caminos de crecimiento personal y ayuden a madurar la experiencia de la fe favoreciendo procesos de discernimiento vocacional.

1. EL DISCERNIMIENTO COMO DISPOSICIÓN PASTORAL

La finalidad de todo proceso de crecimiento en la fe no es otro que adherir la vida a Dios revelado en Jesucristo, viviendo con todas las consecuencias la conversión, el seguimiento y la entrega de la propia existencia como el Maestro nos pide. En este camino, recorrido junto a los jóvenes, el discernimiento se convierte no solo en una metodología sino en la disposición vital¹ con la que seguir avanzando para responder con generosidad a la llamada de Dios, que nos ha amado primero.

1.1 EL DINAMISMO DE LA VIDA CRISTIANA

Discernir no es una moda pastoral. Por el contrario, es la disposición de todo creyente en la búsqueda del querer de Dios en la propia vida. En la experiencia del apóstol Pablo, el

¹ LÓPEZ HORTELANO, Eduard. Discernir: salir de la zona de confort. *Misión Joven*, v. 525, p. 5-14, 2020.

discernimiento es una actitud abierta y positiva en el descubrimiento de la voluntad de Dios que invita al seguidor de Jesús a hilar cada vez más fino en su existencia cotidiana para poder ser fiel a Cristo y su Evangelio. La libertad interior, el crecimiento en la fe, la esperanza o la caridad son algunos de los caminos creyentes en los que se adentra el discernimiento para escrutar mejor los senderos de Dios. En efecto, para el Apóstol, se trata de sondear el corazón humano, con la luz del Espíritu, hasta las profundidades de Dios (cfr. 1Cor 2, 10) y distinguir lo que viene de Él para revestirse con su armadura (cfr. Rm 6, 11), de los espíritus del mal que acechan al hombre (cfr. Ef 6, 12).

Discernir hace referencia al cedazo con el que tamizar unas cosas de otras. En la vida espiritual, es necesario cribar en el cedazo lo que viene de Dios y lo que me aleja de Él. En esta acción de tamizar nuestros pensamientos y deseos, la luz viene del Espíritu Santo. Solo Él conoce a Dios en profundidad y nos inspira los caminos adecuados para caminar en su presencia. Así, los frutos del Espíritu serán “amor, alegría, paz, paciencia, afabilidad, bondad, fidelidad, mansedumbre, templanza” (Gal 5, 22-23); porque “vivimos según el Espíritu, hemos de obrar también según el Espíritu” (Gal 5, 25).

1.2 DISCERNIR, LA URGENCIA DE UN APRENDIZAJE

En la vida cristiana, se trata de un aprendizaje. El creyente ha de aprender a discernir, a dejarse inspirar por el Espíritu para vivir en Dios y saber tomar decisiones desde la responsabilidad y la libertad. Es un arduo camino que requiere, no cabe duda, de maestros que acompañen e inicien en esta búsqueda. Por eso, el Papa Francisco ha insistido tanto a lo largo de su pontificado, en la necesidad de impulsar, en los procesos de crecimiento en la fe, la actitud del discernimiento como camino hacia la madurez cristiana. Así, Francisco asevera que el discernimiento es necesario en la vida de la Iglesia (cfr. EG 43) y en la tarea evangelizadora (cfr. EG 45); en la vida del misionero que, en el discernimiento evangélico, “se alimenta con la luz y la fuerza del Espíritu Santo” (EG 50); en la vida de todo creyente que busca la luz por la inspiración del Espíritu Santo (cfr. EG 84).

Para Francisco, el discernimiento resulta hoy una necesidad particularmente imperiosa “porque la vida actual ofrece enormes posibilidades de acción y de distracción, y el mundo las presenta como si fueran todas válidas y buenas” (GE 167). El discernimiento, cuando nos dejamos llevar por el Espíritu de Dios nos conduce por los senderos de la libertad plena:

Esto resulta especialmente importante cuando aparece una novedad en la propia vida, y entonces hay que discernir si es el vino nuevo que viene de Dios o es una novedad engañosa del espíritu del mundo o del espíritu del diablo. En otras ocasiones sucede lo contrario, porque las fuerzas del mal nos inducen a no cambiar, a dejar las cosas como están, a optar por el inmovilismo o la rigidez. Entonces impedimos que actúe el soplo del Espíritu. Somos libres, con la libertad de Jesucristo, pero él nos llama a examinar lo que hay dentro de nosotros —deseos, angustias, temores, búsquedas— y lo que sucede fuera de nosotros —los «signos de los tiempos»— para reconocer los caminos de la libertad plena: «Examinadlo todo; quedaos con lo bueno» (1 Ts 5,21) (GE 168).

El discernimiento, en fin, no es solo para momentos extraordinarios en los que hay que tomar decisiones importantes, sino que “es un instrumento de lucha para seguir mejor al Señor. Nos hace falta siempre, para estar dispuestos a reconocer los tiempos de Dios y de su gracia, para no desperdiciar las inspiraciones del Señor, para no dejar pasar su invitación a crecer” (GE 169).

En *Christus vivit*, la exhortación apostólica post-sinodal que aborda la fe y la vocación en los jóvenes, es particularmente interesante el acento puesto sobre el camino hacia la adultez cristiana. El discernimiento es importante desde los primeros pasos: “lo fundamental es discernir y descubrir que lo que quiere Jesús de todo joven es, en primer lugar, su amistad. Este es el discernimiento fundamental” (ChV 250). Una amistad con Jesús que te invita a seguirlo más de cerca y a vivir una existencia para los demás:

Estas preguntas deben plantearse no tanto en relación a uno mismo y a las propias inclinaciones, sino sobre todo en relación a los demás, confrontados con ellos, en modo tal que el discernimiento oriente la propia vida en referencia a los demás. Por eso quiero recordar cuál es la gran pregunta: “Muchas veces, en la vida, perdíamos el tiempo preguntándonos: “Pero ¿quién soy yo?”. Tú puedes preguntarte quién eres tú y vivir toda la vida buscando quién eres. Pero pregúntate: “¿Para quién soy yo? Tu eres para Dios, sin duda. Pero Él ha querido que tú seas también para los demás, y ha puesto en ti muchas cualidades, inclinaciones, dones y carismas que no son para ti, sino para los demás (ChV 286).

1.3 CAMINOS DE DE-CONSTRUCCIÓN

Como venimos afirmando, el discernimiento espiritual no es, ciertamente, una moda o una tendencia; es una exigencia para una vida cristiana adulta y madura. Toda pastoral juvenil centrada en la evangelización como tarea prioritaria debe ayudar a los jóvenes en este aprendizaje. En todo proceso catequético “se nutre la fe de los bautizados y se les ayuda en el

proceso permanente de conversión de la vida cristiana”², por lo que en los itinerarios de educación en la fe debe estar muy presente esta actitud vital que tamiza y ayuda a cribar todos los elementos que ayudan al creyente a elegir responsable y libremente el fiel seguimiento de Jesús.

Por eso creo que, cuando hablamos de acompañar hacia la vida cristiana adulta, uno de los elementos que hemos de tener en cuenta es, precisamente, el camino de deconstrucción de los propios esquemas mentales. Jesús lo llama conversión. Es una de las exigencias de su seguimiento y conlleva darle un vuelco a la propia vida tras poner patas arriba mi pacífica existencia.

Acompañando durante años a jóvenes universitarios me di cuenta muchas veces de que la experiencia de la fe necesita hacer su camino para elaborar una propia síntesis personal, una auténtica personalización: en el camino se entrelazan la experiencia humana, el esfuerzo racional por darle un sentido a la existencia y la iluminación de la fe. La experiencia humana es, precisamente, el lugar teológico donde crece y madura la experiencia de la fe. En este camino, es imprescindible el discernimiento, no solo como metodología, sino mucho más: como actitud vital ante el Evangelio que pone en solfa las contradicciones de mi día a día.

Convencidos de esta realidad, tendríamos que preguntarnos cómo hacer para que el Evangelio ilumine la vida de las personas, cada pliegue, cada circunstancia, cada opción. Para los seguidores de Jesús, en el encuentro con el Maestro descubrieron una manera diferente de vivir que afectaba personalmente la historia de cada uno. Lecturas de la realidad, visiones del mundo, percepciones sobre las personas... todo quedó “afectado” por la Palabra de Jesús. En la situación de cada uno, diferente a la de los demás, andar por veredas nuevas les produjo una inmensa alegría. Tanto, que Jesús los invitó a vivir en plenitud y llamó felices a todos los que acogiendo la semilla de Reino cambiaran su modo de vivir para vivir según Dios. Les invitó a la conversión. Un vuelco del corazón, un cambio de mentalidad, una mirada más auténtica sobre las personas y las manos más abiertas para compartir. Son procesos de “deconstrucción” personal para volver a edificar sobre la roca que es Cristo. Este es, en mi opinión, el camino hacia la madurez cristiana.

Me he preguntado muchas veces cómo hacer para “desmontar” esquemas en los que la propuesta evangélica se sitúa a contracorriente. He pensado en no pocas ocasiones que nuestra

² PONTIFICIO CONSEJO PARA LA PROMOCIÓN DE LA NUEVA EVANGELIZACIÓN. *Directorio para la Catequesis*. Città del Vaticano: Editrice Vaticana, 2020, n. 35.

pastoral con jóvenes debería ser menos edulcorada y más audaz. Jesús propone un cambio de vida para encontrar la Vida en abundancia. La verdadera alegría está precisamente aquí, en recorrer los senderos de la Vida, andar por el único Camino que nos conduce a la Verdad que es el amor. El discernimiento, la búsqueda del querer de Dios a la luz del Espíritu, es el único sendero posible para vivir una existencia fundada en la roca que es Cristo:

En este marco se sitúa la formación de la conciencia, que permite que el discernimiento crezca en hondura y en fidelidad a Dios: «Formar la conciencia es camino de toda una vida, en el que se aprende a nutrir los sentimientos propios de Jesucristo, asumiendo los criterios de sus decisiones y las intenciones de su manera de obrar (cf. Flp 2,5)» (ChV 281).

2. EL ACOMPAÑAMIENTO

Nuestra pastoral juvenil adolece, en no pocas ocasiones, de un verdadero camino de personalización de la fe. Y, sin embargo, es imprescindible para que tantas vivencias como compartimos con los jóvenes puedan introyectarse en el entramado de la existencia y se conviertan en verdaderas experiencias que transformen la vida. Si la vivencia no toca la existencia y la transforma, no pasará de ser un bonito recuerdo en la memoria a la que volver con agrado. Por eso es tan necesario el acompañamiento. Adultos en la fe que cogen el paso de los jóvenes y saben, como maestros que inician y acompañan un tramo del camino, poner nombre a la experiencia vivida, abrir nuevas perspectivas, señalar horizontes, sostener y alentar en medio de las dificultades. No cabe duda de que no basta la buena voluntad del catequista que enseña y propone actividades. Son necesarios maestros en el arte de acompañar los procesos de personalización de la fe hacia la vida adulta.

2.1 DIVERSOS MODOS DE ACOMPAÑAMIENTO

¿De qué hablamos cuando hablamos de acompañamiento? Habría que delimitar bien que entendemos por discernimiento, cuando esta palabra encierra multitud de sentidos y puede ser aplicada en variados contextos:

En este sentido, podemos hablar de acompañamiento personal, educativo, pedagógico, grupal, terapéutico, espiritual, vocacional. Cada uno tiene su propia finalidad, objetivos, metodología y estilo. Pero en todos encontramos algunos rasgos comunes: la persona del acompañado está en el centro y la

relación de cercanía y de ayuda que se establece entre el acompañante y el acompañado.³

En esta reflexión nos centramos en el acompañamiento pastoral desde una perspectiva integral que abarca toda la persona y que se inspira el mismo ser de la Iglesia que se hace compañera de viaje de las personas para transmitirles el amor de Dios “y busca sanar la existencia, cuidar el crecimiento, sostener en la vida y abrir a la experiencia de Dios”⁴.

Nuestra manera de comprender el acompañamiento pastoral contempla un marco amplio que tiene en cuenta las diferentes situaciones de los jóvenes y quiere ser una propuesta que alcance a todos los destinatarios del mensaje evangélico, buena noticia de Jesús para la vida y la esperanza de las personas. Por eso, podemos hablar de acompañamiento ambiental, para todos a los que va dirigida la acción pastoral; acompañamiento grupal, para los que se insertan en un itinerario de crecimiento en la fe; acompañamiento personal, para los que deciden caminar hacia la madurez adulta en un camino de discernimiento.



Los círculos no son compartimentos estancos. Hay una continua ósmosis entre uno y otro en los caminos de crecimiento interior de cada personas y las etapas por las que atraviesa. Lo decisivo es proponer procesos que conduzcan a la personalización y, por tanto, al compromiso con otros en la Iglesia (eclesialidad de la fe).

³ GUTIÉRREZ CUESTA, Koldo. Actualidad del acompañamiento en pastoral juvenil. In: CRESPO-BUEIS, Juan (Coord.). *Acompañar a jóvenes. Un itinerario formativo para el acompañamiento espiritual*. Madrid: CCS, 2021, p. 44.

⁴ *Ibid.*, p. 45.

2.2 LA PERSONA EN EL CENTRO

En todo acompañamiento, la persona está situada en el centro. Quien acompaña sabe que no puede funcionar con fórmulas aprendidas y universales sino que, por el contrario, es necesario acoger el momento y la experiencia vital de la persona acompañada. No hay fórmulas pre-establecidas sino que más bien se trata de un manufacturado, un ejercicio de artesanía original en el que los protagonistas son las personas y el Espíritu Santo de Dios que actúa en la vida del bautizado. El acompañante deberá ser un buen *artesano* que no ofusca la obra de Dios en cada uno de sus hijos sino que la potencia mediando su presencia que ilumina y alienta. Su tarea será percibir las huellas de Dios en la vida de quien acompaña, interpretar con maestría los signos que ayudan a comprender el momento vital en el que se encuentra y ofrecer herramientas para poner nombre a situaciones, momentos, experiencias que permitan la personalización del camino de fe que se está recorriendo. En efecto,

Acoger la vida de Dios en los jóvenes es ciencia del corazón. Para ayudar a personalizar esta vida de Dios, es necesario cultivar la sensibilidad y abrir caminos para que ellos puedan dar nombre interiorizar su rastro en sus vidas. El camino de Dios y el mensaje de Jesús deben ser interiorizados y personalizados mediante la acción oculta del Espíritu Santo y la intencionalidad sincera y espontánea de la persona joven.⁵

La acción catequética debe apuntar hacia esta personalización de la fe en la que cada bautizado asume en primera persona el camino de crecimiento interior a la luz del Espíritu. En el centro de la acción catequética, y de la propuesta pastoral en general, debe estar la persona, con sus límites y potencialidades, su momento vital y sus proyecciones, con sus dificultades y sus anhelos. El mensaje, la buena noticia de Jesús, se encarna en la vida de los jóvenes y desde dentro de ella transforma y hace crecer, como la semilla del evangelio que cae en la buena tierra y da ciento por uno (cfr. Mt 13, 1-9). De alguna manera, el acompañante colabora con el Espíritu en roturar bien la tierra para que la semilla de la Palabra pueda madurar. Hoy, quizá más que en otros momentos y contextos culturales, la presencia discreta del acompañante será necesaria para desbrozar el terreno, roturar el surco, ayudar en la siembra, disponer la tierra para la lluvia y acompañar en el crecimiento. La relación de ayuda entre un adulto en la fe y un joven que camina en el crecimiento personal y espiritual es, necesariamente, un itinerario de

⁵ CRESPO BUEIS, J. (Coord.). *Acompañar a jóvenes*. Un itinerario formativo para acompañar a jóvenes. Madrid: CCS, 2021, p. 164.

personalización en el que la finalidad es lograr la autonomía del creyente que sale de sí mismo y adhiere plenamente su vida al Dios de la vida revelado en Jesucristo. En este proceso, serán imprescindibles la escucha y el discernimiento.

2.3 LA ESCUCHA Y EL DISCERNIMIENTO

Son dos actitudes fundamentales en todo acompañamiento personal. Lo es también, desde luego, en el ámbito del acompañamiento espiritual y del camino de crecimiento en la fe. Aprender a escuchar es un arte y el maestro de espíritu debe ser muy hábil en esta destreza. No es suficiente dominar la doctrina o ser bueno en el arte de la palabra, es necesario – sobre todo – saber escuchar con atención y acoger con empatía la vida que compartimos. Francisco nos lo recuerda en la exhortación apostólica *Christus vivit*: “Cuando nos toca ayudar a otro a discernir el camino de su vida, lo primero es escuchar” (ChV 291). Tal escucha, dice el Papa, requiere tres sensibilidades: la atención a la persona, la atención al discernimiento y la atención a los impulsos que el otro experimenta *hacia adelante* (cfr. ChV 292-294).

Acompañar, pues requiere de una fina sensibilidad de modo que la persona sienta que “lo escucho incondicionalmente, sin ofenderme, sin escandalizarme, sin molestarme, sin cansarme” (ChV 292). Esta escucha debe ayudar a discernir, como hemos indicado más arriba, los espíritus buenos de los espíritus que no vienen de Dios. En este ejercicio, el acompañante debe “tener la valentía, el cariño y la delicadeza necesarios para ayudar al otro a reconocer la verdad y los engaños o excusas” (ChV 293). La inclinación a la escucha *hacia adelante*, en fin, debe ayudar a la persona a descubrir “su proyecto para la propia vida que se expresa en una inclinación del corazón, más allá de la cáscara de los gustos y sentimientos” (ChV 294).

Entonces sí, dice Francisco

cuando uno escucha a otro de esta manera, en algún momento tiene que desaparecer para dejar que él siga ese camino que ha descubierto. Es desaparecer como desaparece el Señor de la vista de sus discípulos y los deja solos con el ardor del corazón que se convierte en impulso irresistible de ponerse en camino (cf. Lc 24,31-33). De regreso a la comunidad, los discípulos de Emaús recibirán la confirmación de que verdaderamente ha resucitado el Señor (cf. Lc 24,34) (ChV 296).

Acompañar procesos de maduración de la fe y, consecuentemente vocacionales, requiere especialistas en el arte del corazón. Para poder escuchar, acoger con empatía, enseñar a discernir y tener la libertad de desaparecer para que el otro complete su camino como adulto, se necesitan verdaderos maestros de espíritu, conocedores de las ciencias humanas, expertos en

relaciones maduras y virtuosos en la prudencia. Hombres y mujeres profundamente creyentes, que saben de su fragilidad y caminan sostenidos por Dios y viven apasionados por el Reino, que libran batallas cotidianas por seguir respondiendo al Señor y se saben necesitados de la misericordia y de la ternura de Aquel que les envía.

Los mismos jóvenes, en el documento de preparación al sínodo de los obispos, nos describen qué cualidades debería tener el acompañante:

Las cualidades de dicho mentor incluyen: que sea un auténtico cristiano comprometido con la Iglesia y con el mundo; que busque constantemente la santidad; que comprenda sin juzgar; que sepa escuchar activamente las necesidades de los jóvenes y pueda responderles con gentileza; que sea muy bondadoso, y consciente de sí mismo; que reconozca sus límites y que conozca la alegría y el sufrimiento que todo camino espiritual conlleva. Una característica especialmente importante en un mentor, es el reconocimiento de su propia humanidad. Que son seres humanos que cometen errores: personas imperfectas, que se reconocen pecadores perdonados. Algunas veces, los mentores son puestos sobre un pedestal, y por ello cuando caen provocan un impacto devastador en la capacidad de los jóvenes para involucrarse en la Iglesia. Los mentores no deberían llevar a los jóvenes a ser seguidores pasivos, sino más bien a caminar a su lado, dejándoles ser los protagonistas de su propio camino. Deben respetar la libertad que el joven tiene en su proceso de discernimiento y ofrecerles herramientas para que lo hagan bien. Un mentor debe confiar sinceramente en la capacidad que tiene cada joven de poder participar en la vida de la Iglesia. Por ello, un mentor debe simplemente plantar la semilla de la fe en los jóvenes, sin querer ver inmediatamente los frutos del trabajo del Espíritu Santo. Este papel no debería ser exclusivo de los sacerdotes y de la vida consagrada, sino que los laicos deberían poder igualmente ejercerlo. Por último, todos estos mentores deberían beneficiarse de una buena formación permanente.⁶

3. ACOMPAÑAR Y DISCERNIR EN LA PASTORAL JUVENIL

Al reflexionar sobre el anuncio y la transmisión de la fe, no podemos no referirnos a la experiencia vital de aquellos hombres y mujeres que se encontraron con Jesús y que junto a él y con él descubrieron caminos de plenitud para la propia vida. Descubrieron un tesoro en el campo y no dudaron en dejarlo todo por comprar el campo (cfr. Mt 13, 44); aprendieron un nuevo modo de vivir que los llevó por desfiladeros insospechados y no dudaron en entregar la vida como el Maestro; entendieron que, si alguien te pide caminar con él una milla, era mejor caminar dos (cfr. Mt 5, 41); aprendieron a dar sin recibir nada a cambio, a no juzgar (cfr. Mt 7,

⁶ SÍNODO DE LOS OBISPOS. XV ASAMBLEA GENERAL ORDINARIA. *Reunión pre-sinodal*, Roma, marzo, 2018, n. 10. Disponible in: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2018/03/24/0220/00482.html#spagn>. Acceso in: 13 jan. 2023.

1), a no dar rodeos ante el sufrimiento ajeno (cfr. Lc 10, 25-37) y a perdonar sin límites (cfr. Mt 18, 21-35); pero, sobre todo, experimentaron vitalmente el amor de Dios, revelado en Jesús como misericordia y ternura infinitas.

3.1 LA FINALIDAD DE TODA PASTORAL JUVENIL: TRANSMITIR LA FE

Por eso, a la hora de preguntarnos cómo transmitir hoy y hacer significativa la experiencia de la fe, se trata, a mi modo de ver, de volver a recuperar la frescura de la llamada evangélica y de la experiencia creyente así como los primeros discípulos la vivieron y expresaron. No se trata de una decisión ética, ni de acoger un mensaje iluminador, sino de un encuentro transformador. Escribe Francisco en la *Evangelii gaudium*, al inicio de su pontificado:

No me cansaré de repetir aquellas palabras de Benedicto XVI que nos llevan al centro del Evangelio: “No se comienza a ser cristiano por una decisión ética o una gran idea, sino por el encuentro con un acontecimiento, con una Persona, que da un nuevo horizonte a la vida y, con ello, una orientación decisiva” (EG 7).

Lo que cualifica verdaderamente la pastoral juvenil es, precisamente, dar prioridad a la misma misión de la Iglesia que no es otra que evangelizar, esto es, anunciar a Jesucristo y propiciar el desarrollo de la vida cristiana en plenitud para la vida y la esperanza de las personas. Desde este punto de vista, la pastoral juvenil no puede no ser vocacional, porque

El objetivo (de nuestra pastoral juvenil) es acompañar a cada joven en la búsqueda concreta de su propia vocación, lugar de su respuesta al proyecto de amor gratuito e incondicional que Dios le tiene. La dimensión vocacional configura el objetivo primero y último de la Pastoral Juvenil Salesiana.⁷

Ahora bien, no podemos olvidar que la evangelización, razón de ser y misión de la Iglesia de todos los tiempos, es:

En su conjunto, una mediación del misterio de Dios. No se trata de una simple mediación de valores como, por ejemplo, la educación, aunque tenga ciertos procesos comunes. En la evangelización se propone un misterio trascendente, que se hace presente en la vida, muerte y resurrección de Jesús, y que se desvela por gracia en la acción del Espíritu. Por tanto evangelizar no es meramente el anuncio de un contenido doctrinal. La evangelización implica el misterio del Dios trinitario y el misterio humano, Iglesia y personalización, palabra de Dios y lenguaje humano, adoración y compromiso, celebración y sacramento, oración y coherencia, persona y comunidad, novedad e historia, realismo y esperanza, experiencia y trascendencia, capacidad pedagógica y

⁷ DICASTERIO PARA LA PASTORAL JUVENIL SALESIANA. *La pastoral juvenil salesiana*. Cuadro de referencia. Roma: Direzione Generale Opere Don Bosco, 2014, p. 152.

sentido de la oportunidad, escucha y comunicación, compasión y misericordia, sentido humano y salvación de Dios.⁸

Hemos de tener en cuenta todos estos elementos para intentar propiciar el encuentro del joven con Jesucristo, en la Iglesia y para el mundo. Nuestras propuestas pastorales deberán ayudar a vivir experiencias que no solo deslumbrén, fascinen o emocionen, sino que en un adecuado itinerario y bien acompañadas por la mediación eclesial se puedan introyectar en el propio proceso personal y transformar la vida. Cuando nuestras propuestas pastorales con jóvenes no tocan el corazón y cambian la vida de las personas corren el riesgo de quedarse en historias bonitas que recordar cuando pasa el tiempo, pero que pertenecieron a otro momento vital y, en nada o casi nada, influyeron en mis opciones y en mi modo de vivir. Por eso, más allá de eventos que deslumbran o emocionan, pero quizá no tengan un antes y un después, optamos claramente por los itinerarios y los procesos. Una pastoral de procesos requiere de tiempos largos, de acompañamiento y del aprendizaje del discernimiento.

3.2 ACOMPAÑAR HACIA LA MADUREZ CREYENTE

La experiencia de la fe es una búsqueda, un encuentro con el Dios de la vida que se nos ha revelado en Jesucristo, una respuesta – en fin – al amor con el que hemos sido amados primero.

La pastoral juvenil deberá propiciar experiencias que ayuden a liberar interrogantes, que posibiliten la búsqueda, que toquen el entramado vital de las personas para que éstas puedan ponerse en camino, inquietas, disponibles, expectantes. Se necesita, pues, el mediador. El testigo que acompaña y señala; que invita y ayuda a descubrir. Con delicadez pero con maestría.

Con libertad pero con audacia. Es el evangelizador *evangelizado* que ha recorrido ya esas veredas y saber orientar la marcha. Y lo que es más importante, anuncia con su vida – en ocasiones coherente y en tantas otras aún en camino -, que hay un tesoro por descubrir.

Tras esta respuesta, tras la búsqueda, se abre un largo camino, acaso un arduo desfiladero, hacia el crecimiento y la madurez creyente hasta alcanzar “la medida de la estatura de la plenitud de Cristo” (Ef 4, 15).

Sólo quisiera destacar brevemente que la pastoral juvenil implica dos grandes líneas de acción. Una es *la búsqueda*, la convocatoria, el llamado que atraiga a nuevos jóvenes a la experiencia del Señor. La otra es *el crecimiento*, el

⁸ JIMÉNEZ ORTIZ, Antonio. *La fe en tiempos de incertidumbre*. Teología para dar que pensar. Madrid: San Pablo, 2018, p. 494.

desarrollo de un camino de maduración de los que ya han hecho esa experiencia (ChV 209).

Acompañar hacia la madurez creyente es coger el paso de los jóvenes que, en la búsqueda, han encontrado experiencias significativas que han propiciado el encuentro con Cristo vivo y han decidido seguirlo, sostenidos por la fuerza de su Espíritu. El *maestro* que acompaña es un adulto en la fe que ya, de algún modo, ha recorrido esos senderos y sabe, con discreción y en libertad, orientar la marcha dejando al caminante el protagonismo del discernimiento y la decisión. Como en la primera comunidad de discípulos del Maestro galileo, también hoy el Señor Jesús invita a quien quiera venir tras Él, a renunciar a sí mismo y a entregar la vida por amor. Se trata de un arduo desfiladero por el que atravesar para despojarse de todo lo que dificulta la marcha de modo que la vida del discípulo se edifique solo en Dios. Estamos de acuerdo con Francisco cuando afirma que

Cualquier proyecto formativo, cualquier camino de crecimiento para los jóvenes (...) es importante que esté centrado en dos grandes ejes: uno es la profundización del *kerygma*, la experiencia fundante del encuentro con Dios a través de Cristo muerto y resucitado. El otro es el crecimiento en el amor fraterno, en la vida comunitaria, en el servicio (ChV 213).

Es la experiencia de todo discípulo, de todo cristiano: el seguimiento del Maestro. Un aprendizaje de vida. Un camino junto a Jesús que pide a todo el que quiera quedarse con él que le siga con las manos disponibles y el corazón liberado de ataduras. La tarea del evangelizador será acompañar a los jóvenes en el descubrimiento de esta llamada y ayudarles a encontrar caminos de respuesta personal a la iniciativa de Dios que compromete en el seguimiento de su Hijo.

Como aquel joven que se acerca a Jesús preguntándole qué tiene que hacer para ganar la vida eterna y se encuentra con una respuesta inesperada (cfr. 18, 18-23). Su vida tiene ya un cierto ritmo, es una persona creyente, comprometida con la fe de sus mayores... pero ante la pretensión de Jesús de dar algún paso más en su respuesta de totalidad a Dios, desprendiéndose de todo lo que le impide caminar más libremente, da media vuelta y se aleja porque la propuesta es demasiado exigente.

Quizás nos pase también a nosotros en nuestra pastoral juvenil. Por temor a ser demasiado explícitos o que la exigencia pueda fracturar la respuesta de los destinatarios, casi sin querer, dulcificamos la propuesta evangélica. Creo que es necesario cambiar de perspectiva y propiciar experiencias que apunten en la dirección de la coherencia y la radicalidad tal como Jesús las plantea.

Hay algunas exigencias evangélicas particularmente relevantes en la vivencia cristiana que necesitan una adecuada *pedagogía* pero que provocan la alegría del corazón y nos ayudan a avanzar – también a los jóvenes - por la senda de la santidad (radicalidad) que Jesús propone a sus discípulos. Señalo cuatro de ellas. La primera es, precisamente, la del desprendimiento y la inseguridad que hacen al discípulo poner la confianza solo en Dios:

Por el camino le dijo uno: ‘Te seguiré vayas donde vayas’. Jesús le respondió: ‘Las zorras tienen madrigueras y los pájaros nidos, pero este Hombre no tiene donde reclinar la cabeza’. A otro le dijo: ‘Sígueme’. El respondió: ‘Permíteme que vaya primero a enterrar a mi padre.’ Jesús le replicó: ‘Deja que los muertos entierren a sus muertos; tú vete a anunciar por ahí el reinado de Dios’ (Lc 9, 57-60).

¿Cómo ayudar a los jóvenes a vivir experiencias de desasimiento y disponibilidad para el Reino? ¿Cómo acompañar en una lectura de la propia vida desde el olvido de uno mismo y la opción por los demás? ¿Cómo acrecentar la confianza en Dios cuando optamos por liberar las manos y el corazón? Pienso que sólo desde experiencias de disponibilidad y generosidad, acompañadas en un voluntariado que no consuma vivencias sino que ayude a interpretar en el entramado de la propia vida que hay más alegría en dar que en recibir y que vale la pena descentrarse de los propios egoísmos para vivir desde la esquina del otro. Cuando estas experiencias están bien enfocadas, son fruto de opciones de fe y están sostenidas por una oración sencilla y cotidiana, se abren cauces insospechados en la vida de las personas y se descubre la radicalidad del seguimiento de Jesús que pide a sus discípulos no buscarse a sí mismos sino el Reino de Dios y su justicia.

La segunda de las exigencias evangélicas que necesitan un *aprendizaje* vital se refiere a la propuesta de Jesús de amar a los enemigos y perdonar sin límites: “Pues yo os digo: ‘Amad a vuestros enemigos y rezad por los que os persiguen, para ser hijos de vuestro Padre del cielo, que hace salir su sol sobre malos y buenos y manda la lluvia sobre justos e injustos’” (Mt 5, 43-45).

Son palabras difíciles de asumir. Van contracorriente. La mayor parte de la gente a nuestro alrededor *funciona* de otra manera. Los jóvenes no son una excepción: amar a los que te hacen mal y perdonar sin límites no forma parte del guion. Nuestra propuesta de crecimiento en la fe ha de ayudar a los jóvenes a adentrarse en estas experiencias auténticamente rompedoras. El evangelizador que acompaña deberá iluminar la vivencia cotidiana con propuestas que abran nuevos espacios en la vida de las personas. Con discreción, habrá que apuntar en la dirección justa, sin traicionar el evangelio. La propia experiencia del perdón ante

el límite del pecado y la acogida del amor y la ternura de Dios en la propia vida ayudarán, sin duda, a madurar un corazón libre con capacidad de amar y perdonar según el corazón del mismo Dios. El acompañamiento espiritual y la oración se hacen imprescindibles en este camino que supone también una extraordinaria madurez humana.

La tercera exigencia, en el seguimiento de Jesús, es la entrega de la propia vida. Caminar tras el Maestro significa compartir su propio destino. Estar dispuestos a cargar con la cruz y perder la vida son condiciones inexcusables para el discípulo: “El que quiera venir conmigo, que se niegue a sí mismo, que cargue con su cruz y me siga. Si uno quiere salvar su vida la perderá; pero el que la pierda por mí, la encontrará” (Mt 16, 24-25).

Finalmente, la dimensión comunitaria de la fe es imprescindible para el crecimiento en la fe. Sin comunidad, no hay experiencia creyente cristiana. Crecer en el amor fraterno, en la vida comunitaria y el servicio, se convierten en *conditio sine qua non* para la fe cristiana. Por eso, en los procesos catequéticos y de acompañamiento hacia la adultez creyente, el camino se recorre junto a otros creyentes con los que compartir la fe en la plegaria, la celebración, la vida y el compromiso:

La comunidad cristiana es el origen, el lugar y la meta de la catequesis. Es siempre desde la comunidad creyente que nace la proclamación del Evangelio, que invita a hombres y mujeres a convertirse y seguir a Cristo. Y es la misma comunidad que acoge a aquellos que desean conocer al Señor y empeñarse en una vida nueva.⁹

Acompañamos hacia la vida adulta en la Iglesia, compartiendo la fe y sirviendo a los hermanos.

Bien sabemos de la dificultad, en ocasiones, para la participación activa de los jóvenes en la vida de la comunidad cristiana. Como reconoce el Papa Francisco, “se hace necesario ahondar en la participación de estos en la pastoral de conjunto de la Iglesia” (ChV 202), evitando una formación exclusivamente doctrinal. De modo que, en orden a nuestra reflexión, bien podríamos decir que:

Cualquier plan de pastoral juvenil debe incorporar claramente medios y recursos variados para ayudar a los jóvenes a crecer en la fraternidad, a vivir como hermanos, a ayudarse mutuamente, a crear comunidad, a servir a los demás, a estar cerca de los pobres (ChV 215).

⁹ PONTIFICIO CONSEJO PARA LA PROMOCIÓN DE LA NUEVA EVANGELIZACIÓN. *Directorio para la Catequesis*. Città del Vaticano: Editrice Vaticana, 2020, n. 133.

3.3 ALGUNOS ELEMENTOS CLAVE PARA EL DISCERNIMIENTO

Podríamos definir el discernimiento espiritual como la disposición interior ante lo que somos y lo que hacemos; abiertos al don y con la disposición para escuchar y escucharse, reconociendo mociones y superando engaños, examinándose y conociéndose para, finalmente, pasar de lo bueno a lo mejor. En clave cristiana, se trata de abrirnos al querer de Dios y descubrir su voluntad para nosotros en las diversas fases de la vida por las que atravesamos. En este camino, metodológicamente, propongo tres pasos.

En primer lugar, estar atentos a la Palabra y abiertos al Espíritu. Se trata de abrir la mente y el corazón a la Palabra que resuena con fuerza y eficacia en la comunidad creyente y se hace vida en la buena tierra de cada persona. El Espíritu, verdadero protagonista de esta experiencia, nos conducirá por senderos de vida y nos dará la audacia necesaria para dejarnos transformar por el fuego de su presencia.

Por eso, la escucha y acogida frecuente de la Palabra, a través de la *lectio divina* puede ser un buen camino para la apertura al querer de Dios, inspirados por el Espíritu. Se trata de recorrer el camino de la fe, pendientes de los labios del Maestro y de sus signos, para descubrir la Vida y adherir completamente la existencia a Dios, cuyo rostro nos ha revelado Jesús.

En segundo lugar, hemos de saber preguntarnos sobre la llamada de Dios para la propia persona. Abiertos y disponibles al Espíritu, no podemos eludir algunas cuestiones: ¿qué quiere Dios de mí? ¿Cuál es mi lugar en el mundo y en la Iglesia? Las respuestas a estas preguntas no son fáciles, pero en ellas se juega, de algún modo, el vivir la vida con mayor plenitud. En este sentido, hemos de ayudar a los jóvenes a leer los signos de la propia historia personal: situaciones, personas, experiencias, momentos... a través de todo ello Dios nos habla. ¿Cómo leer estos signos en clave creyente?

Finalmente, hemos de proponer experiencias que ayuden al cambio de vida (conversión) que Jesús nos pide. Para ello, proponemos procesos para una auténtica *deconstrucción* de esquemas mentales y modos de vivir arraigados en la persona pero todavía lejanos a la propuesta evangélica. El discernimiento debe ayudar a recrear la vida, a iniciar procesos nuevos, a comprometer la existencia en la entrega a los demás y en el empeño transformador de la realidad. En este ámbito, las experiencias concretas de voluntariado y servicio a los demás son importantes en el proceso de crecimiento personal que busca poner en el centro de la vida a Dios.

Cultivar el discernimiento espiritual es, en primer lugar, una tarea de cada persona. Solo podremos hablar de discernimiento en el Espíritu si éste se convierte en un modo de vivir antes de llegar a ser una estrategia o un modo de acompañar. De ahí la necesidad de invitar a los agentes de pastoral a recorrer caminos personales y comunitarios que favorezcan el crecimiento espiritual y la búsqueda de Dios. La actitud de discernimiento no puede ser un momento puntual en la dinámica pastoral sino un modo de vivir y de trabajar en el servicio a la causa del Reino que nos provoca constantemente y nos impulsa a salir de nosotros mismos buscando no nuestras respuestas sino las respuestas a las preguntas que vienen de Dios.

CONCLUSIÓN

Francisco, en varios momentos de su pontificado, hablando sobre el acompañamiento y el discernimiento ha propuesto el relato de Emaús como icono bíblico que expresa adecuadamente la praxis eclesial en estos ámbitos (cfr. Lc 24, 13-35). El camino de la vida (el camino de Jerusalén a Emaús), la comunidad eclesial presente en aquellos discípulos (cuando dos o más están reunidos en el nombre de Jesús, allí está el Señor), la discusión o el disenso (discutían por el camino), la presencia del caminante (se les añadió Jesús andando con ellos) expresan de forma elocuente qué son el acompañamiento y el discernimiento cristiano.

Partimos siempre de la experiencia vital, de la situación real de las personas que buscar, favorecemos la escucha y la acogida, dejamos que la Palabra ilumine la realidad y señalamos horizontes hacia los que caminar. La Iglesia que acompaña, que hace resonar el *kerygma* en la vida de la comunidad, que celebra la fe y reconoce a Cristo Jesús en medio de ella es el ámbito en el que hacer crecer la fe hasta la madurez creyente. La sabiduría del acompañante que coge el paso de los discípulos, escucha su desesperanza, anuncia con credibilidad la Palabra, conduce al centro de la fe *partiendo el pan* con ellos y después desaparece, dejando a los discípulos tomar sus decisiones en libertad, es una buena expresión de cuanto debe ser nuestra praxis como acompañantes que ayudan a discernir y tomar decisiones.

Nuestra pastoral deberá seguir actualizando esta forma de hacer. No se trata solo de utilizar el discernimiento como método en momentos concretos para tomar decisiones que afectan a todos, sino hacer del discernimiento una actitud vital en el acompañamiento de los procesos de crecimiento y maduración de la fe. Para ello, hemos de pasar de “discernir en la

pastoral a una pastoral que discierne”¹⁰ y hacer de esta praxis un modo de acompañar y de vivir la fe. Se trata, en definitiva, de hacer gustar a los jóvenes el vino bueno y mejor de Jesucristo, Señor de la Vida.

BIBLIOGRAFÍA

CRESPO BUEIS, J. (Coord.). *Acompañar a jóvenes*. Un itinerario formativo para acompañar a jóvenes. Madrid: CCS, 2021.

DE TORRES, S.; MARTÍNEZ, J.; G^a. MOURELO, S. Del discernimiento en pastoral a una pastoral de discernimiento. *Misión Joven*, v. 525, p. 23-32, 2020.

DICASTERIO PARA LA PASTORAL JUVENIL SALESIANA. *La pastoral juvenil salesiana*. Cuadro de referencia. Roma: Direzione Generale Opere Don Bosco, 2014.

JIMÉNEZ ORTIZ, A. *La fe en tiempos de incertidumbre*. Teología para dar que pensar. Madrid: San Pablo, 2018.

LÓPEZ HORTELANO, E. Discernir: salir de la zona de confort. *Misión Joven*, v. 525, p. 5-14, 2020.

PAPA FRANCISCO. *Exhortación Apostólica Evangelii gaudium*. Madrid: Palabra, 2013.

_____. *Exhortación Apostólica Gaudete et exultate*. Madrid: Palabra, 2018.

_____. *Exhortación Apostólica Post-sinodal Christus vivit*. Madrid: Palabra, 2019.

PONTIFICIO CONSEJO PARA LA PROMOCIÓN DE LA NUEVA EVANGELIZACIÓN. *Directorio para la Catequesis*. Città del Vaticano: Editrice Vaticana, 2020.

SÍNODO DE LOS OBISPOS. XV ASAMBLEA GENERAL ORDINARIA. *Reunión pre-sinodal*, Roma, marzo, 2018.

¹⁰ DE TORRES, Susana; MARTÍNEZ, Jesús; G^a MOURELO, S. Del discernimiento en pastoral a una pastoral de discernimiento. *Misión Joven*, v. 525, p. 23-32, 2020.

Revista de Catequese

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

São Paulo, *Campus Pio XI*: Curso de Teologia

Disponível em: <https://revista.unisal.br/catequese/index.php/rcu/issue/view>

V. 1, n. 1, jan./jun., 2023, p. 144-164.

ACOMPANHAR OS JOVENS PARA VIVER UMA LITURGIA VIVA SEGUNDO *CHRISTUS VIVIT*

ACCOMPANYING YOUTH TO LIVE A LIVING LITURGY ACCORDING TO CHRISTUS VIVIT

*Elena Massimi**

RESUMO: A contribuição deste artigo, a partir do descontentamento dos jovens com as celebrações litúrgicas, procura oferecer alguns caminhos de reflexão e indicações concretas sobre a formação litúrgica das novas gerações. Hoje, precisamente à luz do que aconteceu durante a pandemia do Covid-19, é necessário investir recursos na formação litúrgica, redescobrimo, por um lado, a natureza ritual simbólica da liturgia e, por outro, experimentando modelos formativos que iniciem ao mistério celebrado, mesmo com o próprio celebrar, limitando assim o modelo da explicação. Um papel importante para a formação litúrgica dos jovens é o da comunidade, dentro e fora da ação litúrgica.

Palavras-chave: Liturgia; pastoral; formação; jovens; comunidade.

ABSTRACT: *Considering young people's dissatisfaction with liturgical celebrations, the contribution seeks to offer some paths for reflection and concrete indications regarding the liturgical formation of the new generations. Nowadays, precisely in the light of what happened during the Covid-19 pandemic, it is necessary to invest resources in liturgical formation, rediscovering the symbolic ritual nature of the liturgy, and experimenting with formative models that initiate the celebrated mystery, even with the celebration itself, thus limiting the model of explanation. An important role in the liturgical formation of young people is that of the community, both within and outside the liturgical action.*

Keywords: *Liturgy; pastoral care; formation; young people; community.*

INTRODUÇÃO

O autor A. Matteo faz notar em seu último texto, intitulado *Riportare i giovani a messa* ('Trazer os jovens de volta à missa'), quanta atenção tem sido dada nos últimos anos ao estudo

* Professora convidada pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS). Mestrado e Doutorado em Sagrada Liturgia pela Pontifícia Universidade de Santo Anselmo – Roma.

e discernimento pastoral em mérito ao mundo juvenil e sua relação com a fé¹, uma atenção que teve seu ápice na XV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos (3-28 de outubro de 2018) *Os jovens, a fé e o discernimento vocacional*, cujo fruto é precisamente a exortação apostólica *Christus vivit*.

Apesar disso, ainda hoje, 4 anos depois da *Christus vivit*, é necessário continuar a refletir sobre a relação jovens - fé cristã, dado o crescente desinteresse deles pela Igreja Católica, desinteresse amplificado pela pandemia da Covid-19.

Se por um lado o *Instrumentum laboris* do Sínodo sobre os jovens abriu com estas palavras: "Cuidar dos jovens não é uma tarefa opcional da Igreja, mas parte substancial da sua vocação e da sua missão na história"², por outro por outro lado, devemos admitir que:

Desde a celebração do Sínodo sobre os jovens nada de novo aconteceu na ação pastoral voltada para o universo juvenil e o mesmo tema "juventude e fé" dificilmente aparece no centro da atenção pastoral em geral. Claro, alguns podem dizer que quando chegou a pandemia da Covid-19 esta impôs um certo abrandamento na vida e na ação da comunidade eclesial. Mas nem mesmo agora, pelo menos desde os primeiros meses de 2021, se tenta voltar lentamente à vida normal, mesmo na companhia do coronavírus, parece que as coisas estão caminhando para uma renovada temporada de anúncio do Evangelho às novas gerações³.

É interessante recordar, neste contexto, os dados oferecidos pelo questionário, compilado *online* de forma voluntária e elaborado pelo Secretariado do Sínodo da Juventude em colaboração com o Observatório Juvenil do Instituto Toniolo⁴. Pelas respostas, a prática religiosa, a assiduidade dos jovens à liturgia foi ainda significativa, um em cada dois jovens afirmava participar dos ritos religiosos pelo menos semanalmente (56%)⁵, justificando assim a

¹ MATTEO, A. Riportare i giovani a messa. La trasmissione della fede in una società senza adulti. *Ancora*, Roma 2022, p. 7.

² XV ASSEMBLEA GENERALE ORDINARIA DE SINODO DEI VESCOVI (3-28 ottobre 2018). I giovani, la fede e il discernimento vocazionale. *Instrumentum laboris*, n. 1. Disponível em: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2018/06/19/0458/00978.html>. Acesso em: 24 ja. 2023.

³ MATTEO, A. *Riportare i giovani a messa*, p. 8.

⁴ Em todos os continentes, mais de 80% dos jovens se reconhecem católicos (de 81,1% na Europa a 87,1% na América Central e do Sul). Poucos que se definem como ateus (de 3,1% na América Central e do Sul a 6,3% na Europa). Os crentes fervorosos são 63,7% (com ponto máximo na Ásia, 78,2%, e mínimo na Europa, 56,1%). BONANOMI, A; INTROINI, F; PASQUALINI, C. Una finestra sul mondo. I risultati dell'indagine sui giovani in preparazione dello youth synod. In: ISTITUTO TONIOLO (a cura di). *La condizione giovanile in Italia. Rapporto giovani 2019*. Bologna: Il Mulino, 2019.

⁵ Os jovens que declaram participar aos ritos religiosos pelo menos uma vez por semana são 56%; 13,5% fazem uma vez por mês; 11,7% em algum momento do ano; percentual semelhante apenas em ocasiões especiais 11,9% e 6,9% nunca participa. O dado mais interessante, no que diz respeito à prática, é que ela se manteve constante ao longo do tempo: os níveis de frequência aos ritos na idade pré-adolescente (12 anos) são muito semelhantes aos atuais. BONANOMI, A; INTROINI, F; PASQUALINI, C. *Una finestra sul mondo*.

bondade de um investimento na formação litúrgica, por outro lado, no *Instrumentum laboris* podia-se ler que "muitas respostas ao questionário indicavam que os jovens são sensíveis à qualidade da liturgia. De forma provocativa, o Encontro Pré-sinodal afirmava que 'os cristãos professam um Deus vivo, mas apesar disso, encontram celebrações e comunidades que parecem mortas' (RP 7)"⁶.

Talvez, com algumas raras e felizes exceções, devemos admitir que de ano em ano, de modo particular com a pandemia, a presença dos jovens nas celebrações litúrgicas é menor. A atualização das linguagens litúrgicas, numa direção excessivamente próxima da sensibilidade juvenil, não produziu os resultados desejados. Nem mesmo ter confiado aos jovens tarefas particulares na ação litúrgica (como a animação litúrgico-musical) assegurou a participação e a integração deles na comunidade eclesial. Além disso, na transmissão da fé, deve-se levar em consideração como os ritos, as ações rituais simbólicas, contribuíram para a construção da identidade coletiva. É a liturgia que permite ao homem viver o mistério da salvação, de fazer a experiência em toda a sua pessoa, de descobrir-se salvo. Na celebração litúrgica é estruturada a identidade cristã: a fé se realiza na liturgia, pois na celebração o fiel participa daquele evento de salvação que oferece o sentido de toda a existência. O teólogo Rahner escreveu como "neste culto divino [...] se manifesta eficazmente qual é o sentido da liberdade e da graça, portanto o sentido da existência humana, mantendo vivo o sentido da peregrinação terrena, em modo perceptível no espaço e no tempo"⁷, num agir humano-divino.

O Papa Francisco, na *Evangelii gaudium*, sublinhou como:

Nas últimas décadas, se produziu uma ruptura na transmissão geracional da fé cristã no povo católico. É inegável que muitos se sentem desiludidos e deixam de se identificar com a tradição católica, que cresceu o número de pais que não batizam os seus filhos nem os ensinam a rezar, e que há um certo êxodo para outras comunidades de fé (EG 70).

É necessário, portanto, uma particular e séria atenção à ritualidade cristã, às suas potencialidades, à formação litúrgica da comunidade eclesial e dos jovens em modo particular. A *Christus vivit* relata os pedidos dos jovens ao episcopado mundial: "Em vários contextos, os jovens católicos pedem propostas de oração e momentos sacramentais capazes de interceptar a vida cotidiana deles, numa liturgia fresca, autêntica e alegre"⁸. Pergunta-se então que caminhos

⁶ *Instrumentum laboris*, n. 187.

⁷ RHANER, K. La domenica, giorno del Signore. In: *Id. Nuovi Saggi*. Roma: Paoline, 1968, p. 261.

⁸ *Christus Vivit*, n. 224. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20190325_christus-vivit.html. Acesso em: 24 ja. 2023.

percorrer para que a liturgia volte a representar "um momento privilegiado de experiência de Deus e da comunidade eclesial"⁹, "é a primeira e necessária fonte onde os fiéis hão-de beber o espírito genuinamente cristão" (SC 14).

1. AINDA É POSSÍVEL TRAZER OS JOVENS DE VOLTA À MISSA?

De forma desencantada o professor Matteo, no texto citado, afirma que a correia de transmissão da fé se rompeu, "e se é progressivamente desgastada e, portanto, definitivamente rompida precisamente pelo advento de uma sociedade de adultos que não agem como adultos e que não testemunham quando alguma forma de devoção diferente daquela tributada ao mito da juventude"¹⁰.

Soma-se a tudo isso o contexto em que estão inseridos os jovens, acostumados a viver 'em alta velocidade'. Como os nativos digitais podem encontrar na liturgia o imediatismo, o sentido do invisível a que estão acostumados?¹¹.

Se por um lado os jovens percebem como estranha a linguagem litúrgica, devemos admitir que o mundo deles é constelado de uma multiplicidade de ritos. Corpo, música, emoção, partilha são realidades que pertencem tanto ao horizonte religioso quanto ao juvenil, mas existem diferentes 'lugares' nos quais é inscrita a ritualidade: do âmbito religioso passa-se ao secular. Os ritos cristãos e os ritos profanos são compostos pelas mesmas linguagens (música, pintura, arquitetura...), diferente, porém, é o modo como os jovens os abordam: eles se contentam com rituais de 'baixo custo' para satisfazer principalmente suas necessidades emocionais¹².

⁹ *Ibid*, n. 224. Para outro aprofundamento sobre o tema 'liturgia e jovens'. Cf. MASSIMI, E. (Ed.). *Liturgia e giovani*. Roma: CLV Edizioni Liturgiche, 2019; e il Dossier *Giovani e liturgia dal Concilio al Sinodo*, in *Note di pastorale giovanile* 2 (2019) 2-51.

¹⁰ MATTEO, A. *Riportare i giovani a messa*, p. 57.

¹¹ "A exigência de abrandar para se permitir um espaço de silêncio é um tema central numa existência dedicada a pressa, ao fazer e à distração. Que a liturgia represente um desses espaços, o mais importante, é portanto perfeitamente coerente com uma significativa necessidade social. Então, por que não aceitar a proposta? Por que, sobretudo os jovens, sofrem e se preocupam? Aqui encontramos um primeiro espaço de reflexão para a intervenção pastoral: como se torna aceitável, senão mesmo interessante, a lentidão que predispõe ao silêncio e à meditação". GARELLI, F. In fuga dalla liturgia. *Rivista di pastorale litúrgica*, 1, 2018, p. 7.

¹² Destacamos como: "Até a religião é tentada a recorrer ao imediatismo das emoções; a ênfase é colocada na harmonia psicológica interior: "eu acredito enquanto me for útil", "eu assisto quando quero", "eu professo o que me convence". A felicidade torna-se uma obrigação: "Com a fartura que você tem, como pode ser feliz?". O descontentamento seria um revés. Em todo o caso, é preciso responder: "estou bem", "estou satisfeito", conforme registram as diversas pesquisas sociológicas. Você tem que mostrar euforia. A competição impiedosa propõe os novos "ritos" da mercadoria emocional: a religião do corpo, o culto da personalidade, o desejo de sucesso. Festas, jogos, passatempos, convites ao prazer invadem os espaços do cotidiano. Tempo festivo e dias de semana se confundem. Com o consumo emocional, os indivíduos tornam-se autocentrados". CRAVERO, D. *Emozione del*

No entanto, há experiências que parecem ver a participação juvenil e que nos oferecem sugestões de reflexão para compreender o desinteresse dos jovens à liturgia: refiro-me à ‘liturgia’ realizada em Taizé, nas Jornadas Mundiais da Juventude e nas celebrações com o rito pré-conciliar.

a) A experiência ‘litúrgica’ em Taizé

Um dos lugares que se percebe uma participação decisiva dos jovens na liturgia é em Taizé. Em Taizé a oração não tem medo de ‘assumir’ a humanidade, o corpo é o lugar da relação com Deus e com os irmãos.

Cores, luzes, gestos, genuflexões – recorda o fundador de Taizé – todos estes elementos têm uma função e um significado muito simples. Trata-se de participar da oração em nossa totalidade corporal, assim, os olhos participam da mesma forma que a cabeça, a boca e os ouvidos. Esta é uma verdade simples, que não implica uma teoria subjacente à técnica da oração¹³.

A oração marca o ritmo dos tempos da vida, da jornada, restitui os ritmos naturais do viver cristão, e é a prioridade, objeto de grande cuidado por parte da comunidade. Sabemos que não é possível oferecer aos hóspedes nada maior do que o encontro com o Senhor. Por este motivo a oração assim participada é capaz de unir, “em perfeito equilíbrio, beleza e essencialidade ao serviço da Palavra de Deus, para que ninguém fique mero espectador passivo das celebrações, mas convidado a ir além de si mesmo”¹⁴.

Uma tal forma de oração não cede à tentação do espetáculo, nem do uso de linguagens, fórmulas, estilos juvenis, não tem medo de ser ritual, ou seja, de viver a repetição como ocasião de aprofundamento (isto é evidente pelos refrões para os cantos propostos); propor espaços amplos e fortes de silêncio preparado; de ritmar a jornada; de ser simples sem ceder à banalização. A oração em Taizé emociona, envolve os sentimentos de quem participa e,

culto e culto dell’emozione. Il caso giovanile. In: GIRARDI, L.; TOMATIS, P. (a cura di). *Liturgia e Emozione*. Roma: CLV- Edizioni Liturgiche, 2014, p. 337-238.

¹³ ROGER, FR. A la joie je t’invite. Fragments inédits 1940-1963. In: MONGE, TAIZÉ. *La speranza condivisa*, p. 61. Escreve Fr. Roger: “Quanto a mim – confessava, entre outras coisas – não saberia rezar sem o corpo. Não sou um anjo e não me importo. Em certos momentos tenho consciência de que rezo mais com o corpo do que com a mente. Uma oração em contacto com a terra: ajoelhar-se, prostrar-se, olhar para o local onde se celebra a Eucaristia, aproveitar o silêncio tranquilizador como os ruídos que vêm da aldeia. O corpo está aí, alerta, para ouvir, entender, amar. Ridículo querer fazer sem ele”. ROGER, FR. Ta fête soit sans fin. In: MONGE, TAIZÉ. *La speranza condivisa*, p. 61.

¹⁴ MONGE, C. Una liturgia giovane: il caso Taizé. *Rivista di pastorale liturgica*, 1, 2018, p. 21-25.

paradoxalmente, não requer longos caminhos de iniciação litúrgica¹⁵. Tudo isto acontece também porque existe uma comunidade estável que vive tudo isto, que guarda e constrói tal clima, uma atmosfera, um ambiente de oração e partilha¹⁶.

b) Celebrações litúrgicas na Jornada Mundial da Juventude

Em 2023, a XXXVIII Jornada Mundial da Juventude será celebrada em Lisboa. O tema escolhido pelo Papa Francisco é "Maria levantou-se e retirou-se depressa" (Lc 1,39), com o desejo de exortar os jovens a serem corajosos missionários, como havia escrito em *Chv 177*. As dioceses já iniciaram há muito tempo um caminho de preparação. No entanto, pergunta-se se nas Jornadas Mundiais da Juventude as celebrações litúrgicas são realmente tão significativas? Nascerem e levam à participação eucarística dominical das paróquias a que eles pertencem? A JMJ é marcada por uma rica série de celebrações litúrgicas, das quais a Eucaristia final representa o ápice¹⁷, mas o quanto são significativas tais celebrações para os jovens?

Na verdade, a própria JMJ é uma "grande liturgia": é o ato da partida, é a chegada com todos os seus ritos, a surpresa de entrar em uma família, a fila para o almoço...

Mas que relação tem com a vida cotidiana do jovem crente? Os estudos realizados sobre a JMJ mostram que as celebrações eucarísticas resultam ser os momentos menos significativos para muitos jovens; o grande rito da JMJ é vivido de forma muito forte, emotivo, enquanto as ações litúrgicas parecem ser vividas com distanciamento e indiferença, ao invés de participar, os jovens assistem¹⁸. Esses tipos de manifestações representam realmente ocasiões proveitosas para a formação dos jovens, ou são apenas celebrações ocasionais, separadas do resto da experiência cristã?

c) As liturgias "tradicionalistas"

Na carta sobre a formação litúrgica *Desiderio Desideravi* (DD), o Papa Francisco escreve, referindo-se aqueles que amam celebrar com a liturgia pré-conciliar:

Se a Liturgia é o "cume para o qual tende a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de onde promana toda a sua energia" (*Sacrosanctum Concilium*, n. 10), compreendemos bem o que é que está em jogo na questão litúrgica. Seria banal

¹⁵ GALLO, M. Non basterà "celebrare con arte". *Note di pastorale giovanile*, 2, 2019, p. 43-46.

¹⁶ São interessantes as indicações ofertas da comunidade para estruturar um momento de oração: cf.: https://www.taize.fr/it_article878.html.

¹⁷ SEGhedoni, I. Una liturgia con i giovani: il caso GMG. *Rivista di pastorale liturgica*, 1, 2018, p. 26-30; GALLO, M. Non basterà "celebrare con arte", p. 46-49.

¹⁸ SEGhedoni. *Una liturgia con i giovani: il caso GMG*, p. 29-30.

ler as tensões acerca da celebração, infelizmente presentes, como se de uma simples divergência se tratasse entre sensibilidades diversas em relação a uma forma ritual. A problemática é antes de tudo eclesiológica. Não vejo como se possa dizer que se reconhece a validade do Concílio – se bem que me surpreenda que um católico possa ter a pretensão de o não fazer – e não aceitar a reforma litúrgica nascida da *Sacrosanctum Concilium*, que exprime a realidade da Liturgia em íntima conexão com a visão de Igreja admiravelmente descrita pela *Lumen gentium*. Por isso – como expliquei na carta enviada a todos os Bispos – senti o dever de afirmar que “os livros litúrgicos promulgados pelos santos pontífices Paulo VI e João Paulo II, em conformidade com os decretos do Concílio Vaticano II, são a única expressão da *lex orandi* do Rito Romano” (Motu Proprio *Traditionis custodes*, art. 1)¹⁹.

É evidente como tais celebrações poderiam favorecer uma ideia de Igreja clerical, verticalizada, uma ideia de participação que é principalmente interior e individualista, uma fixidez do gênio artístico do homem (a arte contemporânea não está presente...), o primado da doutrina sobre a experiência, da mente sobre o corpo. Este ritual traz consigo um mundo que já não nos pertence... lógicas sacramentais que talvez ‘não possamos mais tolerar’ depois do Concílio.

Deveríamos-nos perguntar por que alguns jovens são atraídos por tais celebrações, o que eles encontram nelas que não está presente nas liturgias pós-conciliares²⁰. O silêncio, o sentido do sagrado... ou talvez a liturgia atual tenha sofrido um processo de excessiva ‘cotidianização’, perdendo assim toda diferença simbólica?

Se por um lado é necessário reiterar como a liturgia nascida do Concílio Vaticano II seja a única expressão da *lex orandi* da Igreja; por outro lado, somos chamados a fazer um sério exame de consciência, para verificar como foi implementada.

Talvez, em vez de uma competente adaptação da liturgia aos jovens, sem distorcer o rito, tenhamos adotado um estilo juvenil, introduzindo na liturgia elementos que não habitam o livro litúrgico (cartolina, sinais de vários tipos...), gerindo as linguagens litúrgicas de forma excessivamente cotidiana, perdendo assim a necessária diferença simbólica?

O celebrar cristão perde a sua identidade quando não é fiel a si mesmo, em favor de uma criatividade desenfreada, quando se acrescentam ritos inoportunos, inventados, na ilusão de favorecer a participação dos fiéis, a comunhão... ao contrário, sem nos darmos conta, corremos

¹⁹ *DD*, n. 31.

²⁰ BALUGANI, L. I preti del futuro: tra tradizione e postmodernità. *Rivista di pastorale liturgica*, 2, 2018, p. 10-15; DALL'OSTO, A. Preti in Francia: crescono solo i “tradizionalisti”. *Settimana news*, luglio, 2018). Disponível em: <http://www.settimananews.it/ministeri-carismi/preti-in-francia-crescono-solo-i-tradizionalisti/> (visitato il 31 dicembre 2019). Acesso em: 12 jan. 2023.

o risco de deixar na memória dos fiéis experiências equivocadas, mensagens erradas, relações não corretas.

É interessante como o próprio Papa Francisco, no citado *Desiderio Desideravi*, se refere à importância do silêncio na celebração, enfatizando como o silêncio ocupa um lugar de primeira importância entre os gestos próprios da assembleia. “O silêncio litúrgico [...] é o símbolo da presença e da ação do Espírito Santo que anima toda a ação celebrativa; por esse motivo muitas vezes constitui o ápice da sequência ritual” (DD 52).

2. PARA UMA FECUNDA FORMAÇÃO LITÚRGICA

Como mencionado, o Papa Francisco inesperadamente oferece à Igreja uma carta completa sobre a formação litúrgica do povo de Deus: *Desiderio Desideravi*. Consciente de como a liturgia é uma das dimensões fundamentais da vida da Igreja, recordando o Concílio e o movimento litúrgico que o precedeu, escreve:

Os princípios gerais enunciados pela *Sacrosanctum Concilium*, tal como foram fundamentais para a intervenção da reforma, assim o continuam a ser para a promoção daquela participação plena, consciente, ativa e frutuosa na celebração, “primeira e indispensável fonte na qual os fiéis podem haurir o genuíno espírito cristão” (*Sacrosanctum Concilium*, n. 14; veja-se também o n. 11). Com esta carta gostaria simplesmente de convidar toda a Igreja a redescobrir, guardar e viver a verdade e a força da celebração cristã. Gostaria que a beleza do celebrar cristão e das suas necessárias consequências na vida da Igreja não fosse deturpada por uma compreensão superficial e redutora do seu valor ou, pior ainda, por uma instrumentalização dela ao serviço de uma qualquer visão ideológica, seja ela qual for. A oração sacerdotal de Jesus na última Ceia para que todos sejam um só (*Jo 17, 21*), julga qualquer divisão nossa em torno do Pão partido, ‘sacramento de piedade, sinal de unidade, vínculo de caridade’ (DD 16).

Por isso destaca a necessidade de uma *séria e vital formação litúrgica*. Tendo como horizonte o pensamento de R. Gardini, o pontífice se pergunta como o homem contemporâneo pode recuperar a capacidade simbólica, a capacidade de vivenciar plenamente a ação litúrgica. “O desafio é muito exigente porque o homem moderno – não do mesmo modo em todas as culturas – perdeu a capacidade de se confrontar com o agir simbólico, que é uma característica essencial do ato litúrgico” (DD 27).

A primeira tarefa do trabalho de formação litúrgica é, de fato, a seguinte: "o homem deve tornar-se novamente capaz de símbolos"²¹. Mas como podemos tornar nossos jovens

²¹ GUARDINI, R. *Formazione Liturgica*. Brescia: Morcelliana, 2022, p. 60.

capazes da linguagem simbólica? Talvez seja melhor dizer, como pode o homem contemporâneo tornar-se novamente capaz do rito, como as ações rituais simbólicas podem novamente tornar-se significativas?

Ainda não há práticas consolidadas, mas certamente alguns elementos essenciais podem ser identificados. Antes de tudo, é necessário redescobrir algumas ‘verdades esquecidas’ da liturgia e algumas ‘tarefas’ da assembleia eclesial, à luz das quais, pode-se individuar possíveis caminhos de pastoral litúrgica²².

2.1 AS VERDADES ESQUECIDAS DA LITURGIA²³

Provavelmente ainda não foi possível realizar percursos de formação litúrgica ‘eficazes’, porque existem, na mentalidade da maioria, vários mal-entendidos sobre a natureza da liturgia, muitas vezes ainda entendida como um ‘discurso sobre Deus’, como algo a ser compreendido, e não uma experiência a ser vivida.

Procuremos individuar algumas características próprias da liturgia que podemos ter esquecido e que são decisivas para uma fecunda pastoral litúrgica.

A revelação é corpórea

Antes de tudo é preciso redescobrir a conotação experiencial da revelação: não há revelação de Deus se o homem não tiver alguma percepção, isto é, experiência. *A revelação de Deus é a experiência do revelar-se de Deus*. A fé cristã é a experiência de Deus que se revelou em Cristo, e Deus no seu revelar-se se faz sensível, assume um corpo. A um Deus que se faz corpo pode-se corresponder apenas com o próprio corpo; o corpo - portanto a sensibilidade - constitui o lugar originário da revelação de Deus em Jesus Cristo.

A liturgia baseia-se no mistério da encarnação: é o corpo ritual que permite a Deus encarnado e a carne do homem de encontrar-se. É na ação litúrgica, que hoje podemos experimentar o Senhor da vida; é na liturgia que a realidade divina se torna visível e tangível em nosso corpo²⁴.

Assim acessamos o mistério com nosso próprio corpo, com nossa sensibilidade, com nossas emoções. A pastoral litúrgica deve absolutamente levar tudo isso em consideração. A

²² Para mais informações, consulte esta contribuição: cf. MASSIMI, E. Le condizioni per “vere liturgie”. Riscoprire il fondamento della partecipazione attiva. *Note di pastorale giovanile*, 2, 2019, p. 24-38.

²³ Retomei, expandindo e integrando-os, algumas passagens elaboradas em uma contribuição anterior minha: MASSIMI, E. Il desiderio di una liturgia viva: giovani e liturgia. In: CAL (Ed.). *Liturgia: chiamata per tutti alla santità battesimale*. Roma: CLV - Edizioni Liturgiche, 2020.

²⁴ BONACCORSO, G. *Il corpo di Dio*. Assisi: Cittadella, 2006.

formação litúrgica não pode ser intelectualista ou racionalista, desequilibrada na explicação, mas valorizar processos iniciáticos ao mistério através do próprio rito.

A liturgia é relação

A liturgia é uma ação comunitária, não celebramos sozinhos, estamos em relação com outras pessoas ‘de carne e osso’. Numa sociedade tão individualista, os ritos cristãos podem representar um ‘recurso educativo’: educam para dar espaço ao outro, para ir ao encontro dele (por exemplo, o gesto de paz), para rezar ao mesmo ritmo de quem está do lado, para agir em conjunto com toda a assembleia, para fazer nosso o sofrimento dos necessitados... tudo isto, naturalmente só em certas condições, poderia ser um recurso para deixar os jovens desfrutar da beleza da relação com o próximo, saindo do individualismo em que ‘estão imersos’.

Para que isso aconteça, é necessário um cuidado efetivo das relações na comunidade eclesial, uma comunidade que deve ser capaz de acolher e acompanhar os jovens, uma comunidade que vive a caridade fraterna.

A liturgia é gratuidade e festa

Não podemos imaginar como numa sociedade em que a eficiência está entre os valores mais altos, não haja o risco de aproximar a liturgia a uma mentalidade de eficiência: eu participo (se é que podemos falar de participação) para obter algo. Não estamos isentos da tentação de ‘consumir’ a liturgia, de instrumentalizá-la, de fazer dela um lugar para satisfazer as nossas necessidades; isso deve ser levado em consideração também em relação à formação litúrgica dos jovens.

As lógicas produtivas, ligadas à eficiência e à troca comercial não sustentam a lógica da gratuidade e do dom, que está na base do celebrar cristão. A liturgia não produz nada em termos econômicos. R. Guardini expressava tudo isso comparando a liturgia a um jogo de criança: no jogo, a criança não tem finalidade, mas visa,

Explicar as suas forças juvenis, expandir a sua vida na forma desinteressada dos movimentos, das palavras, das ações, e com isso crescer, tornar-se cada vez mais perfeitamente a si mesma. Sem propósito, mas cheia de *significado profundo* é esta jovem vida; e o significado não é outro senão este: que se manifeste sem impedimentos, nos pensamentos, nas palavras, nos movimentos, nas ações, torna-se senhor de seu ser, simples - nada existe²⁵.

²⁵ GUARDINI, R. *Lo spirito della liturgia*. Brescia: Morcelliana, 2005, p. 77.

Também a liturgia, como o jogo, não tem primariamente uma ‘finalidade’, não é um meio utilizado para *alcançar um determinado efeito*, mas - pelo menos até certo ponto - é um fim em si mesmo²⁶.

O próprio Guardini destaca como a liturgia não tem sua razão de ser no homem, mas em Deus; por isso, nada produz em termos econômicos, mas revela o sentido da existência, o nosso ser alcançado por Deus, pelo dom da salvação. “Os ritos, [e, portanto, a liturgia], escreve Chul Han, são ações simbólicas. Eles transmitem e representam os valores e ornamentos que sustentam uma comunidade. Eles criam uma comunidade sem comunicação, enquanto hoje domina uma comunicação sem comunidade”²⁷.

Precisamos da liturgia para sair dessas lógicas produtivas e consumistas, dessa perigosa alternância entre o tempo de trabalho e o tempo livre (agora vazio).

Tal situação conduz gradativamente ao ‘esquecimento’ da festa, ou melhor, contribui para a incapacidade do homem contemporâneo de festejar (o contrário também é verdadeiro, ou seja, a incapacidade de festejar abriu caminho cada vez mais para um mundo “regulado” pela prestação). É importante destacar como na festa o homem encontra a sua origem, celebra aquele evento que o insere numa comunidade, que lhe dá uma história, uma identidade, um tempo.

Sem a festa, lugar onde vivemos o tempo da salvação, sem uma correta articulação entre o tempo de trabalho e o de descanso, o cristão perderia a sua identidade.

A festa cristã atesta a relação fundamental que nos une a Deus e aos outros. Os motivos da festa (religiosos ou não) são vivenciados como realidades que dão sentido a nossa existência: eventos importantes para um povo, para uma família, são eventos cósmicos. Os cristãos vivem o sentido da existência no evento Cristo, na sua morte e ressurreição.

O sujeito da festa, porém, não é o indivíduo, mas a comunidade; pois a festa cria a comunidade, traz a alegria do encontro, da partilha.

A liturgia é emoção

Afirma o teólogo G. Bonaccorso:

A celebração litúrgica é este ser alcançado por Deus em gestos que não perderam a capacidade de nos emocionar, de nos comover sob o impulso do

²⁶ *Ibid.*, p. 75.

²⁷ BYUNG-CHUL HAN. *La scomparsa dei riti. Una topologia del presente (nottetempo)*. Milano: Nottetempo, 2021. (Ebook).

dom da graça. Mais uma vez, é preciso recordar que na relação com Deus está em jogo toda a nossa corporeidade. É essa corporeidade, feita de delicadas relações entre gesto e emoção, que anuncia nossa existência como um êxodo do vazio da solidão, da angústia e da morte²⁸.

Muitas vezes acontece nas celebrações dos/com os jovens, sobretudo na escolha das canções, que as nossas próprias celebrações se orientam pelo critério da emoção. No entanto, é importante ressaltar como o rito não representa o local onde expressamos as nossas emoções; o rito, ao contrário, age sobre nossas emoções. A liturgia na repetição do *ordo*, de um programa pré-estabelecido, protege contra as variações de humor de cada fiel; pelo contrário, educa a emotividade deles, tornando-os disponíveis para aquilo que os precede e que lhes é atestado “numa posição que se define pela iniciativa de Deus e pela nossa correspondência a ela”.²⁹

A liturgia é "arte"

O Papa Francisco, como já destacou o Papa Bento XVI em *Sacramentum Caritatis* n. 40, recorda a importância da arte de celebrar. Ele escreve:

Um modo para conservar e para crescer na compreensão vital dos símbolos da Liturgia é certamente o cuidado da arte de celebrar. Também esta expressão é objeto de diversas interpretações. Ela esclarece-se se for compreendida, tendo como referência o sentido teológico da Liturgia, descrito no número 7 da *Sacrosanctum Concilium*, a que já nos referimos diversas vezes. A *ars celebrandi* não se pode reduzir à mera observância de um aparato de rubricas, e ainda menos pode ser pensada como uma fantasiosa – por vezes selvagem – criatividade sem regras. O rito é por si mesmo uma norma e a norma nunca é fim para si mesma, mas está sempre ao serviço da realidade mais alta que quer salvar. (DD 48)

Propriamente a arte de celebrar conserva a liturgia, o mistério que nela se celebra. A liturgia está entrelaçada com as linguagens da arte, gerida de uma forma que não é a da nossa vida cotidiana. Deus, ao se fazer presente, utiliza uma linguagem inevitavelmente humana, ao mesmo tempo diferente, poderíamos dizer transfigurada. Para evitar que a linguagem usada por Deus perca sua transcendência, as linguagens religiosas, verbais e não verbais, são estruturadas de formas específicas, que são aquelas simbólicas, que também podem ser encontradas em outros contextos, especialmente nos artísticos. Precisamente porque a arte é simbólica, as suas dinâmicas estão em consonância com aquelas religiosas, e como na arte, o uso da sensibilidade na liturgia é transfigurado, saímos da percepção ordinária para uma percepção diferente da vida.

²⁸ BONACCORSO, G. *I colori dello spirito*. Assisi: Cittadella Editrice, 2009, p. 156.

²⁹ TOMATIS. *Accende lumen sensibus*, p. 523.

À luz disto é fundamental a gestão das linguagens verbais e não verbais, a sua ‘implementação’. É preciso evitar celebrar de forma aproximada, desleixada, sem harmonia e equilíbrio entre os diversos gestos e as diversas ações litúrgicas, prestando pouca atenção ao cuidado do canto, da música, dos adornos... O celebrar é uma arte, porém, no horizonte da "simplicidade nobre" conciliar³⁰, e não de um ritualismo vazio.

A confirmação disso, de como seja um bom caminho, para tornar as nossas liturgias ‘acessíveis’ aos fiéis, também aos mais jovens, encontra-se no *Instrumentum laboris* do Sínodo sobre os jovens, onde destacou que "várias Conferências Episcopais asseguram que onde a liturgia e a *ars celebrandi* são bem cuidadas, existe sempre uma presença significativa de jovens ativos e participantes"³¹.

É importante destacar que a arte de celebrar não diz respeito apenas ao presbítero, mas a toda a assembleia; já que são muitos os gestos que lhe pertencem: o reunir-se, o caminhar em procissão, o estar sentando, o ficar de pé, o ajoelhar, o cantar, o estar em silêncio, o aclamar, o olhar, o escutar (cf. *DD* 51). Cada gesto deve ser realizado não pelos fiéis individualmente, mas como um só corpo. Esta não é uma uniformidade que mortifica, pelo contrário, educa os fiéis, educa os jovens a redescobrir a beleza de pertencer ao corpo eclesial.

Não se trata de ter de seguir um protocolo litúrgico de boas maneiras: trata-se antes de uma “disciplina” – no sentido usado por Guardini – que, se observada com autenticidade, nos forma: são gestos e palavras que põem ordem dentro do nosso mundo interior fazendo-nos viver sentimentos, atitudes, comportamentos. Não são a enunciação de um ideal em que procuramos inspirar-nos, mas são uma ação que implica o corpo na sua totalidade, ou seja, no seu ser unidade de alma e corpo (*DD* 51).

A liturgia é canto

Não é bom esquecer a importância do canto e da música na liturgia. A música, entre as artes, é a que tem maior carga emocional e, portanto, pode tanto sustentar a participação litúrgica quanto conduzir para fora do rito. A emoção do canto deveria reforçar a intencionalidade do ato de culto; a relação do canto com o contexto do rito deveria ser tal para o qual é o rito que determine as funções do canto, e o canto contribua para a realização da experiência ritual. É bom, portanto, fazer em modo que não seja a lógica do ‘gosto’ ou ‘não

³⁰ SC, n. 34: “Brilhem os ritos pela sua nobre simplicidade, sejam claros na brevidade e evitem repetições inúteis; devem adaptar-se à capacidade de compreensão dos fiéis, e não precisar, em geral, de muitas explicações”.

³¹ *Instrumentum laboris*, n. 188.

gosto' que dite a escolha do que cantar, mas a pertinência ritual, ou seja, a harmonia com os textos e ritos a que uma canção é associada³².

Tratando-se da música, o *Documento Final* do Sínodo sobre os jovens destaca todas as suas potencialidades:

Não podemos esquecer as expressões artísticas, como o teatro, a pintura e outras. A importância da música é completamente peculiar, que representa um ambiente real em que os jovens estão constantemente imersos, bem como uma cultura e uma linguagem capazes de despertar emoções e moldar a identidade. A linguagem musical representa também um recurso pastoral, que interpela em particular a liturgia e a sua renovação. Cantar pode ser um grande estímulo para o caminho dos jovens. Santo Agostinho dizia: 'Canta, mas caminha; facilite seu trabalho com música, não ame a preguiça: cante e caminhe. [...] Você, se avançar, caminhe; mas avancem no bem, na fé reta, nas boas obras: canta e caminha'³³.

Algumas consequências

A redescoberta de tais verdades esquecidas leva quem se empenha na pastoral litúrgica a redescobrir certas práticas.

Em primeiro lugar, para uma correta compreensão da criatividade. O tema da criatividade é uma *vexata quaestio*, provavelmente elaborada para sair do formalismo litúrgico vazio. Mas o que significa criatividade na ação litúrgica? Ao inventar alguns ritos, suprimir outros, modificar a liturgia como quisermos, realmente encorajamos a participação ativa e saímos do ritualismo estéril? Ou será que tudo isso conduz a uma participação imediata, mas efêmera?

A atualização imediata de linguagens em algumas celebrações com os jovens, em busca de um clima mais envolvente, não levou a uma participação real. A criatividade litúrgica significa celebrar a liturgia tal como nos é dada, respeitando a identidade própria do rito, que é 'criado' no momento em que se realiza segundo o que estabelece o *Ordo*³⁴.

³² Para mais informações sobre a questão dos chamados *cantos juvenis na liturgia* conferir o amplo estudo de TRUDU, F. Esperienza musicale e modello rituale. In: MASSIMI, E. (Ed.). *Liturgia e Giovani*. Roma: CLV Edizioni Liturgiche, 2019, p. 127-160. Para alguns percursos de formação litúrgico-musical tomo a liberdade de reenviar a: MASSIMI, E. *Cantare la Messa. Guida pratica per la scelta dei canti*. Roma: CLV-Edizioni Liturgiche, 2019.

³³ *Documento final*, n. 226.

³⁴ Por exemplo, o Benedicional, nas Premissas Gerais, "convida o ministro a usar segundo as oportunidades, as faculdades concedidas nos vários ritos; desde que 'mantenha, no entanto, a estrutura dos próprios ritos e não perturbe de forma alguma a ordem das partes principais' (n. 32). A exortação, portanto, é manter intacta a estrutura estabelecida pelo *Ordo celebrandi* e não distorcer a ordem das partes principais (proclamação da palavra de Deus e oração eclesial), adaptando os outros componentes rituais. A preocupação em salvaguardar uma certa hierarquia na estrutura celebrativa, livre de qualquer preconceito essencialista ou dogmático-jurídico, pretende sublinhar a função específica de cada elemento na economia global do rito. A criatividade, então, não pode ser deixada à solta,

Outra consequência é compreender a necessidade de sair de uma *lógica do mínimo necessário*, do horizonte do *ad validitatem*, e assumir a lógica do ‘máximo gratuito’. Tudo o que costuma ser considerado secundário (por exemplo, a música, as flores, as velas, alguns gestos) é importante, pois tudo contribui para a epifania do mistério³⁵.

Além disso, muitas vezes acontece de participar de celebrações litúrgicas onde quem preside, ou quem exerce um ministério, manifesta a si mesmo em vez de estar a serviço da epifania do mistério.

Na liturgia, todo personalismo deve absolutamente ser evitado, pois sufoca o mistério. A liturgia não nos ‘pertence’, não somos os autores da liturgia, somos talvez seus atores.

É, pois, necessário suspender o protagonismo de quem quer ser ‘primeiro’, para promover o protagonismo de quem quer sentir-se ‘parte’ de uma ordem e realidade maior, de quem quer contribuir para a realização de uma obra comum. É surpreendente notar como isso costuma acontecer nas expressões rituais da piedade popular, onde o sentido de envolvimento ativo, em primeira pessoa, é claramente subordinado (mas também exaltado) a uma ação comum, altamente regulada, a serviço da qual todos estão dispostos. Sem mortificar os desejos de mudança dos jovens, convém canalizar as suas energias para este desejo de dar forma e corpo a uma ação que pertence a toda a Igreja³⁶.

Por último, mas não menos importante, aliás bastante delicada, é a questão da inculturação da liturgia no atual contexto contemporâneo. Um conhecido liturgista italiano escreve:

Não é hora de experimentar um Missal para jovens ou um Diretório? Um instrumento pastoral provisório, que nasce do Missal Romano e o respeita plenamente, para educar toda a comunidade a celebrar com os mais jovens. Nós sonhamos com: a) uma liturgia curta e limpa; b) palavras essenciais; c) indicações de músicas e canções que conduzem ao rito; d) ritos de introdução mais prolongados e emocionalmente envolventes; e) indicações para uma homília adequada que não sequestre toda a atenção; f) um generoso espaço de silêncio litúrgico; g) orações eucarísticas (as do Missal) intercaladas com aclamações da assembleia que reagem ao andamento eucológico (como em Taizé); dos ritos de conclusão com tempos e gestos mais descontraídos que melhor expressam a missão que nasce da Eucaristia?³⁷.

mas sim, brotando organicamente do enredo celebrativo oferecido pelo livro, recorrerá às possibilidades de adaptação visando à aderência dos elementos rituais ao mistério celebrado e àqueles que o celebram”. DELLA PIETRA, L. Riti e creatività. *Rivista di pastorale litúrgica*, 6, 2013, p. 54.

³⁵ GRILLO, A. *Riti che educano*. Assisi: Cittadella, 2011, p. 57-62.

³⁶ GIRARDI, L. Giovani e liturgia: riforma e/o iniziazione. In: MASSIMI, E. (Ed.). *Liturgia e giovani*. Roma: CLV Edizioni Liturgiche, 2019, p. 167.

³⁷ GALLO, M. Un Messale per i giovani? *Rivista di pastorale litúrgica*, 1, 2018, p. 4.

Independentemente de concordar ou não com o que se propõe, na celebração com os jovens é certamente necessário atenção na gestão do tempo, do silêncio, das homilias, da escolha dos cânticos, da tomada da palavra...

O contexto cultural mudou profundamente nos últimos anos; devemos, portanto, nos perguntar como adaptar, ou melhor, inculturar a liturgia hoje? Como torná-la novamente habitável no contexto de hoje?

Quem preside deveria ao menos levar em conta as condições da assembleia, atentando para a corporeidade, para a esfera da sensibilidade e da emotividade; assim a liturgia certamente se tornaria mais envolvente. Devemos fugir das liturgias anestésicas, anestésiantes e anaféticas.

3. A TAREFA DA ASSEMBLEIA CELEBRANTE

Passemos agora às tarefas da assembleia celebrante, que resumimos nos pontos seguintes.

Antes de tudo, é necessário que a assembleia se ‘comprometa’ na liturgia, empenhando-se na totalidade dos seus membros e na diversificação ministerial. A liturgia não é um espetáculo, mas exige empenho de toda a assembleia. Isso naturalmente requer a saída de visões distorcidas de participação ativa. Passamos de um modelo de celebração eucarística em que se participava apenas no momento da consagração na oração eucarística, a um modelo de Eucaristia em que se participa em cada rito: todos ouvem as leituras, todos experimentam a fração do pão, todos apresentam as ofertas...³⁸.

É importante que a comunidade seja realmente acolhedora, dentro e fora da liturgia. Só uma assembleia capaz de viver a acolhida no cotidiano, a caridade fraterna pode ser realmente inclusiva no celebrar. Devemos nos perguntar como os jovens podem se sentir acolhidos na assembleia litúrgica se não vivem relações hospitaleiras na vida paroquial, se não percebem e experimentam a presença dos adultos que os acompanham, os estimam...

Finalmente, a comunidade cristã deve realmente desejar acompanhar os jovens em seu caminho de crescimento integral humano e cristão. A iniciação à vida cristã das jovens gerações não coincide apenas com a iniciação litúrgica: a liturgia e a oração, a comunhão eclesial, o serviço da caridade, a experiência do amor de Deus recebido e oferecido em testemunho, são

³⁸ BELLI, M. *Sacramenti tra dire e fare*. Piccoli paradossi e rompicapi celebrativi. Brescia: Queriniana, 2018, p. 109-131.

todos necessários. A propósito, leiamos as indicações do *Documento final* do Sínodo sobre os jovens:

Muitos constataam que os caminhos da iniciação cristã nem sempre são capazes de introduzir as crianças, os adolescentes e os jovens na beleza da experiência da fé. Quando a comunidade se constitui como lugar de comunhão e como verdadeira família dos filhos de Deus, ela expressa uma força geradora que transmite a fé; onde, ao contrário, cede à lógica da delegação e prevalece a organização burocrática, a iniciação cristã é mal compreendida como um curso de instrução religiosa que geralmente termina com o sacramento da Confirmação. Urge, portanto, repensar em profundidade a constituição da catequese e a articulação entre a transmissão da fé familiar e comunitária, a partir de processos de acompanhamento pessoal³⁹.

4. PERSPECTIVAS PASTORAIS

Agora queremos propor algumas ações pastorais indispensáveis para um fecundo caminho de formação litúrgica⁴⁰.

Sair da lógica da explicação em favor de uma iniciação à liturgia

Não é apenas através da explicação que os jovens se formam na liturgia, mas celebrando bem dia após dia. O Papa Bento afirmou que “a melhor catequese sobre a Eucaristia é a própria Eucaristia bem celebrada” (ScC 64).

A liturgia acompanha (ou pelo menos deveria acompanhar) toda a vida do cristão, desde o seu nascimento até sua morte e, celebração após celebração, forma o fiel envolvendo toda a sua pessoa. Por esta razão, modelos educacionais baseados em explicações não podem produzir os resultados desejados.

É preciso educar para celebrar bem, até pela própria celebração, mas sem explorar o rito em chave pedagógica.

Sempre atuais são as palavras de Romano Guardini que introduz *Os Sinais Sagrados*:

Eu saberia bem quem poderia dizê-lo melhor e mais corretamente aqui: uma mãe que, formada liturgicamente sozinha, ensinasse seu filho a fazer bem o sinal da santa Cruz; ver na vela que queima uma pessoa que abre seu íntimo sentir; estar na casa do Pai com toda a sua viva humanidade...; e tudo isso não mediante considerações estéticas, mas precisamente como um ver, um fazer: portanto, não como um árido pensar e refletir que contempla obras, gestos e atitudes como figuras penduradas todas ao redor! Ou um mestre que realmente vive com seus alunos; que lhes permite sentir e celebrar o domingo como ele é; e assim também a festividade, o ano eclesial com suas partições; o portal

³⁹ *Documento final*, n. 19.

⁴⁰ Tratei tal argumento em Massimi, *Il desiderio di una liturgia viva*.

e os sinos, a Igreja e as orações... Tais pessoas poderiam dizer se evocam a vida os santos sinais⁴¹.

Iniciando progressivamente os jovens na vida cristã e litúrgica

Ingenuamente esquece-se como as dinâmicas posta em jogo pela liturgia propiciam uma certa maturidade espiritual. Basta considerar como a participação na celebração eucarística, que como bem sabemos é uma sucessão de diferentes sequências rituais, comporta uma experiência que requer um olhar mais amplo, mais experiente, mais maduro.

A Eucaristia é o ponto de chegada, não de partida, ela prevê toda uma série de ações que a precedem. Hoje, na educação litúrgica, precisamos encontrar os valores escalares que conduzem a vida à Eucaristia e a Eucaristia à vida, de experiências de oração que criem uma linguagem intermediária⁴².

Iniciar os jovens a uma estética ritual

Como já mencionado, deve-se dar uma devida atenção às linguagens que compõem a liturgia, é necessário educar os jovens a uma estética litúrgica.

A esse respeito, Girardi escreve:

Por um lado é preciso ter a coragem de *educar os jovens para uma “estética ritual” mais fina, à altura da liturgia*; por outro lado também se deve aceitar o desafio de uma *atualização estilística das linguagens, em sintonia com a sensibilidade cultural e eclesial das gerações atuais* (sem perder o sentido da tradição). Acima de tudo, convém apreender e valorizar a sua disponibilidade de recorrer a múltiplas linguagens, tanto gestuais como corporais, capazes de maior ressonância emocional. Precisamos redescobrir a espessura estética (sensível) de nossas linguagens rituais, sem ceder a estranhezas ou gostos ‘da moda’, mas *redescobrimo a simplicidade e a verdade dos gestos fundamentais da liturgia*: gestos elementares do corpo, com os quais construímos juntos o corpo eclesial⁴³.

Valorizar uma pastoral dos ministérios

A liturgia é a imagem da Igreja e manifesta a multiplicidade das vocações presentes na própria Igreja. A assembleia litúrgica, de fato, é composta por uma série de serviços, ministérios, que em sua ação contribuem para a epifania do mistério e que preveem um dom, um carisma a ser discernido.

⁴¹ GUARDINI, R. Prefazione. In: *I Santi segni*. Brescia: Morcelliana, 2005, p. 115.

⁴² GRILLO. *Riti che educano*, p. 75-87.

⁴³ GIRARDI. *Giovani e liturgia: riforma e/o iniziazione*, p. 168.

O próprio Papa Francisco valorizou os ministérios leigos do leitor, do acólito e do catequista com os *Motu proprio Spiritus Domini* (2021) e *Antiquum ministerium* (2021). Estes representam uma importante oportunidade pastoral para *renovar a forma Ecclesiae em chave mais comunitária*.

O exercício concreto de ministérios leigos na comunidade local poderia conduzir a uma pastoral verdadeiramente comunitária, onde cada um, segundo o ministério a que é chamado, contribuiria para a edificação da Igreja. E talvez seriam ativados sérios caminhos de discernimento, também para os próprios jovens.

Promover uma pastoral unitária

Para que a formação litúrgica dos jovens seja eficaz, é necessária uma pastoral unitária, ou seja, uma aliança educativa entre os que têm responsabilidades no campo pastoral, tanto entre os diversos sujeitos eclesiais (ministros ordenados, religiosos e religiosas, leigos, pais, catequistas...) quanto entre as numerosas instituições leigas.

Cuidar da formação litúrgica do clero

Finalmente, não porque seja menos importante, mas sim uma *condicio sine qua non* da formação litúrgica dos fiéis e, portanto, dos jovens, é necessário cuidar da formação litúrgica do clero. A este respeito, recordamos o que a *Sacrosanctum Concilium* recomendava há mais de cinquenta anos:

Mas, porque não há qualquer esperança de que tal aconteça, se antes os pastores de almas não se imbuírem plenamente do espírito e da virtude da Liturgia e não se fizerem mestres nela, é absolutamente necessário que se providencie em primeiro lugar à formação litúrgica do clero (SC 14).

O Papa Francisco, na carta *Desiderio desideravi* apresenta a importância da formação litúrgica dos sacerdotes. Com efeito,

O plano de estudos da Liturgia nos seminários deve ter em conta a extraordinária capacidade que a celebração tem em si própria para oferecer uma visão orgânica do saber teológico. [...] Uma celebração que não evangeliza não é autêntica, tal como não o é um anúncio que não leve ao encontro com o Ressuscitado na celebração: ambos, por fim, sem o testemunho da caridade são como o bronze que soa e como o címbalo que retine (DD 37).

Neste horizonte, Francisco acrescenta a necessidade de integrar o estudo da liturgia com a possibilidade de viver “uma celebração não só exemplar do ponto de vista ritual, mas

autêntica, vital, que permita viver aquela verdadeira comunhão com Deus, no qual também o saber teológico deve tender” (DD 39).

CONCLUSÃO

O teólogo Guardini escreveu:

A este respeito – e será o que decidirá tudo – aqueles que têm a tarefa de ensinar e educar devem perguntar-se se eles próprios estão voluntariamente dispostos ao ato litúrgico.

Em termos mais claros: se é que eles sabem que esse ato existe, qual seja o seu perfil, e que não é um luxo, nem uma raridade, mas algo essencialmente constitutivo⁴⁴.

Esta citação parece identificar o *punto dolens* da atual pastoral litúrgica. Acreditamos realmente que a liturgia seja assim importante para a vida da Igreja? Para a transmissão da fé? Pela vida cristã dos nossos jovens?

Talvez, como premissa de tudo o que foi dito até aqui, seja justamente a disponibilidade de ‘disperdiçar’ tempo para a formação litúrgica, acreditar que a liturgia não é uma *esquisitice*, mas algo *essencialmente constitutivo*.

BIBLIOGRAFIA

BONANOMI, A; INTROINI, F; PASQUALINI, C. Una finestra sul mondo. I risultati dell’indagine sui giovani in preparazione dello youth synod. In: ISTITUTO TONIOLO (a cura di). *La condizione giovanile in Italia*. Rapporto giovani 2019. Bologna: Il Mulino, 2019.

BALUGANI, L. I preti del futuro: tra tradizione e postmodernità. *Rivista di pastorale liturgica*, 2, 2018.

BELLI, M. *Sacramenti tra dire e fare*. Piccoli paradossi e rompicapi celebrativi. Brescia: Queriniana, 2018.

BONACCORSO, G. *I colori dello spirito*. Assisi: Cittadella Editrice, 2009.

_____. *Il corpo di Dio*. Assisi: Cittadella, 2006.

BYUNG-CHUL HAN. *La scomparsa dei riti. Una topologia del presente (nottetempo)*. Milano: Nottetempo, 2021. (Ebook).

CAL (Ed.). *Liturgia: chiamata per tutti alla santità battesimale*. Roma: CLV - Edizioni Liturgiche, 2020.

Christus Vivit. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20190325_christus-vivit.html. Acesso em: 24 ja. 2023.

⁴⁴ GUARDINI, R. L’atto di culto e il compito attuale della formação litúrgica. In: GUARDINI, R. *Formazione litúrgica*. Brescia: Morcelliana, 2008, p. 30.

- CRAVERO, D. Emozione del culto e culto dell'emozione. Il caso giovanile. In: GIRARDI, L.; TOMATIS, P. (a cura di). *Liturgia e Emozione*. Roma: CLV- Edizioni Liturgiche, 2014.
- DALL'OSTO, A. Preti in Francia: crescono solo i "tradizionalisti". *Settimana news*, luglio, 2018). Disponível em: <http://www.settimananews.it/ministeri-carismi/preti-in-francia-crescono-solo-i-tradizionalisti/> (visitato il 31 dicembre 2019). Acesso em: 12 jan. 2023.
- DELLA PIETRA, L. Riti e creatività. *Rivista di pastorale litúrgica*, 6, 2013, p. 54.
- GALLO, M. Un Messale per i giovani? *Rivista di pastorale liturgica*, 1, 2018.
- GARELLI, F. In fuga dalla liturgia. *Rivista di pastorale litúrgica*, 1, 2018.
- GIRARDI, L. Giovani e liturgia: riforma e/o iniziazione. In: MASSIMI, E. (Ed.). *Liturgia e giovani*. Roma: CLV Edizioni Liturgiche, 2019.
- GRILLO, A. *Riti che educano*. Assisi: Cittadella, 2011.
- GUARDINI, R. *Formazione Liturgica*. Brescia: Morcelliana, 2022.
- _____. L'atto di culto e il compito attuale della formazione liturgica. In: GUARDINI, R. *Formazione liturgica*. Brescia: Morcelliana, 2008.
- _____. *Lo spirito della liturgia*. Brescia: Morcelliana, 2005, p. 77.
- _____. Prefazione. In: *I Santi segni*. Brescia: Morcelliana, 2005.
- MASSIMI, E. (Ed.). *Liturgia e giovani*. Roma: CLV Edizioni Liturgiche, 2019; e il Dossier *Giovani e liturgia dal Concilio al Sinodo*, in *Note di pastorale giovanile 2* (2019).
- MATTEO, A. Riportare i giovani a messa. La trasmissione della fede in una società senza adulti. *Ancora*, Roma 2022.
- MONGE, C. Una liturgia giovane: il caso Taizé. *Rivista di pastorale liturgica*, 1, 2018.
- RHANER, K. La domenica, giorno del Signore. In: *Id. Nuovi Saggi*. Roma: Paoline, 1968.
- SEGHEDONI, I. Una liturgia con i giovani: il caso GMG. *Rivista di pastorale liturgica*, 1, 2018.
- XV ASSEMBLEA GENERALE ORDINARIA DE SINODO DEI VESCOVI (3-28 ottobre 2018). I giovani, la fede e il discernimento vocazionale. *Instrumentum laboris*. Disponível em: <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2018/06/19/0458/00978.html>. Acesso em: 24 ja. 2023.

Submissões

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso. [Acesso](#) em uma conta existente ou [Registrar](#) uma nova conta.

Diretrizes para Autores

Condições para submissões

A Revista de Catequese está aberta para a contribuição de todos os pesquisadores na área de Teologia, particularmente de catequética e teologia pastoral em geral. Os textos podem ser artigos, traduções, resenhas e crônicas de eventos. De inteira responsabilidade dos autores, as contribuições devem ser inéditas, reservando-se à *Revista* a prioridade de sua publicação.

1 - Os textos deverão ser escritos em português, espanhol, italiano ou inglês.

2 - Os textos submetidos receberão avaliação neutra, cabendo ao Conselho da *Revista* o direito de publicação ou rejeição do trabalho.

2.1 - Na avaliação dos trabalhos serão considerados os seguintes elementos:

- Relevância científica e acadêmica
- Pertinência e atualidade da bibliografia
- Clareza na exposição dos objetivos do trabalho
- Rigor e consistência dos conceitos utilizados
- Pertinência da metodologia utilizada e clareza na explicitação dos procedimentos metodológicos
- Adequação ortográfico-gramatical do texto
- Adequação do texto às normas da ABNT

3 - Para a apresentação de artigo, devem ser observadas as seguintes orientações técnicas: formato A4, fonte Times News Roman 12; espaçamento entre linhas 1,5; espaçamento simples entre parágrafos. Margens: superior e esquerda, 3cm; inferior e direita, 2 cm. O texto deve conter entre 10 e 15 páginas.

4 - As citações diretas no texto, com até três linhas, devem ser contidas entre aspas; as citações diretas no texto com mais de três linhas, destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com fonte 11, sem aspas.

5 - As referências bibliográficas deverão ser colocadas em notas de rodapé (fonte 10), com dados bibliográficos completos das obras citadas, de acordo com a ABNT.

5.1 – Exemplo:

- Citação de livros: CODA, Piero. *O evento pascal*: Trindade e história. São Paulo: Cidade Nova, 1987, p. 10.

- Citação de capítulo de livro: CALIMAN, Cleto. A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Org.). *Concílio Vaticano II: análise e prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 229-248.

- Citação de periódicos: LIMA, Luiz Alves de. A situação da catequese hoje no Brasil. *Revista de Catequese*, v. 37, n. 143, 2014, p. 37.

6 - Os artigos deverão apresentar, obrigatoriamente: título, resumo (de 100 a 150 palavras), palavras-chave (no total de 5), introdução, tópicos (enumerados), conclusão e referências bibliográficas.

7 - Dados do autor: apresentar, em nota de rodapé, a titulação do autor, bem como a instituição onde trabalha ou estuda ou que esteja filiado.

8 - Declaração de Direito Autoral

Aviso de Direito Autoral Creative Commons

ESTE PERIÓDICO ADOTA UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS CC-BY-NC

9 - Política de Privacidade: os dados enviados para os procedimentos de submissão dos trabalhos serão utilizados única e exclusivamente para fins de editoração, não sendo utilizados ou divulgados para quaisquer outros fins.

10 - Os autores serão avisados, via sistema, da decisão dos membros da comissão editorial sobre a publicação do texto proposto.

Curso de Teologia - *Campus* Pio XI

Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL

Artigos

Política padrão de seção

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

PARECERISTAS

Prof. Dr. Anderson de Alencar Menezes UFAL

Prof. Me. Ariél Philippi Machado – Faculdade Vicentina

Prof. Dr. Francisco Evangelista - UNIVAS

Prof. Dr. João dos Santos Barbosa Neto – Faculdade Santa Teresa

Prof. Dr. José Aguiar Nobre - PUC-SP

Prof. Me. Lucia Eliza P. Silva Albuquerque – PUC-SP

Prof. Dr. Luiz Alves de Lima – UNISAL

Prof. Dr. Renato Tarcísio de Moraes Rocha – UPS (Roma)

Prof. Dr. Rodrigo José Arnosso Santos – UNISAL/ITESP

Prof. Dr. Vânia Cristina de Oliveira - UNISAGRADO